

Universidade de São Paulo

Faculdade de Educação

***O grupo do Almanaque Literário de São Paulo:
paradigmas da sociabilidade republicana nos tempos da
propaganda (1876-1885)***

Roni Cleber Dias de Menezes

São Paulo

2006

**O grupo do Almanaque Literário de São Paulo:
paradigmas da sociabilidade republicana nos
tempos da *propaganda* (1876-1885)**

Roni Cleber Dias de Menezes

*Dissertação apresentada à Banca Examinadora da
Universidade de São Paulo, como exigência parcial
para a obtenção do título de Mestre em Educação,
no Programa de História da Educação e Historiografia,
sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Spedo Hilsdorf.*

São Paulo

2006

Agradecimentos

A produção do trabalho que ora se apresenta à apreciação do público recebeu o concurso de diversas pessoas, sem as quais, provavelmente, não teria logrado êxito em minha empreitada.

Em primeiro lugar, compartilho minha gratidão com a Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Spedo Hilsdorf, orientadora paciente que soube, nos momentos em que era preciso, alargar minha visão para que apreendesse aspectos então negligenciados pela pesquisa e, ao mesmo tempo, evitar que me dispersasse na persecução de pistas que me afastavam em demasia do objeto de estudo escolhido. Sua postura, em todo o processo de orientação, foi irretocável. Durante esses anos, minha admiração em respeito à sua conduta pessoal e profissional só fez aumentar, nascendo daí, inclusive, uma filiação intelectual que julgo tenha me aproximado das linhas de pesquisa que vem desenvolvendo ao longo de sua trajetória acadêmica.

Da mesma maneira, sou muito grato ao Prof^o. Dr. Bruno Bontempi Jr. e à Prof^a. Dr^a. Diana Gonçalves Vidal, membros da banca de qualificação, cuja leitura criteriosa do relatório e reparos feitos à sua escrita, afora as indicações preciosas quanto à bibliografia a ser consultada, foram imprescindíveis para que o estudo chegasse a esse termo.

Dirijo, igualmente, meus agradecimentos aos integrantes do grupo de estudos “Gênero, Educação e Cultura Sexual” (EDGES), ligado à Faculdade de Educação da USP, no interior do qual concatenei, primeiramente, idéias que resultaram posteriormente na confecção do projeto de pesquisa com o qual obtive o ingresso no Programa de Pós-Graduação desta faculdade. Em especial, sou grato a duas pessoas desse grupo: à Prof^a. Dr^a. Cláudia Pereira Vianna, pelo salutar convívio que mantivemos durante dilatado tempo, convívio esse de suma importância, entre outras coisas, para que pudesse sistematizar melhor minhas preocupações intelectuais, dando a elas um rumo mais definido; e, do mesmo modo, a Rosemeire dos Santos Brito, companhia de valor inestimável, grande pesquisadora da qual obtive o privilégio de poder contar com seu raciocínio ajuizado e sua sincera amizade.

A todos os componentes do “Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em História da Educação” (NIEPHE), que me auxiliaram desmedidamente com suas observações pertinentes e com os quais troquei inúmeras experiências, hauridas nos debates travados nas reuniões e nos eventos dos quais participamos, meus agradecimentos.

À Maria Rosa Simei, companheira de luta e grande ombro amigo, e em cujo coração habita o mais sublime humanismo, minha eterna gratidão.

A Thais Bernardes Nogueira, pela representatividade que assumiu em minha vida, ser humano sem igual, está presente em todas as esferas de minha existência, seu concurso foi fundamental não apenas para questões associadas à confecção deste trabalho, mas, sobretudo, estimulou-me a seguir sempre adiante, devolvendo-me a confiança nos momentos em que ela me faltava, muito devo a você.

E, finalmente, agradeço a meus pais, Vilani e Andreino, que, mesmo pela distância, propiciaram-me todos os subsídios, de todas as ordens, sem os quais minha tarefa teria sido ainda mais penosa do que o foi, não olvidando a esperança que sempre depositaram na concretização de meus projetos e de meus ideais; e à minha filha, Camila, pela compreensão demonstrada em todos esses anos, amando-me com a mesma intensidade apesar de minhas ausências constantes.

Resumo

Este trabalho visou a recompor as trajetórias dos integrantes de um determinado grupo sócio-político-cultural, que se formou ao longo da segunda metade do século XIX, na então província de São Paulo, grupo esse que se constituiu pelo entrecruzamento de complexas redes de sociabilidade estruturadas no interior de diversos *microclimas* que abrigaram sua atuação pública. A percepção da existência de tal grupo, no qual se contavam importantes líderes da propaganda republicana paulista, deu-se por meio tanto da recuperação de itinerários individuais de seus integrantes (em que se misturam as redes responsáveis pela sua socialização), quanto da investigação a respeito do modo como eles se inseriam nesses microclimas, a saber: a Academia de Direito de São Paulo, os jornais Gazeta de Campinas e A Província de São Paulo, o Partido Republicano Paulista e o *Almanaque Literário de São Paulo (ALSP)*. Dentre estes, destacamos sua participação no *ALSP*, publicação informativa do último quartel do século XIX editada pelo tipógrafo português José Maria Lisboa, um dos membros do grupo. A escolha desse *locus* como plataforma privilegiada de observação das redes de sociabilidade que dão forma ao grupo de republicanos se justifica em função de dois aspectos: em primeiro lugar, o *ALSP* se constituiu num verdadeiro campo de batalha em que se digladiavam as díspares correntes político-ideológicas que caracterizavam a sociedade brasileira do período, último quartel do século XIX; em segundo lugar, pois, na medida que o tomamos também enquanto principal fonte documental que embasa a persecução das redes de sociabilidade dos componentes do grupo, o *ALSP* nesta dimensão de fonte, pouco foi explorado no conjunto das produções acadêmicas em história da educação no Brasil. O aporte teórico responsável pela fundamentação conceitual dessa dissertação respondeu pela experimentação do conceito de “estruturas de sociabilidade”, categoria de análise engendrada pelo historiador francês Jean-françois Sirinelli, que se traduz pela conjugação das duas variáveis que mencionamos anteriormente, a noção de redes de socialização e a noção de microclimas.

Unitermos: São Paulo – Império, História Cultural, Almanaque Literário de São Paulo, propaganda republicana, estruturas de sociabilidade, microclimas.

Linha de Pesquisa: História da Educação e Historiografia

Banca Examinadora: Orientador: Maria Lúcia Spedo Hilsdorf

Examinadores: Diana Gonçalves Vidal Schmidt, Bruno Bontempi Jr.

Data da defesa: dia 5 de maio de 2006

Roni Cleber Dias de Menezes (1975) é natural de Fernandópolis/SP e formado em História pela USP (1998).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
<i>Na pista do objeto</i>	1
<i>Delimitação do objeto</i>	11
<i>Referencial teórico-metodológico e fontes</i>	29
<i>Organização dos capítulos</i>	40
CAPÍTULO 1 - Antecedentes históricos da constituição do grupo	42
1.1 – <i>A apoteose do tempo saquarema</i>	42
1.2 – <i>Estrutura de oportunidades no Segundo Reinado: o terreno fértil para a dissensão política</i>	46
CAPÍTULO 2 – A constituição do grupo pelos itinerários de seus membros	53
2.1 – <i>Trajetórias individuais</i>	56
CAPÍTULO 3 – O grupo no Almanach Litterario de São Paulo: propaganda republicana e visões da educação	113
3.1 – <i>As contribuições do grupo ao ALSP</i>	118
3.2 – <i>A educação e a disputa pelo controle espiritual da sociedade: adversários do grupo no ALSP</i>	205
CONSIDERAÇÕES FINAIS	213
ANEXO	
<i>Nomes e “filiação” ideológica de alguns dos componentes do grupo</i>	219

FONTES

I – Periódicos 221

II - Obras e Publicações do período estudado 222

III – Discografia 223

BIBLIOGRAFIA GERAL 224

Abreviaturas

AE: Arquivo do Estado de São Paulo

ALSP: Almanaque Literário de São Paulo

CP: Correio Paulistano (jornal)

CRPE: Centro Regional de Pesquisas Educacionais

FD: Faculdade de Direito

FFCL: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

GC: Gazeta de Campinas (jornal)

IBF: Instituto Brasileiro de Filosofia

IHGB: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGSP: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

N.E. : Nota do Editor

PRP: Partido Republicano Paulista

PSP: Província de São Paulo (jornal)

OESP: O Estado de São Paulo (jornal)

USP: Universidade de São Paulo

Introdução

Na pista do objeto

Ao iniciar a pesquisa de mestrado na área de concentração “História da Educação e Historiografia” meu objeto de estudo era díspar do que ora apresento à apreciação desta banca. Quando da entrega do projeto para o ingresso no programa de pós-graduação buscava investigar as implicações de gênero na formação docente no interior da Escola Normal de São Paulo (“*Escola Normal de São Paulo e relações de gênero no alvorecer da República*”). Em boa medida fruto de leituras e da participação em debates em um grupo de estudos ligado à temática de gênero (EDGES – Gênero, Educação e Cultura Sexual), coordenado pela Prof^a. Dr^a. Cláudia Pereira Vianna (do corpo docente da Faculdade de Educação da USP), buscava compreender de que maneira – e sob quais condicionantes – a principal instituição de formação docente oficial do estado de São Paulo na Primeira República – principiou por habilitar um número gradativamente maior de mulheres para o ensino primário, atingindo, ao término do período estudado (a periodização se estendia de 1889 a 1909), franca supremacia feminina, tanto no curso normal quanto à frente das salas de aula (CAMPOS, 1990). À época, minha hipótese era de que, aliado a fatores de ordem sócio-econômica (urbanização crescente, desenvolvimento dos setores secundário e terciário da economia e, em decorrência disso, ampliação das oportunidades de trabalho – principalmente para os homens), dispositivos culturais também atuavam de modo incisivo para a consecução do fato observado e, por sua vez, guardariam estreita afinidade com a feição ideológica que passou a orientar o curso de formação docente da Escola Normal. Tal seria representado pela hegemonia das teorias científicas e, em especial, pelo positivismo comteano.

Essa hipótese, em realidade, carecia de uma fundamentação sólida. Em primeiro lugar, havia a lacuna representada pela insuficiência do manejo com as fontes primárias, mormente os programas curriculares (os quais constituíam o principal manancial para a investigação que me propus a fazer) que ampararam o curso normal nestes anos – com os quais meu contato foi superficial. Além disso, ainda que tal deficiência fosse corrigida, restariam outras, subsumidas em perguntas às quais não poderia me furtar: cumpriam-se

efetivamente os programas? E se sim, o que era feito com o conteúdo curricular? Qual o seu “peso” na atividade docente praticada pelos(as) normalistas após egressarem a Escola Normal? Enfim, a dimensão das “práticas” não era considerada sob a perspectiva que adotara.

Mas a insuficiência de minha hipótese não se esgotava aí, pois a operação que havia realizado consistia em estender a influência do positivismo republicano na Escola Normal de São Paulo sem ao mesmo deter um nítido conhecimento de que positivismo se está falando. Ignorava, inclusive, as nuances que revestiram a influência aludida entre o período de propaganda republicana e o que compreendeu a vigência do novo regime. A própria periodização era deficiente, pois, da mesma forma que me eximia de explicar o que originariamente era o fulcro da pesquisa, isto é, a orientação positivista intra-muros da Escola Normal, conseqüentemente não demonstrava que mudança efetiva ocorreria neste estabelecimento depois do ano de 1909 que justificasse a especificidade da periodização adotada.

Mas há motivos outros que me fizeram abandonar o projeto inicial. Concluí que os progressos realizados quando da investigação acerca do papel reservado às teorias científicas junto aos prosélitos do republicanismo e também junto aos professores da Escola Normal durante o Império consistiam num capítulo em si da luta pela implantação dos projetos educacionais do grupo republicano paulista, testado em iniciativas particulares desde a década de 1870 (HILSDORF, 1986), e não um mero preâmbulo para explicar o que veio depois (no caso, no que tangia especificamente ao caminho trilhado pela Escola Normal de São Paulo no pós 15 de novembro de 1889). Tal consciência se refletiu na redefinição do objeto, que passaria a retratar não apenas um período cronologicamente mais recuado no tempo, mas, sobretudo, excluiria aquela visada presa à história das instituições, aproximando-me mais da história das idéias.

Tal reorientação do objeto teve início quando decidi que para compreender melhor a presença do positivismo na Escola Normal depois da proclamação da República seria necessário retroagir no tempo e conhecer de perto os primórdios da penetração daquela corrente filosófica no estabelecimento de ensino em questão e os personagens que a protagonizaram. Foi aí que voltei minha atenção para a década de 1880, data da chamada reabertura definitiva da Escola Normal, período que coincidiu com a atuação neste

estabelecimento de ensino de Antônio da Silva Jardim (1884-86), Godofredo José Furtado (1880-87) e Cypriano José de Carvalho (1883-87), três lentes assumidamente positivistas, à frente das cadeiras de Gramática e Língua Nacional (1ª cadeira), Aritmética e Geometria (2ª cadeira) e Noções de Física e Química (5ª cadeira), respectivamente¹.

A atitude francamente contestatória dos três lentes citados – percebida através das polêmicas havidas entre eles e a direção da escola (MONARCHA, 1999) – foi largamente dada a conhecer pela batalha acirrada de cartas e circulares produzidas por esta e aqueles durante boa parte dos anos 1880. Conforme aponta Monarcha (1999), os professores Cypriano de Carvalho, Godofredo Furtado e Silva Jardim são hostilizados pela Congregação da Escola Normal, e também pelo seu diretor, por defenderem a autonomia do trabalho intelectual, exatamente como podemos constatar nos trechos a seguir, o primeiro uma defesa quanto ao cerceamento da autonomia docente, levantada pelo lente da 1ª cadeira, Silva Jardim, e o segundo uma solicitação de punição a Godofredo Furtado e a Cypriano de Carvalho feita pelo diretor da Escola Normal o cônego Manoel Vicente da Silva:

“Outra acusação? A da propaganda positivista. Este quer saber mais o padre-nosso que o vigário e ser mais católico que o Papa. O chefe do Estado, católico, apostólico, romano, dá provas de uma sábia tolerância nomeando professores homens tidos como pensadores livres e revolucionários; para o Colégio D. Pedro II o Sr. Sylvio Romero, materialista confesso; e nesse colégio educam-se os descendentes de S. M. para as faculdades de Direito do Recife, o Dr. Tobias Barreto de Meneses das mesmas idéias, e republicano, que da cátedra, e num livro de D. Criminal, ataca a pessoa do Imperador; para a Academia de São Paulo o Sr. Dr. Braziliense, chefe do partido republicano. O Sr. Dr. Vieira de Carvalho é spencerianista, isto é, livre-pensador; o Dr. G. Gomes era-o, antes racionalista, e após positivista, declarando em ofício ao diretor (da Faculdade de Direito de São Paulo), Padre Pires da Motta, que lecionava tal doutrina, nunca sendo censurado; o Sr. Ruy Barbosa, deputado geral, é redator da Revista do Ensino Leigo. Num país

¹ As datas entre parênteses dizem respeito ao período em que cada um dos lentes permaneceu na Escola Normal durante o período imperial, já que Godofredo Furtado retorna à Escola Normal em 1890.

*que se emancipa, um explorador faz valer as convicções de um homem para caluniá-lo?” (Silva Jardim, “Carta aberta do dr. Antonio da Silva Jardim”. *Correio Paulistano*, 29/06/1884, p. 3; *apud*, MONARCHA, 1999, p. 141).*

“Para não incorrer nos crimes dos §§ 4, 5 e 6 do art. 12 do Cód. Crim., venho representar a V. Exa., em virtude do art. 15 do Regulamento da Escola Normal, de 3 de janeiro de 1887, contra os Drs. Godofredo José Furtado e Cypriano José de Carvalho, Professores da 2ª e 5ª Cadeiras desta escola pelos crimes dos §§ 2º e 3º do art. 18 do mesmo Regulamento, pedindo para eles o máximo da pena estatuída no § 3º do art. 14.

O segundo dos delinqüentes já foi por mim repreendido, porém essa pena é aplicável à falta de critério em exercer a disciplina em geral, dos deveres próprios de quem prepara educadores na infância.

O primeiro, Dr. Godofredo José Furtado, disse em aula que se houvesse de ser repreendido, por falta contida, reagiria contra o diretor.

Estes professores não perdem ocasião de fazer propaganda positivista.

Nesta Província já se constam Professores públicos que adotam um calendário singular e umas práticas religiosas ensinadas por Augusto Comte e transmitidas por estes dois professores da Escola Normal.

*Compreende V. Exa., melhor do que eu, quanto é necessário manter em um estabelecimento desta ordem o respeito à autoridade e à lei; por isso confio na pronta punição dos delinqüentes.” (Ofício manuscrito do diretor da Escola Normal de São Paulo, Manoel Vicente da Silva, 23/07/1888; *apud*, MONARCHA, 1999, p. 147).*

A partir do acompanhamento da “fala” dos professores Furtado, Carvalho e Silva Jardim, nota-se que a tal ausência de liberdade quanto ao exercício pleno da prática docente remete, mesmo que talvez de maneira enviesada, à concepção do que seria a educação moderna na visão destes seguidores de Comte. No cotidiano do magistério e da vida social e política, os três lentes positivistas se debatem contra os limites impostos pelo Estado patrimonial-modernizador brasileiro e pela sociedade controlada espiritualmente pela Igreja

Católica, “*enquadrada, por sua vez, pela burocracia eclesiástica e monárquica e pelas duas vias usuais ao poder: o nascimento e a riqueza*” (MONARCHA, 1999, p. 144). Ainda segundo Monarcha, “*para os professores ortodoxos da Escola Normal de São Paulo, a educação torna(va)-se a razão de ser do positivismo, sua única chance de viabilizar a reforma espiritual da sociedade*” (idem, p. 152).

O aprimoramento da instrução conferida ao ser humano em sua fase da infância e adolescência – a qual seria presidida pelo princípio geral da recapitulação da experiência – constituía, para Silva Jardim, Furtado e Carvalho, instrumento poderoso para subverter essa ordem de coisas. Em uma conferência destinada a difundir o método de ensino João de Deus, Silva Jardim desenvolve essa noção:

“Todos nós sabemos como as mães e amas educam as crianças entre nós, enchem-lhes o cérebro de visões, de ficções polítécas, abusões ridículas, almas do outro mundo, papões, etc. Tão degradante miséria perverte o cérebro infantil. O princípio biológico – de que o exercício desenvolve o órgão – revela-nos que uma educação assim começada, a menos que solapem-lhe as bases, prepara um negro futuro a melhor organização. O cérebro da criança é qual a cera; esse primeiro estado de tenra idade merece todo nosso cuidado; nele imprimem-se-lhe as primeiras formas, as mais decisivas da vida. Aos homens mais eminentes deve, pois, logicamente, caber essa tarefa de educar a infância, de iniciar o desenvolvimento cerebral, e não aos ignorantes” (“Método João de Deus” – primeira conferência do Dr. Silva Jardim, 1882, p. 2; *apud*, MONARCHA, 1999, p. 151).

O tema do método de ensino assume especial importância para os lentes positivistas da Escola Normal, sobremaneira para Silva Jardim:

“Mas uma questão de métodos de ensino, por menor que seja, é uma questão de educação, e portanto uma questão social sujeita às leis da evolução histórica que determinam o seu aparecimento. Sem dúvida isto se torna claro depois de descoberta de leis sociológicas, isto é, de relações constantes entre os fenômenos

sociais, e de ligação necessária” (Método João de Deus – primeira conferência do Dr. Silva Jardim, 1882, p. 2; apud, MONARCHA, 1999, p. 153).

Vários professores do interior e da capital da província de São Paulo nesse período (década de 1880) já conheciam e utilizavam o *Método* e a *Cartilha João de Deus*. Todavia, a grande fama e a respeitabilidade intelectual que esse método didático granjeou deveu-se, em boa medida, ao trabalho de Silva Jardim. Seus biógrafos dão conta dessa atividade de divulgação do método e da cartilha maternal *João de Deus*:

“Na escola primária, de que se encarregava, dera o maior desenvolvimento à difusão dos conhecimentos compatíveis com as idades dos alunos, fazendo-os ascender das concepções concretas às abstratas, das fictícias às positivas, passando em revista as idéias metafísicas, e mostrando que o indivíduo acompanha no seu desenvolvimento a evolução da Humanidade.

Fez uma aplicação aos processos de aprendizagem, leis dos três estados, e mostrou como a leitura havia passado pelos períodos respectivos, sendo a princípio feita pela silabação, correspondente ao fetichismo, depois pela soletração, fase intermediária, e, por fim, pela palavração, que era o estado definitivo. À vista disso, decidiu-se pela Cartilha maternal de João de Deus e propagou-a com ardor.

Como se sabe, neste livro ensina-se a ler não por silabação nem soletrando, mas sim pronunciando já as palavras, pelo exame da estrutura delas, indo das vozes combinadas mais simples para as mais complexas” (Leão, José. Apontamentos para a biografia do ilustre propagandista haurido nas informações paternas e dados particulares e oficiais. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1895, p. 8; apud, MONARCHA, 1999, p. 155).

Apesar de recuperarmos a fala de José Leão² via Monarcha (1999), foi Hilsdorf (1986), antes do autor de “*A Escola Normal de São Paulo: o lado noturno das luzes*”, quem investigou a difusão do Método João de Deus nos estabelecimentos de ensino associados à

² Enquanto ainda viviam, José Leão manteve vínculos estreitos com Silva Jardim. Depois da morte deste, Leão prestou-lhe uma homenagem na forma de um relato biográfico.

“educação moderna” da província de São Paulo. Destarte, malgrado o papel que coube a Silva Jardim em sua propaganda na província, tanto o *Método* de ensino quanto a *Cartilha Maternal* para o ensino da língua portuguesa já eram conhecidos na província de São Paulo desde o final da década de 1870, época em que foi difundido pelo professor de matemáticas da Universidade de Coimbra, Antônio Zeferino Cândido (HILSDORF, 1986, p. 128).

Conforme Hilsdorf (1986):

“Mais talvez mais conhecido desses métodos tenha sido o João de Deus, difundido no Brasil por Antônio Zeferino Cândido, professor de matemáticas (da Universidade) de Coimbra que, no ano de 1878, fez uma verdadeira turnê de propaganda realizando conferências em várias cidades da província de São Paulo e do Rio³. Aqui é importante esclarecer que temos duas questões interessantes: uma coisa é o método, outra a missão de Zeferino no Brasil” (HILSDORF, 1986, p. 128).

Ainda assim, a atuação de Silva Jardim nas conferências que proferiu a propósito da difusão do método nos trouxe evidências de que o círculo engajado na defesa de uma educação de forte inspiração comteana não se restringia apenas aos professores da Escola Normal, englobando nomes ligados à propaganda republicana na província de São Paulo. As conferências de Silva Jardim em 1882 a respeito do *Método João de Deus* foram seguidas por outras palestras pronunciadas dois anos mais tarde (1884) por conta da abertura do colégio secundário masculino *Neutralidade* (HILSDORF, 1986, pp. 232 e seg.), com conferencistas e matérias diversos⁴. Como dissemos, tais conferências (que se estenderam também durante o ano de 1885) estiveram associadas à criação, levada a cabo por Silva Jardim e João Köpke (educador republicano próximo a Rangel Pestana), do *Colégio Neutralidade* – os quais foram coadjuvados por Américo de Campos (jornalista, redator e comanditário do jornal *Província de São Paulo* [PSP] e correligionário do Partido Republicano Paulista [PRP]), Narciso Figueiras, Artur Gomes (republicano, positivista e lente substituto da cadeira de Gramática e Língua Francesa da Escola Normal no ano de

⁴ As informações que prestamos a seguir, no que tange à Escola Neutralidade e às palestras de Silva Jardim, foram retiradas de Hilsdorf (1986).

1884) e Francisco Rangel Pestana (advogado, signatário do *Manifesto Republicano* de 3 de dezembro de 1870 e redator e criador, junto com Américo de Campos, d' *PSP*). De acordo com Hilsdorf (1986), essas conferências foram de dois tipos: as relativas às datas festivas nacionais e as de caráter pedagógico, “*públicas e gratuitas realizadas aos domingos*” (idem, p. 234).

“Em 1884, Artur Gomes e João Köpke falaram sobre ‘metodologia do Ensino das Línguas’⁵ e Silva Jardim sobre ‘Relações entre Família e Escola’ e também sobre ‘O Ensino da Língua Materna na Neutralidade’. Na primeira dessas conferências, Silva Jardim, baseando-se na lei dos 3 estados, desenvolveu a idéia de ser a mãe, na família, o órgão essencialmente educador; tendo em vista sua formação inadequada fora necessário criar a escola primária, religiosa na Idade Média, e neutra no mundo moderno⁶.

Rangel Pestana abriu a série de palestras de 1885⁷, com uma conferência sobre o tema ‘Da educação, seu objetivo e meios’, na qual desenvolveu o aforismo de Spencer: a educação consiste em preparar o indivíduo para a vida completa⁸ (idem, p. 235). Seguiram-se-lhe J. Alberto Sales (Da educação física, sua importância e modo de realizá-la)⁹; A. Caetano de Campos (Higiene e Saúde)¹⁰; J. Köpke (Educação Mental)¹¹; Antônio Carlos Ribeiro de Andrade (liberal adiantado e lente da Academia de Direito de São Paulo) com a conferência (Educação Estética)¹² e novamente João Alberto (Da necessidade do estudo de Psicologia para os

⁵ Hilsdorf (1986) colhe estes dados no jornal *PSP*, 7/10/1884, **not**

⁶ Hilsdorf (1986) colhe estes dados em *PSP*, 7/10 e 5/11/1884, **Crônica local**.

⁷ Hilsdorf (1986) colhe estes dados em **Conferências Pedagógicas. Candor dat viribus alas. Escola Primária Neutralidade. Diretor J. Köpke.** (Tip. Jorge Seckler, 1885). Ordem 5010, lata 1 (1862-1885) **AE**.

⁸ Hilsdorf (1986) colhe estes dados na *PSP*, 9 e 11/4/1885, **not.**

⁹ Hilsdorf (1986) colhe estes dados na *PSP*, 16 e 18 /4/1885, **not. s**

¹⁰ Hilsdorf (1986) colhe estes dados na *PSP*, 23/4 e 25/4/1885, **not.**

¹¹ Hilsdorf (1986) colhe estes dados na *PSP*, 30/4 e 2/5/1885, **not.**

¹² Hilsdorf (1986) colhe estes dados na *PSP*, 11 e 13/6/1885, **not.**

professores). Todos esses temas foram desenvolvidos com argumentação cientificista e positivista” (HILSDORF, 1986, pp. 234-5).

A ampliação do espectro de indivíduos que propugnavam pelo *ensino positivo* me fez atentar para as múltiplas conexões entre educação, ideologia e política, e a necessidade de compreensão da aplicação das inovações pedagógicas e das iniciativas educacionais de cunho cientificista sob o prisma da ação coletiva de um grupo mais numeroso que aquele representado pelos lentes da Escola Normal de São Paulo.

A presença de uma cadeia de personalidades ligadas à propaganda republicana de ancestralidade militante mais dilatada que a de Silva Jardim me suscitou o alvitre de que tal concepção de educação moderna preconizada pelo ilustre *tribuno da República* derivava de experiências anteriores colocadas à prova no movimento de implantação em nosso país do que os atores que se reuniram no empreendimento do *Colégio Neutralidade* denominaram de “pedagogia moderna” (entendida, entre outros fatores, como a confluência de recursos financeiros privados, currículos atualizados, ensino prático, concreto e científico e metodologia intuitiva). Tal fato contribuiu, pois, para que revisse os pressupostos que me guiaram até então e reorientasse, a partir daí, o foco da minha investigação. Nisto, fui ajudado pela tese de doutorado de Maria Lúcia Spedo Hilsdorf (*Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador*) defendida em 1986 na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Ao prestigiar a atuação de Rangel Pestana no campo educacional – desvencilhando-se assim do lugar-comum representado pelo resgate de sua experiência apenas na política e no jornalismo – Hilsdorf (1986) reconstrói a história de vida do célebre fundador do jornal *Província de São Paulo* demonstrando as múltiplas iniciativas e relações pessoais e institucionais que Pestana travou desde os estudos secundários até as vésperas da instauração da República. Os indícios que a autora aponta ao longo de sua tese levaram a me debruçar sobre as estruturas de sociabilidade estabelecidas entre aqueles indivíduos que ela mesma enumera sendo partícipes de uma concepção política e educacional comum, visando ao aprimoramento de novos métodos educacionais e a ação conjunta com o fito de promover a causa republicana. As relações pessoais, de amizade, parentesco e de cunho político, o tempo dos estudos na Faculdade de Direito de São Paulo, a ligação com a

maçonaria e grupos protestantes, o trabalho de difusão das idéias científicas, os trabalhos na grande imprensa e na edição de uma gama distinta de periódicos (jornais acadêmicos, almanaques, pequenos pasquins etc.) e as iniciativas educacionais compartilhadas, tudo isso ganha relevo na recomposição do ambiente em que se movimentavam Rangel Pestana e os demais integrantes da propaganda republicana dos últimos trinta anos que antecederam a queda do império.

Entre estes integrantes destacamos os seguintes nomes, que serão objeto de estudo mais acurado no segundo e terceiro capítulos: Américo de Campos, Francisco Rangel Pestana, Francisco Glicério, João Köpke, José Maria Lisboa, Américo Brasiliense, Francisco Quirino dos Santos, Prudente de Moraes Barros, e os irmãos João Alberto Sales e Manoel Ferraz de Campos Sales.

Decidi, pois, seguir a trilha aberta por Hilsdorf (1986) e aprofundar o conhecimento dos laços de sociabilidade edificados entre alguns dos personagens que compuseram o movimento republicano em território paulista (e que fizeram parte do rol das relações pessoais e institucionais de Rangel Pestana), procurando apreender a atmosfera em que se deu sua associação e quais implicações para o evoluir da educação em São Paulo. Deste modo, deslocamos o olhar para as experiências que engendraram sua constituição intelectual e política, refazendo os itinerários de alguns de seus integrantes. Há que se referendar, contudo, que os diversos laços de sociabilidade aos quais me referi já haviam sido dados a conhecer por Hilsdorf em sua tese de doutorado. Ao nos apresentar as experiências de Rangel Pestana na Academia de Direito de São Paulo, na imprensa, no ensino e na vida político-partidária, Hilsdorf (1986) indica as múltiplas ligações a que Pestana se vinculou em sua trajetória de vida pública, ligações as quais compunham o pressuposto de sua argumentação, como se depreende do trecho a seguir:

*“Podemos quase sentir crescer a rede de relações recíprocas entre o grupo de jovens aglutinados ao redor da **Gazeta de Campinas**, d’**A Província**, das lojas maçônicas, dos clubes radicais e republicanos, dos núcleos abolicionistas e os pastores e educadores norte-americanos que atuavam na província, participando ativamente da vida das elites dessas cidades”* (HILSDORF, 1986, p. 189).

O que nos difere, entretanto, do encaminhamento dado por Hilsdorf (1986) é que, para os efeitos de nossa pesquisa, é o grupo que constitui o objeto central da investigação e não a figura de Rangel Pestana. Além disso, o que funcionava para Hilsdorf enquanto pressuposto de análise, aqui assume foro de objeto de pesquisa.

Delimitação do objeto

A perspectiva adotada por este trabalho tem por escopo, como afirmamos há pouco, explorar os laços de sociabilidade que forneceram o amálgama à forja do grupo republicano paulista. Mais do que os aspectos formais de sua organização político-partidária ou as grandes linhas ideológicas que marcaram sua atividade de contestação ao regime monárquico, minha intenção é a de matizar as estruturas de sociabilidade que envolveu a atuação pública do *grupo* naquele período.

Complementarmente, procuramos então nos afastar do recorte estritamente calcado no âmbito da história das idéias e/ou da história política, adjudicando, outrossim, maior visibilidade aos dispositivos identitários de caráter cultural e intelectual. Tal reordenação se espera seja viabilizada pela recuperação dos díspares *loci* de sociabilidade aos quais os integrantes do grupo republicano estiveram associados.

Além da influência advinda da tese de doutorado de Hilsdorf (1986) na redefinição do objeto de estudo, no que respeita ao aprofundamento teórico sobre o conceito de *estruturas de sociabilidade* passo a apresentar, a seguir, quatro estudos que, cada qual à sua maneira, testaram as possibilidades metodológicas disponibilizadas pelo conceito e acabaram por se tornar fontes de inspiração para a condução desta pesquisa.

O primeiro deles corresponde ao trabalho de Ângela Maria de Castro Gomes (doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ e professora titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense – UFF), “*Essa gente do Rio: modernismo e nacionalismo*”, publicado em 1999, pela editora da Fundação Getúlio Vargas. Neste estudo Ângela de Castro Gomes acompanha a dinâmica dos intelectuais brasileiros nas décadas de 1920 e 1930, tendo como pano de fundo a antiga capital federal, de modo a sublinhar a relevância daqueles atores na proposição e implementação de projetos de um “Brasil moderno”. A fim de delimitar o lugar ocupado

pelo seu trabalho, Gomes acredita que a contribuição que buscou trazer “*diz respeito menos ao espaço e aos atores sob análise, e mais à abordagem escolhida*” (GOMES, 1999, p. 10). Sua aposta na captação da ambiência sócio-político-cultural da cidade do Rio de Janeiro, onde *se movimentavam* os intelectuais, permitiu-lhe “*mapear a articulação dos vários grupos a que pertenc(iam), reunidos em lugares de sociabilidade por eles legitimados para o debate e a propagação de idéias, indissociáveis de formas de intervenção na sociedade*” (*idem*, p. 10). De outro modo, Gomes (1999) localiza sua pesquisa “*na intersecção da história política e cultural, que é sempre social, assumindo uma vertente teórico-metodológica que, na França, vem recebendo a designação de ‘história de intelectuais’*”¹³(*idem*, p. 10).

Como se vê, a noção de *lugares de sociabilidade* é central no estudo de Gomes. No plano concreto, tais lugares corresponderiam, em linhas gerais, ao papel desempenhado pelas casas editoras, cafés, livrarias e associações culturais freqüentadas pelos atores em pauta, ao trabalho conjunto realizado em periódicos e também expressos pelas correspondências trocadas entre os intelectuais abordados. Para essa autora, a orientação metodológica que procurou seguir “*visou a distinguir-se de outras estratégias de análise, também do campo da história cultural, como a história das idéias e o estudo das trajetórias de conceitos*” (*idem*, p. 10), pois, “*tal análise, sem abandonar o interesse pelo conteúdo e forma da produção dos intelectuais, concentra sua atenção na lógica de constituição de seus grupos, postulando a interdependência entre a formação das redes organizacionais e os tipos de sensibilidade aí desenvolvidas*” (*idem*, p.11). A idéia de reconstituição da atmosfera em que se integravam os lugares de sociabilidade é reafirmada quando a autora intenta argumentar em prol da natureza de sua abordagem, a qual “*seria segura e profícua ao historiador por permitir uma aproximação das obras dos intelectuais, através do privilegiamento das condições sociais em que foram produzidas, enquanto constitutivas de um certo campo político-cultural*” (*ibidem*, p. 11). Dito de outra forma, a *abordagem escolhida* por Gomes aproveita o conceito de lugares de sociabilidade. Em seu texto, esse conceito se apresenta da seguinte forma:

¹³ A este respeito Gomes recorre a um artigo do historiador francês Jean-François Sirinelli, “Le hasard ou la nécessité: une histoire en chantier: L’histoire des intellectuels”. *Vingtième Siècle: Revue d’Histoire* (9), jan./maio 1986.

*“A noção de lugar de sociabilidade é, assim, central para o trabalho e está sendo tomada em uma dupla dimensão. De um lado aquela contida na idéia de ‘rede’, que remete às estruturas organizacionais, mais ou menos formais, tendo como ponto nodal o fato de se constituírem em lugares de aprendizado e de trocas intelectuais, indicando a dinâmica do movimento de fermentação e circulação de idéias. De outro, aquela contida no que a literatura especializada chama de ‘microclimas’, que estão secretados nessas redes de sociabilidade intelectual, envolvendo as relações pessoais e profissionais de seus participantes. Ou seja, se os espaços de sociabilidade são ‘geográficos’, são também ‘afetivos’, neles se podendo e devendo captar não só os vínculos de amizade/cumplicidade e de competição/hostilidade, como igualmente a marca de uma certa sensibilidade produzida e cimentada por eventos, personalidades ou grupos especiais. Trata-se de pensar em uma espécie de ‘ecossistema’, onde amores, ódios, projetos, ideais e ilusões se chocam, fazendo parte da organização da vida relacional” (id. *ibid.*, p. 20).*

A partir daí, Gomes se concentra na reconfiguração do espaço intelectual carioca da época. Embora apresente vinculações amplas, ela adverte, todavia, que o mesmo possui uma autonomia relativa que *“precisa ser reconhecida e conhecida”* (id. *ibid.*, p. 11). Tal *“poderia ser alcançado com uma investigação que acompanhasse as trajetórias de indivíduos e grupos; que caracterizasse seus esforços de reunião e demarcação de identidades em determinados momentos; e que associasse tais eventos às características de sua produção intelectual”* (idem, p. 11).

A propósito das nuances que davam os contornos desses intelectuais que teriam suas trajetórias reconstituídas – para Gomes tratava-se, em realidade, de intelectuais-artistas (p. 13) – a autora lembra que esses protagonistas vivenciavam, na passagem da década de 1920 para a de 1930, uma acentuada especialização e profissionalização de suas atividades culturais. Ainda conforme Gomes, a caracterização desse intelectual exige do pesquisador a abrangência do olhar sobre as esferas de atuação dos mesmos. Defendendo que tais intelectuais devam ser pensados enquanto *doublés* de teóricos da cultura e produtores de arte (p. 13), ela alerta para que *“suas relações (do intelectual-artista) com o aparecimento de um público e de meios de comunicação ‘de massa’ são evidentes, donde a importância*

de ações que estreitassem esses vínculos, quer através do uso de ‘outras’ linguagens – como a caricatura, a propaganda, o rádio e até o cinema – quer através do ‘ensino’ da arte, que não deveria ser monopólio de escolas, academias ou júris de salões” (idem, p. 13). Essa advertência Gomes associa também à necessidade de se combinar a mencionada reconstituição das trajetórias dos indivíduos e grupos (intelectuais-artistas) com o papel desempenhado pela cidade em fornecer as condições indispensáveis para o estabelecimento de zonas de produção artístico-culturais mais complexas:

“Dessa forma, o texto não poderia se furtar, ainda que muito brevemente, de tecer considerações sobre as relações que articulam os contextos urbanos e ‘seus’ intelectuais, relações que têm sido crescentemente contempladas por uma literatura internacional e nacional, produzida nos marcos de intersecção da história política, da história cultural e da análise sociológica. Uma das proposições mais importantes desses estudos é a que ressalta ser a cidade, além de um pólo econômico e um centro político-administrativo (mais ainda no caso da cidade-capital), uma ‘arena cultural. Nesta perspectiva, refletir sobre as características histórico-sociais de qualquer cidade é refletir sobre o conjunto de condições que delinearam o ambiente cultural em que se moviam e se ‘comunicavam’ seus habitantes, fossem eles chamados ‘homens comuns’, fossem, de forma especial, as elites políticas e intelectuais.

(...) Esse espaço (a cidade) é, portanto, produto e produtor das ações dos atores individuais e coletivos que nela vivem... Investigar quaisquer manifestações culturais sob a ótica do urbano é trabalhar com a cidade enquanto um campo de possibilidades que delimita as escolhas realizadas por seus atores, dando a elas significados apreensíveis pelas próprias experiências por eles compartilhadas” (GOMES, 1999, p. 23).

No caso de “*Essa gente do Rio*”, Gomes acredita que, ao considerar as idiossincrasias próprias do ambiente urbano, a análise do contexto sócio-histórico-cultural da cidade do Rio de Janeiro permite revelar tanto “*o tipo de organização dos intelectuais – quem eram; como se agrupavam; quando, onde e para que*” (idem, p. 22) – quanto “*as*

características estético-políticas de sua produção seriam capazes de situar sua inserção num debate mais amplo, cujo cerne era a proposição de uma ‘nova’ e ‘moderna’ identidade nacional” (ibidem, p. 22).

No que se refere às fontes para a verificação da hipótese levantada pela autora, Gomes (1999) selecionou duas revistas como “*ponto de partida para a localização dos nomes e o acompanhamento da trajetória dos intelectuais nelas envolvidos*” (*op. cit.*, 14). São elas a revista *Festa*, que circulou em duas fases, de 1927 a 1929 e de 1934 a 1935; e a revista *Lanterna Verde*, editada entre 1934 e 1944 (pp. 20-1). Por meio do estudo das duas publicações seria possível observar a “*dinâmica de sociabilidade dos intelectuais cariocas agrupados em torno de cada uma das revistas*” (p. 21).

Como se viu, também aqui o campo das relações de sociabilidade passa da condição de pressuposto da análise para a de objeto de estudo.

A segunda produção que selecionamos responde pela tese de doutorado da socióloga Heloísa Pontes, “*Destinos mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*”, defendida na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1996 e lançada em livro em 1998. Foi dessa versão em livro que retiramos as referências utilizadas neste trabalho.

Em *Destinos Mistos*, Heloísa Pontes se propôs a analisar a “*intensa sociabilidade*”, de um grupo de jovens estudantes da recém-inaugurada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo, do final da década de 1930 até os últimos anos da década de 1960, aglutinados em torno da *Revista Clima*. Tendo como núcleo duro Antônio Cândido de Mello e Souza, Gilda de Mello e Souza (ou Gilda de Moraes Rocha, antes do casamento com Antônio Cândido), Décio de Almeida Prado, Paulo Emílio Salles Gomes, Lourival Gomes Machado e Ruy Galvão de Andrade Coelho, o grupo *Clima*, como ficou conhecido em função da revista homônima que criaram, constituiu-se de um círculo de intelectuais que rompeu com concepção de trabalho e com o padrão de carreira das gerações anteriores (vale dizer da[s] geração[ões] de modernistas que os precederam). De acordo com Pontes (1998), “*situados entre os literatos, os modernistas, os jornalistas polígrafos e os cientistas sociais*” (*op. cit.*, 14), os intelectuais de *Clima* “*construíram seu espaço de atuação por meio da crítica, exercida em moldes ensaísticos mas pautada por preocupações e critérios acadêmicos de avaliação. Como críticos, inseriram-se na grande*

imprensa, nos projetos editoriais, nos empreendimentos culturais mais amplos da cidade de São Paulo. Como intelectuais acadêmicos, profissionalizaram-se na Universidade de São Paulo e formularam um dos mais bem-sucedidos projetos de análise da cultura brasileira” (PONTES, 1998, p. 14).

Embora guarde distinções importantes se comparado ao trabalho de Gomes (1999) – especialmente pela ênfase na recuperação da fase primeira da produção intelectual de Antônio Cândido, Gilda, Décio, Paulo Emílio, Ruy Coelho e Lourival Gomes Machado, quando preenche uma lacuna quanto à exploração do significado da *Revista Clima* para a formação intelectual dos indivíduos que a criaram¹⁴ – a tese de Heloísa Pontes mantém similitudes com o texto da autora de *“Essa gente do Rio”*, levando-se em consideração a *abordagem escolhida*. Essa assertiva fica explícita no trecho em que Pontes reconhece que os jovens intelectuais, alunos egressos da Faculdade de Filosofia da USP nos anos 1940, *“têm sido estudados nos últimos anos à luz da perspectiva analítica desenvolvida pela história das idéias. A referência à revista Clima (...) e ao grupo a que pertenceram nesse período, embora mencionada nesses estudos, ocupa quase sempre uma posição periférica em relação à análise interna das obras, dos conceitos e dos achados analíticos encontrados”* (PONTES, 1998, p.14).

Para contrabalançar esse ponto de vista, Pontes visa a oferecer outro aporte analítico, o qual, *“partindo do pressuposto de que idéias e obras estão alicerçadas em processos sociais concretos e contextos intelectuais precisos”*, pretende analisar o círculo de juventude daqueles intelectuais tendo como fulcro a *“recuperação da experiência cultural, social, política e institucional de seus membros mais importantes”* (*idem*, p. 14).

Destarte, chegamos à aceção com que a autora classifica seu trabalho:

“A análise do Grupo Clima desenvolvida ao longo do livro se insere no campo de estudos da sociologia da cultura e da história intelectual. Necessariamente multidisciplinar, esse campo apresenta contornos diversos em função dos acentos teóricos e metodológicos próprios das disciplinas que o integram. ‘História

¹⁴ Aparentemente, o objeto de investigação de Pontes (1998), e seu correlato contexto histórico (neste caso a *Revista Clima* e os anos iniciais da trajetória acadêmica dos integrantes do grupo) adquire status mais elevado em virtude da não prolixidade de trabalhos realizados a respeito do tema. Diferente se comparado ao estudo dos aspectos ligados ao objeto de Gomes (1999) (o modernismo brasileiro), exaustivamente estudado.

intelectual e cultural, *'história das idéias*', *'sociologia da cultura e da vida intelectual*', *'história das mentalidades*', *'etnografia do pensamento e da ciência*', *tais são algumas das denominações utilizadas para circunscrevê-lo. Menos que uma imprecisão conceitual, trata-se de diferentes maneiras de determinar os seus objetos, objetivos, metodologias e ferramentas intelectuais*" (PONTES, 1998, p. 220).

A revista que esses jovens editaram em sua primeira passagem pela FFCL-USP e o grupo de sociabilidade mais ampla a que pertenceram no período compreendido entre o final da década de 1930 até metade do decênio seguinte (a revista circulou de maio de 1941 a novembro de 1944), constituíram-se em experiência fundamental para o lançamento das bases em que se apoiou a trajetória intelectual que vieram a percorrer futuramente.

Além da crítica encetada na revista em questão, ganham maior dimensão as relações estabelecidas no interior de outros microcosmos de atuação do grupo de *Clima*, tal como a Faculdade de Filosofia (FFCL-USP), centro de sociabilidade e *"base intelectual e social de todos eles"* (PONTES, 1998, p. 217).

"(...) como produtos do sistema acadêmico implantado na capital paulista por intermédio de professores estrangeiros (tratando-se do grupo Clima, mormente os franceses), introduziram novas maneiras de conceber e praticar o trabalho intelectual, fizeram da crítica a modalidade privilegiada para expressarem a mentalidade universitária da época..." (idem, p. 214);

O mesmo vale para a colaboração nos veículos de imprensa de grande circulação (dentre as várias inserções na área jornalística vale destacar a participação de alguns integrantes do grupo de *Clima* [Décio de Almeida Prado, como diretor; Antônio Cândido como idealizador e colaborador constante; Lourival Gomes Machado como titular da seção de arte e Paulo Emílio Salles Gomes como titular da seção de cinema] na viabilização do *Suplemento Literário d' O Estado de São Paulo*). Conforme Pontes (1998), os componentes do grupo *"construíram suas trajetórias profissionais na intersecção do*

jornalismo cultural com a universidade, revelaram-se expressões maiores da intelectualidade brasileira” (p. 214).

De igual maneira Heloísa Pontes aguça a visão e os ouvidos para o peso representado pelas origens sociais semelhantes (p. 214), laços familiares (p. 150 e segs.) e alinhamentos políticos (p. 52 e segs.) na configuração do grupo de *Clima*. Do mesmo modo, depoimentos posteriores e do próprio período de circulação de *Clima* (como os que alguns dos membros concederam ao jornal *O Estado de São Paulo* entre 1943 e 1944¹⁵) serviram de índice para que a autora recuperasse, a partir do discurso de seus integrantes e dos condicionantes do meio social em que estiveram inseridos, o grau de percepção que tinham acerca da vinculação coletiva que experimentaram no período.

“(...) a gente de 22, que é mais ou menos a dele (Carlos Drummond de Andrade), prestou um grande serviço ao Brasil, tornando possível a liberdade do escritor e do artista. Mas os que conseguiram tal coisa, à custa de quanta luta e barulho, se esgotaram todos na tarefa. Poucos tiveram força para arrancar a sua obra ao experimentalismo hedonístico, e se perderam na piada, na virtuosidade e na ação política reacionária, isto é, o tipo de política tendente a preservar as gracinhas literárias e o exibicionismo intelectual” (Cândido, Antônio, “Depoimento”. *Plataforma da nova geração*, Mário Neme [org.], Porto Alegre, Globo, 1945, pp. 29-40; *apud*, PONTES [1998], p. 58).

As polêmicas travadas com representantes do modernismo da Semana de 22 também não foram esquecidas por Heloísa Pontes, especialmente a de Antônio Cândido com Oswald de Andrade, quando este alcunha os críticos de *Clima* de “*chato-boys*”.

¹⁵ Em 1944 o jornal *O Estado de São Paulo* publica os resultados de um inquérito feito com diversas figuras da intelectualidade brasileira, no qual é relevante a presença de indivíduos de idade inferior a 30 anos. Conforme Pontes (1998), o inquérito, coordenado pelo escritor Mário Neme, “*visou apurar o grau de consciência dos participantes a respeito dos **problemas mais orgânicos** da cultura brasileira; o nível e o clima intelectual em que colocavam suas preocupações mais sérias; o tipo de formação cultural recebida, se universitária ou autodidata; e, por fim, o que se poderia esperar deles no campo das ciências, das artes e das idéias*” (p. 52). Grifos da autora. Entre os entrevistados contava-se a presença de Lourival Gomes Machado, Antônio Cândido, Ruy Coelho e Paulo Emílio.

“(...) eu costume atirar a bola bem longe, não tenho culpa dela passar por cima da cabeça do sr, Antonio Candido e ir atingir sensibilidades mais vivas, mais altas ou mais jovens. Ele não deu nenhuma atenção, no seu balanço, à minha obra poética nem, à profecia do meu **Teatro**. Outros darão. Para ele será falho **Serafim Ponte Grande**. Mas outros possuem os códigos úteis à exegese desse gran-finale do mundo burguês entre nós. Também para mim vai ser, entre outras delícias, uma experiência, a prova dos nove que espero com a próxima publicação do primeiro volume de **Marco Zero**. Quero ver como se portam o sr. Antonio Candido e seus **CHATO-BOYS**” (Andrade, Oswald, “Antes do Marco Zero”, *Ponta de lança*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972, p. 42; apud, PONTES [1998], p. 82)¹⁶;

Mas talvez tenha sido a amizade dos tempos de juventude o laço de sociabilidade que recebeu a maior atenção da parte de Pontes. Quanto ao papel desempenhado pela amizade na trajetória dos intelectuais de *Clima*, a autora considera justo afirmar que:

“(...) muitos anos se passaram entre o momento de juventude e o período de maturidade de seus membros. O convívio estreito, quase diário, que tiveram entre finais dos anos 30 e meados do decênio 40 fora rompido. Adultos, às voltas com compromissos profissionais variados e com as lides próprias da vida familiar, não tinham mais o tempo necessário, que só a juventude possui (quando possui), para a intensa sociabilidade de antes. A amizade entre eles, no entanto, não se perdera. Ao contrário, ganhara contornos distintos, mas não menos sólidos, ao assentar-se em projetos intelectuais mais consistentes, acadêmicos” (p. 211).

A amizade havida entre os componentes do grupo de *Clima* é sopesada tomando-se como contraponto o estudo de Raymond Williams a propósito dos laços de sociabilidade do “*Bloomsbury Group*”¹⁷. “Composto por Virginia Woolf, Vanessa Bell, Clive Bell, Maynard

¹⁶ Pontes (1998) retira o trecho contendo a fala de Oswald de Andrade de uma reprodução do artigo original, publicado posteriormente n’ *O Estado de S. Paulo* em agosto de 1943. Grifos da autora.

¹⁷ Williams, Raymond. “A fração Bloomsbury”. In: *Revista Plural*, revista do curso de pós-graduação em sociologia do Depto. de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Trad. de Rubens de Oliveira Martins e Marta Cavalcante de Barros. São Paulo, nº 6, pp. 139- 168. Este ensaio de Williams foi publicado originalmente como um capítulo do livro “Problems in materialism and

Keynes, Morgan Foster, Roger Fry, Desmond MacCarthy, Leonard Woolf, entre outros, o grupo se notabilizou pela importância dos trabalhos que vários de seus membros produziram nas áreas de literatura, economia, política, psicanálise e artes” (PONTES, 1998, p. 219). Em “*The Bloomsbury fraction*”, Raymond Williams discute o significado social e cultural de grupos que, não tendo por detrás uma instituição relativamente organizada, tais como igreja, universidade etc., cimentam seus laços em função de um forte sentimento de amizade. Para Pontes, uma contribuição importante do ensaio de Williams (1982) residiria justamente no fato deste autor considerar grupos como o “*Bloomsbury*”, aparentemente marginais ou efêmeros, em um elemento central para uma dada dinâmica social. Ela concorda com Williams (1980) quando este sinaliza para que a “*análise de qualquer agrupamento, feita em um registro sociológico, deve ser capaz de responder a duas questões fundamentais: em primeiro lugar, quais são as idéias, as atividades e os valores partilhados que asseguraram essa amizade proclamada e, ao mesmo tempo, contribuíram para a formação do grupo e para que ele se distinguisse de outros grupos culturais; em segundo, no que essa amizade é indicativa ou reveladora de fatores sociais e culturais mais amplos. Para tanto, é preciso considerar não apenas as atividades, os princípios e os valores manifestos de seus membros, mas também as suas posições sociais e idéias implícitas*” (PONTES, 1998, p. 15).

Portanto, considerada a filiação teórica de Pontes (1998) para com Williams (1982), podemos compreender melhor o significado da amizade entre os integrantes do grupo de *Clima*, suas conexões com o meio em que se forjou, os termos em que cada um deles se reconhecia e se fazia apresentar perante os demais membros e a comunidade externa, e a exata dimensão social e cultural do pronunciamento desses termos.

Assim, se décadas após o término da *Revista Clima*, e obviamente em função do prestígio e notoriedade alcançados pelos seus integrantes nos círculos intelectuais do Brasil e do mundo, estes últimos podem ser estudados separadamente “*dado o alcance de suas obras para o entendimento de dimensões significativas da literatura, do teatro, das artes plásticas e do cinema brasileiro*” (PONTES, 1998, p. 214), para o início de sua trajetória intelectual o mesmo recorte compartimentado não é suficiente. Para Pontes (1998) outros

culture”. Londres, Verso Editions, 1980. Do ponto de vista teórico, Heloísa Pontes informa que a perspectiva analítica que norteou sua tese de doutorado encontra sua formulação mais precisa neste trabalho de Raymond Williams.

são os códigos que possibilitam a reconstituição das experiências daqueles intelectuais, códigos os quais se explicitam pelas estruturas de sociabilidade vividas no período, elencadas, a seguir, pela autora:

“(...) as origens sociais semelhantes; a experiência da amizade compartilhada na juventude e reforçada na vida adulta pela ausência de tensões e competições entre eles – propiciada pela especialização em áreas distintas ainda que fronteiriças; as relações estabelecidas com os cientistas sociais e com figuras de ponta do modernismo; a inserção num sistema cultural pouco profissionalizado e segmentado, no qual a oposição entre jornalistas e acadêmicos não tinha ainda os contornos beligerantes de hoje; os constrangimentos intelectuais perseguidos; as posições conquistadas dentro da Faculdade de Filosofia” (PONTES, 1999, p. 214-5).

O terceiro texto corresponde ao livro de Sérgio Adorno, *“Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira”*¹⁸, publicado em 1988. Neste estudo, Adorno foca o juridicismo acadêmico¹⁹, no período que se estende de 1827 a 1883²⁰, testando a pertinência da tese que apregoa que a Academia de Direito de São Paulo esteve atravessada, durante o Segundo Reinado, por um dilema liberal. Aprofundando hipótese originalmente levantada por Venâncio Filho (1977), Adorno defende que *“nunca houve, efetivamente, ensino jurídico no Império, porém uma vida acadêmica bastante agitada e controversa, isto é, um ambiente extra-ensino, independente da relação didática entre aluno e professor, foi o responsável pela profissionalização do bacharel”* (Adorno, 1988, pp. 26-7). Após o levantamento das fontes, Adorno concluiu que as mesmas indicavam que a formação dos bacharéis, em São Paulo, de 1827 a 1883, não se pautou pelo processo de

¹⁸ O livro se baseia em sua tese de doutorado *“Arte da prudência e da moderação: o liberalismo e a profissionalização dos bacharéis na Academia de Direito de São Paulo (1827-1883)”*, defendida em 1984 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Para os fins deste trabalho utilizamos a versão em livro.

¹⁹ Adorno atém-se à Faculdade de Direito de São Paulo.

²⁰ *“O limite final da periodização (1883 é o ano de formatura da turma que começara em 1879) se justifica porque, em 1879, foi instituída a reforma do Ensino Livre, que dividiu o curso em ciências jurídicas e ciências sociais, em resposta às demandas provenientes da diversificação do aparato burocrático do Estado. No que se refere ao limite inicial corresponde à lei que institui o ensino jurídico no país (11/08/1827)”* (pp. 30-1).

ensino-aprendizagem. Tal conclusão, nota o autor, revelou que o caminho a ser trilhado “residia no exame das condições sociais, intelectuais e culturais que transformaram o ambiente extracurricular na verdadeira sala de aula” (*idem*, p. 26), responsável pela formação dos futuros bacharéis.

De acordo com essa ótica, o autor acena para que esse ambiente extra-ensino pode ser mais bem percebido a partir da recuperação das biografias de alunos e de professores da Faculdade de Direito, além de exemplares da imprensa estudantil. Do ponto de vista metodológico, Adorno (1988) se deu conta de que perfis de carreira revelaram-se proveitosos para explicar as relações entre trajetórias de vida e estruturas sociais.

“Relatos sobre aspectos do universo acadêmico, dotados de notável sabor pitoresco, revelam o quanto a ausência de uma sólida estrutura curricular, de um eficiente sistema de aprendizagem e de um relacionamento social, antes de tudo, orientado por princípios de impessoalidade e objetividade, influenciaram a formação político-cultural dos bacharéis” (ADORNO, 1988, p. 118).

Ancorado, então, na atuação das agremiações estudantis – e nos periódicos acadêmicos que editaram (a imprensa acadêmica teria servido de ante-sala de profissionalização da atividade política [p. 165]) – Adorno (1988) refuta a validade do dilema liberal, afirmando se tratar, na verdade, de um falso dilema, haja vista que o ponto de inflexão recai na ambigüidade da relação liberalismo/democracia (p. 25).

“No horizonte das práticas jurídico-político-institucionais do Império brasileiro, divisaram-se ambivalências fundamentais: o cruzamento entre duas opções políticas antagônicas – o conservadorismo e o radicalismo – reatualizou sistematicamente a dissensão entre liberalismo e democracia, postergando à República a solução de uma crise hegemônica que atravessou o penoso percurso da experiência monárquica (p. 36).

(...) Meu propósito, portanto, foi demonstrar que não existiu um dilema liberal, porém um dilema democrático que percorreu todos os meandros das estruturas de apropriação do poder nessa sociedade, no século passado. O fio condutor da

análise segue, antes, a cisão entre princípios liberais e democráticos, iniciada após a consolidação do processo de Independência e acentuada ao longo de todo o período imperial” (ADORNO, 1988, p. 25).

Mesmo admitindo que a prática política e social dos estudantes de direito funcionou como instância reprodutora das inconsistências do liberalismo brasileiro, Adorno (1988) procura reposicionar o lugar “real” ocupado pelas idéias liberais no projeto de constituição de uma burocracia estatal, cujas fileiras seriam recrutadas nas Academias do Império, em especial, nas Faculdades de Direito:

“Os princípios liberais serviram menos como instrumento ideológico no sentido de possibilitar a formação do consenso entre os grupos sociais. Essa questão tem sido tratada de modo a incorrer em impasses, aliás, como de resto tem incorrido a literatura sociológica²¹ que busca integrar as origens, significado e limites dessa forma de pensamento na sociedade brasileira oitocentista. O impasse refere-se ao crédito, suposto, conferido pelas elites políticas ao ideário liberal como instrumento de dominação. Crê-se que a função ‘prática’ do liberalismo brasileiro consistiu em inverter, no plano das representações, as bases materiais em que se assentaram o regime de produção e de propriedade dominantes na estrutura social brasileira pós-colonial, ocultando as raízes da desigualdade social. A fraqueza dessa interpretação reside em conceber o liberalismo brasileiro como ideologia das classes dominadas, promovendo o consenso e a dominação política. Nesse caso, o liberalismo brasileiro é pensado como um sistema ordenado e articulado de idéias e de representações, cujo objeto é obscurecer os fundamentos das contradições entre as classes sociais e produzir a ‘ilusão’ da igualdade e liberdade entre os homens” (ADORNO, 1988, p. 161).

A estratégia de Adorno (1988) em tomar como lugar privilegiado de análise as associações estudantis e a imprensa acadêmica nos ajuda na tarefa de persecução da trajetória dos personagens republicanos que ora estudamos. Dentre eles, podemos

²¹ Todavia, Adorno (1988) não indica quais as obras e autores que a compõe.

comprovar que muitos freqüentaram os bancos escolares da Academia de Direito de São Paulo. A seguir, os nomes e a indicação das turmas a que pertenceram: Américo Brasiliense (1851-55 [posteriormente, em 1880, torna-se lente da FD]); Américo de Campos (1856-60); Francisco Quirino dos Santos, Francisco Rangel Pestana, Manoel Ferraz de Campos Sales e Prudente de Moraes Barros (1859-63); João Köpke (1871-75); João Alberto Sales (1878-82). (NOGUEIRA, 1908), (VAMPRÉ, 1924) e (HILSDORF, 1986).

Além disso, demonstra uma filiação metodológica que agrega em seu bojo o reconhecimento de *loci* de sociabilidade que cumpriram a função de repositório das competências ausentes na formação escolar (ou mesmo inexistência dessa formação).

Embora, no Brasil, a disseminação das matrizes teóricas que vieram a auxiliar a abordagem calcada na reconstituição das estruturas de sociabilidade tenha propiciado frutos, em termos da confecção de trabalhos que caminhem nessa direção, somente por volta da década de 1990, a sensibilidade para o tratamento do tema, segundo o atesta o estudo de Adorno (1988)²², já existia na década anterior.

“Assim, no contexto de uma vida acadêmica controvertida, agitada, heterogênea e ambígua, construída nos interiores das associações e institutos científicos, políticos, literários e filosóficos, o jornalismo foi tanto o espaço que possibilitou a inserção do acadêmico/bacharel em loci²³ diversos daqueles exclusivamente ditados pela ciência do Direito, quanto o espaço destinado à criação de uma ‘intelligentzia’, da qual se recrutavam os intelectuais da sociedade brasileira oitocentista – administradores políticos, magistrados, burocratas, professores, homens de letras” (ADORNO, 1988, p. 163).

Considerando, pois, que a vivência acadêmica correspondeu a um dos laços de sociabilidade a que estiveram ligados os futuros componentes do grupo republicano paulista focalizado no trabalho que ora apresentamos, o estudo de Adorno (1988) forneceu subsídios importantes acerca da dinâmica que assumiu a experiência estudantil na formação intelectual e política do alunado da Academia de Direito. E, embora esta fase não tenha

²² Embora seguindo rumo distinto do que foi tomado pela pesquisa de Adorno (1988), a tese de doutorado de Hilsdorf (1986) é outro exemplo do que referimos acima.

²³ Grifo meu.

sido a decisiva para solidificar a plataforma programática do grupo no que tange à esfera educacional, ela foi imprescindível para tal, na medida que os aproximou e lançou as bases para a militância posterior a partir de idéias que já comungavam no período das Arcadas e que, num futuro próximo, parte delas seriam recuperadas – enquanto outra parte seria atualizada – nas outras demandas que vieram a enfrentar no caminho da propaganda republicana.

O quarto e último texto se refere à tese de doutorado de Bruno Bontempi Jr., defendida em 2001 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com o título: “*A cadeira de História e Filosofia da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa*”. Ao definir seu objeto de estudo na intersecção das “*relações entre uma universidade, um intelectual, um grande jornal e uma disciplina acadêmica*” (BONTEMPI Jr., 2001, p. 22), relações que por seu turno seriam responsáveis pela criação de “*um ‘microclima’ sob o qual foi gerado o ‘projeto pioneiro de escrita de história da educação brasileira’*”²⁴ (*idem*, p. 22), Bontempi Jr. explora as redes cognitivas que plasmaram o percurso pessoal e profissional de Laerte Ramos de Carvalho, catedrático titular da cadeira XLV – “História e Filosofia da Educação” – da antiga Seção de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, bem como a trajetória da própria cadeira de História e Filosofia da Educação, desde os tempos em que compunha a grade curricular do Instituto de Educação, portanto, antes da criação da Universidade de São Paulo, até o ano de 1962, “*momento em que Ramos de Carvalho reuniu o grupo de doutorandos e deu início ao projeto de pesquisa e escrita da história da educação brasileira*”²⁵ (p. 27).

²⁴ Bontempi Jr. (2001) recupera essa expressão do estudo de Leonor Maria Tanuri, “Historiografia da Educação Brasileira: contribuição para o seu estudo na década anterior à instalação dos cursos de pós-graduação”. In: MONARCHA, Carlos (org.). *História da Educação Brasileira: formação do campo*. Ijuí, Unijuí, 1999, pp. 147-68.

²⁵ Bontempi Jr. elenca, a partir do trabalho de Tanuri (1999), os seguintes pesquisadores que estiveram sob orientação de Ramos de Carvalho: Roque Spencer Maciel de Barros, José Mário Pires Azanha, Heládio César Gonçalves Antunha, João Eduardo Villalobos, Maria de Lourdes Mariotto Haidar, Casemiro dos Reis Filho, Rivadávia Marques Júnior, Jorge Nagle e Tirsa Regazzini Peres.

A respeito da legitimidade alcançada pela história da educação no campo acadêmico, Bontempi Jr. (2001) ilustra a ‘odisséia’ empreendida por esta disciplina, que, em realidade, não constituía disciplina autônoma no período abrangido pela pesquisa (1940 a 1962), e a importância de Laerte no seu desenvolvimento em solo brasileiro:

“Em verdade, a História da Educação Brasileira não existia como ‘disciplina específica’, aparecendo com algum destaque nos cursos da Cadeira XLV apenas nos momentos em que os problemas da educação estavam em maior evidência do lado de fora da Faculdade, indicando que o interesse pela história atendia em grande parte às necessidades do jornalista Laerte Ramos de Carvalho, que, entrincheirado desde fins dos anos 40 na redação de OESP, buscava no passado exemplos e argumentos que defendessem as posições do jornal sobre a educação no estado e no país” (BONTEMPI Jr., 2001, p. 233).

Para a execução de seu intento, Bontempi Jr. investiga os diferentes *loci* de sociabilidade que estiveram presentes no percurso anteriormente referido. Entre eles, alude à vivência na FFCL-USP²⁶, ao embate com os representantes do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), à contribuição com o Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE), além da atividade jornalística desempenhada n’*OESP*²⁷:

“A Cadeira de História e Filosofia da Educação da USP foi tomada como epicentro das relações entre o intelectual Laerte Ramos de Carvalho, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e o jornal ‘O Estado de S. Paulo’. Todas essas relações foram possíveis, por sua vez, justamente devido à presença articuladora do filósofo, catedrático e jornalista Ramos de Carvalho. Foi possível constatar que, ao longo dos anos 40 e 60, período de que se ocupou esta

²⁶ Primeiramente como aluno (1939-41), e depois como assistente do professor Cruz Costa na cadeira de *Filosofia I* (de janeiro de 1943 a janeiro de 1944 como instrutor voluntário e, desta data até 1955, efetivado como assistente. Somente após essa data é que Ramos de Carvalho abandona definitivamente o Departamento de Filosofia da FFCL); e também como assistente do professor Roldão Lopes de Barros na cadeira de *História e Filosofia da Educação* (assume o cargo de assistente em março de 1948 em substituição a Querino Ribeiro e, após prestar o concurso para a cátedra, é investido no cargo em 1955).

²⁷ De 1947 a 1972 Laerte Ramos de Carvalho foi o responsável pela redação dos editoriais sobre educação em *OESP* (BONTEMPI Jr., 2001).

investigação, todas as partes envolvidas na rede de relações deixaram as marcas de sua influência umas sobre as outras, bem como, todo o conjunto produziu o ‘microclima’ sob o qual foi gestado o projeto de produzir monografias em história da educação brasileira sob o molde acadêmico” (BONTEMPI Jr., 2001, p. 265).

Tais redes de relações, cotejadas a partir de uma abordagem que privilegia o cruzamento dos campos intelectual, político e cultural, impôs-se como tarefa transcender o paradigma representado pelo exame de aspectos centrados exclusivamente na ‘vida e obra’ (*idem*, p. 12) do personagem retratado:

*“Procurando superar os resultados das investigações de tipo ‘internalista’, ou seja, que se atém em verificar como evoluiu a legislação referente à disciplina (“História e Filosofia da Educação”), ou como os seus programas se desenvolveram no âmbito de uma ‘economia interna’, levou-se em consideração a atuação dos intelectuais, na academia e fora dela, assim como o debate político e educacional na grande imprensa, em uma investigação ‘externalista’, que tomaria para a análise elementos que a rigor não se relacionavam às práticas especificamente acadêmicas da disciplina, mas que efetivamente concorreram para a conformação de sua ‘identidade cognitiva”” (BONTEMPI Jr., *op. cit.*, p. 19).*

Bontempi Jr. toma os conceitos de investigação internalista e externalista de empréstimo a Pontes (1998). Para a autora de “*Destinos mistos*”, “se o objeto da história cultural não se encontra determinado a priori (...) podemos, no entanto, a título de sistematização precária, afirmar que duas são as posturas que recortam essa área: ‘internalista’ e ‘externalista’. A primeira (...) visa principalmente a uma análise interna das obras e dos produtos culturais, os quais têm a sua inteligibilidade assegurada no sistema interno de sua produção. Para a postura externalista, ao contrário, a produção cultural e intelectual – configurada no plano das idéias e das obras – explica-se não só por razões internas mas sobretudo externas. Seu foco analítico é deliberadamente posto nas condições sociais de produção das obras e não na forma e nos seus conteúdos substantivos. Ela pretende dar conta tanto do perfil sociológico dos produtores de bens

*culturais, intelectuais e simbólicos, de suas representações, ideologias e práticas sociais, como do campo particular em que estão inseridos*²⁸” (PONTES, 1998, pp. 220-1).

A adoção, pois, da perspectiva externalista, ao açambarcar as dimensões que escapam à órbita estrita da biografia e da produção intelectual de Laerte Ramos de Carvalho e das fontes objetivas a respeito da estrutura, funcionamento e transformações por que passou a disciplina “História e Filosofia da Educação” – recuperando, assim, as condições sociais em que se delineou a trajetória de ambos – corrobora, segundo Bontempi Jr. (2001), para o enriquecimento da análise de aspectos da historiografia da educação brasileira até então pouco explorados, no qual um determinado objeto de estudo, retomado sob ângulos diferentes e à luz de abordagens diversificadas, possa levantar novos problemas e experimentar a validade de interpretações consagradas pela historiografia.

Após essa apresentação, faz-se mister que cotejemos as marcas distintivas de cada um dos estudos indicados com as peculiaridades desta pesquisa de mestrado. Enquanto em Gomes (1999) o alvo da investigação é um grupo cuja base comum provém das artes e literatura (tanto quanto seu foco guarda relação íntima com matéria própria dos domínios artístico e literário); em Pontes (1998) trata-se de um conjunto de intelectuais uspianos que buscaram a especialização profissional no ramo da crítica literária, do cinema, do teatro e das artes plásticas, conjunto o qual viu suas redes cognitivas se organizarem num campo intelectual relativamente institucionalizado, tendo como núcleo articulador a Faculdade de Filosofia da USP, instituição que os acompanhou em quase toda a extensão de suas vidas.

Em relação a Adorno (1988), ele tomou por escopo os lugares de sociabilidade representados pelas agremiações e imprensa estudantis, vislumbrando um espaço de relações alternativo ao da formação escolar propriamente dita (que, para este autor, não teria existido de fato durante o curso da periodização que adotara [1827-1883]). Já Bontempi Jr. (2001) buscou o rastreamento das redes cognitivas constituintes da trajetória pessoal e profissional de Laerte Ramos de Carvalho e também daquela vivida pela

²⁸A propósito da postura ‘*internalista*’ no domínio da mitologia, da história da arte e da ciência, Pontes (1998) sugere consultar: Claude Lèvi-Strauss (“Mytologiques. Le cru et le cuit”, 1964); Carlo Guinzburg (“De A. Warburg a E. H. Gombrich”, 1989); e Roberto Cardoso de Oliveira (“A vocação metadisciplinar da etnografia das ciências”, 1988). Já para a postura ‘*externalista*’, indica: Max Weber (“Sociologia de la religión”, 1984); Clifford Geertz (“The way we think now”, 1993); Carl Schorske (“Viena fin-de siècle”, 1988); Norbert Elias (“O processo civilizador”, 1990); Fritz Ringer (“The decline of the Germans mandarins”, 1969); Wolf Lepenies (“Between literatue and science: the rise of sociology”, 1988); e, finalmente, Pierre Bourdieu (“Leçon inaugurale”, 1982; e “Homo academicus”, 1984).

disciplina “História e Filosofia da Educação”, redes inseridas, da mesma forma que em Pontes (1998), num campo intelectual já razoavelmente institucionalizado. Acrescente-se que, no caso de Bontempi Jr., seu matiz é de nítido cunho pedagógico e, em nosso caso, as estruturas de sociabilidade estabelecidas pelos membros do grupo de republicanos paulistas da segunda metade do século XIX são recuperadas tanto em seu viés político quanto educacional, ou, antes, na interseção desses dois domínios.

É pertinente enfatizar que, distintamente de Bontempi Jr., o âmbito pedagógico, em sentido estrito, não é contemplado aqui. Da mesma maneira, não é a literatura, em sentido estrito, objeto de nosso interesse, lugar aqui ocupado pela educação. Por fim, a persecução das redes cognitivas levadas a cabo por Pontes (1998) e Bontempi Jr. (2001) não nos afigurou um procedimento frutífero no caso de nosso objeto de estudo, na medida em que o campo intelectual não estava suficientemente autonomizado na província de São Paulo de finais do Oitocentos do mesmo modo que já o estava a partir de 1940, donde resulta que sua configuração não apresentava a complexidade das teias de relações observadas nos dois textos aludidos acima, principalmente no que tange a existência de uma rede institucional que absorvesse e/ou pudesse ser ocupada pelos intelectuais.

Devedor, portanto, dos caminhos apontados pelas obras relacionadas acima, esta dissertação de mestrado se apóia em arcabouços conceituais oriundos da história cultural e da história intelectual, dispendo-se a analisar a constituição de um grupo de intelectuais e políticos da segunda metade do século XIX na província de São Paulo, num registro que privilegia a dimensão de suas práticas e representações, com o correspondente resgate das experiências e ligações apresentadas pelos seus principais integrantes.

Referencial teórico-metodológico e fontes

A compreensão que se teve das contribuições dos personagens associados ao republicanismo dos últimos decênios do século XIX à educação foi, durante boa parte do século passado, produto de uma determinada postura que privilegiava, via de regra, as influências estrangeiras recebidas nos campos educacional, filosófico e científico, e como isso se traduziu em suas propostas de reforma do sistema de ensino nacional e nos inúmeros empreendimentos levados a cabo que acarretaram a direção ou a participação desses

mesmos agentes. Por volta dos anos 1970 e até o final da década de 1980, graças ao influxo do modelo de interpretação marxista nos programas de pós-graduação das áreas de história e história da educação (BONTEMPI Jr., 2001), essa configuração tomou outro aspecto e a primazia que se concedia ao plano das idéias deu lugar ao recorte calcado nas relações entre Estado (reformas, política e legislação educacional, organização da rede de ensino e sistemas de inspeção escolar etc.), sociedade e agentes da educação, salvo exceções. Já no crepúsculo da referida década de 1980, a situação tornou a se modificar, quando a virada representada pela “Nova História Cultural” passou a dar o tom nas pesquisas em história da educação no Brasil, em especial influenciadas pelo trabalho de Carvalho (1989)²⁹. Preocupados com as múltiplas interações entre cultura e educação, não apenas assistiu-se a uma ampliação dos objetos e fontes, como também se verificou uma inovação na(s) metodologia(s) de pesquisa. O debate com diversas áreas do conhecimento possibilitou ao historiador da educação reexaminar os projetos e empreendimentos republicanos para a educação a partir de uma gama mais vasta de eixos de análise.

Ressaltamos anteriormente que já se pronunciava na década de 1980 a sensibilidade para o tratamento da problemática referente às estruturas de sociabilidade, e conseqüentemente, para um esforço no sentido de desenhar um amplo quadro das ligações de indivíduos e grupos sociais, dando a conhecer ao público o caráter dos laços que então se estabeleciam³⁰. Não obstante, conquanto trabalhos do decênio retrasado tenham demonstrado essa preocupação, é somente há cerca de mais ou menos dois lustros que o tema adquiriu o estatuto de objeto de estudo, deixando de ocupar a mera condição de ferramenta auxiliar para içar-se ao primeiro plano dos interesses acadêmicos.

Um reflexo disso é que a retomada de uma história dos intelectuais levada a efeito na França na passagem da década de 1970 para a de 1980 veio, de maneira muito incisiva, a inspirar os trabalhos que se dedicaram ao desenvolvimento do conceito de estruturas de sociabilidade no Brasil. Dois dos trabalhos comentados na seção anterior desta pesquisa,

²⁹ Carvalho, Marta M. Chagas de (1989). “O novo, o velho, o perigoso: relendo ‘A Cultura Brasileira’”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nov., nº 71, pp. 29-35.

³⁰ Um dos exemplos que fornecêramos havia sido a tese de doutorado de Hilsdorf [1986]. Ela possuía, entre outros, o mérito de reconhecer a teia de relações pessoais e institucionais que matizava a trajetória de vida de Rangel Pestana e influía nos encaminhamentos assumidos na militância política, atividade jornalística e pensamento e ação educacionais deste líder republicano.

não sem propósito produzidos após a década de 1990, são exemplo desse processo: o ensaio de Ângela de Castro Gomes (1999) e a tese de Bruno Bontempi Jr. (2001).

“(...) é chegada a hora, afinal, para esta história das paixões francesas que é a história política dos intelectuais, a hora da História, com esta maiúscula que convém a toda atividade de pesquisa que possui status científico reconhecido” (SIRINELLI, 2003, p. 231)³¹.

Do movimento verificado na França, um autor em especial tem sido “assimilado” com maior intensidade entre os estudiosos brasileiros, trata-se do historiador Jean-François Sirinelli. Ele auxiliou nossos intelectuais a formular suas análises articulando o aspecto intelectual ao aspecto político. Segundo esse autor:

“(...) a história dos intelectuais [se configura] num campo histórico autônomo [mas] que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural” (SIRINELLI, 2003, p. 232).

Sirinelli (2003) identifica múltiplas causas para a recuperação da história dos intelectuais, que, apesar de ligadas tanto à dinâmica de seu próprio campo quanto aos câmbios observados na evolução do *status* da história política e da história recente³², derivam de uma alteração relacionada diretamente com o extrato de que provém.

“Contudo, o essencial não está, no que diz respeito à história dos intelectuais, nem nessa renovação da história política nem na jovem dignidade da história recente. Foi o próprio objeto dessa história que mudou de status nas representações coletivas. De um lado, o grupo social dos intelectuais cresceu nas últimas décadas (...) Por outro lado, e sobretudo, esse grupo perdeu seu reflexo particular no espelho francês” (SIRINELLI, 2003, pp. 239-40).

³¹ A edição original publicada na França do livro de René Rémond “*Por une histoire politique*”, no qual figura o artigo de Sirinelli “*Les intellectuels*”, retroage ao ano de 1988.

³² Este último eixo, o do *status* da história recente foi mais bem desenvolvido por Sirinelli no artigo: “*Ideologia, tempo e história*”. In: Chauveau, A. & Tétard, Ph. “Questões para a história do presente”. Bauru, Edusc, 1999, pp. 73-92. Trad. Ilka Stern Cohen. A edição francesa é de 1992.

Para a escrita de uma história dos intelectuais, Sirinelli (2003), recorre ao interesse do emprego das noções de geração³³, itinerário e sociabilidade (p. 245). Em primeiro lugar, no que se refere à noção de geração, ela existiria, no território do historiador, ao mesmo tempo como objeto de história e como instrumento de análise (SIRINELLI, 1996, p. 137). Quanto à sua propriedade de “utensílio de medição do tempo”, Sirinelli (1996) ressalva que de forma alguma existe geração-padrão: “*em nenhum caso podemos distinguir nela uma estrutura cronologicamente invariável, que transcende as épocas e os países*” (SIRINELLI, 1996, p. 137). A história, pois, tendo seu ritmo ditado pelas gerações, assemelhar-se-ia a uma “*história em sanfona*”³⁴, dilatando-se ou encolhendo-se ao sabor da frequência dos fatos inauguradores” (SIRINELLI, op. cit., p. 134). Ainda assim, e sem que haja conflitância com essa idéia:

“[O uso da noção de geração] *é incontestavelmente uma estrutura*³⁵ *que a análise histórica deve levar em consideração, o que, diga-se de passagem, contribui – se é que isso é preciso – para reabilitar o acontecimento. Em vez de ser apenas a espuma de uma vaga formada pelas estruturas sócio-econômicas, este também pode ser gerador de estruturas: por exemplo, as gerações criadas ou modeladas por um acontecimento gerador*” (SIRINELLI, 1996, p. 137).

Já a noção de itinerário, que teria padecido do descrédito por que passou o gênero biográfico em boa parte do século XX, tem-se constituído, atualmente, em profícua ferramenta para se “*desenhar mapas mais precisos dos grandes eixos de engajamento dos intelectuais*” (*idem*, 245-6). Ainda que hajam problemas associados à interpretação das linhas de força que revestem as trajetórias, do qual seria modelar o cuidado contínuo do pesquisador em reconhecer a extrema diversidade das especificidades individuais, impedindo, desse modo, “generalizações apressadas e aproximações duvidosas”, a

³³ Quanto à noção de geração, baseamo-nos em outro artigo de Sirinelli, “A geração”, in: FERREIRA & AMADO, *Usos e abusos da história oral*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 131-7. Originalmente, este artigo foi publicado em: “*Périodes; la construction du temps historique*”. Paris, EHESS et Histoire au Présent, 1991, p. 129-34.

³⁴ Grifo do autor.

³⁵ Grifo do autor.

reconstituição do itinerário de formação de um intelectual proporciona que se iluminem as experiências vividas pelo indivíduo estudado e os compartilhamentos encetados com os que lhe foram coetâneos, o que significa que o recurso ao instrumento de análise representado pelo uso da noção de itinerário é mais proveitoso se não se olvidar a aceção inter-relacional das trajetórias, percebidas pelos campos de atração entre percursos intelectuais distintos:

“Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de aprender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar” (SIRINELLI, 2003, p. 248).

Warde (2003) também ilustra a necessidade de cruzamento das perspectivas individual e coletiva:

“Pensar os intelectuais como coletivos que se organizam e funcionam em rede, aponta, de um lado para a singularidade das regras que os regem. Tornar-se membro de uma rede intelectual, por exemplo, não se impõe como lei sobre um indivíduo que pode decidir dela participar ou não. De outro lado, pensar intelectuais em rede – por oposição à imagem de um cipal de indivíduos cujos caminhos se cruzam por força do acaso – aponta para a existência de regras de inclusão e exclusão, de pertença ou de oposição.

Aponta, ainda, para uma dimensão específica da rede como o coletivo articulado de agências e agentes de formação do intelectual. Face a seu membro, a rede opera como o veículo de acesso a um conjunto determinado de ferramentas mentais disponíveis em um tempo e lugar; valida e legitima aquele conjunto, admitindo, dispensando ou se opondo a outros; funciona como base de apoio para investidas dos seus membros, assim como opera como filtro dos novos arranjos morfológicos que as criações originais desencadeiam” (WARDE, 2003, p. 150).

Sirinelli (2003) aponta, dentre as estruturas mais elementares de sociabilidade, duas que, a seu ver, se-lhe afiguram essenciais: são elas as revistas e os manifestos/abaixo-assinados. Quanto à primeira, é justo afirmar que “*as revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subentendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados e as cisões advindas*” (p. 248). Quanto à função cumprida pelas revistas, dois aspectos são sublinhados por Sirinelli (2003): além de constituírem um lugar fertilíssimo para o acompanhamento da germinação de idéias, revelam-se um posto privilegiado para a observação da dinâmica seguida pelos laços de sociabilidade comungados no interior do microclima intelectual³⁶.

“*Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão*” (SIRINELLI, 2003, p. 249).

Este duplo aspecto seria compartilhado também, de acordo com Sirinelli (2003), pelos manifestos e abaixo-assinados. Ao mesmo passo que funcionariam enquanto *janelas* abertas para se conhecer o espectro dos componentes da arena intelectual do momento, corresponderiam igualmente a verdadeiros sismógrafos “*para revelar e medir as ondas, os abalos e estremecimentos que percorrem a **consciência nacional***”³⁷ (p. 249).

Portanto, a fundamentação conceitual e metodológica que orientou a recuperação dos laços de sociabilidade do grupo republicano de São Paulo dadas a ver pelas páginas do *ALSP* – e que podiam ser sentidas, outrossim, a gravitar em torno de alguns veículos de imprensa, como é o caso da *Gazeta de Campinas* e, depois, da *Província de São Paulo*, e de instituições como o Partido Republicano Paulista – deriva da aplicação da noção de estruturas de sociabilidade, desenvolvida por Sirinelli. A idéia de resgatarmos os preâmbulos da composição daqueles laços, que retroagem à vivência acadêmica na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, guarda conexão direta com o que Sirinelli

³⁶ Acreditamos que esse papel tenha sido desempenhado pela nossa principal fonte documental, o *Almanach Litterario de São Paulo (ALSP)*.

³⁷ Grifo meu.

(2003) apregoa como indispensável para apreendermos, em toda a sua plenitude, os vetores que orientam as trajetórias de vida de intelectuais, ainda que com isso não se deseje proceder a uma operação teleológica.

“Mas, em todo caso, é possível e necessário fazer sua arqueologia [das estruturas de sociabilidade], inventariando as solidariedades de origem, por exemplo de idade ou de estudos, que constituem muitas vezes a base de ‘redes’³⁸ de intelectuais adultos. É lógico, sobretudo no caso dos acadêmicos, remontar a seus jovens anos escolares e universitários, numa idade em que as influências se exercem sobre um terreno móvel e em que uma abordagem retrospectiva permite reencontrar as origens do despertar intelectual e político” (SIRINELLI, 2003, pp. 249-50).

De maneira semelhante, pude perceber, respaldado por Sirinelli (2003), que o aspecto afetivo, traduzido no que diz respeito aos republicanos paulistas da última metade do século XIX por uma relação de amizade que se misturava às contingências de ordem profissional e ideológica, desempenhou função de suma relevância para que pudesse alcançar o fio da meada que levasse à concretização do meu intento.

Nas palavras do próprio Sirinelli (2003):

*“A atração e a amizade e, **ao contrário**³⁹, a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor desempenham igualmente um papel às vezes decisivo. Isto, alguns poderão objetar, se aplica a toda a microssociedade (p. 250).*

Seria interessante, de qualquer forma, tentar levantar os casos em que essa ‘sensibilidade’ desempenhou com certeza – ao menos parcialmente – um papel” (p. 251).

³⁸ Grifo meu.

³⁹ Grifo do autor.

Mais adiante, exploraremos essa hipótese levantada por Sirinelli, quando investigarmos os vestígios deixados pelos componentes do *grupo*, enunciadores das nuances das relações de amizade havidas entre eles.

Em outra ocasião, Sirinelli (2003) fornece um exemplo concreto das injunções oriundas dos dispositivos de “sensibilidade” (elemento que está circunscrito ao círculo maior das estruturas de sociabilidade), ao relembrar o pronunciamento de Jean-Paul Sartre acerca da morte de Albert Camus, um dia logo após o falecimento:

*“Estávamos brigados, ele e eu: uma briga que não é nada – mesmo que não se veja nunca mais o outro –, apenas uma outra maneira de viver junto e sem se perder de vista no pequeno mundo estreito que nos foi dado. Isto não me impedia de pensar nele, de sentir seu olhar na página do livro, no jornal que ele lia, e de me dizer: ‘Que será que ele diz disso? Que será que ele está dizendo disso neste momento?’”*⁴⁰ (SIRINELLI, 2003, p. 252).

A propósito do relato de Sartre, Sirinelli (2003) reforça o peso exercido pelas circunstâncias de sensibilidade, porém, adverte quanto aos riscos de se superestimar essa dimensão:

“Quantas polêmicas, que às vezes definiram parcialmente a atmosfera intelectual de uma época, foram ditadas a seus autores pela preocupação de que o ‘outro’ respondesse publicamente a esta última pergunta? Inversamente, seria sem dúvida um grave erro científico e... psicológico, supervalorizar a importância e o papel dos arroubos emocionais dos intelectuais” (p. 252).

Por fim, aplicamos em nossa pesquisa a distinção feita por Sirinelli (2003) quanto aos dois aspectos que compõem as estruturas de sociabilidade. De conformidade com o autor francês, esse conceito é resultado da junção de duas variantes ou noções. Em primeiro lugar, a noção de ‘**redes**’, responsável pela estruturação propriamente dita da sociabilidade; e, em segundo, a de ‘**microclima**’, que importa em “*caracterizar um microcosmo*

⁴⁰ Sirinelli não indica a referência de onde retirou a fala de Sartre.

intelectual particular” (SIRINELLI, 2003, p. 253). Transpostas para esta dissertação, essas duas noções encontrariam correspondência, de modo aproximado, ao exposto a seguir: ‘redes’, compreendem a formação intelectual compartilhada, as relações de parentesco, a formulação dos posicionamentos ideológicos (tanto individuais quanto do *grupo*, em termos de disputa interna e alinhamento a uma diretriz oficial), as estratégias de atuação política e educacional e as experiências conjugadas (como é o caso dos empreendimentos educacionais nos quais se envolveram ou em que tiveram participação indireta); ‘microclimas’⁴¹, são os lugares de verificação das redes, e correspondem, aqui, à Academia de Direito de São Paulo, ao Partido Republicano Paulista, aos jornais *Gazeta de Campinas* e *Província de São Paulo* e ao *Almanaque Literário de São Paulo (ALSP)*⁴².

Quanto aos microclimas, a consulta à bibliografia especializada sobre o rol de instituições e veículos de imprensa apontados acima nos informa que os quatro primeiros mencionados já foram objeto e/ou fonte documental basilar de diversos trabalhos, embora talvez não na acepção que adotamos. De modo geral, comparativamente aos demais, o *ALSP* se fez bem menos presente, seja como objeto ou fonte principal, no conjunto das produções acadêmicas. No levantamento bibliográfico realizado em fase anterior da pesquisa, localizamos o estudo de Antônio Celso Ferreira, “*A epopéia bandeirante: letrados, instituições e invenção histórica*”⁴³, no qual este autor se ocupa, num dos capítulos, do *ALSP*. A preocupação de Ferreira consiste em historiar o desenvolvimento das “letras” e de algumas instituições que congregavam intelectuais em São Paulo, como o IHGSP e a Academia Paulista de Letras. No caso do capítulo em que trata do *ALSP*, “*O pequeno mundo letrado da província: figurações da identidade regional em fins do século XIX*”, Ferreira toma o *ALSP* enquanto índice de uma tentativa de afirmação de uma identidade paulista. Esta, por sua vez, estaria presa ao processo mais amplo das transformações de ordem econômica, social e cultural por que passou a província de São Paulo no último quartel do século XIX. Após uma apresentação de seu editor, José Maria Lisboa, e das seções e assuntos em que a publicação se dividia, Ferreira investiga de que

⁴¹ Grifos meus.

⁴² Para os efeitos desse trabalho, deteremo-nos nestes *loci*, todavia, pelo exame das fontes, colhemos indícios de que a maçonaria correspondeu a outro espaço em que se manifestaram as redes de sociabilidade do *grupo*.

⁴³ Ferreira, Antônio Celso (2002). *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo, EDUNESP.

maneira o almanaque contribuía para fornecer um rol de tipificações em que podia ser classificado o paulista. No nosso caso, buscamos no *ALSP* um espaço em que são dados a ver os laços de sociabilidade que uniram estes representantes do republicanismo paulista. Não nos anima o desejo de analisar os aspectos literários do *ALSP*, mas sim de como a produção intelectual dos e sobre os componentes – além das condições em que o *ALSP* foi viabilizado – revelam um perfil comum entre os integrantes, perfil no qual se alinham temas associados ao republicanismo, cientificismo, “pedagogia moderna”, anticlericalismo, entre outros. Trata-se, sobretudo, de resgatar as experiências culturais, sociais, intelectuais, políticas e institucionais de alguns membros da propaganda republicana que estiveram na base da criação do *Almanach* e que continuaram como assíduos colaboradores.

Totalizando oito volumes, o *ALSP*, publicação veiculada em São Paulo entre 1876 e 1885 (interrompida em 1882 e 1883)⁴⁴, traz artigos e contribuições de praticamente todos os componentes do grupo como também de representantes das variadas correntes político-ideológicas da época (monarquistas ultramontanos, liberais, conservadores moderados, positivistas, abolicionistas etc). Apesar de não constituir a fonte exclusiva sobre a qual se investigará as estruturas de sociabilidade do grupo republicano paulista, o *Almanach* adquire dimensão especial porque, além de conter um número expressivo de artigos dedicados à educação, ele também é instrumento precioso para que se conheça o modo pelo qual os próprios membros do grupo se viam uns aos outros.

Excetuando-se a inclusão das matérias destinadas puramente à distração do leitor, como: charadas, piadas, logogrifos, enigmas; as de caráter eminentemente informativo: cômputo eclesiástico, estações do ano, eclipses e fases da lua, calendário anual (seguido das referências às datas dos santos católicos); dados alusivos ao sistema ferroviário (preços das passagens, horários de partida e percurso dos trens, etc.); as relacionadas à publicidade responsável pelo custeio da publicação; e os editoriais, de autoria do próprio José Maria Lisboa, os textos do *ALSP* incluem as seguintes manifestações literárias: poemas e trovas populares; notícias, memórias, contos e curiosidades históricas; ensinamentos morais, comentários de costumes, ensaios filosóficos, religiosos e científicos; defesa de

⁴⁴ Originalmente com o nome de *Almanach Litterario Paulista*, teve, em sua primeira edição, 1876, o comando a cargo de José Maria Lisboa, Abílio Marques e J. Taques. Nos números subsequentes, a sociedade é desfeita permanecendo apenas Lisboa à frente do empreendimento, quando então se confere a denominação que conservou até seu desaparecimento.

personalidades e agremiações políticas; perfis biográficos e arquétipos paulistas; documentos e estudos históricos; contos variados, crônicas, reminiscências, narrativas de viagem e novelas; estudos botânicos, geográficos, geológicos e literário-artísticos; sinopses e estatísticas; lendas e orações.

No nosso caso, o suporte literário que serve de índice à atuação de importantes lideranças republicanas constituintes do grupo estudado, o *Almanaque Literário de São Paulo (ALSP)*, não se enquadra exatamente no exemplo enunciado por Sirinelli (2003) – em que pese a pertinência das observações emitidas pelo autor francês para a percepção da atmosfera responsável pelo incremento da formação intelectual e delineamento dos laços afetivos que ligavam os integrantes do grupo republicano (sem esquecer do papel reservado a essa publicação na consolidação do referencial político e ideológico do grupo como um todo). Embora tenha acoroçoado, sim, o estreitamento dos laços de sociabilidade entre o editor José Maria Lisboa e os colaboradores mais freqüentes de matiz republicano – sem falar naqueles que estavam envolvidos diretamente com o funcionamento do jornal *Província de São Paulo*, na tipografia da qual o almanaque era impresso, como é o caso de Rangel Pestana e Américo de Campos – o *ALSP*, muito em decorrência do período em que veio a lume (1876-85), não pode ser equiparado às revistas lançadas num dado período e contexto em que já se faziam notar o surgimento de meios de comunicação de massa e de uma demanda maior por essa produção cultural, consubstanciada por um aumento da diferenciação social e escolarização da sociedade, na medida em que o próprio campo intelectual no Brasil de finais do Oitocentos não estava institucionalizado e os dispositivos culturais disponíveis à época não ensejavam uma especialização e profissionalização de nível acentuado aos intelectuais de então.

O manejo das fontes, portanto, privilegia o levantamento da autoria das contribuições e os objetos acerca dos quais os componentes do *grupo* se debruçavam (temas, pessoas, instituições, etc.). Essa operação é importante para que recuperemos não apenas as publicações assinadas pelos integrantes de *nosso* grupo, juntamente com os assuntos de seu interesse, como também nos auxilia a matizar o instrumental discursivo do qual se valiam e sua posição na cena intelectual e política do fim do Império, concedendo especial atenção para a movimentação dos membros na arena e as práticas associativas daí decorrentes.

Além do *ALSP*, eventualmente utilizaremos relatos memorialísticos que tiveram como foco os personagens do *nosso grupo* e excertos de jornais da época, como a *Província de São Paulo*, a *Gazeta de Campinas* e o *Correio Paulistano*.

Organização dos capítulos

O primeiro capítulo, “*Antecedentes históricos da constituição do grupo*”, traça um panorama do Segundo Império do ponto de vista de alguns câmbios efetuados no plano sócio-político e cultural do país. Tentamos aqui reconstruir o cenário dos conflitos entre as forças políticas no Segundo Reinado, recuperando o contexto histórico que precedeu a formação do grupo de republicanos da província de São Paulo e situando o lugar de enunciação dos contendores na arena política.

Neste capítulo retroagimos ao prólogo da propaganda republicana, o tempo em que o regime monárquico alcançou seu amadurecimento institucional. A finalidade foi a de resgatar alguns dos traços essenciais que compunham o Estado imperial brasileiro, realçando o descompasso entre suas bases jurídico-políticas e a dinâmica social ensejada pelas transformações, no plano material, que a própria Coroa patrocinou. Aí também elaboramos um pequeno ensaio a propósito dos concertos realizados no Rio de Janeiro pelo músico norte-americano Louis Moreau Gottschalk. Este ensaio resultou de uma tentativa de fornecer um paralelo – limitado é verdade – no plano da cultura, que possuísse potencial elucidativo capaz de exprimir as vicissitudes experimentadas pela sociedade de corte nacional naquele período histórico.

O segundo capítulo, “*A constituição do grupo pelos itinerários de seus membros*”, tenta dar conta do processo de formação do *grupo*, tomando como eixo as trajetórias de vida dos componentes do *grupo*. A fim de auxiliar nessa tarefa, volvemos nossa mirada para o processo de formação intelectual do *grupo* e os *loci* institucionais ocupados pelos seus membros. Alguns desses lugares já foram citados, como a frequência ao curso jurídico da Faculdade de Direito e a colaboração para a grande imprensa do período, vide as folhas *Província de São Paulo* e *Gazeta de Campinas*.

A partir da recuperação dos dados de suas trajetórias de vida, intentamos reconstruir as estruturas de sociabilidade que presidiram a forja, reconhecida pelos próprios atores

estudados num nível de clarividência mais aguçado já nos umbral que separa o regime monárquico do republicano, de linhas de ação e pensamento conjugados que vieram a se constituir em manancial fertilíssimo do qual extraíram os subsídios indispensáveis para a condução de suas ações na esfera pública.

Já o terceiro capítulo, “*O grupo no Almanach Litterario de São Paulo: propaganda republicana e visões da educação*”, como o próprio título anuncia, visa à percepção da presença do *grupo* no *ALSP*, ou como ele se evidencia nesta publicação, e aspectos de sua concepção educacional, manifestas nos artigos que seus membros enviam ao almanaque de José Maria Lisboa. Nesse capítulo, depois de apresentarmos a organização interna do *ALSP*, procuraremos aprofundar a análise acerca dos objetos de interesse dos colaboradores do *Almanach*. Através do mapeamento deste conteúdo encetamos a empresa de reconstrução das estruturas de sociabilidade existentes no interior do *grupo* estudado.

Do mesmo modo, ele se volta precipuamente para a análise da magnitude assumida pelo tema da educação na produção textual do *ALSP*. Essa publicação é rica em menções a iniciativas e experiências educacionais das quais tomaram parte integrantes do *grupo*. Ao discernir quais dessas iniciativas e experiências foram dirigidas ou tiveram a participação direta, apoio e/ou incentivo do grupo de republicanos paulistas, é-nos fornecida a imagem de qual(is) modalidade(s) de educação receberam o maior destaque dentre todos os empreendimentos que são indicados ou retratados nas oito edições do *Almanach*. Em decorrência disso, objetivamos dar nossa contribuição a respeito da história da educação em São Paulo, em consonância com o estudo do *modus operandi* das estruturas de sociabilidade que animaram a atuação no campo educacional do aglomerado de republicanos que orbitou em torno do *Almanach Litterario de São Paulo*.

Tal é, de forma sucinta, o percurso analítico deste trabalho, que, partindo do acompanhamento das estruturas de sociabilidade de um determinado conjunto de indivíduos – e tendo como eixo aglutinador uma publicação informativa do último quartel do século XIX – procurou alcançar uma dimensão mais alargada do horizonte intelectual e cultural do período, sublinhando a representatividade que a vivência naquela teia de sociabilidade adquiriu para que elaborassem idéias e projetos com o fito de uma transformação política e social do país.

Capítulo I – Antecedentes históricos da constituição do grupo

1.1 - A apoteose do “tempo saquarema”

*“Minhas apresentações aqui são um verdadeiro **furor**.*

As entradas estão esgotadas com oito dias de antecedência.

O imperador, a família real e a corte ainda não perderam um só de meus concertos.

Sua majestade me tem recebido diversas vezes em palácio.

O Grande Oriente da Maçonaria me ofereceu uma recepção solene.

O entusiasmo com que tenho sido recebido aqui é indescritível.

No último concerto fui coroado em cena pelos artistas do Rio.”

(Carta de Louis Moreau Gottschalk - músico e compositor norte-americano em viagem ao Brasil - a um amigo seu residente em Boston/EUA. Rio de Janeiro, junho de 1869)

“Corro de um quarto para outro. Sou uma pilha voltaica sinfônica;

uma máquina a vapor transformada em homem. Se não enlouquecer,

não será culpa minha nem de meus soldados.

Meu quarto é um cafarnaum, meu coração um vulcão, minha cabeça um caos!”

(Louis Moreau Gottschalk - Rio de Janeiro, novembro de 1869)

Este é o quadro vivido pela Corte em fins da década de 1860. Conquanto a guerra no Prata ainda não houvesse findado e as chagas abertas pela mudança, em 1868, do gabinete ministerial⁴⁵ - com o retorno da ala empedernida do Partido Conservador, guindados com a ajuda do monarca que fez prevalecer as prerrogativas do quarto poder - insistissem em não cicatrizar, a monarquia brasileira não corria perigo iminente. Consideravelmente distante dos campos de batalha do Paraguai e apoiado sobre as então sólidas instituições do Segundo Império, erguidas durante os dois últimos decênios no período que ficou conhecido como “tempo saquarema” (MATOS, 1987), a sociedade de corte nacional gozava de relativo conforto.

⁴⁵ O gabinete era comandado, então, por Zacarias de Góes, fruto de um arranjo político que congregava liberais e conservadores moderados, arranjo este conhecido pelo nome de “Liga Progressista”.

Os concertos de Louis Moreau Gottschalk em solo brasileiro foram paradigmáticos, pois encerraram um ciclo na formação social representada pelo Segundo Reinado. Constituíram-se na apoteose da edificação de um mundo próprio, a ordem imperial. Conformadora de uma tradição político-intelectual autêntica, a sociedade que emergiu da experiência pós-Regência logrou consolidar a unidade territorial do país e deu os primeiros passos para a instituição de um sentido de brasilidade (ALONSO, 2002). Ao tempo da estada, aliás, sem volta, de Gottschalk na Corte, os pilares da monarquia nacional já estavam devidamente assentados, calcados que estavam na tríade: **liberalismo estamental**, limitador da cidadania; **indianismo romântico**, definidor da nacionalidade; **catolicismo**, símbolo da sociabilidade hierárquica (ALONSO, 2002).

Louis Moreau Gottschalk, músico e compositor norte-americano, nascido em 8 de maio de 1829 em Nova Orleães, Luisiana, desembarcou no Rio de Janeiro em 10 de maio de 1869. Um dos maiores pianistas que o século XIX produziu, Gottschalk era filho de um inglês descendente de alemães - meio judeu - e de uma francesa (MUGGIATI, 1985). Além de exímio intérprete, ele começou a compor cedo, transpondo para o idioma erudito temas tirados do folclore de seu estado natal e das Antilhas. Dono de um temperamento romântico, “*espécie de contrapartida musical do atormentado escritor Edgar Allan Poe*” (MUGGIATI, 1985), foi pioneiro em seu país a trilhar as veredas do nacionalismo romântico, antes mesmo que o compositor tcheco Dvóřak apontasse esse rumo para os demais compositores norte-americanos (MUGGIATI, 1985).

Sua ligação com o Brasil é particularmente dramática: aqui passou sete meses e meio, os últimos de sua vida. Prestigiado por D. Pedro II, mergulhou nos mais mirabolantes projetos de sua meteórica carreira e conheceu alguns de seus maiores triunfos. Após uma série de apresentações no Teatro Lírico Fluminense, “*com a audiência fiel de Sua Majestade e Altezas Imperiais*” (*Jornal do Commercio*, 23/7/1869; *apud*, MUGGIATI, 1985), em outubro Gottschalk se aventurava em seu primeiro grande concerto em terras brasileiras. “*Dezesseis pianos, tocados por 31 pianistas, e duas orquestras sob a regência do próprio Gottschalk interpretaram o Coro dos soldados de ‘Fausto’ e a Marcha de ‘Tannhäuser’*” (MUGGIATI, 1985).

Impregnado do romantismo que por aqui também grassava nos distintos ramos das letras e das artes, suas realizações na Corte se caracterizaram pelo grandioso e pelo

monumental. No magnífico concerto que regeu em 24 de novembro, Gottschalk encenou um de seus últimos atos⁴⁶, “*em meio a uma profusão de músicos, uniformes, flores e estandartes, iluminados por uma quantidade extra de bicos de gaz e onze candelabros adicionnaes*” (*Jornal do Commercio*, 26/11/1869; *apud*, MUGGIATI, 1985). Tal atmosfera foi classificada pelo jornal carioca como só comparável à das “*Mil e uma noites*” (*Jornal do Commercio*, 26/11/1869; *apud*, MUGGIATI, 1985). O “*gran finale*” do concerto de 24 de novembro foi a “*Marcha Solene Brasileira*”, feita especialmente para a ocasião e dedicada ao Imperador. Composta para orquestra e banda marcial, incluía o efeito espetacular de salvas de canhão. Antecipava-se assim Gottschalk, em 13 anos, a Tchaikovsky, quando este compusera, em 1882, a célebre “*Abertura 1812*”, alusiva à resistência russa à invasão de Moscou pelas tropas de Napoleão Bonaparte.

Curiosamente, a vida abandona Gottschalk exatamente no mesmo dia em que, apenas quatro anos antes, morreria Francisco Manuel da Silva, o autor da música do hino nacional brasileiro, e inspirador do próprio Gottschalk, como atesta a composição por parte deste da “*Grande Fantasia Triunfal sobre o Hino Nacional Brasileiro*”, encantado que estava o músico norte-americano com o engenho de Francisco Manuel da Silva (MUGGIATI, 1985).

Findava desse modo a passagem de Gottschalk por terras brasileiras. Um fim trágico, porém digno das tintas românticas que coloriram as aparições públicas do conspícuo compositor. Consternada, a cidade do Rio de Janeiro deu seu adeus ao músico e compositor norte-americano numa das maiores demonstrações populares de apreço que se teve notícia no Segundo Império. Junto com Gottschalk pareceu ter se encerrado uma era. A aura de progresso e de relativa estabilidade política e social que animara as décadas de 1850 e 1860 já não aparentava o mesmo fulgor de outrora. O início da década de 1870 guardaria alterações significativas no que cabe à legitimação das instituições fundantes do prédio imperial: desde 1868 reacendera a crítica liberal; o Poder Moderador e os sistemas político e judiciário eram temas constantes das investidas dos liberais descontentes, tanto no parlamento quanto na imprensa; embora também repleto de vicissitudes, o consenso que se alcançou entre os dois partidos monárquicos desde que foram sufocadas as rebeliões

⁴⁶ Dois dias depois Gottschalk sofreu um colapso em pleno palco. A partir de então, interrompeu as apresentações públicas com vistas a sua recuperação, o que, infelizmente, não ocorreu. Gottschalk veio a falecer em 18 de dezembro, tendo sido apontada como *causa mortis* uma infecção abdominal.

liberais de 1842 (São Paulo e Minas Gerais) e de 1848 (Pernambuco), já havia se extinguido; posto que o partido republicano não obtivesse vitórias eleitorais substantivas em seus primeiros anos de vida, a existência dessa nova agremiação teria por efeito, com o passar do tempo, a alteração da balança político-partidária do Segundo Reinado; enfim, o período subsequente à morte de Gottschalk traria repercussões desagregadoras à reprodução do *modus operandi* da lógica monárquica. Destarte, as salvas de canhão da “*Marcha Solene*” de Gottschalk soariam como um estampido sinistro para a relativa calma em que se encontrava a Coroa e as demais instituições monárquicas: a tradição político-intelectual que fornecera a seiva para o florescimento das instituições imperiais principiaria, a partir de então, a ouvir entoado seu próprio *réquiem*.

Mas se os códigos vitais do Segundo Reinado sofriam abalos, os atores políticos davam provas da mais intensa mobilidade: o Partido Conservador retomara o controle governamental, o Poder Moderador simplesmente fizera menoscabo dos mecanismos regimentais parlamentares ao intervir decisivamente na dissolução do gabinete ministerial; a dissensão liberal se agravara, a radicalização de parte do “baixo clero liberal” levaria à promulgação do “*Manifesto Republicano*”, publicado na Corte em 3 de dezembro de 1870 nas páginas do jornal *A República*. As reformas modernizadoras de Rio Branco, ao tentarem adaptar a ordem imperial à crescente complexificação da sociedade brasileira se depararam frente a um problema: como proceder às modificações necessárias sem abalar os alicerces das instituições monárquicas? A marginalização política infligida a um círculo cada vez maior de indivíduos - ainda que o número de postos no ensino, na magistratura e demais instituições públicas do Império tenha se ampliado (FLORY, 1986) - tornou-se definitivamente um problema candente na agenda política do Segundo Reinado e o nó górdio a ser desatado. Insatisfeitos, os setores marginalizados da elite estamental e os novos agentes sociais oriundos das classes médias e do pólo dinâmico da economia cafeeira, auxiliados pelo repertório político-intelectual europeu, procuraram novas vias e, com maior ou menor poder de fogo, entraram em choque com mundo imperial.

1.2 – Estrutura de oportunidades no Segundo Reinado: o terreno fértil para a dissensão política

*“Na monarchia a prosperidade da nação, a paz pública e a felicidade
commum estão dependentes do character do imperante.*

*Na república a liberdade, fonte perenne do progresso social, tem a
sua melhor garantia na própria índole das instituições.*

Para vencer o déspota é necessário a revolução.

Para remover o presidente da república basta a eleição.”

(Campos Sales, “A república e a monarchia”. In: ALSP, v. III, pp. 126-7)

A constituição do grupo de republicanos que toma força em São Paulo no decorrer da década de 1870, impulsionados consecutivamente pelo Manifesto de 3 de dezembro de 1870 e pela realização, em Itu, da Convenção Republicana, em 18 de abril 1873, dar-se-á em meio a um processo contínuo de desagregação da ordem política imperial. Embora a sociedade brasileira viesse, desde o término do conturbado período das revoltas regionais, experimentando uma modernização material e tecnológica considerável, sua ordem política permanecera praticamente inalterada. Os valores e o funcionamento efetivo das instituições políticas limitavam a cidadania plena e o espaço de debate público a um seletivo círculo de indivíduos (ALONSO, 2002).

Grosso modo, as instituições e códigos vitais do Segundo Reinado tornaram-se consensuais desde a instauração da “*Conciliação*” – arranjo político que se inicia na primeira metade do decênio de 1840, após o momento em que se distanciava o perigo de fragmentação territorial que assaltara a jovem nação no período da Regência, e designa a aliança entre conservadores (*saquaremas*) e liberais (*luzias*) em torno da estabilidade do reinado de D. Pedro II. Em tese, tal arranjo caracterizava-se pela transitoriedade dos dois partidos monárquicos na formação dos gabinetes ministeriais e na condução da máquina administrativa, embora o que se observou foi uma ampla hegemonia do Partido Conservador (ALONSO, 2002).

De acordo com Alonso (2002), por essa época as estruturas de poder do regime – a sociedade hierárquica e a forma monárquica – “*eram uma espécie de senso comum da elite, percebidas, ambas, como ordem natural das coisas. Expressavam o espírito do regime, a*

essência do modo médio de pensar, encarnado nas práticas sociais e nas próprias instituições políticas” (ALONSO, 2002, p. 52).

Mesmo o caráter do liberalismo que modelou o processo de formação do Estado nacional se restringiria, em conformidade com Alonso (2002), basicamente a motivações de natureza econômica. O escopo principal concernia à superação do estatuto colonial no âmbito político-jurídico e, a partir daí, interiorizar seu substrato material, social e moral (ALONSO, 2002). Permaneciam incólumes o sistema escravista, a monarquia e a própria dominação senhorial (ALONSO, op. cit., p. 59). Décadas depois, verifica-se que o arcabouço sociopolítico do Segundo Reinado mantivera essa configuração. Em termos clássicos, era uma sociedade de *ancient régime*: possuía uma estrutura estamental e uma sociedade de corte. “A sociedade se estratificava, tendo em seu ápice o estamento senhorial, isto é, os grandes proprietários de terras e escravos, cidadãos plenos do Império” (ALONSO, idem, p. 59). Esta camada detinha o monopólio de prerrogativas e recursos inatingíveis e mesmo impensáveis para os grupos inferiores na hierarquia. Num segundo plano, ficavam os pequenos proprietários, o funcionalismo público, os comerciantes, toda sorte de letrados. Logo abaixo, moviam-se os homens e mulheres livres pobres; na base, os escravos (ALONSO, op. cit., p. 59).

Esta hierarquia de recursos sociais, de poderes econômicos e de direitos políticos estruturou tanto a política imperial quanto a sociabilidade da sociedade de corte. As instituições políticas e os mecanismos de distinção social tornavam o regime impenetrável. A política era arena de disputas internas ao estamento senhorial (ALONSO, 2002, p. 60).

Dessa maneira, o *status quo* imperial estaria mais representado em modos de pensar e agir do que em doutrinas explicitamente formuladas (ALONSO, 2002, p. 52). Os valores estariam encarnados nas próprias práticas, configurando uma espécie de alicerce comum em que se assentava a elite política e, sobretudo, “*circunscrevendo a agenda do debate, o espectro de temas imagináveis e, mesmo, os partícipes legítimos desta arena*” (ALONSO, op. cit., p. 52).

Esse consenso mais ou menos tácito da ordem das coisas explica porque – e aí a data de 1868 é sintomática, quando da queda do gabinete liberal de Zacarias – nenhum dos agentes políticos identificados com o sistema de governo se propôs a justificar os pilares da ordem imperial senão quando estes entraram em risco de se verem arruinados. A

justificação das instituições viria gradualmente, conforme eram postas em cheque. “Por isso os esquemas mentais do universo político do Segundo Reinado se acham mais evidenciados nos debates parlamentares e em textos de circunstância, escritos em reação a ameaças concretas, que em livros de doutrina” (ALONSO, op. cit., p. 52).

Todavia, mudanças no regime de acumulação do capital e nas relações campo/cidade, explicitadas de maneira mais direta nos anos imediatamente anteriores à década de 1870 vieram minar os pilares da ordem imperial criada desde os tempos da *Conciliação*. No plano econômico-social, dois movimentos simultâneos e convergentes contribuíram decisivamente para tal, qual seja a decadência do modelo econômico escravista e o incremento da urbanização (FERNANDES, 1977).

A Lei Eusébio de Queiroz (que pôs fim ao tráfico internacional de escravos para o país em 1850), ao liberar os capitais então empregados na aquisição da mão-de-obra servil, teve por resultado a geração de um surto interno de desenvolvimento, propiciando o florescimento de novas atividades econômicas, principalmente nos setores manufatureiro e industrial. Como contrapartida, houve uma dilatação das camadas beneficiadas com o aumento da produção de riqueza, e, ainda que timidamente, a composição hierárquica da sociedade tendeu a se alterar.

A expansão da lavoura cafeeira suscitou a acumulação de capital entre os agricultores e os grandes comerciantes. Surgiram novos grupos sociais ligados a bancos, seguros, companhias de imigração e ferrovias (ALONSO, 2002). O equilíbrio entre poder econômico e poder político começava a dar sinais de descompasso. “As lavouras de café do Vale do Paraíba e os engenhos de açúcar de Pernambuco e Bahia (e também do norte fluminense) haviam prosperado, alimentados que foram pela mão-de-obra escrava disponível, mas davam sinais de esgotamento já no decorrer dos anos 1860, pondo às claras a progressiva decadência do trinômio latifúndio-escravidão-monocultura implantada ainda nos tempos de Colônia” (ALONSO, 2002, p. 77).

O crescimento das fazendas de café ao sul do país, recrutando braços em profusão para o seu cultivo, ampliou o tráfico de escravos intraprovincial, logrando, transitoriamente, em proveito para as províncias economicamente enfraquecidas, ao mesmo passo que primou por concentrar a maior parte do elemento servil nas províncias mais prósperas de então: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (VIOTTI da COSTA, 1986). As correntes

imigratórias oriundas do velho continente com destino às áreas dinâmicas do centro-sul complementaram o processo mencionado acima: ambos, tráfico intraprovincial e imigração, transformaram consideravelmente a composição populacional do Império (ALONSO, 2002). Ao se redistribuir geograficamente a população e introjetar em território nacional um número expressivo de imigrantes europeus, boa parte das cidades mais desenvolvidas se viram favorecidas, não só pelo êxodo rural de escravos fugidos e fôrros e a chegada dos imigrantes, mas principalmente pela função a ser desempenhada pelos centros urbanos nessa nova fase de acumulação do capital, na qual a dissociação entre campo e cidade não era mais tão evidente, ou antes, o contrário, como no caso do café em São Paulo, em que os interesses se permeavam, redundando no que ficou conhecido como o *grande complexo cafeeiro* (CANO, 1977).

A vida citadina cresceu em importância frente ao mundo rural, como pólo de novas atividades, serviços e negócios. Conforme Emília Viotti da Costa (1986), houve novas possibilidades para investimento, emprego, mobilidade social e mobilização política. A mudança econômica e social tornou crescentemente mais difícil para a elite política dirigir a nação de acordo com as regras tradicionais (VIOTTI da COSTA, 1986, pp. 251 e ss.). As instituições jurídico-políticas centralizadoras dos saquaremas se prestaram bem ao domínio conservador e à economia escravocrata, mas o surgimento de novas atividades esbarrava frequentemente nos entraves da lei, o que dificultava a vinda do investidor e do trabalhador estrangeiro (HILSDORF, 1986), não concedendo a estes plena cidadania⁴⁷, além das barreiras impostas ao comércio nacional, atrapalhado por uma legislação comercial e trabalhista incompatível com os novos ramos de atividade (ALONSO, 2002).

Florestan Fernandes (1975) aponta nessa assincronia o resultado de impasses e estrangulamentos que se operavam concomitantemente, fruto da "*emergência de uma ordem social competitiva na estrutura patrimonial do Império*" (FERNANDES, 1975, p. 89). Imersa numa onda convulsiva, a elite política - em relação ao extrato social de origem - tinha a frente de si uma disjuntiva: ou manter suas estruturas de prestígio social e seu monopólio do poder político ou expandir as condições econômicas, sociais e culturais para a racionalização da economia e a formação da sociedade nacional.

⁴⁷ Sem falar no aspecto religioso, uma vez que imigrantes seguidores do protestantismo enfrentaram sérios obstáculos, tanto no plano da sua profissão de fé quanto nos aspectos civis. Vide Barbanti (1977) e Hilsdorf (1986).

Seguindo a tradição, os membros da elite política formularam diretamente este problema nos limites de uma reforma controlada (ALONSO, 2002). A diretriz continuaria a mesma desde a proclamação da Maioridade: o eixo liberdade-ordem deveria ser mantido. Mas a esta altura já eclodiam divergências. Os liberais defendiam a incorporação parcial da nova sociedade no sistema político e a supressão dos entraves jurídico-políticos à sua expansão, como por exemplo na questão da imigração e dos obstáculos representados pela legislação comercial. Mesmo com os vários matizes a colorir a plataforma liberal brasileira do final dos anos 1860, não seria fora de propósito afirmar que a questão da escravidão era, para os políticos liberais, o problema a ser equacionado, constituindo, em função da prioridade reclamada pela reorganização do universo do trabalho, o substrato em que devia se operar a reforma política. Por seu turno, os conservadores preocupavam-se essencialmente com a manutenção da ordem e com as práticas que assegurariam sua continuidade (ALONSO, 2002).

A harmonia, entretanto, estava agora difícil de ser alcançada. As reformas levadas a cabo pelos gabinetes conservadores do final dos 60 e início da década de 1870 - como é o caso da Lei do Ventre Livre (28/09/1871) com o Visconde do Rio Branco - aprofundaram a crise política interna à elite imperial. De um lado, violaram o princípio do consenso na tomada de decisões, o que dava a esta casta o caráter de responsabilidade coletiva. De outro, esgarçaram temas substantivos à constituição da ordem monárquica, como as regulações quanto à utilização do braço escravo e as intervenções no sistema representativo (ALONSO, 2002). A eclosão da questão religiosa ajudou a estimular essas fissuras⁴⁸. O que antes era de aceitabilidade tácita - o *status quo* imperial - expunha-se nesse instante ao fogo dos debates político-parlamentares (ALONSO, 2002).

As demandas requisitadas pelo nítido progresso material do país nas décadas de 1850 e 1860 tentaram ser resolvidas pela classe político/administrativa do Segundo Império por

⁴⁸ O epicentro da questão religiosa esteve na iniciativa de setores do clero nacional de implementar prescrições ordenadas pelo Vaticano quando de sua guinada reacionária, no Pontificado do papa Pio IX. Os bispos de Olinda e Salvador proibiram os maçons de entrar nas igrejas. A medida foi tomada como afronta pelo Visconde do Rio Branco (líder do gabinete ministerial e grão-chefe de uma loja maçônica). Iniciou-se então o processo por desobediência civil, já que os eclesiásticos eram funcionários do Estado. O conselho de Estado interpretou a atuação dos bispos como rebeldia civil, endossando o gabinete. Zacarias de Góes e Cândido Mendes foram advogados dos bispos, que acabaram condenados à prisão em março de 1873. O empenho pessoal do imperador, pedindo a intervenção do próprio papa, em nada alterou a situação. Os bispos só foram anistiados pelo gabinete seguinte (MOURA & ALMEIDA, 1985, p. 328 ss; BARROS, 1974).

meio do que ficou conhecido como *modernização conservadora*. Dilemas estruturais da sociedade imperial foram convertidos em dilemas políticos, quando, em princípios dos anos 1870, tentou-se reformar a ordem desde dentro, de cima para baixo. A sociedade para além dos partidos chegou a ser reconhecida, contudo, não incorporada. A modernização conservadora praticamente não arranhou a ordem estamental erigida desde 1840 (ALONSO, 2002). A par de algum incremento na formação de profissionais nas carreiras técnicas e ciências naturais, o bacharelismo ainda era dominante entre a elite sociocultural e os círculos intelectuais do fim do Império (GRAHAM, 1997; CARVALHO, 1980).

Nada obstante, o salto qualificativo do estado de desenvolvimento material e das forças produtivas verificado no Brasil a partir da liberação dos capitais anteriormente empregados no tráfico negreiro e de investimentos de grupos econômicos nacionais e estrangeiros trouxe um sem número de conseqüências, não só para a esfera econômica e social, mas também para a arena política (VIOTTI da COSTA, 1982). Toda a atualização do aparato de infra-estrutura, a agilização das comunicações, o câmbio no modo de percepção das relações tempo/espaço, o crescimento do mercado editorial e uma série de outras mudanças engendrou a expansão do universo intelectual para além da elite política (ALONSO, 2002).

Uma resultante desse processo foi “*a configuração de uma nova estrutura de oportunidades políticas*” (ALONSO, idem, p. 95). O novo quadro gerou tanto motivações quanto espaço para que grupos sociais, até então alijados da grande política, manifestassem-se publicamente, questionando as instituições e o “*fazer político*” do Segundo Império. Todavia, o crescimento do rol de letrados e o surgimento de uma nova elite econômica (cujo exemplo clássico encontramos em alguns setores da “emergente” camada de cafeicultores do oeste paulista), vindos no bojo das transformações referidas há pouco, não encontrou contrapartida direta na ampliação das oportunidades políticas e de ascensão aos postos da burocracia estatal. Essa situação de desarranjo não conseguiu ser contornada e, de 1870 em diante, assistimos ao questionamento aberto da situação pelos grupos insatisfeitos.

Portanto, avém do engessamento da capacidade da sociedade imperial em criar condições para a absorção dos novos segmentos sociais, o engendramento de um terreno fértil para a contestação – seja por meio da organização em facções políticas, seja por meio

da publicidade – dos fundamentos do regime monárquico. A atuação do núcleo de republicanos paulistas constituiria, assim, uma manifestação provocada diretamente pela insuficiência e limitações da estrutura de oportunidades da sociedade imperial (ALONSO, 2002). A interlocução com Alonso (2002) acreditamos ter sido profícua para que pudéssemos oferecer uma outra explicação para a prática política dos agentes republicanos de São Paulo que não aquela baseada na conformidade com as legítimas tradições liberais da província, da qual os republicanos seriam os genuínos herdeiros. De outro modo, o caminho apontado por Alonso (2002) para entendermos a natureza do “movimento das idéias” e seu entrelaçamento com as contingências de ordem política vivenciadas pelos atores que fizeram a “geração de 70”, raciocínio que consideramos apropriado para a percepção do novo quadro que se desenha no Brasil no instante em que se iniciam as ameaças mais formais às condições de reprodução do sistema político-administrativo vigente, foi examinado aqui enquanto categoria que nos permitisse conhecer os fatores que ensejaram o posicionamento dos integrantes do *grupo* no campo.

A partir daí, para a concretização do propósito dessa dissertação, seguimos por outra vereda, aquela que nos levaria ao detalhamento da maneira em que se deu a organização dos republicanos de São Paulo, republicanos tomados aqui através das estruturas de sociabilidade que forneceram o amálgama para a vinculação de um pequeno grupo, formado por elementos extraídos das fileiras do republicanismo, mas que, na acepção que os investigamos, sua constituição não deriva somente das implicações partidárias e/ou ideológicas, mas de vivências comuns, relações de parentesco e de partilha de experiências cruzadas, ou, o que denominamos de estruturas de sociabilidade. A práxis do grupo, como já foi anunciado no capítulo introdutório, é percebida pelo acompanhamento das ‘redes’ de sociabilidade a que estiveram vinculados seus componentes, e pela recuperação dos ‘microclimas’ que abrigaram a manifestação das redes. Os próximos capítulos serão destinados ao estudo das redes e microclimas, desde a reconstituição dos itinerários de cada um dos membros, a presença no *ALSP* (*locus* que elegemos para uma análise mais circunstanciada dos laços de sociabilidade do *grupo*) e, por fim, ao papel que a educação ocupou na produção literária dos colaboradores do *Almanach* integrantes do *grupo*.

Capítulo II – A constituição do grupo pelos itinerários de seus membros

“Mas a tarefa mal começava, com um grupo tenaz e interessado, que remontava ao período da propaganda, e tinha agora sobre seus ombros a responsabilidade de organizar e planejar a construção do novo edifício, cujos alicerces teriam de ser fortes para sustentar todo o seu peso”

(Witter & Barbosa – “Francisco Glicério, um republicano pragmático”. In: WITTER, J. S. (org.). *Idéias políticas de Francisco Glicério*. Brasília, MEC/Senado Federal – Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982, 2 vol.)

Américo de Campos, Francisco Rangel Pestana, Francisco Glicério de Cerqueira Leite, João Köpke, José Maria Lisboa, Américo Brasiliense de Almeida Mello, Francisco Quirino dos Santos, Prudente de Moraes Barros e os irmãos João Alberto Sales e Manoel Ferraz de Campos Sales tiveram seus itinerários marcados pelo compartilhamento de experiências comuns – que englobaram a formação intelectual, o exercício das atividades profissionais, o trabalho e a colaboração em veículos de imprensa e a militância política – todas elas responsáveis por aglutiná-los em um núcleo, que ultrapassa o domínio meramente partidário, interessado em por em prática o instrumental adquirido na vivência dessas mesmas experiências. A esse núcleo, neste trabalho, damos o nome de *grupo*.

Os microcosmos em que se pronunciou a experiência social dos componentes desse *grupo* nos dão pistas quanto ao processo de formação de sua identidade coletiva. Vistos de um ângulo microsociológico, a dinâmica do *grupo* foi marcada por uma complexa teia de relações. Como já alertamos, a ambiência social comum experimentada por seus membros consolidou laços que transitaram do plano político ao afetivo, modelando, assim, a trajetória de cada um segundo a identidade aludida acima.

De outra maneira, a composição das estruturas de sociabilidade do *grupo* também dependeu da representação que o mesmo tinha do espectro externo do campo político-ideológico republicano. O reconhecimento de um “mundo exterior”, ao qual se desejava contrapor foi a contrapartida do delineamento de uma identidade própria.

Embora não constitua especificamente um grupo cultural, como é o caso do grupo de *Clima* ou da fração *Bloomsbury*⁴⁹, o grupo de republicanos paulistas também pode ser definido pela detenção de um corpo de práticas que os singulariza e os distingue dos demais agrupamentos de seu tempo, muito embora no nosso caso haja distinções importantes que são reveladas através de princípios doutrinários ou manifestos políticos que atuam concomitantemente ao conjunto de práticas não explicitado⁵⁰. Segundo Williams (1999), para que a análise social e cultural que mira o estudo de grupos seja frutífera é necessário “*levar em consideração não apenas as idéias e atividades manifestas, mas também as idéias e posições que estão implícitas ou mesmo que são aceitas com um lugar-comum*” (p. 142).

Para este autor, no âmbito da sociologia da cultura, o grupo parece ainda constituir uma categoria pequena, marginal ou efêmera “*para exigir uma análise histórica ou social. (...) Entretanto, sua importância como um fato social e cultural geral, principalmente nos últimos dois séculos, é grande: naquilo que ele realizou, e no que seus modos de realização podem nos dizer sobre as sociedades com as quais estabelecem relações*” (*idem*, p. 140). Do mesmo modo como já explicitamos anteriormente, no Brasil as análises que tinham por escopo a recomposição das estruturas de sociabilidades de grupos sociais ou culturais só se tornaram mais freqüentes a partir do decênio passado.

Williams admite que um sério problema no estudo acerca de grupos é a armadilha representada pela incorporação imediata, por parte do pesquisador, da apresentação empírica, ou mesmo auto-definição, que o grupo em questão faz de si. Para ele, é preciso “*perguntar o que o grupo era, social e culturalmente, como um assunto distinto (embora relacionado a ele) das realizações dos indivíduos e seus próprios relacionamentos imediatamente percebidos*” (Williams, 1999, p. 144). Contudo, “*está claro que nenhuma análise que negligencie os elementos de amizade e relacionamento, através dos quais o grupo se reconhece e se autodefine, poderia ser adequada*” (*idem*, p. 144). No nosso caso, aquele problema, em particular, é menos candente, uma vez que são raros os exemplos em que o grupo de republicanos se proclamava explicitamente enquanto tal. Essa

⁴⁹ A esse respeito, consultar Pontes (1998) e Williams (1999).

⁵⁰ Fizemos essa ressalva porque Williams justifica o método que utiliza para analisar a fração *Bloomsbury* em virtude de tal grupo não se autoproclamar enquanto tal por meio de “*princípios ou objetivos definidos em um manifesto*” (Williams, 1999, p. 140).

autoproclamação identificamos em escritos posteriores à periodização adotada, notoriamente no caso das homenagens prestadas à memória de Francisco Quirino dos Santos, que datam de 1887, um ano, portanto, após a morte deste integrante do *grupo*, e dois anos após a circulação do último número do *ALSP*. A propósito, no *Almanach* a autoproclamação é apenas implícita, sendo necessário que cruzemos as informações fornecidas por ele com dados oriundos de outras fontes documentais para que nos aproximemos da(s) representação(ões) que o *grupo* possuía de si.

As páginas que seguem procuram levar a termo essa tarefa, em que, por intermédio do acompanhamento dos itinerários individuais de cada integrante do *grupo*, procuramos recompor aspectos da trama que deu origem à formação do *grupo*. Sua recomposição, na qual se pode observar a teia das experiências cruzadas, dar-se-á primordialmente através do exame detido dos itinerários de cada um dos integrantes. Aqui, como alegamos há pouco, não nos ateremos somente ao *ALSP*⁵¹, para a consecução da empresa de recuperação das estruturas de sociabilidade inerentes ao *grupo* sentimos a necessidade de complementar o subsídio representado por ele com outros aportes documentais que compensem suas carências, o que acreditamos possa ser feito neste capítulo. A seguir, nossas considerações sobre os itinerários dos componentes do *grupo*. À guisa de uma exposição mais didática, apresentaremos-los individualmente.

⁵¹ O capítulo seguinte será destinado à análise mais pormenorizada do *ALSP* e de como as relações de sociabilidade do *grupo* se construíram em seu interior.

2.1 – Trajetórias individuais



Prudente José de Morais Barros (Itu-SP, 4/10/1841 — Piracicaba-SP, 3/12/1902)

Prudente José de Morais Barros foi o terceiro presidente do Brasil e o primeiro civil a assumir a presidência da República. Representava a ascensão da oligarquia cafeeicultora paulista ao poder executivo nacional, após um período em que essa oligarquia teve que se contentar em esperar por sua vez durante os governos de Deodoro da Fonseca (1889-91) e Floriano Peixoto (1891-94).

Iniciou o curso jurídico na Academia de Direito de São Paulo em 1859 e se diplomou em 1863. Foi administrador da cidade de Piracicaba – antiga vila da Constituição – e eleito deputado provincial em 1866, ainda pelo Partido Liberal. Aderiu ao movimento republicano, pelo qual conseguiu eleger-se deputado provincial e, posteriormente, geral. Compôs, com o advento do regime republicano, o triunvirato⁵² que ficou responsável pela administração estadual paulista, após um mês, foi efetivado como governador do estado.

Foi eleito no mesmo ano senador da república por São Paulo, chegando à vice-presidência do Senado e à presidência da Assembléia Nacional Constituinte. Disputou a presidência da república em 1891, perdendo o pleito (indireto) para Deodoro da Fonseca por pequena margem de votos. Com a fundação do Partido Republicano Federal (PRF),

⁵² O triunvirato era formado pelo próprio Prudente de Morais, Rangel Pestana e pelo coronel Joaquim de Souza Mursa e durou de 16 de novembro de 1889 até 12 de dezembro do mesmo ano.

consegue a indicação para a presidência, e vence as eleições presidenciais de 1894, tomando posse no dia 15 de novembro daquele ano, substituindo o Marechal Floriano Peixoto. Terminado o mandato, Prudente de Moraes retirou-se para Piracicaba, onde exerceria a advocacia por alguns anos. Faleceu devido a uma tuberculose em 1902.

Prudente de Moraes, da mesma maneira que a maioria dos republicanos aqui estudados, esteve presente nos diversos microclimas responsáveis pela ambiência do *grupo*. Sua participação no *ALSP* será estudada no próximo capítulo, mas, em relação aos demais microcosmos, pode-se afirmar que está ausente apenas nos jornais *Gazeta de Campinas* e *Província de São Paulo*. Isto quer dizer que não há registro de cooperação de sua parte na comandita que deu origem ao jornal *PSP*, e tampouco escreveu ou esteve envolvido com o funcionamento da *Gazeta*. Na Academia de Direito pertenceu à mesma turma (1859-63) de Rangel Pestana, Campos Sales e Francisco Quirino dos Santos, componentes do *grupo*, e ainda: Teófilo Otoni, Paulo Eiró, João de Toledo Piza, Bernardino de Campos, Teodomiro Alves Pereira, Ferreira de Menezes, Teófilo Otoni, entre outros (HILSDORF, 1986, pp. 27).

Prudente de Moraes também fez parte da maçonaria. Além de grão-mestre da *Loja Maçônica de Piracicaba* (MORAES, 1998, p. 6), ele “congregou” na *Loja América*, de São Paulo, fundada em 1867 por Américo Brasiliense, Luiz Gama e Américo de Campos. Além destes, contavam entre seus membros outros nomes famosos dos círculos republicano e abolicionista e, outrossim, de alguns setores do campo liberal, dentre eles: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Joaquim Nabuco, José Ferreira de Meneses, Francisco Antunes Maciel, Martinho da Silva Prado Jr., Salvador Mendonça, Bernardino de Campos, Rangel Pestana, e Rui Barbosa (ROCHA, 1995, p. 143).

Embora a experiência nas “Arcadas” tenha corroborado para fortalecer as convicções liberais de Prudente de Moraes, ao que parece, ele não desempenhou função ativa na organização das associações e periódicos estudantis do período. A partir dos levantamentos que realizamos para a concretização deste trabalho, não localizamos referências que garantam a participação de Prudente nesses empreendimentos, nem no período em que cursou a Faculdade de Direito, nem depois de formado. Todavia, sua vivência acadêmica não deve, em virtude desse fato, ter se apresentado menos

enriquecedora, justamente por que também respirava o “*ambiente espiritual da época, agitado pelas idéias liberais e democráticas*” (HILSDORF, 1986, p. 31).

Hilsdorf conclui, após o exame detido da bibliografia a respeito do movimento republicano paulista da segunda metade do século XIX e da Academia de Direito de São Paulo, que tudo indica que, no lustro 1859-63, não havia ligações estreitas de amizade entre Prudente de Moraes e Rangel Pestana (HILSDORF, *op. cit.*, p. 31), o que acreditamos que se estenda ao *grupo* como um todo. Desse modo, apesar de não figurar nas lembranças acadêmicas dos demais componentes do *grupo*, chegaram até nós manifestações da passagem de Prudente de Moraes pela Faculdade de Direito; manifestações essas, evocadas do “*ambiente físico e social em que se moviam os estudantes da Academia nos começos da década de sessenta*” (*idem*, p. 31). Trata-se de um documento, na forma de “cardápio”, associado a um “banquete oferecido por alguns colegas de Prudente de Moraes quando Presidente da República relativo a um “*banquete oferecido por alguns colegas de Prudente de Moraes quando Presidente da República*” (*idem*, p. 30). Nele, aflora “*a pitoresca evocação de atividades realizadas pelos estudantes, como as reuniões das associações literárias, dos recantos da cidade que eles freqüentavam, do confronto entre os **Formigões** e os **Cascabulhos**⁵³, isto é, entre os alunos do Seminário Diocesano e do curso da Academia, (...) entretido com a lembrança de alguns momentos do ritual pedagógico acadêmico*” (*id. ibid.*, p. 30).

O referido documento/“cardápio” contém os seguintes “pratos”:

“MENU

O que vem em honra do nosso bom Prudente tem de entrar na sabatina de 16 de novembro de 1898 por ocasião do almoço que os rapazes de 1863 lhe oferecem.

FORA DA AULA

Conserves. Olives. Beurre frais radis.

FAÇA CHAMADA

Mayonnaise de Homard, para cascabulho de Tabatingüera.

Patés de foie gras , para formigão em Cambucy.

MARQUE PONTO

⁵³ Grifos da autora.

Crème la vollaile para futricar no Zunega. Poissons fins. Sauce normande para bicho crônico no Arouche.

SAIAM DA AULA

Petits pois à la chartreuse para calouro no Açú. Gibier Truffé à vinagre no Tamanduateí.

NO ALPENDRE

Punch à Ensaio Filosófico.

DISSERTAÇÃO

Dindonneau farci à Ateneu Paulistano no Piques. Asperges sauce macédoine à Culto a Ciência. Fromage cisne glacé à Instituto Científico.

ENTREMEZ

Blanc manger no quinto ano de 1863

DESERTO SORTIDO

Café etc.

INGREDIENTES FERVIDOS

Madére, Xerés, Chateau, Clarette Champagne glacê, Porto vieux

LIQUEURS”

(Caixa 5, pacote 1, Arquivo pessoal 57 (Prudente J. M. Barros), Arquivo Nacional, MS. No verso do *menu*, assinam, entre outros presentes, Antonio José de Matos Lima, Manuel de Queiroz matoso ribeiro, Gustavo Adolfo de Suckow e o Barão de Werneck; *apud*, HILSDORF, 1986, p. 30).

Hilsdorf, em trabalho anterior⁵⁴, demonstrou que boa parte das lideranças progressistas de liberais e democratas de São Paulo forneceu apoio aos missionários protestantes que afluíram à província a partir da década de 1950. Esse apoio se estendia, obviamente, aos estabelecimentos escolares abertos por eles não só na capital paulista, mas em diversas localidades do interior (a criação dos colégios data somente do início dos anos setenta, [BARBANTI, 1977]). Para essas lideranças, representadas sobretudo pelos integrantes de “nosso” grupo, o interesse nos missionários e em suas instituições de ensino

⁵⁴ BARBANTI, Maria Lúcia S. Hilsdorf (1977). *Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo: um estudo de suas origens*. São Paulo, FEUSP, dissertação de mestrado.

“se justificava porque as escolas de confissão protestante representaram... a possibilidade de um novo Locus para a manifestação e experimentação de seus ideários: em primeiro lugar, por ser o protestantismo visto pelas lideranças como versão religiosa dos ‘ideais modernos’ de que elas se orgulhavam e, em segundo, porque eram escolas organizadas segundo o padrão americano, pólo de atração tanto pelos seus aspectos democráticos quanto por aqueles propriamente pedagógicos” (HILSDORF, 1986, p. 187).

Tais escolas foram instaladas em lugares “estratégicos” da província, correspondendo, grosso modo, às localidades que serviam de base política à atuação do grupo. Conforme Hilsdorf, “a Igreja Presbiteriana do Sul ocupou Campinas (...) criando o *Internacional*, e a Igreja Metodista do Sul fundou o *Colégio Piracicabano*⁵⁵ em Piracicaba, ‘boca de sertão’ e, como outras localidades, foco radical e republicano” (*idem*, pp. 188-9).

Prudente de Moraes e seu irmão Manoel de Moraes Barros, “*figuras dominantes no cenário político e cultural da região (Piracicaba) como republicanos*” (HILSDORF, *op. cit.*, p. 189), foram extremamente importantes para viabilizar a instalação dos metodistas em Piracicaba. Ainda de acordo com Hilsdorf, ambos apoiaram “*abertamente os trabalhos do Colégio (e) prestaram amparo de caráter legal aos missionários que o criaram*”, tendo, inclusive, introduzido seus próprios filhos(as) no *Piracicabano* (*idem*, p. 189). Tal vínculo se explica, segundo Hilsdorf, pelo fato de que Prudente e Manoel de Moraes – da mesma forma que, sem distinção, os demais membros do grupo – “*partilhavam da crença comum aos liberais e republicanos da incompetência dos poderes monárquicos no campo da instrução pública, e no poder da iniciativa particular. Foi o segundo deles (Manoel de Moraes) quem, em especial, ofereceu incentivo aos missionários metodistas para que iniciassem seus trabalhos em Piracicaba, hospedando-os em sua casa e assinando como testemunha uma procuração passada por J. Koger, J. L. Kennedy e Miss H. Martha Watts para retirar na alfândega da Corte bagagens pessoais e objetos para o futuro colégio*” (*idem, ibidem*, pp. 189-90).

Prudente de Moraes elegeu-se pela primeira vez pelo Partido Republicano nas eleições de 15 de agosto de 1877, que visavam ao preenchimento das vagas para a 22ª legislatura da Assembléia Provincial. Junto com ele se elegeram Martinho Prado Jr. e

⁵⁵ Grifo da autora.

Cesário Mota. Hilsdorf, apoiada em Boehrer (1954), dá conta de que os nomes de Prudente e de Cesário Mota figuravam também nas listas do Partido Liberal (HILSDORF, 1986, p. 266). Para as eleições diretas de 1881, as primeiras sob a vigência da nova lei eleitoral (Lei Saraiva), os republicanos concorrentes às cadeiras dos parlamentos nacional e provincial expõem a plataforma comum que orientam suas candidaturas e que seriam expressão fiel dos princípios políticos que animavam o Partido Republicano. Américo Brasiliense, Campos Sales, Rangel Pestana, Prudente de Moraes, Martinho Prado Jr., Pereira Barreto, Licurgo de Castro Santos e Francisco Nogueira Cardoso, apresentam ao país “*um Programa*”⁵⁶, no qual o partido explicitava os compromissos dos republicanos para o desempenho de seus mandatos” (HILSDORF, *op. cit.*, p. 269).

Esse programa repete vários dos princípios que vinham sendo ajuizados desde o Congresso Republicano de 1872. Resumidamente, seus pontos principais são os seguintes: 1º) reafirma a postura evolucionista, enunciada no Manifesto Republicano de 3 de dezembro de 1870 e assumida até então pelos correligionários paulistas, rechaçando o recurso à ação “revolucionária”; 2º) no que respeita ao problema servil, reforça o posicionamento do partido em relação às deliberações tomadas nos congressos republicanos de 1872 e 73; 3º) prossegue, no que tange à liberdade de consciência e de culto, na defesa da separação da Igreja do Estado, da instituição do casamento civil, do registro civil e da secularização dos cemitérios; 4º) insiste na liberdade de ensino em todos os graus, na sua laicização e, coadunando com sua bandeira anti-centralização, condena a ereção de uma universidade na Corte, defendendo a criação de escolas superiores aparelhadas pelas províncias; 5º) reivindica descentralização político-administrativa e financeira para as províncias (“*Partido Republicano – Programa dos Candidatos à Eleição na Província de São Paulo*”. São Paulo, 1881; *apud*, HILSDORF, 1986, p. 269).

O resultado advindo com a divulgação do programa é altamente positivo: feito o escrutínio, saem-se vitoriosos Rangel Pestana, Campos Sales, Martinho Prado e o próprio Prudente de Moraes, aptos, portanto, a compor a 24ª legislatura da Assembléia provincial.

⁵⁶ Segundo Hilsdorf, “*esse programa, datado de 18/8/1881, foi transcrito em tópicos na PSP de 22/9, 23/9, 24/9, 25/9, 29/9, 30/9, 4/10, 6/10, 7/10 e 8/10/1881 Boletim Republicano, e publicado em opúsculo: Partido Republicano – Programa dos Candidatos à Eleição na Província de São Paulo (São Paulo: Tip. Jorge Seckler)*” (HILSDORF, 1986, nota 29, p. 309).



Manuel F. de Campos Sales (Campinas-SP, 15/2/1841 – Santos-SP, 28/6/1913)

“Não conheço senão uma família em que o direito do nascimento nada é, em que o direito de conquista é tudo, em que o homem julgado pelas suas próprias ações e não pela de seus pais, em que cada um faz o seu próprio nome em vez de recebê-lo já feito.

Esta família é o partido republicano: a ela pertença, vivo no seu seio, aí tenho lutado, aí tenho sofrido, aí morrerei”

(Campos Sales, *Discurso de campanha à presidência da República*, 31/10/1897. In: CAMPOS SALES. “*Da propaganda à presidência*”. Brasília, Ed. Senado Federal, 1998, p. 209. Edição fac-similar)

Oriundo de uma família de grandes fazendeiros de café em Campinas, filho de Francisco de Paula Sales e Ana Cândida Ferraz Campos, Manoel Ferraz de Campos Sales foi o segundo civil a ocupar o mais alto posto da República, estendendo-se seu governo de 1898 a 1902. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo – também fazia parte da turma que iniciara o curso em 1859 – Campos Sales ingressou, logo após se formar, em 1863, no Partido Liberal. Anos mais tarde, participou da criação do Partido Republicano Paulista (PRP), em 1873, tendo sido eleito deputado geral em 1885. Ministro da Justiça do Governo Provisório (1889-1891), Campos Sales, antes de assumir a presidência da República, também foi senador à Constituinte, mas renunciou ao cargo quatro anos depois para se tornar governador do estado de São Paulo, cargo que exerceu até 1898. Nesse ano foi eleito presidente da república, substituindo Prudente de Moraes. Após o mandato presidencial, foi novamente senador por São Paulo (1909-12) e diplomata – ministro plenipotenciário do Brasil na Argentina (1912). Faleceu em Santos, em 1913.

Num relato biográfico de 1944, escrito em memória de seu pai, Campos Sales, Antônio Carlos de Sales Jr. deixa entrever as relações de sociabilidade que viemos anunciando até aqui. O discurso, como era mais ou menos esperado, é recheado de lisonjas ao ex-presidente, ainda assim, é um opúsculo valioso em que pudemos tomar conhecimento de dados e informações privilegiadas deste importante propagandista republicano. Para Antônio Carlos de Sales Jr., a Faculdade de Direito de São Paulo e, acrescentamos por nossa conta, a vivência acadêmica experimentada por Campos Sales nos anos em que freqüentava o curso jurídico (ADORNO, 1988), representou um espaço importantíssimo para a consolidação do itinerário que seria mais tarde trilhada por seu pai. No nosso entender Sales Jr. comete até um exagero ao afirmar que o restante da trajetória de Campos Sales seria apenas mera continuidade do que se traçara no tempo estudantil. Ainda assim, capta com clarividência o processo ultra-embriônico que daria origem, quase uma década depois, à organização do movimento republicano na província de São Paulo.

*“Começa a carreira. A vida prática, mais tarde, não passa de estrada continuada. A Academia é um **microcosmo**. O mundo aberto amanhã ao pleno desenvolvimento da atividade, representa mera ampliação do círculo inicial. Junto aos livros se entretecem as primeiras e mais duráveis lições de vida. **Unido o pensamento, em estreita comunhão de idéias, nascem semelhanças espirituais, cada vez mais acentuadas.** Essas afinidades foram sobremodo notáveis na turma de 1859. Campos Salles, Prudente de Moraes, Bernardino de Campos, Rangel Pestana, Quirino dos Santos, Salvador de Mendonça⁵⁷ são nomes de igual significação e valor. **Estrearam ao mesmo tempo na imprensa e na tribuna. Na Associação ‘Culto à Ciência’, ensaiaram os primeiros vôos oratórios. N’ ‘A Razão’, órgão dirigido por Quirino dos Santos Belfort Duarte, publicaram artigos de combate político, tendência que cedo revelaram**”⁵⁸.” (SALES Jr., 1944, p. 31)*

“Em 10 de dezembro de 1863, os novos graduados despediram-se da Faculdade. Mas não se despediram entre si. Levados pelas mesmas tendências, continuariam unidos pelo tempo afora, galgando juntos as escarpas que levam aos altos cimos.

⁵⁷ Salvador de Mendonça inicia o curso em 1859, porém, interrompe-o, para concluí-lo somente em 1867. Para mais detalhes, consultar Almeida Nogueira (1956).

⁵⁸ Grifos meus.

Curta era aquela separação, na encruzilhada da carreira. Parecessem embora diversos os rumos de cada um, não passariam de ligeiras curvas de idêntico destino. Quando, braço a braço, saíram do velho mosteiro de S. Francisco, pensaram certamente no futuro, e nesse momento, sem o dizer, juraram pacto de aliança na vida pública” (idem, p. 35).

Curiosa é a tentativa de Sales Jr. em deixar para a posteridade a idéia de que os estudantes de direito da época da turma de Campos Sales, principalmente os de tendência liberal que estavam mais próximos a seu pai, indispunham-se exacerbadamente ao trabalho escravo no país. Sales Jr. também sugere que essa inclinação os acompanharia nas décadas seguintes.

“Afluíam os licitantes para quem esse gênero de comércio (de escravos) nada tinha de extraordinário, tão inveterados se achavam na mercancia indigna. Diante do espetáculo imoral das cercanias, os estudantes possuíam-se de violenta revolta interior. Era preciso derrubar a vil instituição! Vinha-lhes a noção superior da causa pública, a necessidade de esposá-la, o amor ao direito humano, equânime, justo, reparador... Chegaria o dia da desafronta” (SALES Jr., op. cit., pp. 31-2).

Essa opinião contrasta com a de José Maria dos Santos, que escreve o seu “*Os republicanos paulistas e a abolição*” em 1942, praticamente no mesmo período do opúsculo de Sales Jr. Nesta obra, José Maria dos Santos não perdoa aos homens da propaganda o menoscabo que teriam feito da questão servil. Embora talvez exagere na imputação feita aos republicanos da província, “*obcecado que era pela abolição*” (DEBES, 1978, nota 150, p. 86), esse autor sublinha o melindre com que o tema da extinção da escravidão era tratado pelos republicanos. Em relação a Campos Sales, José Maria dos Santos age com extremo rigor, em demasia até. A respeito do caráter abolicionista do político campineiro, Santos – após considerar o comunicado produzido pela comissão⁵⁹ encarregada de dar redação às deliberações do encontro republicano de janeiro de 1872, ocorrido na casa de Américo Brasiliense na capital paulista – expõe seu ponto de vista:

⁵⁹ Essa comissão era formada por Américo de Campos, Américo Brasiliense e Campos Sales.

“apesar de velho aderente do Partido Radical, bem podia ser contado como homem da reação agrária, pois era descendente de grandes proprietários territoriais e mais tarde ele mesmo lavrador, com mão de obra escrava em sua fazenda” (SANTOS, 1942, p. 109). Debes (1978), atenua, ou antes, corrige, a sentença de José Maria dos Santos. Para aquele autor, não era naquele documento que Santos poderia se basear para formular sua concepção acerca das convicções abolicionistas de Campos Sales, dever-se-ia procurar, outrossim, nos seus artigos publicados na imprensa antes de 1872, especialmente na *Gazeta de Campinas* (DEBES, 1978, pp. 100-1). De qualquer modo, Campos Sales libertou os seus escravos – e ainda com a condição de que lhe servissem por mais quatro anos – apenas em 1887; e tal medida não foi completamente espontânea, pois decorreu também da pressão que sofrera de Silva Jardim .

Após explorarmos aspectos dos laços de sociabilidade vivenciados por Campos Sales no microclima representado pela Faculdade de Direito de São Paulo, vejamos a vinculação de nosso ilustre campineiro a uma sociedade que, embora não a investiguemos com o pormenor que a situação merece, primou por congregar em seu seio praticamente todos os integrantes do *grupo*: trata-se da maçonaria. Em ensaio de 1998, Carmem Sylvia Vidigal Moraes alerta para o envolvimento de um considerável contingente de “ativistas” republicanos com a maçonaria. Do mesmo modo, Hilsdorf indicara em sua tese de doutorado que boa parte dos indivíduos que integram o *grupo* que estudamos estiveram presentes nas ações encetadas pela maçonaria (para além da participação, deve-se registrar que, nas décadas de 1870 e 80, a “irmandade” das lojas maçônicas era constituída por eles próprios, aliás, ocupando posições de liderança). Esta autora ainda sublinha que ambos (a ligação com a maçonaria e os vínculos com os missionários e educadores protestantes), forneceram o aparato material e logístico à execução dos projetos dos agentes republicanos. No que respeita especificamente à implicação com os maçons, Moraes (1998) confirma os laços que uniam republicanismo e maçonaria, ao acrescentar que, “(naquele) *momento da história política republicana ser maçom parec(ia) significar um compromisso, ‘o selo de uma aliança em torno de ideais e interesses comuns’, hipótese que é reforçada pelo fato ‘dos mais altos graus da hierarquia maçônica pertencerem àqueles mais diretamente*

*metidos com a propaganda e, posteriormente, com a construção do estado republicano*⁶⁰,” (MORAES, 1998, pp. 6-7).

Todos esses aspectos, ao que parece, funcionaram como amálgama a unir as trajetórias dos membros do *grupo*. Entretanto, em virtude do recorte que adotamos para a realização desta pesquisa, não nos aprofundaremos na recuperação da natureza dos nexos representados pelo envolvimento com a maçonaria – isso vale também para os vínculos com os missionários e as instituições de ensino protestantes – uma vez que essas correlações haviam sido anunciadas em momento anterior da condução de nossos trabalhos, porém, em decorrência de ajustes necessários à melhor circunscrição do nosso objeto de interesse, houve por bem apenas mencionar a existência das redes de relações aludidas, sem, no entanto, aplicarmos a elas o instrumental analítico usado para avaliar o funcionamento das estruturas de sociabilidade que destacamos do conjunto de vinculações a que estiveram sujeitos os componentes do *grupo*.

⁶⁰ Moraes (1998) nos fornece dados referentes às posições ocupadas por políticos republicanos no interior da maçonaria. Indicaremos aqui os concernentes aos membros do *grupo*: “*Américo Brasiliense (venerável da Loja América, de São Paulo); Bernardino de Campos (venerável da Loja Cap.: Trabalho, de Amparo); Campos Sales (Loja Regeneração 3, de Campinas); Francisco Quirino dos Santos (Loja Independência, de Campinas); Prudente de Moraes (Loja Maçônica de Piracicaba) – todos grão-mestres e, portanto, portadores do grau máximo: 33. Além destes figuram como maçons de alto grau (32) Rangel Pestana (Loja Independência, de Campinas) e Américo de Campos (Loja América, de São Paulo)*” (MORAES, *op. cit.*, pp. 6-7).



Américo Brasiliense de Almeida Mello (São Paulo-SP, 8/8/1833 - Rio de Janeiro-RJ, 25/3/1896)

Nascido na capital dos paulistas no ano de 1833, Américo Brasiliense concluiu o curso de direito pela Faculdade do Largo São Francisco no ano de 1855, tendo recebido o grau de doutor em 1860. Em 1856 e 1857 exerceu a advocacia na cidade de Sorocaba. Conforme Rangel Pestana, Américo Brasiliense esteve durante esses dois anos afastado da política partidária em vista de que seu pai, o Dr. Francisco Antônio de Almeida Mello, era figura influente do Partido Conservador na região e, para evitar contrariedades a ele, Brasiliense não teria dado vazão à sua “natural” propensão às idéias liberais.

“Nos dous annos, de 1856 e 1857, elle advogou nessa cidade (Sorocaba), alheando-se da política, porque seu pae militava no partido conservador e as idéias desse partido não estavam arraigadas no ânimo do bacharel em direito.

Um facto entretanto, forçou-o a entrar activamente em política.

Os conservadores da localidade incluíram o nome do dr. Américo Braziliense na sua chapa para vereadores, ou com o fim de prendel-o aos interesses do partido, ou por attenção ao dr. Francisco Antônio.

O resultado, porém, não correspondeu á esperança. Um desafeiçoado ao jovem candidato tirou-lhe parte da votação e elle não entrou na câmara.

A derrota, a despeito de servir de estímulo aos brios, proporcionou-lhe o meio de entrar na política seguindo o impulso de suas opiniões.

D’ahi em diante o pae, retrahindo-se, cedeu o passo ao filho e o partido liberal de Sorocaba teve á sua frente o dr. Américo Brasiliense” (PESTANA, Francisco Rangel. “O Dr. Américo Brasiliense”. In: *ALSP*, v. II [1877], p. 82).

É sintomático que, unanimemente, os componentes do grupo se refiram a seus “pares” ou outras personalidades do republicanismo, como se trouxessem desde sempre a inclinação para a propaganda dos ideais republicanos, mesmo quando filhos de famílias tradicionalmente ligadas ao Partido Conservador, como foi o caso de Brasiliense e de Martinho Prado Jr. A explicação que se oferece quanto às escolhas de cada uma dessas personalidades, calcada exclusivamente em aspectos morais ou de índole individual, aponta para a existência de uma espécie de “destino manifesto”, que, desde muito antes da adesão às idéias do campo republicano, indicava o “natural” desfecho de cada uma das trajetórias dos indivíduos biografados. Tal postura coloca em segundo plano as vicissitudes inerentes a essas trajetórias, subestimando as estruturas de sociabilidade que presidiram as escolhas efetuadas ao longo do tempo.

Américo Brasiliense ainda desempenhou as funções de juiz municipal e de órfãos na comarca de Faxina do Itapeva, atual Itapeva, no interior do estado de São Paulo. Deputado provincial várias vezes – sendo a primeira em 1857, quando se elegeu pelo 5º distrito como candidato da sigla liberal – foi nomeado presidente da Paraíba, permanecendo no cargo de 4 de novembro de 1866 até 31 de outubro de 1867. Nesse mesmo ano assumiu uma cadeira na Assembléia Geral. A 10 de março de 1868 assumiu o governo da província do Rio de Janeiro, mantendo-se durante quatro meses no posto.

A respeito do exercício da presidência daquela província do Nordeste do país (no século XIX chamavam essa região, excetuando-se os atuais estados da Bahia e Sergipe, de Norte e não Nordeste) o relato de Rangel Pestana é revelador do tom conciliatório que notabilizou a carreira política de Américo Brasiliense. Se dentre os integrantes do grupo havia quem se pudesse taxar de “radical”, entendido aqui como um comportamento “purista”, irreduzível em suas convicções e com pouco trânsito entre as demais correntes partidárias do espectro político nacional – como é o caso de João Alberto Sales –

Brasiliense parece representar o oposto desse “modelo”, constituindo-se no grande articulador político, pelo menos em seus primórdios, do Partido Republicano Paulista⁶¹.

“Os amigos políticos reclamaram a sua cooperação no governo e coube-lhe a missão de administrar a província da Parahyba do Norte, no ministério do marquez de Olinda.

O administrador não desdisse dos actos do juiz e do deputado provincial. Em política sustentava as pretensões judiciosas dos seus correligionários e em administração attendia aos interesses da província, ainda mesmo contrariando os seus amigos políticos. As maneiras de tratar tanto um como outros eram tão delicadas, as resoluções tão meditadas e firmes que seus actos não criaram descontentes e todos bendizem ainda hoje de sua administração.

(...) Moderado por índole, por estudo, por educação⁶², o dr. Américo Brasiliense assumiu sempre francamente a responsabilidade do que a Loja⁶³ fazia solidariamente em nome da democracia e da humanidade” (PESTANA, F. Rangel, op. cit., p. 85).

Eleito deputado geral pela província de São Paulo, deixa a presidência da Paraíba em 1867. Antes, em 1862, casara-se com D. Marcelina Lopes Chaves, “*senhora de qualidades recommendaveis e filha do sr. barão de Santa Branca*” (PESTANA, op. cit., p. 84). Além da formação na Academia de Direito de São Paulo, para Rangel Pestana um fator importante para demarcar os contornos da formação intelectual de Américo Brasiliense foi a viagem que ele empreendeu a vários países da Europa em 1864. Em dois anos, Brasiliense percorreu diversas cidades da França, Espanha, Portugal, Inglaterra, Bélgica, Alemanha e Itália. Da observação e estudo do que se passava no velho continente, pôde se aproximar das “novas filosofias da história”, interpretações do processo histórico fortemente influenciadas pelas teorias científicas. É o reconhecimento, por parte de Rangel Pestana, de uma das matrizes cognitivas que forneceram o arcabouço ideológico em

⁶¹ Hilsdorf já sublinhara a postura conciliatória de Américo Brasiliense em sua tese de doutorado (HILSDORF, 1986, p. 73).

⁶² Grifos meus.

⁶³ Trata-se da loja maçônica *América*, fundada, entre outros, por Brasiliense. Essa loja se situava na capital paulista.

que se assentaram as práticas políticas de Américo Brasiliense e do próprio grupo a partir dos anos setenta do século XIX.

“Essa viagem equivalia a um estudo prático, ainda que rápido, de tudo quanto lhe caíha debaixo das vistas.

Para o homem inteligente o viajar é aprender sem trabalho e á custa dos esforços acumulados dos outros.

A sua alma retemperou-se na contemplação de muita cousa grandiosa e também na observação de muitas misérias. Por vezes o Brasileiro teve orgulho de ser filho destas ricas e vastas regiões da América e outras tantas curvou a cabeça diante do atrazo do seu bello paiz.

Em 1866 voltou á terra natal. Se não trazia mais saúde, todavia regressava animado e disposto a votar ao engrandecimento da pátria as suas faculdades e os novos conhecimentos adquiridos pelo estudo e exame das instituições e costumes de outros povos” (idem, p. 85).

Em 1868, juntamente com Luís Gama, Américo de Campos e outros, Américo Brasiliense fundou a *Loja América*, loja maçônica da capital paulista, “*o conventiculo de utopistas como chamavam-na uns – e o antro de revolucionarios abolicionistas como qualificavam-na outros*” (idem, p. 87). O objetivo dessa entidade estava voltado fundamentalmente à campanha abolicionista e à divulgação dos ideais republicanos.

A maçonaria, em seu anticlericalismo e na defesa de princípios constitutivos do ideário liberal-burguês, exercia forte atração sobre “nossos” propagadores da causa republicana. Pregando a abolição dos escravos, a *Loja América* congregava em suas hostes: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Américo de Campos, Luiz Gama, Américo Brasiliense (estes dois últimos foram os fundadores da loja, [HILSDORF, 1986, p. 71]), Joaquim Nabuco, José Ferreira de Meneses, Francisco Antunes Maciel, Martinho da Silva Prado Jr., Salvador Mendonça, Bernardino de Campos, Rangel Pestana, Prudente de Moraes e Rui Barbosa (Rocha, 1995, p. 143).

Em São Paulo, Brasiliense foi vereador (1881/1882) e deputado provincial durante várias vezes entre 1868 e 1889. Em 1870 se transfere para Campinas, permanecendo aí até

1873. Ao comentar esta decisão de Brasiliense, Rangel Pestana nos fornece dados valiosos que dão pistas sobre a orquestração dos passos do núcleo republicano da província e, concomitantemente, das redes de sociabilidade do *grupo*. Complementarmente, Rangel Pestana salienta a atuação educacional de Brasiliense em Campinas e sua relação com outro membro do *grupo*, o tipógrafo português José Maria Lisboa.

“Campinas, cidade cujo clima é mais quente do que o desta capital e onde ele já nessa época tinha letrados e correligionários⁶⁴, mereceu-lhe a preferência. Ahi advogou desde 1870 até 1873.

*O dr. Américo Braziliense pertence ao numero desses homens que não se negam ao trabalho e tem sempre nos lábios o monosylabo – sim. A elle chegou-se um dia o sr. Caldeira, director de um collegio de meninos e pediu-lhe para dar algumas prelecções no seu estabelecimento de educação. O pedido do intelligente director foi satisfeito: as prelecções foram dadas e o publico hoje as conhece porque o sr. José Maria Lisboa as editou em um livro, que tem merecido muitos louvores” (id. *ibid.*, p. 88).*

A partir de 1888 passou a lecionar na Faculdade de Direito de São Paulo. Proclamada a República, teve participação na comissão encarregada de elaborar o projeto da nova Constituição.

Nomeado governador de São Paulo, exerceu o cargo de 7 de março a 11 de Junho de 1891. Continuou no poder como primeiro presidente do estado, em decorrência da Constituição de 1891, que estabeleceu o título de presidente para o chefe do executivo. Presidiu, pois, o estado de 11 a 13 de junho e de 16 de junho a 15 de dezembro de 1891. Foi substituído, nas datas intermediárias, por Cerqueira César, cunhado de Campos Sales. Enfrentou um período de grandes conturbações em São Paulo. Coube a Américo Brasiliense promulgar a primeira Constituição estadual. Abandonou o cargo antes de completar o mandato. Sua obra versa, principalmente, sobre assuntos jurídicos, políticos e históricos: *“Os Programas dos Partidos e o Segundo Império”*; *“Elogios aos Paulistas”*; *“Exposição de História Pátria”*; *“Lições de História Pátria”*.

⁶⁴ Grifos meus.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no ano de 1896, quando ocupava o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

João Köpke (Petrópolis-RJ, 27/11/1852 – Rio de Janeiro-RJ, 28/7/1926)

João Köpke era filho de Henrique Köpke e de D. Felisbella Cândida de Vasconcellos. Seu pai, um português de ascendência germânica, naturalizou-se brasileiro por volta de 1844 e, alguns anos depois, passou a residir em Petrópolis. Nesta cidade, Henrique funda, em parceria com seu irmão Guilherme, o *Collegio de Petrópolis*, mais conhecido como *Colégio Köpke* (Mortatti, 2002).

O curso primário João Köpke o realiza no estabelecimento de ensino de seu pai, já o secundário é feito no Colégio São Pedro de Alcântara, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1871, João Köpke se matricula na Faculdade de Direito de Recife, porém, conclui seus estudos na Academia de São Paulo, no ano de 1875. Logo em seguida é nomeado promotor público, tendo exercido a promotoria na comarca de Faxina do Itapeva (atualmente Itapeva, no interior do estado de São Paulo), e depois em Jundiaí, Campinas e também na capital. Todavia, antes do fim da década de 1870, Köpke troca a magistratura pelo magistério. Mas antes mesmo desse processo se consumar ele já ministrava aulas particulares, iniciadas ainda no quarto ano do curso jurídico. Começava aí uma atividade que se constituiria, com o passar do tempo, no verdadeiro ofício de Köpke (Mortatti, 2002, p. 546). Instalado em São Paulo, aproxima-se do grupo de republicanos da província, iniciando uma amizade estreita (e intensa) com Rangel Pestana, para o qual, segundo Hilsdorf (1986), Köpke se tornaria seu alter-ego em assuntos educacionais.

A atuação de Köpke na esfera educacional na província de São Paulo é vasta, além das aulas particulares ele, “*nesse afan de construir, compõe métodos de ensinar a ler, organiza séries de livros para leitura (inclusive livros voltados para o público infantil) e*

trabalha em uma grammatica ingleza” (PESTANA, “*O Dr. João Köpke*”. In: *ALSP*, v. VII [1884], p. 224). Ademais, Köpke integra, a partir de 1876, o corpo docente do *Colégio Pestana*, colégio de ensino secundário feminino de Rangel e sua esposa, Damiana Pestana. Hilsdorf apresenta o organograma do colégio:

“Damiana Pestana dividia com seu marido a direção dos trabalhos. M^{me}. Masson, educadora muito conhecida em Campinas e outras cidades do interior onde tivera colégios de meninas (Rio Claro, Guaratinguetá, Mogi-Mirim), e sogra de Francisco Glicério, lecionava francês. As Misses Anne Newman e Pinson ajudavam no internato. João Köpke dava aulas de inglês, francês, geografia e italiano, e Caetano de Campos, Elias Pacheco Jordão e José Rubino de Oliveira, as matérias científicas. Pestana e Américo de Campos, provavelmente dividiam as matérias literárias, enquanto que Américo Brasiliense ministrava história pátria” (HILSDORF, 1986, p. 222).

A produção intelectual de Köpke na área dos compêndios e métodos educacionais também é anterior à conclusão do curso jurídico. De acordo com Mortatti, “*essa produção se iniciou com o Método racional e rápido para aprender a ler sem soletrar – dedicado à infância e ao povo brasileiro (São Paulo: Garraux), cartilha cuja 1ª edição, datada de 1874, destinava-se aos alunos da Escola Americana de São Paulo*” (Mortatti, 2002, p. 547).

Ainda de acordo com Hilsdorf, a mais famosa instituição de ensino criada por Köpke, a *Escola Neutralidade*, “*resultou da evolução de uma iniciativa (...) cujas origens podem ser datadas de 1878. Em meados desse ano Köpke comunica pela imprensa que ‘como parte da cruzada contra a atual má organização do ensino’, pretendia abrir um colégio de meninos, na capital da Província, oferecendo nele instrução de nível elementar, secundário e comercial*”⁶⁵ (HILSDORF, 1986, p. 228). Embora taxado por essa autora de precursor da *Escola Neutralidade*, essa iniciativa de Köpke se assemelhava ao “*tradicional colégio de preparatórios de matérias humanísticas e línguas*”(idem, p. 228). Na mesma

⁶⁵ Ressalta-se que o veículo de imprensa no qual foi divulgada a criação do colégio de Köpke foi a *Província de São Paulo*, jornal dirigido por Pestana e Américo de Campos. Vide *PSP*, 10/5/1878, A e 23/5/1878, not.; apud, Hilsdorf, 1986, nota 197, p. 257.

linha, Hilsdorf considera o programa de Köpke um tanto inesperado “*dadas as íntimas ligações pedagógicas e pessoais estabelecidas entre Köpke e Pestana e que autorizavam a pensar no estabelecimento como uma versão masculina do Colégio Pestana*” (*idem*, p. 228). Mesmo assim, “*o colégio de Köpke teria seus triunfos para oferecer às elites progressistas: doutrina cristã como disciplina optativa; curso seriado e progressivo; ensino objetivo e concreto, obrigatório e simultâneo das matérias*” (*idem*, p. 228).

Contudo, conforme Hilsdorf, “*o colégio, ao que tudo indica, não passou de uma proposta*” (*idem*, p. 230). Em seguida, essa autora indaga: “*Köpke não teria conseguido arregimentar o grupo mínimo de 20 alunos que declarara ser necessário para poder dar início ao seu empreendimento, ou concorreram para tanto razões de outra ordem?*” (*idem*, p. 230). A autora, ao que parece, não encontrou respostas, entretanto, conclui afirmando que “*o fato é que não se fala mais do colégio nos jornais*” (*idem*, p. 230).

No ano seguinte, em 1879, Köpke novamente se aventura na criação de um estabelecimento de ensino masculino, desta vez, apenas de ensino elementar. Trata-se da *Escola Modelo*, cuja proposta, na acepção de Hilsdorf, “*é mais audaciosa que a anterior em matéria de formação religiosa e moral: não se incumbia de educação religiosa, ‘pregando a moral como base do procedimento na sociedade e da família’*” (HILSDORF, 1986, p. 230). A essa altura, já eram fortes os vínculos com o grupo, conforme se depreende do “aparelho” montado para fazer a divulgação do colégio de Köpke. Segundo Hilsdorf, “*as informações sobre o colégio podiam ser obtidas com Rangel Pestana, A. de Campos, A. Brasiliense e José Maria Lisboa*” (*idem*, nota 200, p. 257). Em 1880, Köpke abre a seção feminina da *Escola Modelo*, o que, conforme, Hilsdorf, “*evidentemente objetivava ocupar parte do espaço vazio criado com o recente desaparecimento do Colégio Pestana*⁶⁶” (*id.*, *ibid*, p. 230). Aliás, Hilsdorf capta o momento em que Köpke qualifica Pestana como “*seu irmão de idéias, tão mal compreendido*” (HILSDORF, *op. cit.*, p. 230).

Mas essas iniciativas de Köpke param naquele ano, quando então resolve voltar às aulas avulsas. O periódico de Pestana e Américo de Campos noticia que Köpke abrija cursos de Pedagogia, Física e Química e, também, ministrava aulas preparatórias para os exames da Escola Normal. Conforme Hilsdorf, o anúncio estampado na *PSP* é o seguinte: “*Curso Normal Livre (misto). O professor J. Köpke coadjuvado por um habilitado corpo*

⁶⁶ Grifo da autora.

docente leciona as matérias do curso da Escola Normal em um ano e as do seu anexo em seis meses. Cursos de Pedagogia, Física e Química desde já. Matrículas e condições: Consolação 63, das 7 às 10 e das 3 às 6 horas” (PSP, 11/7/1880, A; apud, Hilsdorf, 1986, nota 202, p. 258). Mais uma vez vemos o jornal a servir aos interesses profissionais de membros do *grupo*. Tanto quanto veículo de transmissão da plataforma política dos propagandistas republicanos, a *PSP* figurou como o órgão de divulgação por excelência dos projetos, empreendimentos e realizações pessoais e coletivas dos integrantes do *grupo*. Praticamente todos eles se serviram dessa folha.

Ainda em 1880 Köpke se muda para Campinas, passando a lecionar no colégio *Culto à Ciência*, colégio fundado em 1874 pela associação de vários profissionais liberais e proprietários de terras daquela cidade, e no *Colégio Florence*, “fundado em 1863 pela educadora alemã Krug Florence e destinado à educação feminina” (Mortatti, 2002, p. 546).

Por essa época, seu “irmão de idéias” Rangel Pestana, tece longos comentários elogiosos a seu respeito, na *Província de São Paulo*. De acordo com Hilsdorf, Pestana escrevera que Köpke seria “‘o protótipo do mestre dos mestres’, o ‘verdadeiro professor da Escola Normal’ pela sua cultura geral, pelos conhecimentos especializados à área pedagógica, isto é, pelo domínio que evidenciava do método intuitivo, concreto, e pelo verdadeiro arsenal de instrumentos, aparelhos, compêndios enfim, de material didático atualizado que adquirira para o desempenho de sua tarefa” (HILSDORF, 1986, p. 231).

Finalmente em 1884, já de volta à capital, Köpke fundou a *Escola Neutralidade*, em companhia do lente da cadeira de *Gramática e Língua Nacional* da Escola Normal de São Paulo, Antônio da Silva Jardim. Neste empreendimento estiveram presentes alguns dos componentes do *grupo*, seja na condição de professores ou palestrantes. Registramos a presença de Rangel Pestana, Américo de Campos e Alberto Sales, além, é óbvio, do próprio Köpke (HILSDORF, 1986, pp. 232 e segs). Além disso, o relato de Hilsdorf nos informa que Köpke e Silva Jardim foram “coadjuvados por Américo de Campos, Narciso Figueiras, Artur Gomes e Rangel Pestana – **grupo cujas ligações comuns**⁶⁷ estavam na adesão ao partido republicano, ao positivismo e ao trabalho educativo no Liceu de Artes e Ofícios” (HILSDORF, 1986, p. 232).

⁶⁷ Grifos meus.

Em 1886, Köpke se retira da instituição – Silva Jardim fizera o mesmo no ano anterior – transferindo-se para o Rio de Janeiro, onde abre um colégio de ensino primário “*nos mesmos moldes daquele que deixara em São Paulo*” (HILSDORF, 1986, p. 232), chamado, em honra a seu pai, de *Instituto Henrique Köpke* (PSP, 13/5 e 1º/8 de 1886, **not.**; *apud*, Hilsdorf, 1986, nota 225, p. 259). Mesmo após sua ida para o Rio, Köpke continua colaborando com a *Província de São Paulo*, inclusive depois que Rangel Pestana transferiu a propriedade do jornal para Júlio de Mesquita, um ano antes da instalação da república.

João Köpke veio a falecer no Rio de Janeiro, em 28 de julho de 1926.

João Alberto Sales (Campinas-SP, 24/10/1857⁶⁸ – Monte Alto-SP, 12/3/1904)

“É exatamente a sombra de Spencer que acompanhará Alberto Sales até o fim de seus dias, irmanando-se de tal maneira que quando o spencerismo perde sua vigência científico-filosófica, com ela soçobra a obra do pensador paulista”

(VITA ,Luís Washington. *Alberto Sales, ideólogo da República*)

Filho de Francisco de Paula Sales e Ana Cândida Ferraz Campos, João Alberto Sales – irmão de Campos Sales – passa a infância toda na cidade natal, Campinas.

⁶⁸ Conforme Vita (1965), “*na matrícula de ingresso [de João Alberto Sales] no ‘Rensselaer Polytechnic Institute’ [nos EUA] figura como data de seu nascimento o dia 5 de outubro de 1855. Na Faculdade de Direito [de São Paulo] o ano é o mesmo, porém o dia é 14. Uns autores afirmam que Alberto Sales tinha 15 anos quando seguiu para os Estados Unidos, hipótese que o faria nascer em 1860*”. A data adotada por Luís W. Vita “*figura no verbete a ele dedicado no ‘Dicionário de autores paulistas’, de Luís Correia de Melo (São Paulo, 1954, p. 546) e numa nota de Walter Nogueira da Silva publicada no Correio Paulistano de 14 de outubro de 1962. Também no necrológio de O Estado de S. Paulo o ano de nascimento é 1957*” (VITA, 1965, p. 22).

Antepenúltimo filho de uma extensa prole, seus pais tiveram treze filhos, Alberto Sales segue ainda na adolescência para São Paulo a fim de fazer os preparatórios para a admissão na Faculdade de Direito. Na capital da província ele se hospeda na casa de uma de suas irmãs, casada com José Alves de Cerqueira César, político republicano e futuro governador do estado de São Paulo. Por essa época, o escopo maior dos estudos secundários em São Paulo era a aprovação para o ingresso em uma das escolas superiores (HAIDAR, 1972) e Alberto Sales não fugiria a essa regra. De modo geral, o mais importante era a habilitação nos exames parcelados de preparatórios no antigo Curso Anexo à Faculdade de Direito. Todavia, o acaso das leituras propiciado pelo autodidatismo de Alberto Sales o levou a se distanciar do currículo das disciplinas do Curso Anexo, estudando história natural e livros de divulgação do darwinismo. Isso o afasta do Direito e o aproxima da Medicina, levando-o a tomar a resolução de ingressar na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Mas, de acordo com Vita (1965), em virtude da capital do país passar, à época, por uma grave epidemia de febre amarela, ele se dirige aos Estados Unidos, onde se matricula no curso de engenharia do *Rensselaer Polytechnic Institute*, de Troy, Nova York⁶⁹. Inicia carreira de jornalista como “correspondente internacional”, quando, em 1875, envia material (quatro correspondências) versado em “acontecimentos estadunidenses” para ser publicado no jornal *Província de São Paulo*. Em 1876 abandona o curso de engenharia e retorna para a capital paulista. Aprovado nos exames preparatórios para a faculdade de Direito, inicia o curso em 1878. Na Academia de Direito integrou algumas associações republicanas e participou da redação de seus periódicos acadêmicos, como é o caso do *A Lucta*⁷⁰, folha acadêmica de tintas positivistas surgida em 1882. O período em que Alberto Sales frequentou o curso jurídico (1878-1882) se constituiu num momento de intensa atividade

⁶⁹ Conforme Vita (1965), João Alberto Sales permanece nos Eua apenas durante o ano escolar de 1875-76, quando então retorna ao Brasil. Ainda de acordo com seu biógrafo, “*não obstante a breve estada (...) em Troy, de lá viera marcado pelo cientificismo haurido naturalmente em Spencer, Comte, Stuart Mill e Littré. E, de modo especial, convencido da excelência do regime republicano e federalista estadunidense, o que confessará mais tarde, numa conferência pronunciada em Campinas em 1886*” (VITA, 1965, p. 25).

⁷⁰ O jornal *A Lucta*, fundado em 16 de março de 1882, contava com a participação, além de Alberto Sales, de Argemiro Galvão, José de Paula Novaes, Juvenal de Carvalho, Assis Brasil, Alcides Lima, Américo de Campos, Campos Sales, Pedro Tavares, Rangel Pestana, Muniz de Souza, Pedro Lessa, Cyro de Azevedo e Homero Batista. Argemiro Galvão, seu diretor, era reconhecido por sua filiação ao positivismo comteano e, pela relação dos demais colaboradores, percebemos que congregava inúmeros republicanos provenientes de diversas partes do império. De março a maio o jornal foi editado na tipografia do *Corriere d' Itália*, a partir desta data, passa a ser impresso pela tipografia d'*Província de São Paulo* (PESSOA, MARTINS, BENTO & BASILE, 1974, p. 144).

panfletária do jornalismo acadêmico das hostes republicanas⁷¹, malgrado o revés político representado pelo “adesismo” de alguns republicanos históricos à nova situação liberal de 1878, quando da organização do gabinete Sinimbu. Tal o atesta o inventário dos periódicos republicanos impressos na capital paulista da época⁷²: *A República* (1876)⁷³, *Opinião Republicana* (1877), *O Federalista* (1880), *Evolução* (1880), *Ça-Ira* (1882) e *A Lucta* (1882). No último ano de academia, Alberto Sales publica *Política Republicana*, impressa com o produto de uma subscrição que a Comissão Permanente do Partido Republicano Paulista fez correr entre seus correligionários. Posteriormente, essa obra obteve a lisonja, conferida por um antigo companheiro de batalha, de figurar entre “*um dos três livros que maior repercussão tiveram no ânimo da juventude acadêmica do seu tempo*”⁷⁴.

Ao término do curso jurídico Alberto Sales retorna a Campinas, onde instala sua banca de advogado, passando a integrar também a redação da *Gazeta de Campinas*⁷⁵. Como professor de “diversas matérias”, leciona no colégio *Culto à Ciência* desta cidade. Casa-se com Joana de Moraes Sales, parente de sua família. Em 1884, transfere-se para Piraçununga, instalando aí sua banca de advogado. Contudo, demora-se pouco nesta cidade do interior paulista, volvendo a São Paulo quando adquire a co-propriedade d’*A Província*. Diferentemente do sentimento exposto por Américo de Campos ao sair da redação desse jornal – que se deveu exatamente à entrada de Alberto Sales nesse veículo de imprensa – a *Gazeta de Campinas*, assim noticia a mudança no periódico paulistano:

“A modificação deu em resultado ficar como redator político da fôlha o dr. Rangel Pestana, e como redator, gerente e um dos proprietários o dr. João Alberto Sales.

⁷¹ Paradoxalmente, tal fato é destacado por um monarquista, Sá Viana. Segundo ele, “*o jornalismo acadêmico, em 1879, foi exclusivamente político. A imprensa literária desapareceu, o choque das opiniões não a deixou vigorar*” (Sá Viana, *Esboços críticos da Faculdade de Direito de São Paulo em 1879*. Rio de Janeiro, 1880, p. 21; *apud*, VITA, 1965, p. 29). Mais adiante se resigna: “*sectários conscienciosos da escola oposta à republicana, somos, contudo, os primeiros a confessar que a mocidade acadêmica de São Paulo é geralmente republicana*” (*idem*, p. 24).

⁷² O ano entre parênteses se refere à data de publicação do primeiro número.

⁷³ Alberto Sales integrou a redação deste jornal acadêmico em 1880. No mesmo ano também compôs o corpo de redatores d’*O Federalista*.

⁷⁴ Inscrição, atribuída a Júlio de Mesquita, contida no necrológio de Alberto Sales publicado n’*O Estado de São Paulo* em 14 de março de 1904.

⁷⁵ Segundo Hilsdorf (1986): “*A Gazeta de Campinas surgiu como porta-voz doutrinário do grupo radical, depois republicano, de Campinas. Órgão bissemanário, financiado por Joaquim Roberto de Azevedo Marques, dono do Correio Paulistano, tinha como gerente José Maria Lisboa e redator-chefe Francisco Quirino dos Santos [genro de Azevedo Marques], vindos também da redação dessa folha liberal paulistana*” (HILSDORF, 1986, p. 69).

Êste, não obstante muito m^oço, é um talento de notável pujança, cheio de justas aspirações e fortalecido por convicções profundas” (Gazeta de Campinas, 11/10/1884).

Em 1886, já após abandonar a co-propriedade do jornal *Província de São Paulo*, Alberto Sales se muda novamente para Campinas, continuando a lecionar no colégio *Culto à Ciência*. No ano seguinte deixa o colégio e publica um de seus livros mais controversos, *A Pátria Paulista*, em que procura dar uma explicação “científica” às idéias separatistas de determinados segmentos sociais da província de São Paulo. Ainda em 1887, passa uma temporada em Poços de Caldas para tratamento de saúde. Em 1888, retorna a Campinas. Após a proclamação da república, retira-se para Rio Claro, onde vai substituir o sogro na direção da fazenda de Morro Grande. Em 1892, com a eleição de Bernardino de Campos para a presidência do estado, é eleito para ocupar a vaga deste na Câmara Federal dos Deputados. Reeleito para a segunda legislatura federal (1894-96), renuncia ainda em meados de 1894⁷⁶. Em 1898, durante a presidência estadual de Fernando Prestes, é nomeado diretor da Escola Normal de São Paulo, substituindo Gabriel Prestes. Abandona o cargo em 1901 “*por divergir do Secretário do Interior quanto à política educacional que este lhe queria impor*”⁷⁷ (VITA, 1965, p. 41). O necrológio de Alberto Sales, publicado

⁷⁶ Em consonância com Dunshee de Abranches, “*sua passagem pelo Parlamento nacional é quase despercebida, participando mais das comissões técnicas do que da retórica do plenário*” (Dunshee de Abranches. *Governos e congressos da República dos Estados Unidos do Brasil*, São Paulo, 1918, vol. I, pp. 476-7; apud, VITA, 1965, p. 41).

⁷⁷ Note-se a discrepância em relação aos primeiros anos do regime republicano em São Paulo, no período que compreende a gestão de Caetano de Campos à frente da Escola Normal, quando o diretor deste estabelecimento de ensino respondia diretamente ao chefe do executivo.

⁷⁸ Necrológio de Alberto Sales, publicado n’O Estado de S. Paulo em 14 de março de 1904. É curioso que Antônio Caetano de Campos, tendo permanecido ainda menos tempo que Alberto Sales na direção da Escola Normal, tenha seu nome em conta muito mais elevada no panteão dos grandes educadores da educação paulista que o ilustre spencerianista campineiro. A esse propósito, consultar Catani (1995), in: GONDRA, José Gonçalves (org.). *Pesquisa histórica: retratos da educação no Brasil*. Rio de Janeiro, UERJ, p. 73-80. Ainda assim, segundo Vita (1965), a curta passagem de Alberto Sales não impediria que seu nome ficasse gravado positivamente na memória dos alunos e alunas da Escola Normal, quando então era muito elogiado seu saber enciclopédico. Ainda que essa informação seja prestada por um genro seu, o que a coloca sob suspeição, consta que “*na falta de qualquer professor era o diretor quem dava aula, e que Alberto Sales, com brilho e segurança, fazia com que os próprios alunos desejassem que seus professores faltassem*” (depoimento concedido pelo dr. Roberto Moreira, genro de Alberto Sales; apud, VITA, 1965, p. 42).

pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, justifica a relevância não tão celebrada do intelectual campineiro na direção da Escola Normal pelo fato deste ter ocupado o posto por tempo exíguo, não podendo dessa forma “*demonstrar toda sua competência de educador de modo categórico e decisivo*”⁷⁸.

Também em 1901 Alberto Sales publicou seu artigo *Balanço Político*, estampado originalmente na primeira página d’*O Estado de S. Paulo* na edição de 17 de julho. Nesse artigo, o autor de *Pátria Paulista* expõe as chagas que, a seu ver, vitimavam o Partido Republicano Paulista, expressão de desalento quanto ao rumo tomado pela República após a consolidação da “política dos governadores” – ou “dos estados”, como preferia o próprio implementador dessa “política”⁷⁹ – levada a efeito por seu irmão, Campos Sales, quando este ocupou a presidência do país. A análise que Alberto Sales faz, naquela quadra, a respeito da política republicana, leva-o a classificá-la de “*imoral e falida*”⁸⁰. Nesse “balanço político”, ele chamava a atenção dos contemporâneos para que, passados dez anos da instalação do novo regime, era forçoso reconhecer “*com amargura, que a estrutura política que levantamos, cheios de entusiasmo e de fé, sobre os destroços do antigo regime, não tem sido mais do que uma longa decepção, um desengano mortificante às nossas mais ardentes aspirações*”⁸¹. Ainda segundo Alberto Sales, “*o mandarinato político do regime presidencial não é mais do que uma pérfida etiqueta, um rótulo falso, com que se procura impingir, ao povo simplista, a mais baixa, a mais passiva ditadura política*”⁸².

⁷⁹ De acordo com Renato Lessa, na introdução que escreve para a edição fac-similar de “Da propaganda à presidência”, espécie de memorial político de Campos Sales, aquele cientista político argumenta que “a expressão (política dos estados) é do próprio Campos Sales: ‘Outros deram à minha política a denominação de política dos governadores. Talvez tenha sido mais acertado se dissessem política dos Estados. Esta denominação exprimiria melhor o meu pensamento’ (Cf. Campos Sales, *Da propaganda à presidência*, p. xxx). O atributo estados revela as bases reais de sua política, assim como seu modo peculiar de descrever a ontologia política do país: uma nação formada por estados e dirigida por seus chefes. Em outros termos, a expressão política dos estados precede lógica e ontologicamente a expressão política dos governadores, sem, de forma alguma, anulá-la” (grifos do autor). (Lessa, Renato. “Campos Sales e o paradigma oligárquico brasileiro”. In: CAMPOS SALES, *Da propaganda à presidência*. Brasília, Ed. do Senado Federal [ed. fac-similar], 1998, pp. iii-xli).²⁷ Lima, Silvestre de. *Episódios da Dissidência: I – O célebre “Balanço Político” de Alberto Sales*. In: *O Estado de São Paulo*, edição de 24 de dezembro de 1933; apud, VITA, 1965, p. 45.

⁸⁰ Alberto Sales, “Balanço Político”. In: *O Estado de S. Paulo*, 17/7/1901; apud, VITA, 1965, p. 45.

⁸¹ *Idem*, p. 45.

⁸² *Idem*, p. 45.

Três anos mais tarde, quando cuidava da administração de sua fazenda em Monte Alto, a vida lhe abandona. Morre, tal qual Silva Jardim, como mais um desiludido dos descaminhos em que teria sido lançada a criação pela qual se bateu durante praticamente toda a vida.

Francisco Glicério de Cerqueira Leite (Campinas-SP, 15/8/1846 – Rio de Janeiro-RJ, 12/4/1916)

Filho de Antônio Benedito Cerqueira e Zelinda da Conceição Cerqueira, Francisco Glicério nasce em meio ao florescimento da cultura cafeeira na região de Campinas. Tendo na figura de seu pai um pequeno agricultor, Glicério, como tantos outros do *grupo* republicano paulista, manterá durante toda a vida estreita relação com os negócios envolvendo a lavoura, especialmente o café, que, à época de seu nascimento, já se consolidava como o principal produto de exportação brasileiro (VIOTTI da COSTA, 1982). O pai falece em 1861, quando Glicério contava apenas 14 anos de idade, tendo em razão disso, de interromper os estudos que então iniciara com o fito de ingressar na Faculdade de Direito de São Paulo – destino almejado pelos rapazes de sua época (HAIDAR, 1972) – para retornar ao lar. De Campinas já haviam se encaminhado a essa escola superior Jorge de Miranda, Bernardino de Campos, os irmãos Francisco Quirino dos Santos e João Quirino do Nascimento e Campos Sales.

Mulato, a Glicério as dificuldades foram de vulto ainda maior que em relação aos seus conterrâneos (WITTER & BARBOSA, 1982, vol. 1, p. 25). Entre 1864 e 1867 alterna residência entre Campinas e Rio Claro, onde passa a ganhar a vida de diversas maneiras:

tipógrafo, professor de primeiras letras, escrevente de cartório, até que obtivesse sua carta de advogado provisionado, o que, finalmente, viria a lhe assegurar melhor condição financeira e, concomitantemente, também ascensão social. A acumulação de recursos provenientes dessa atividade profissional lhe garantiu disponibilidade econômica para dedicar-se com maior desembaraço às causas republicana e abolicionista, “*concorrendo, inclusive, para a alforria e proteção de escravos perseguidos que se refugiavam em sua casa*” (WITTER & BARBOSA, 1982, vol. 1, p. 26).

Nesse mesmo ano de 1867 ingressa no Clube Radical de São Paulo. Na época, este clube contava entre seus associados com alguns integrantes do *grupo* por nós retratado nesta pesquisa, exatamente como podemos observar na lista que segue: Américo de Campos, Martinho Prado Jr., Bernardino de Campos, Luís Quirino dos Santos, Prudente de Moraes, Luís Gama, Jorge de Miranda⁸³, Jaime Serva, entre outros (*idem*, p. 26).

Em 1873, participa da Convenção de Itu, realizada no mês de abril. De origem modesta, principalmente se comparado aos demais moços de Campinas que difundiam os ideais republicanos, caso dos irmãos Sales e Quirino dos Santos, Glicério teria se destacado durante o período de propaganda mais por seus predicados de homem de ação do que por um trabalho doutrinário. De acordo com Witter & Barbosa, Glicério foi, indubitavelmente, “*um campeão do espírito de contemporização, hábil manobrista, sempre alerta, versátil e tolerante. Não era um ideólogo, mas uma natureza despida de quaisquer veleidades intelectuais, sempre disposto no seu pragmatismo a todas as combinações, para superar antagonismos aparentemente inconciliáveis, desde que não o afastassem da meta republicana*” (WITTER & BARBOSA, 1982, vol. 1, p. 25).

Quando da reorganização do Partido Republicano Paulista, levada a cabo em fins de 1887 sob a presidência de Bernardino de Campos, Francisco Glicério demonstrou toda sua capacidade conciliatória, buscando harmonizar abolicionistas e escravocratas. O choque entre as duas tendências revelava-se um sério incômodo para a concretização do fim maior do partido, isto é, a instalação da república. Se por um lado, por uma questão de princípios doutrinários a propaganda republicana se situava adjacente à da abolição, por outro se receava a reação dos correligionários proprietários de escravos, sempre atentos quanto ao

⁸³ De acordo com Witter e Barbosa (*op. cit.*, p. 26), Jorge de Miranda era irmão mais velho de Francisco Glicério.

desenrolar do problema da substituição do braço servil. Para o contorno da situação embaraçosa, Glicério teve que por à prova todo o seu aprendizado político e, com o relativo êxito alcançado na manutenção institucional do partido, logrou conquistar mais e mais a confiança de seus pares.

“Destituído de pretensões intelectuais, (Glicério) percebera desde muito cedo que a tarefa de codificar o novo regime pertencia a outros, mais qualificados que ele para esse fim, restando-lhe a tarefa de levar para o interior as diretrizes dos homens dos centros metropolitanos e trazer a estes os anseios das bases. Decidido a lutar com todas as forças pela implantação do regime republicano, assim desenvolveu o seu trabalho que era, antes, de aliciamento e composição (...) Conhecia as suas limitações, esquivando-se quase sempre de enfrentar os debates doutrinários entre os letrados, além da atitude reservada que mantinha pelas dificuldades que encontrava todo mulato numa sociedade de brancos” (WITTER & BARBOSA, 1982, vol. 1, p. 31).

O primeiro mandato eletivo de Glicério é de vereador na Câmara Municipal de Campinas, em 1886. Três anos mais tarde sai como um dos candidatos do Partido Republicano Paulista a deputado geral, vence no primeiro escrutínio, porém não consegue se eleger no segundo. Quando da proclamação da república ele é um dos integrantes da facção paulista que viaja para o Rio de Janeiro, na condição de enviado oficial do Partido Republicano de São Paulo, e assiste ao vivo à derrubada da monarquia. O testamento político de Campos Sales⁸⁴ relembra aqueles momentos de preparação do golpe de 15 de novembro.

“No dia 6 de novembro de 1889, recebi uma carta de Aristides Lobo, entregue com todas as precauções por seu sobrinho (...), na qual me dava parte do que se passava no Rio de Janeiro (...) Procurei imediatamente, como me cumpria, Bernardino de Campos e Rangel Pestana (que se encontravam em São Paulo naquele instante), a

⁸⁴ Campos Sales. *Da propaganda à presidência*. Brasília, Senado Federal, 1998. Edição fac-similar. O original é de 1908.

*fim de inteirá-los de tudo, e sem perda de tempo telegrafei a **Francisco Glicério**, em Campinas, e a Prudente de Moraes, em Piracicaba, dizendo-lhes que motivos urgentíssimos exigiam, na capital, a sua presença para o assunto da máxima gravidade.*

*Ao primeiro (Glicério) acrescentei que viesse preparado para seguir imediatamente para o Rio. **Glicério** veio e partiu (...)*

*Como medida de precaução, adotamos em S. Paulo uma chave telegráfica para nos entendermos com o Rio de Janeiro, sem risco de sermos descobertos ou de descobirmos os nossos companheiros (...) Entre outras combinações, ficou assentado o seguinte: - Banco, significava exército; transação, revolução; penhor agrícola, 10º regimento de cavalaria, etc. etc. Dada esta combinação, recebi a 12 de novembro, do Rio, o seguinte telegrama de **Glicério**⁸⁵: ‘Banco aceita transação. Mande notícia penhor agrícola’. Traduzindo, continha esta notícia decisiva: O ‘Exército resolvido a fazer a revolução. Mande notícia do 10º de cavalaria’ (CAMPOS SALLES, 1998, pp. 27-8).*

Segundo Witter & Barbosa, Francisco Glicério teria sido o primeiro, antes que qualquer outro republicano paulista, a perceber, em 1888, a manobra estratégica de Quintino Bocaiúva, então líder do Conselho Federal Republicano, de se aproximar dos militares descontentes com o intervencionismo governamental nos negócios castrenses e com as seguidas medidas de punição adotadas pelos gabinetes civis contra seus quadros.

“O faro político e a perspicácia do rábula campineiro foram alertados pela insistência com que Quintino Bocaiúva se empenhava, nos seus artigos de O País, a favor do trancamento das punições dos militares, defendendo a tese de que os militares, como os cidadãos, poderiam se manifestar sobre quaisquer questões de interesse da classe (...) Quintino iniciava pacientemente o trabalho de vencer as resistências dos militares contra o elemento civil, os ‘casacas’, convencido de que estava nos quartéis e não nas ruas, como pensava Silva Jardim, a solução para a derrubada da monarquia...” (WITTER & BARBOSA, 1982, vol. 1, p. 33).

⁸⁵ Grifos meus.

Do ponto de vista da função que cumpriu na evolução do Partido Republicano Paulista, a trajetória de Glicério deixa entrever, em várias situações, evidências dos laços de sociabilidade que o uniu aos diversos representantes do grupo de republicanos de São Paulo. Quando da aproximação de Bocaiúva com os militares, Glicério exerce papel importante na persuasão dos demais líderes paulistas do partido quanto à necessidade de tergiversar no que dizia respeito à observância estrita da postura evolucionista para a substituição da monarquia, isto é, de que esta fosse substituída pelo regime republicano em virtude de uma espécie de “maturação histórica” de sua forma institucional. Glicério compreendeu que era necessário que se acelerasse o processo, ajustando-se as diretrizes do partido, estabelecidas desde o Congresso de julho de 1873, ao contexto do perigo representado pela iminência de um terceiro reinado.

“Os acontecimentos precipitavam-se. Castilhos⁸⁶ e Bocaiúva estavam de pleno acordo, pelo menos quanto à participação dos militares no movimento. Na volta a São Paulo⁸⁷, Glicério tratava de convencer Bernardino de Campos de permanecer na direção do PRP. Repugnava a Bernardino que a República fosse proclamada ao sabor de um levante militar. Glicério reuniu os chefes mais importantes: além de Bernardino, ele próprio, Campos Sales, Prudente de Moraes, Rangel Pestana e Américo Brasiliense. Apenas este acompanhou os escrúpulos de Bernardino. Mas a demissão (de Bernardino do comando do partido) foi retirada” (idem, pp. 33-4).

Feita a República, Francisco Glicério assume, no início de 1890, o cargo de ministro da Agricultura do Governo Provisório, cargo que já havia recusado antes, exatamente no dia posterior ao da instalação do regime⁸⁸. Indicara para o posto, daquela feita, Demétrio

⁸⁶ Líder republicano do Rio Grande do Sul.

⁸⁷ Francisco Glicério havia empreendido viagem ao Rio Grande do Sul com o fito de se encontrar com Júlio de Castilhos a fim de alinhavar estratégias de atuação em relação à facção gaúcha, mormente quanto à mobilização dos contingentes do exército.

⁸⁸ “No dia seguinte, em casa de Aristides Lobo, reuniam-se este, Bocaiúva e o Sr. Glicério para organizar o governo. As pastas ficaram distribuídas como depois aconteceu, menos a da Marinha. Aristides Lobo e Bocaiúva entendiam que o Sr. Glicério devia ser o ministro da Agricultura. Foi diante de sua recusa, baseada em que era indispensável contemplar um rio-grandense, que seus companheiros o dispensaram. Ele lembrava o Sr. Demétrio Ribeiro, enquanto os outros indicavam Júlio de Castilhos ou o Sr. Assis Brasil. Predominou o nome do Sr. Demétrio Ribeiro...” (MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e depoimentos para a*

Nunes Ribeiro. Glicério permanece na pasta da Agricultura por um ano. Na legislatura 1892-93 aparece como deputado federal por São Paulo. Após a eleição de Aristides Lobo para o Senado Federal, Glicério se torna líder do governo na Câmara dos Deputados. A enorme influência política que exerceu durante os anos iniciais da vida republicana começava a se esboçar. Principal idealizador e articulador do Partido Republicano Federal (PRF) – criado em julho de 1893 – Glicério foi, naquele momento, figura indispensável para a sustentação parlamentar do governo Floriano e interlocutor privilegiado da “política paulista” junto ao poder central. Continua como deputado federal por São Paulo nas duas legislaturas seguintes: 1894-96 e 1897-99. Apesar do seu cacife político, Glicério perde a eleição para a presidência da Câmara para o deputado Artur Rios. Em franca indisposição com Prudente de Moraes, ao qual seu concurso foi fundamental para que se tornasse o primeiro presidente civil da incipiente história republicana, Glicério foi apontado como um dos mandantes do atentado a Prudente, cujo desfecho resultou na morte do Ministro da Guerra (marechal Bittencourt). Seu afastamento do núcleo do poder federal se acentua quando, candidato a deputado em 1899 pelo então recém-criado Partido da Lavoura, não tem o mandato reconhecido pela nova situação (a que vigorava no estado de São Paulo com Fernando Prestes), inaugurada pela denominada política dos governadores, idealizada pelo presidente Campos Sales. A partir daí, por volta do início do século XX, Glicério se afasta da vida político-partidária, dedicando-se ao seu escritório de advocacia instalado no Rio de Janeiro. Todavia, já em setembro de 1902 retorna à vida pública, eleito para o Senado Federal para um mandato de três anos, quando substituiu Bernardino de Campos, que havia renunciado para ocupar a o governo do estado de São Paulo. Ao término do mandato (início de 1906) é reeleito senador para um período de nove anos. Em 1909 não apóia a chapa apoiada pelo PRP, que contava para a presidência da República com Rui Barbosa e para vice com Albuquerque Lins⁸⁹. Mas, visando à eleição presidencial de 1914, candidata-se como vice formando chapa com o candidato que quatro anos antes havia rejeitado apoio, Rui Barbosa⁹⁰. Derrotado no pleito, Glicério se reelege novamente a senador pelo seu

história. Rio de Janeiro/Paris, Francisco Alves e Cia./Allan Alves e Cia., 1913, p. 208; *apud*, WITTER & BARBOSA, 1982, p. 36).

⁸⁹ O marechal Hermes da Fonseca vence a eleição para presidente. Para vice, o eleito foi Wenceslau Brás.

⁹⁰ As eleições de 1913 são vencidas por Wenceslau Brás, do Partido Republicano de Minas Gerais. Para vice ganhou Urbano Santos da Costa Araújo.

estado natal, porém, não conclui o mandato, falecendo a 12 de abril de 1916 no Rio de Janeiro.

Francisco Glicério deixa, já nos últimos anos de sua vida, um registro marcante das relações de sociabilidade vivenciadas nos tempos de *propaganda*. O ano é 1913 e a circunstância está ligada ao falecimento de um antigo “companheiro” de luta política, oriundo, como ele mesmo, da cidade de Campinas. Glicério, em que pese a indisposição política com a situação que chefiava a política paulista em 1899, diretamente atrelada à “política dos governadores” de Campos Sales, faz um pronunciamento emocionado na sessão de 28 de junho de 1913 do Senado Federal, expressando seus sentimentos pela morte desse ex-presidente da República e correligionário do velho PRP, ocorrida a 28 de junho de 1913, no município de Santos. Embora o jogo do poder os tivesse antagonizado em alguns momentos da vida pública, o comportamento de Glicério, como é comum em momentos em que se lida com a morte, visou a arrancar a figura de Campos Sales dos julgamentos da política comezinha, dando início, assim, à “cristalização” de sua imagem. Talvez involuntariamente, Glicério volve aos tempos longínquos das décadas de 70 e 80, recordando o tempo em que pugnavam na imprensa, no plano político-partidário e também através do exercício do magistério, pelo avanço das idéias republicanas. Mesmo que eventualmente tenha vislumbrado a possibilidade de capitalizar em seu proveito o momento propiciado pela morte de seu antigo colega, suspeitamos que Francisco Glicério, ao tomar a dianteira no processo de produção de uma memória acerca de Campos Sales, acabou por trazer à tona, no bojo do resgate dos feitos do ex-presidente, todo o universo complexo das “estruturas de sentimento” que alimentaram a constituição do *grupo*. É quase um reconhecimento formal, da parte de Glicério, de que o encaminhamento tomado pelas trajetórias individuais daquele pequeno núcleo de republicanos da província de São Paulo, conquanto muitos de seus membros tenham até se distanciado ou se tornado adversários políticos, prendem-se entre si por laços de sociabilidade comuns, experimentadas no interior dos microclimas de atuação do *grupo*.

Os excertos abaixo dizem respeito ao pronunciamento de Glicério na sessão do Senado Federal dedicada à memória de Campos Sales.

*“Sr. presidente, ele foi desde a sua infância um cultor delicado das idéias liberais; pertencemos ambos, até 1870, ao Partido Liberal do Império; éramos soldados desse partido... Em 1870 fundamos o Partido Republicano Paulista”*⁹¹ (Anais do Senado Federal, sessão de 28 de junho de 1913; *apud*, WITTER & BARBOSA, 1982, vol. 2, p. 434).

“Pertencente a uma sociedade que tinha de prestar a mais acurada atenção aos elementos então únicos, do trabalho, pertencente a uma imensa família de agricultores, ele nunca hesitou em dar a sua responsabilidade efetiva à reforma da extinção da escravidão promulgada pelo eminente homem político, Sr. Visconde do Rio Branco” (*idem*, p. 435).

*“Vivemos juntos durante mais de 50 anos: nascemos sob o mesmo céu, crescemos na mesma terra, pertencemos invariavelmente à mesma política; não podia, portanto, despedir-me dele senão com a maior mágoa e a mais profunda saudade. Entretanto, levo em conta desta situação moral aflitiva em que me acho, o fato de me separar dele **somente pela morte**”*⁹² (*id. ibid.*, p. 437).

⁹¹ Não se pode dizer que havia um Partido Republicano Paulista em 1870. O próprio Partido Republicano da Corte estava ainda se organizando. O início da institucionalização do núcleo paulista data de 1872, favorecido pelas deliberações tomadas após a realização do encontro ocorrido na casa de Américo Brasiliense, na capital, em janeiro daquele ano. A criação formal da agremiação se daria em 1873, por obra da Convenção de Itu (18 de abril daquele ano). Ainda assim, conforme aponta Hilsdorf, tanto a reunião de 1872 quanto a Convenção de 1873 *“não fizeram dele (PRP), porém, verdadeiramente um partido”* (HILSDORF, 1986, p. 262). Essa autora afirma, inclusive, que *“mesmo em 1874, a expressão Partido Republicano designava apenas um grupo prestigioso da vanguarda política e social que professava idéias políticas diferentes, toleradas pelo governo imperial pela sua morigeração, e que, pela sua postura evolucionista provocava o desdém dos conservadores”* (*idem*, p. 263).

⁹² Grifo meu.

Francisco Rangel Pestana (Iguaçu-RJ, 26/11/1839 – São Paulo/SP, 17 de março de 1903)

Filho de João Jacinto Pestana e de Luiza Rangel Pestana, Francisco Rangel Pestana⁹³ provém de uma família de modestos recursos do interior da província do Rio de Janeiro. Seu pai trabalhara como tabelião e chegou a ocupar o cargo de secretário da Câmara Municipal de Iguaçu. Em termos políticos sua família estava ligada ao Partido Conservador, hegemônico na província fluminense durante a maior parte do Segundo Reinado. Em princípios da década de 1850 já residia com a família na Corte, quando é matriculado como aluno externo de primeiras letras no *Colégio Curiáceo Pestana de Simas*. Em 1855 podemos vê-lo freqüentar o 4º ano do *Colégio Pedro II*, como aluno externo não gratuito. Mas, no ano seguinte, abandona o *Pedro II* para fazer os exames preparatórios no *Colégio Culto à Ciência* de São Paulo com vistas à admissão na Academia de Direito desta cidade. Aprovado nos exames parcelados realizados no início de 1858 ingressa na academia no ano seguinte.

De acordo com Hilsdorf (1986), a vinda de Rangel Pestana para São Paulo e sua matrícula, primeiro no *Colégio Culto à Ciência*, e depois na Academia de Direito, foi de suma importância para pavimentar a estrada que o levaria a se aproximar dos extratos liberais da província. Para esta autora – que ainda acrescenta que esse processo seria complementado mais tarde pelo engajamento político-partidário e pelas atividades no jornalismo e na educação – a vivência experimentada por Pestana no interior desses microcosmos, principalmente na Faculdade de Direito, marcou não apenas as inclinações e paixões do momento, mas impregnou-se pelo restante de sua existência, modelando também a vida daqueles que de alguma maneira sofreram sua influência.

“A ida para São Paulo marcou profundamente o jovem Pestana. De um lado, porque iniciou, no Culto à Ciência e na Academia, estreitos relacionamentos pessoais, familiares e profissionais que manteve ao longo de sua vida, em especial com um grupo de colegas provenientes do Centro-Oeste da província de São Paulo (Campinas, Rio Claro e Piracicaba), já então o maior pólo da moderna

⁹³ As informações relativas a Rangel Pestana foram extraídas de Hilsdorf (1986 e 2002).

cafeicultura do país. Ainda que os fluminenses Paula Bittencourt, José Carlos Rodrigues, Pessoa Póvoa e França Jr. fossem da sua roda – e mais até, os dois últimos, amigos inseparáveis – Rangel Pestana morou em ‘repúblicas’ de estudantes com os irmãos Francisco Quirino dos Santos e João Quirino do Nascimento, seus futuros cunhados, Joaquim Fiúza de Carvalho, concunhado, e Barros Jr., Campos Sales e Jorge de Miranda, o ‘grupo de Campinas’⁹⁴. Com eles e mais os colegas Monteiro de Souza, Henrique Limpo de Abreu, Teodomiro Pereira, Florêncio de Abreu, Cesário Alvim, Belfort Duarte, Benedito Otoni, Prudente de Moraes, Salvador de Mendonça, Américo Brasiliense, Cerqueira César, Pacheco e Silva, Bernardino de Campos, Américo de Campos, Bittencourt Sampaio e João Köpke, participou de associações acadêmicas, fez jornalismo acadêmico e profissional, manteve escritórios de advocacia, integrou clubes políticos, assinou o Manifesto Republicano de 3 de dezembro, militou na política republicana antes e após o 15 de novembro e, enfim, assumiu empreendimentos ligados à educação” (HILSDORF, 2002, p. 389).

Desde sua chegada a São Paulo, Rangel Pestana participara ativamente da imprensa acadêmica paulistana, quando podemos divisá-lo em vários órgãos: orador do *Ateneu Paulistano*, membro da *Associação Culto à Ciência* e do *Instituto Acadêmico Paulistano* e diretor da *Revista do Ensaio Filosófico*. Durante o período do curso jurídico aparece como colaborador em diversos periódicos acadêmicos, quando então realiza a passagem, feita por muitos de seus contemporâneos, da imprensa literária para a imprensa política (HILSDORF, 1986). De 1859 a 1863, além das publicações dos órgãos mencionados há pouco, esteve presente n’*O Lírio* (1860-1), jornal dedicado às mulheres; n’*O Timbira* (1861), n’*O Futuro* (1862) e n’*A Época* (1863), este último, de acordo com Hilsdorf (2002), propagandista da Liga Progressista.

Após se diplomar, muda-se para a Corte, quando então se aproxima do liberalismo radical que por essa época tomava corpo frente à insatisfação com os resultados apresentados pela postura um tanto “conservadora” da *Liga Progressista*. Na segunda

⁹⁴ Além destes o tal ‘grupo de Campinas’ (entenda-se aqui alunos da Faculdade de Direito) contava também, à época, com Bernardino de Campos.

metade do decênio de 1860 foi proprietário de dois jornais na capital do império, o *Opinião Liberal* (1866-67) e o *Correio Nacional* (1869-70), representantes dessa nova tendência. Todavia, o programa do Clube Radical – agremiação à qual havia se filiado – ainda que contemplasse boa parte de seus anseios, não o teria agradado, talvez pela ênfase na questão abolicionista, viés que orientaria a ação do “novo” Partido Liberal, emerso da reorganização dos liberais em “radicais” após a queda do gabinete Zacarias de Góes (HILSDORF, 1986). Tais anseios de Pestana parecem ter sido amplamente satisfeitos pelo Manifesto Republicano de 3 de dezembro de 1870, publicado nas páginas d’*A República*, periódico fluminense dirigido à época por uma comissão composta por Aristides Lobo, Miguel Vieira Ferreira, Flávio Farnese e Lafaiete Rodrigues Pereira. Inicialmente o redator-chefe deveria ser Rangel Pestana, porém, com sua desistência, ocupou este posto Pedro Meirelles. Em 1871, o chefe da redação é Luiz Barbosa (HILSDORF, 1986).

Hilsdorf (2002) esclarece que a participação de Rangel Pestana no grupo republicano da Corte, formado em boa medida por profissionais liberais (especialmente, advogados, jornalistas, engenheiros e médicos)⁹⁵, “*deu-se de maneira progressiva e laboriosamente trabalhada. De um lado, porque, para manter as idéias de república e modernidade ajustadas ao sentido conservador que lhes emprestava o cafeicultor dublê de empresário capitalista de ‘liberdade de movimentos, de emprego dos capitais’, foi preciso depurá-las de seus componentes jacobinos e aproximá-los de um modelo sem excessos – o norte-americano, representado como conciliador dos ideais democráticos e da federação – difícil transição para alguém cuja primeira militância, no interior do Clube depois Diretório Republicano da Corte, foi, sobretudo, a de um radical que chegou à dissidência no Clube Republicano Federal*” (HILSDORF, 2002, p. 391).

Três anos após a publicação do Manifesto Republicano encontramos Rangel Pestana envolvido na organização da *Escola do Povo*, estabelecimento de ensino de primeiras letras, cujo funcionamento se baseava em cursos avulsos no período noturno, destinado a

⁹⁵ Dentre os signatários do Manifesto Republicano de 1870 inúmeros se enquadram no que dissemos. De qualquer modo, a formação em direito era mais ou menos disseminada entre a classe política dirigente do Segundo Reinado. Ainda que eventualmente registrassem a frequência a uma das duas escolas superiores de ensino jurídico do país, as de Recife e São Paulo, salientamos aqui, os que detinham as outras profissões a que aludimos: Christiano Benedito Otoni, Miguel Vieira Ferreira, Carlos Americano Freire, Antônio Paulino Limpo de Abreu, Antônio da Silva Neto (engenheiros); Flávio Farnese, Ferreira Viana, Quintino Bocaiúva, Pires de Almeida, Otaviano Hudson, Salvador de Mendonça (jornalistas); Miranda Azevedo, Pedro Bandeira de Gouveia, Joaquim Maurício de Almeida, Luiz de Souza Araújo, João Baptista Lupez, Viriato de Medeiros, Antônio de Souza Campos, Manoel Marques da Silva Acauan, Lopes Trovão (médicos).

trabalhadores de ambos os sexos da capital do império, fortemente influenciado pelas idéias científicas e pelos métodos pedagógicos oriundos da experiência norte-americana. A influência advinda daquelas idéias e dessa experiência já havia se manifestado em Pestana quando dos contatos que estabelecera com missionários norte-americanos da Igreja Presbiteriana do Sul, sediados em Campinas. Conforme Hilsdorf (2002), “*ele, inclusive, participara da assembléia pública que, em inícios de dezembro de 1871, discutira e aprovava a proposta dos Pastores Nash Morton e Edward Lane de criação de uma escola centrada no princípio da liberdade de Consciência e de culto e na metodologia americana das ‘common schools’, com suas ‘lições de coisas’ e seu ensino intuitivo e concreto das ciências e humanidades*” (HILSDORF, 2002, p. 391). Paralelamente, Pestana estende seu apoio também aos missionários norte-americanos da Igreja Presbiteriana do Norte, que, em 1870, sob a direção de Chamberlain, já haviam aberto a *Escola Americana* em São Paulo; e também aos metodistas, “*que se ocupavam da educação feminina em Piracicaba, no seu colégio Piracicabano, fundado em 1881*” (HILSDORF, 2002, p. 393).

Por essa época, começo dos anos 1870, Rangel Pestana continuava sua atividade no jornalismo colaborando para jornais de matiz republicano: *A República* (Rio de Janeiro), a *Gazeta de Campinas* (Campinas) e o *Correio Paulistano* (São Paulo). Os laços com o grupo republicano paulista se estreitam: casa-se com Damiana Quirino – irmã de Francisco Quirino dos Santos, seu colega do curso jurídico e redator-chefe da *Gazeta de Campinas* – e passa a colaborar assiduamente com esta folha que já contava entre seus redatores e colaboradores, além de Francisco Quirino, com Jorge de Miranda, Américo Brasiliense, José Maria Lisboa (tipógrafo e gerente do jornal) e Campos Sales.

Daí em diante as relações foram se imbricando cada vez mais. Desde 1874, Pestana planejava, junto com os demais membros da facção republicana, a criação de uma folha que fosse porta-voz da agremiação política. A proposta de se fazer imprimir um veículo de propaganda remontava, em realidade, à Convenção de Itu (18 e 19 de abril de 1873), quando se deliberou pela conveniência de tal empresa. Porém, é só mesmo em 1874, após a realização do 2º Congresso do Partido Republicano Paulista, que são tomadas medidas práticas para a concretização desse fim, muito em função das mudanças ocorridas na direção d’*O Correio Paulistano*, periódico que vinha servindo às necessidades de divulgação dos republicanos. Praticamente todos os nomes que arrolamos com o efeito de

estudarmos as estruturas de sociabilidade a que estiveram associados tomaram parte na organização do novo jornal, em especial Américo Brasiliense e Campos Sales, segundo relata a historiografia clássica sobre o tema.

*“Campos Sales foi o grande animador da idéia, de que Américo Brasiliense foi o maior realizador.”*⁹⁶

Hilsdorf (1986) reforça que teriam sido Campos Sales e Américo Brasiliense os membros da Comissão Permanente do partido que *“articularam a realização do projeto, o primeiro em Campinas e o segundo em São Paulo: os demais foram associados da empresa jornalística que surgiria em 4 de janeiro de 1875”* (HILSDORF, 1986, p. 82).

A correspondência entre os dois dá guarida a essa interpretação. Em carta de agosto de 1874, Campos Sales, após relatar suas diligências com o intuito de aliciar eventuais “investidores” para a arregimentação do capital necessário para se constituir o “negócio”, emula o colega Américo Brasiliense:

*“Podem nos seus cálculos contar aqui comigo e o Glicério desde já, lançando a cada um a quota de 2.500\$000, que remeteremos logo que para isso tenhamos aviso (...) Vistos os autos etc., julgo que é tempo de azeitar as molas, andar ligeiro e bradar: – **Província de S. Paulo** – é uma realidade!!!”*⁹⁷.

Em outra correspondência – curiosamente com a mesma data da anterior – Campos Sales cobra providências de Américo Brasiliense:

*“Agora diga-me em que pé vai isso. Vamos com a cousa para diante, porque já temos perdido muito tempo.”*⁹⁸

Cerca de um mês depois, Campos Sales parece perder a paciência:

⁹⁶ ARANHA, J. M. Camargo. *A fundação d’Província de São Paulo*. In: *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol. 31, ano III, 1936.

⁹⁷ *Carta de Campos Sales a Américo Brasiliense de 20 de agosto de 1874* (In: ARANHA, *op. cit.*, p. 35).

⁹⁸ *Segunda carta de 20 de agosto de 1874* (*idem*, p. 36).

“Vocês estão numa quietação que já me incomoda. No dia que recebi a última ‘nota’ respondi fazendo ver que não podíamos ir, e que era bom vocês virem para darmos a última ‘demão’ neste negócio. Entretanto nada até hoje! (...) Com os diabos! Venham, não sejam malandros (...) Venham, venham já. Há cousas que o papel não aceita bem. Vamos conversar. Adeus, até logo.”⁹⁹

As conexões transparecem ainda mais à medida que acompanhamos a cronologia das cartas de Campos Sales. Sua preocupação não se estendia apenas à angariação de fundos e ao tempo que urgia, mas também ao pessoal encarregado de conduzir o empreendimento, é aí que aparece o nome de José Maria Lisboa, cuja experiência no *Correio Paulistano* e na *Gazeta de Campinas* o credenciava para administrar o jornal que se queria criar. Em conformidade com Debes (1978), Lisboa “era o homem de que careciam” (p. 129). Em que pese uma certa vacilação quando exposto a situações embaraçosas, o trabalho que ele desempenhava na gerência da *Gazeta de Campinas* “contribuía, com seu tirocínio, grandemente para o êxito da folha campineira. (...) Sondado, Lisboa aquiescera, mas para se desvincular da *Gazeta* precisava pisar terreno firme. Era mister que as coisas se apresentassem claras e definidas”¹⁰⁰ (Debes, 1978, p. 129).

Côncio dessa condição, Campos Sales insta Américo Brasiliense a proceder de modo a que José Maria Lisboa se sinta seguro da decisão a tomar.

“O Lisboa tem necessidade de se habilitar a tomar uma atitude franca perante o Joaquim Roberto, que, segundo dizem, amanhã estará aqui. É necessário e urgente que ele saiba haver-se com o homem, pois que ele não sabe agüentar-se em posições duvidosas. (...) É preciso que venham amanhã mesmo, se é possível. O Lisboa está certo em aceitar o posto, mas precisa muito conversar com vocês, e

⁹⁹ Carta de 17 de setembro de 1874 (*idem*, p. 37).

¹⁰⁰ O jornal em que José Maria Lisboa trabalhava, a *Gazeta de Campinas*, tinha como co-proprietário Joaquim Roberto de Azevedo Marques, dono do *Correio Paulistano* e sogro de Francisco Quirino dos Santos, possuidor da outra metade da sociedade. De acordo com Debes (1978), cabia a Azevedo Marques a orientação financeira e a supervisão administrativa da folha campineira. No primeiro ano de circulação do jornal, 1869, além da redação de Francisco Quirino dos Santos, colaboram com artigos o irmão deste (João Quirino do Nascimento), Jorge de Miranda (irmão mais velho de Francisco Glicério) e Campos Sales.

*muito tem a dizer em benefício da empresa. (...) O Joaquim Roberto provavelmente terá que apresentar planos relativos ao futuro da Gazeta, pois que o ano finda-se em Outubro. Nesse caso, como se haverá o Lisboa? A situação é terrível.”*¹⁰¹

As demais funções a serem ocupadas na montagem d' *Província de São Paulo* (PSP) também demonstram o entrelaçamento dos integrantes do grupo: Américo de Campos e Rangel Pestana dividiriam a redação.

Destoa a recusa dos irmãos Barros, cuja oposição ao empreendimento é peremptória. Conforme Debes (1978), “*de Piracicaba, Manuel de Moraes Barros não só manifestava sua impossibilidade financeira de contribuir para o empreendimento, como externava sua descrença nele – ‘vocês sabem qual meu modo de pensar a respeito da empresa, entendi sempre e hoje com mais força que o jornal não se sustenta’*”¹⁰². E dando conta da sondagem feita junto a seu irmão Prudente de Moraes, informa de sua repulsa à idéia – “*falei ao Prudente que prontamente respondeu que não pode*”¹⁰³” (Debes, 1978, p. 131).

Ao total, a comandita reuniu vinte pessoas, abrangendo não apenas republicanos, mas, inclusive, dois correligionários do Partido Liberal, João Francisco de Paula Souza e o lente da Faculdade de Direito, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade. Podemos verificar pela relação dos nomes – se aí acrescentarmos a figura de José Maria Lisboa que aceitara a gerência do novo periódico – que mais da metade daqueles que compunham o grupo integram o quadro de sócios fundadores do jornal¹⁰⁴.

¹⁰¹ *Carta de 17 de setembro de 1874* (ARANHA, *op. cit.*, p. 37).

¹⁰² *Carta de Manoel de Moraes Barros a Américo Brasiliense, datada de 5 de outubro de 1874; apud, Debes, 1978, p. 131.*

¹⁰³ *Idem*, p. 131.

¹⁰⁴ A seguir, apresentamos os vinte comanditários da firma que deu origem ao jornal *Província de São Paulo* e suas respectivas cidades de origem: Capitão Bento Augusto d'Almeida Bicudo (fazendeiro de Campinas); **Américo Brasiliense de Almeida Melo (advogado, São Paulo)**; João Francisco de Paula Souza (capitalista, São Paulo); João Manoel de Almeida Barbosa (fazendeiro, Campinas); **Manoel Ferraz de Campos Sales (advogado, Campinas)**; Rafael Paes de Barros (fazendeiro, São Paulo); Major Diogo de Barros (fazendeiro, São Paulo); João Tobias de Aguiar e Castro (fazendeiro, Itu); Manoel Elpídio Pereira de Queiroz (fazendeiro, Campinas); João Tibiriçá Piratininga (fazendeiro, Itu); José Vasconcelos de Almeida Prado (fazendeiro, Itu); José Pedroso de Moraes Sales (capitalista, Campinas); Martinho Prado Jr. (fazendeiro, Patrocínio de Araras); José Alves de Cerqueira César (advogado, Rio Claro); Cândido Valle (negociante, Rio Claro); **Francisco Glicério de Cerqueira Leite (advogado, Campinas)**; **Francisco Rangel Pestana (advogado, São Paulo)** e **Américo Brasília de Campos (jornalista, São Paulo)**. Ver a respeito, Aranha (1936).

Conquanto a *PSP* devesse representar o braço jornalístico do Partido Republicano Paulista, a intervenção de Rangel Pestana convence os demais membros do grupo paulista de que, caso realmente se desejasse alcançar êxito com a nova empreitada, dever-se-ia constituir um periódico a-partidário. A atitude de Pestana se baseia em experiências na redação e direção de jornais que remontam ao período de quando era aluno na Faculdade de Direito (HILSDORF, 1986). No Rio de Janeiro, entre fins da década de 1860 e início da de 1870, foi redator de folhas exclusivamente partidárias, os periódicos liberais radicais *Opinião Liberal* (1866-68) e *Correio Nacional* (1869-70). Porém, foi a história do jornal *A República* que parece ter feito Pestana chegar àquela conclusão, em especial, dois aspectos: em primeiro lugar, conforme Santos (1942), a ingerência excessiva de Quintino Bocaiúva que, no desejo de fazer crescer o movimento republicano de qualquer forma, o estaria desvirtuando com a incorporação das camadas agrárias; em segundo, trouxe recordações amargas para Pestana e o grupo republicano da Corte o apedrejamento e posterior “empastelamento” dessa folha, ambos ocorridos no ano de 1873.

Hilsdorf (1986) explicita as reservas de Rangel Pestana ao lembrar que as convicções do *jornalista* acerca do ideal de um veículo de imprensa foram transmitidas aos republicanos paulistas – e publicado na *Gazeta de Campinas* – quando de sua sondagem junto a estes para que auxiliassem financeiramente a criação de uma folha republicana na capital do império.

“Não tenho muita fé na existência durável de uma folha política e diária que viva na dependência de um partido e seja estipendiada por ele em certas ou em determinadas ocasiões conforme a urgência de suas necessidades. Uma folha nestas condições terá uma vida efêmera e acanhada (...) Uma folha política e diária sem um capital avultado não oferece garantia de firmeza. Desde, pois, que o capital individual não pode ser empregado em uma empresa dessa ordem, só nos resta o recurso do capital associado. Entre o jornal propriedade de um indivíduo e o que se diz propriedade de um partido (entidade jurídica que eu não compreendo) há um meio termo: é o jornal propriedade de uma sociedade cujos membros tenham a

mesma crença política” (*Gazeta de Campinas*, 3/11/1872. *Carta de Rangel Pestana a Francisco Quirino dos Santos*; apud, HILSDORF, 1986, p. 85)¹⁰⁵.

A mesma autora continua seu raciocínio sobre o modelo de jornalismo de Pestana, asseverando que n’*Província de São Paulo* “coexist[iam] desenvolvidos os dois aspectos que fazem de um jornal um marco no panorama da imprensa: o político e o técnico; o formativo ou doutrinário e o informativo. Do ponto de vista dos padrões do jornalismo da época, eminentemente doutrinário, a **Província** se comportaria como o jornal político por excelência, formando, a sua redação, um núcleo político que utilizava a imprensa como fonte de proselitismo e como instrumento de luta pelo poder. (...) Mas a importância do elemento técnico não pode ser desconsiderada. Um dos primeiros jornais organizados em moldes empresariais, a **Província** foi ainda constantemente modificada no sentido de oferecer ao público informações variadas e concernentes às questões da atualidade, propondo-se uma leitura – literal e metaforicamente – da realidade” (HILSDORF, 1986, pp. 88-9).

No que se refere à educação escolar, durante todo o tempo de *propaganda* Rangel Pestana se esmerou em se reportar a dois temas abundantemente ‘gastos’ nos artigos jornalísticos e contribuições literárias dos componentes do *grupo*: a crítica à instrução ministrada pelas instituições monárquicas e a defesa e promoção dos ‘modernos’ métodos de ensino característicos do “modelo” republicano de escola (HILSDORF, 2002). Tanto pela imprensa quanto pelas palestras e aulas que ministrou durante os anos 70 e 80 – sem falar nos colégios que dirigiu nesse período, como a *Escola do Povo* (criada no Rio de Janeiro em 1873) e seu estabelecimento de ensino secundário feminino, o *Colégio Pestana* (inaugurado em 1876 na capital paulista) – Pestana parece ter alçado a educação, aliás, como não raro entre aqueles que comungavam das teorias liberais em voga no período¹⁰⁶, à condição de ferramenta *primus inter pares* no conjunto dos instrumentos para a reforma política e mental da sociedade brasileira.

¹⁰⁵ Segundo essa autora, o “modelo de jornalismo político é decalcado por Pestana de Evaristo da Veiga, a quem via como ‘aquele que soube compreender o valor do jornal sem compromissos de órgão de partido’ (*Província de São Paulo*, 30/1/1876; 13/5/1877, *Editorial*)” (HILSDORF, 1986, nota 112, p. 148).

¹⁰⁶ Ver, a propósito, Reis Filho (1981).

Para a consecução desse fim, Pestana envidou esforços em variadas frentes, o que valida a correção realizada por Hilsdorf (1986) ao conceder visibilidade à sua faceta de educador e não somente à do jornalista e à do político. Segundo esta autora, eram bandeiras de Pestana:

“(...) o ensino livre dos posicionamentos oficiais da Igreja Católica e do Estado Monárquico, a alfabetização do trabalhador imigrante, a emancipação cultural da mulher e a educação científica das elites. Reivindicou ensino elementar gratuito municipalizado, e secundário e superior descentralizados, públicos, isto é, leigos e livres do controle oficial e sustentados por beneméritos e patronos – modelos de organização que ele considerava ideal: o americano. Apoiou, como alternativas, as iniciativas de democratas, liberais adiantados, republicanos, maçons e positivistas, porque já procuravam oferecer esse ensino diverso dos currículos e programas centralizados pela Coroa, além dos empreendimentos dos pastores norte-americanos, porque seu ensino, ainda que confessional, combinava os princípios de uma religião ‘moderna e amiga do trabalho’ com a mentalidade pragmática dos americanos. Recomendou livros de divulgação científica e métodos de alfabetização ‘rápidos e fáceis’, que tornassem acessíveis os novos conhecimentos às classes populares, e incentivou a disseminação das escolas gratuitas e noturnas para imigrantes, libertos e escravos, cujo trabalho diurno impedia a freqüência a cursos regulares” (HILSDORF, 2002, p. 393).

Após a efetivação do novo regime, Pestana integrou a junta governativa responsável por administrar o estado de São Paulo nos primeiros dias de vida republicana. Efetivado Prudente de Moraes no cargo de governador, Rangel Pestana se encarrega de conceber uma reforma do ensino para o estado de São Paulo, promulgada a 12 de março de 1890 (Decreto nº 27), resultado de sua atividade como educador desde a década de 1860. Tal reforma teria sido assinada por Prudente de Moraes e, a parte referente à Escola Normal, executada por Caetano de Campos (HILSDORF, 2002, pp. 393-4). No Rio de Janeiro, atua como relator da comissão que elaborou o anteprojeto da Constituição Federal de 1891. Foi vice-presidente (1892), e depois, presidente (1895), do Banco do Brasil. Deputado federal em

1897, e senador pelo estado do Rio de Janeiro em 1899. Faleceu em São Paulo, em 17 de março de 1903.

Américo Brasília de Campos (Bragança Paulista-SP, 12/3/1835 – Nápoles-Itália, 28/1/1900)

Pouco se escreveu acerca desse publicista, empresário, professor e político brasileiro do século XIX. Na procura que encetamos à cata de dados e informações relativos à sua biografia não fomos muito felizes. Enquanto várias personalidades do grupo republicano paulista foram consideravelmente objeto de estudos e homenagens, principalmente em função dos cargos públicos que ocuparam, vide Prudente de Moraes, Campos Sales, Francisco Glicério; ou de sua importância para a história das idéias no Brasil, como é o caso de Alberto Sales – Américo de Campos não foi alvo dessa prerrogativa, sendo poucos os dados que conseguimos colher durante a pesquisa.

Nascido em Bragança Paulista, no interior da província de São Paulo, em 12 de março de 1835, Américo de Campos era filho de Bernardino José de Campos e de Felisbina Gonçalves. Após seu nascimento, sua família se muda para Minas Gerais, permanecendo nesta província até 1844, quando então se desloca para Campinas, fixando aí residência. Aos dez anos inicia os estudos primários nessa cidade, quando conhece o futuro compositor Carlos Gomes, travando com ele intensa amizade. Em 1853, parte para São Paulo, sendo aprovado nos exames preparatórios e ingressando na Academia de Direito em 1856.

Em sua tese de doutorado, Hilsdorf (1986) o incluiu entre aqueles que, como Rangel Pestana, ministravam palestras noturnas a trabalhadores das classes populares, quando então lecionava sobre matéria relativa às ciências naturais.

Em 1860 contraiu matrimônio, embora vivesse tempo de escassez material. Aliás, essa situação perdurava desde que chegou a São Paulo, e sua família, pouco podia prover-lhe de recursos em decorrência de reveses econômico-financeiros. Mas em princípios de 1861, já bacharel, foi nomeado promotor da comarca de Itu, tomando posse logo em seguida.

Terrível dissabor o acomete em 1864. Na saída do Teatro São Carlos, na cidade de Campinas, teve o pai foi morto, em crime que não foi solucionado. No ano seguinte, decide montar escritório de advocacia na capital, mantendo-o aberto até meados de 1866.

Essa época marca também a entrada de Américo de Campos para a redação de uma publicação assaz pitoresca na história do jornalismo brasileiro, o semanário humorístico *Cabrião*: pequeno jornal de oito páginas, talvez o mais conhecido periódico humorístico de caricatura publicado em São Paulo durante todo o período imperial.

A redação era composta, além de Américo de Campos, por Antônio Manuel dos Reis e Ângelo Agostini (um dos precursores e talvez o maior representante da caricatura e da ilustração brasileiras no século XIX). Jornal de curtíssima duração – setembro de 1866 a setembro de 1867 – trata-se de um precioso retrato das tensões que marcaram a transição da São Paulo provinciana e monótona de meados do decênio de 1860, com cerca de seus 20 mil habitantes, para o grande centro político, econômico, financeiro e cultural da província. O *Cabrião* se constituiu num verdadeiro laboratório no qual Américo de Campos exercitou sua verve antimonárquica, ridicularizando a oligarquia paulistana da época, atitude representada neste “pasquim” pelos ataques ao *Diário de São Paulo*, porta-voz do dos conservadores paulistas, e ao corpo eclesiástico.

Mas nos anos de 1866/67 Américo de Campos não esteve à frente apenas do *Cabrião*, entraria, outrossim, para a redação do jornal de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, o *Correio Paulistano*. Não consegui descobrir desde quando remontava suas ligações com José Maria Lisboa, mas provavelmente sua ida para o periódico liberal se deveu à indicação do tipógrafo português que lá exercia seu tirocínio, conforme indica um

dos artigos publicados no *ALSP* (FELIZARDO Jr., José. “*Américo de Campos*”. In: *ALSP*, v. III, p. 145-55).

Na bibliografia sobre o periodismo republicano na província de São Paulo é comum encontrarmos explicações que apontam como causa para inclinação republicana assumida pelo *Correio Paulistano* no início da década de 1870 a presença de Américo de Campos em sua redação. Entretanto, embora não possamos classificar Azevedo Marques como prócer do movimento republicano, as conexões que mantinha com extratos do republicanismo, de que é prova sua ligação com o núcleo de Campinas, onde patrocinava a *Gazeta* em parceria com seu genro Francisco Quirino dos Santos, além de sua posição *adiantada* em relação à política que se praticava no interior do Partido Liberal, coloca o periódico paulistano como expressão dos posicionamentos tomados por Azevedo Marques no contexto da crítica ao velho Partido Liberal e da viabilidade representada pelos *radicais*. O que não exclui, é preciso que se pondere, a influência desempenhada por Américo de Campos, cuja constituição intelectual se engendrara no âmbito das teorias científicas. – malgrado uma formação na Faculdade de Direito que, na época em que frequentou o curso jurídico (1856-60), em nenhuma medida ensejasse tal direcionamento¹⁰⁷.

Com o distanciamento de Azevedo Marques da grei republicana e o projeto alentado de se criar um órgão de imprensa que servisse aos propósitos de veiculação das idéias do Partido Republicano Paulista, Américo de Campos deixa a redação do *Correio Paulistano* em meados de 1874, juntamente com José Maria Lisboa, companheiro de tantas empreitadas no ramo jornalístico e editorial.

Assim como já foi alinhavado anteriormente, em 1875 vemo-lo dividindo a redação da *Província de São Paulo* com Rangel Pestana. Estava formado o trio – completado por Lisboa – que por praticamente dez anos iria gerir o principal veículo de propaganda do republicanismo paulista.

Transformações na *Província* o levam a deixar a redação do jornal em outubro de 1884, quando parte de sua propriedade é transferida a Alberto Sales. Junto com ele sai José

¹⁰⁷ A se acatar a argumentação de Adorno, a propósito de que como se procedia a formação intelectual do alunado acadêmico em praticamente todo o período imperial, veremos que o aspecto pedagógico representado pela instrução haurida na Academia era praticamente nulo, preenchida a lacuna por uma formação que se processava em outros *loci* sociais, como a atividade política e, sobretudo, a jornalística (ADORNO, 1988).

Maria Lisboa. Em nota publicada no dia 10 de outubro, assim é justificada a saída de Lisboa:

“José Maria Lisboa

Não sendo mais administrador da Província de S. Paulo por haver assumido a gerencia o novo proprietário, roga ás pessoas que com ele têm correspondência queiram dirigil-a para a rua Barão de Itapetininga n° 9.

São Paulo, 9 de outubro de 1884”

(PSP, 10/10/1884; apud, PESSOA, MARTINS, BENTO & BASILE, 1974, p. 125).

O mesmo ocorre com Américo de Campos, o qual também tem sua carta de saída publicada na edição do dia 11 de outubro.

Reflexos dessas transformações podem ser constatados quando cotejamos algumas correspondências de integrantes do *grupo*. A título de demonstração, reproduzimos aqui a carta, de 1884, em que Américo de Campos comunica a Rangel Pestana sua saída da redação¹⁰⁸ do jornal *Província de São Paulo* (e também nomeia as causas que corroboraram para tal desfecho), justamente quando a folha de coloração republicana passa a ostentar em sua direção a figura de outro expoente da propaganda antimonárquica, o bacharel campineiro João Alberto Sales:

“Dr. Américo de Campos.

Deste nosso colega recebemos a seguinte carta¹⁰⁹:

‘São Paulo, 10 de outubro de 1884 – Ao meu distinto collega e amigo Dr. F. Rangel Pestana, director político da Província de São Paulo. Motivos meramente pessoas levam-me a não continuar a prestar meus serviços a empresa, que juntos

¹⁰⁸ Desde 4 de janeiro 1875, data do primeiro número da *PSP*, Américo de Campos e Rangel Pestana eram os redatores do periódico e responsáveis solidários pela empresa jornalística que resultou da associação de duas dezenas de seguidores e/ou simpatizantes do republicanismo. Também durante esse lapso de tempo a gerência do dito empreendimento esteve a cargo do tipógrafo português José Maria Lisboa, que já havia exercido função correspondente no *Correio Paulistano*, veículo de imprensa da capital da província, e na *Gazeta de Campinas*. Lisboa deixou a *PSP* no mesmo momento que Américo de Campos. Logo a seguir, ambos fundaram o *Diário Popular* (PESSOA, MARTINS, BENTO & BASILE, 1974; HILSDORF, 1986).

¹⁰⁹ Rangel Pestana comunica a saída de Américo de Campos ao público leitor do jornal.

fundamos e na qual vivemos por mais de nove anos – nós e o nosso estimável amigo José Maria Lisboa – em perfeita harmonia e cordialidade. São factos que só a mim dizem respeito, mas que obrigam-me a este passo.

Aceite meu bom amigo e companheiro os meus protestos de estima e queira igualmente transmitir aos camaradas e colaboradores de officina e do jornal as minhas despedidas.

Amigo e correligionário, Américo de Campos’.

Dando¹¹⁰ esta comunicação aos leitores, sentimos deveras a falta da collaboração do nosso illustrado e distincto collega, a quem nós prendia grande affecto e muita consideração e cuja susceptibilidade devemos respeitar.

Aproveitamos para agradecer ao Sr. José Maria Lisboa a sua cooperação honesta, intelligente e dedicada, durante o tempo em que fomos proprietários.

Rangel Pestana.”¹¹¹

(*PSP*, 11/10/1884; *apud*, PESSOA, MARTINS, BENTO & BASILE, 1974, p. 126)¹¹²

Ainda em 1884, Américo de Campos e José Maria Lisboa fundariam o *Diário Popular*. Seu primeiro número data de 8 de novembro, e era impresso em tipografia própria¹¹³. De acordo com Affonso de Freitas, o *Diário Popular* fazia jus ao nome, uma vez que dentre os jornais da época que circulavam na capital, ele era não apenas o de mais baixo custo ao consumidor – e paralelamente também ao anunciante – mas, inclusive, o que melhor se aproximava “das classes menos favorecidas”¹¹⁴. Sua ‘carta’ de apresentação se presta a informar os leitores da orientação a ser seguida pelo jornal, em que podemos

¹¹⁰ Resposta de Rangel Pestana, veiculada em edição do próprio jornal. O artigo do qual retiramos o excerto infelizmente não menciona o número a que se refere a carta de Américo de Campos e o comentário de Pestana, divulgando aos leitores da *PSP* o fato sucedido.

¹¹¹ Grifos meus.

¹¹² Para mais detalhes, ver: PESSOA, MARTINS, BENTO & BASILE, in: “A imprensa republicana na cidade de São Paulo (1870-1889)”. In: WITTER, José S. *O ideal republicano*. Anais do II Encontro do Núcleo Regional de São Paulo (Itu, 26 a 28 de julho de 1973), Revista de História, LII, p. 109-66.

¹¹³ PESSOA, MARTINS, BENTO & BASILE, 1974, p. 147.

¹¹⁴ Freitas, A. de. “A imprensa periódica de São Paulo”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, vol. XIX, 1914, p. 610; *apud*, PESSOA, MARTINS, BENTO & BASILE, 1974, p. 147.

divisar certo ressentimento de Américo de Campos e José Maria Lisboa em relação à *Provincia*:

“São necessarias duas palavras para explicar o nosso aparecimento á frente d’este jornal.

Postos inesperadamente á margem pela nova empreza A Provincia como é sabido, pode-se dizer que ressurgimos de um mergulho.

Educados ambos na imprensa, um como typografo, administrador etc., o outro dedicando-se ao jornalismo há cerca de vinte (anos), ambos, portanto, experimentados n’estes labores, tendo-lhes já um certo amor e ao mesmo tempo, diga-se com franqueza, pouco preparados para abraçar nova vida: - que fazer?

*Afastados de um território sobre que nos julgamos com certos direitos á força de o amañhar por tantos anos, volvemo-nos para a primeira restinga de terra que se nos deparou e vamos **recomeçar o trabalho interrompido.***

Eis-nos, pois, de novo na imprensa: não na imprensa fundada á custa de muitos, assente em fortes capitaes e cercada de abastados protectores. Não; vimos modestamente, apenas com velhos instrumentos de trabalho, um tanto cansados de lida, mais cheios de boa vontade e coragem para vencer os combates da grande lucta.

Sabemos que não nos faltarão impecilios e difficuldades, no caminho, e que sérios obstaculos nos hão de ser oppostos, mas tambem sabemos que não será pequeno o numero d’aquelles que nos ajudarão a desembaraçar a vereda que pretendemos levar.

Iremos devagar, porém chegaremos ao certo almejado.

Só precisamos do favor publico, e tudo o faremos para o merecer.

*Não temos programma: **nada valem compromissos que podem falhar**, e aos demais são bem conhecidas as idéas dos fundadores do Diário Popular e **não exagero em dizer que suas individualidades valem bem um programma.***

*A longa pratica dos homens e das cousas **nos ensinou a moderação, que será a norma das discussões em que nos empenharemos.***

Serão atendidas e dadas á publicidade todas as reclamações justas e feitas por pessoa competente.

Daremos franca inserção a artigos, litterarios e politicos de reconhecido merecimento.

A parte ineditorial será franca a todas as opiniões, exigindo-se, como de costume, responsabilidade do autor e moralidade nos escriptos.

Não aceitaremos testas de ferro.

Não podendo agradecer pessoalmente a cada um dos cavalheiros que nos tem auxiliado, por qualquer forma, na fundação e apparecimento desta folha, d'aqui lhes enviamos o nosso sincero reconhecimento”¹¹⁵.

Depois de alguns anos de instalada a República, foi nomeado cônsul do Brasil em Nápoles, onde faleceu a 28 de janeiro de 1900.

José Maria Lisboa (Lisboa-Portugal, 18/3/1838 – São Paulo-SP, 20/11/1918)

O idealizador do *Almanaque Literário de São Paulo* veio de Portugal para São Paulo quando contava dezoito anos. Já conhecedor do ofício de tipógrafo, José Maria Lisboa deu prosseguimento no Brasil à profissão que abraçara em sua terra natal. Até sua morte, em 1918, dedicou todo o seu tempo ao jornalismo, participando dos mais

¹¹⁵ *Carta de apresentação do Diário Popular*, 8/11/1884; *apud*, PESSOA, MARTINS, BENTO & BASILE, 1974, pp. 147-8. Em todo o corpo do editorial de estréia do *Diário Popular* são nítidas as referências ao jornal *Província de São Paulo*, quando não, insinuações quanto à ingratidão de que foram vítimas. Os grifos são meus.

importantes veículos de imprensa da província paulista (*Correio Paulistano*, *Gazeta de Campinas*, *Província de São Paulo* e *Diário Popular*) e editando, além do *ALSP*, o *Almanaque para a cidade de Campinas*, com números nos anos de 1871, 1872 e 1873 – nos dois últimos números este almanaque recebeu apêndices relativos às cidades de Amparo (1872) e Rio Claro (1873). Em 1863, publicara seu primeiro almanaque, cujo nome, *Memorial Paulistano*, “*não encobria o seu feitio de almanaque informativo, consagrado aos assuntos da Capital, com um adendo importante e inédito: ‘Relação de todos os bacharéis formados pela Faculdade de Direito de São Paulo’*” (REZENDE, Carlos Penteadado de. “*Notícia Prévia*”. In: *ALSP*, v. I, s/nº).

Abolicionista e republicano, sua propensão político-ideológica é explicitada não somente pelos veículos em que trabalhou e círculos aos quais permaneceu associado durante sua trajetória profissional, mas reforçada pelas relações de parentesco que estabeleceu ao se casar com D. Ana Joaquina de Sousa e Castro, pertencente a uma família de raízes fincadas no liberalismo paulista.

Seu sogro, Bento Joaquim de Sousa e Castro, era farmacêutico estabelecido por longos anos na rua São Bento, na capital da província. Seus cunhados eram: o célebre advogado Antônio Bento de Souza e Castro, conhecido chefe dos caifazes da província, notório defensor de negros escravos e forros, tendo atuado em inúmeros processos como defensor destes; Antônio Quirino de Sousa e Castro, advogado e diretor de colégio em Taubaté; Clementino Sousa e Castro, juiz de direito e, posteriormente, Ministro do Tribunal de Justiça (REZENDE, *op. cit.*, s/nº).

Não temos notícia da atuação política de Lisboa antes do casamento, porém, de igual maneira, não encontramos subsídios suficientes que nos garantam imputar exclusivamente ao matrimônio com D. Ana Joaquina as “causas” abraçadas por Lisboa em vida, o que nos sugere que talvez a união também tenha sido favorecida pelo território sócio-político eventualmente ocupado pelo tipógrafo lisboeta, num processo que poderíamos denominar de “alimentação” recíproca.

Conforme Rezende, foram as “*ligações de família, crescidas dos afazeres dele como redator e administrador de jornais, que explicam o largo relacionamento de J. M. Lisboa nos círculos sociais e políticos da Capital e do Interior paulista. E revelam porque lhe foi possível solicitar e obter, de tantas e tão variadas fontes, com a confiança que*

inspirava, colaboração útil e aproveitável para os seus Almanques” (REZENDE, Carlos Penteado de. “*Notícia Prévia*”. In: *ALSP*, v. I, s/nº).

Depois de proclamada a República, Lisboa foi eleito deputado estadual participando dos debates que conduziram à aprovação da Constituição do Estado de São Paulo de 14 de junho de 1891. Em 1894, tornou-se sócio-fundador do IHGSP. Faleceu na capital paulista em 20 de novembro de 1918, aos 80 anos.

Francisco Quirino dos Santos (Campinas-SP, São Paulo-SP, 6/5/1886)

Filho de Joaquim Quirino dos Santos e de D. Maria Francisca de Paula Simões, Francisco Quirino dos Santos passou toda a infância na cidade de Campinas. Aos dezoito anos ingressa no curso jurídico da Faculdade de Direito de São Paulo, integrando a turma de 1859, que contava, além de Quirino dos Santos, com outros integrantes do *grupo*: Rangel Pestana, Campos Sales e Prudente de Moraes. Nesse período, Francisco Quirino coadjuvou Rangel Pestana na redação d’*O Lírio*, periódico destinado ao público feminino. Compôs também a redação d’*A Razão*, folha acadêmica liberal que congregava além de Quirino dos Santos, Campos Sales, Jorge de Miranda, Rangel Pestana, Belfort Duarte, seu irmão João Quirino do Nascimento, entre outros.

Foi redator do *Correio Paulistano* – de janeiro de 1864 a outubro de 1865 – e co-proprietário da *Gazeta de Campinas*, folha inaugurada em outubro de 1869, na qual Quirino dos Santos permaneceria até 1877 (Debes, 1978). Em ambos os jornais esteve ligado ao seu sogro, Joaquim Roberto de Azevedo Marques, no primeiro como seu “funcionário” e, no segundo, como seu “sócio”. Desposou, um ano depois de se formar, D. Maria Cândida de

Azevedo Marques, com quem teve dez filhos, dos quais cinco falecidos prematuramente: Félix, Maria, Helena, Alexandre e Leão. Em fins de 1865 veio-lo assumir o posto de promotor público na comarca de Santos, permanecendo no cargo até setembro de 1867. Após exercer funções de magistrado, juiz de paz e vereador em sua cidade natal, foi eleito deputado provincial para a legislatura de 1885-6. Todavia, não completou o mandato. Fulminado por uma infecção nas vias urinárias, veio a falecer na capital paulista em 6 de maio de 1886.

Suas ligações com o republicanismo são de múltiplos matizes: por tradição, oriundo de família alinhada ao Partido Liberal, o convívio mais estreito na Academia de Direito com as idéias descentralizadoras do liberalismo “clássico” paulista, aliado à atuação na imprensa estudantil, fez revigorar no ânimo de Quirino dos Santos seu pendor antimonárquico. Nos tempos do curso jurídico também foi fundamental o convívio nas “repúblicas” de estudantes, onde dividiu moradia com Campos Sales, Jorge de Miranda, seu irmão João Quirino do Nascimento, Francisco Rangel Pestana (seu cunhado), Barros Jr. e Joaquim Fiúza de Carvalho (HILSDORF, 1986, p. 29). Aderindo ao republicanismo em inícios da década de 1870, manteve-se fiel aos princípios doutrinários evolucionistas do núcleo paulista até sua morte, em maio de 1886. Desde aquele período, Francisco Quirino vinculou o norte de sua atuação profissional a seu ideário político, quando pôs suas habilidades advocatícias a serviço da “causa” que abraçara, sem falar de sua atividade jornalística, que, desde os tempos das Arcadas, esteve associada a empreendimentos de difusão das idéias liberais e republicanas. No âmbito político-partidário, visualizamo-lo pela primeira vez a concorrer a um cargo eletivo em 1877, quando foi escolhido “*como um dos seis candidatos à Assembléia Provincial, indicados nas eleições prévias do partido (PRP)*” (HILSDORF, 1986, pp. 265-6). Os demais foram: Campos Sales, Prudente de Moraes, Martinho Prado Jr., Rangel Pestana e Luís Pereira Barreto. “*As indicações de Pestana e Pereira Barreto foram questionadas e ambos renunciaram às suas candidaturas. Procedendo, o partido, à nova votação, Pestana foi reeleito e Cezário Mota Jr. indicado no lugar de Pereira Barreto*” (*idem*, p. 266). Realizadas as eleições em 15 de agosto do mesmo ano, saíram-se vitoriosos Prudente de Moraes, Campos Sales e Martinho Prado Jr. (*idem*, p. 266). Por conta da ascensão dos liberais ao poder em 1878, Francisco Quirino compõe uma comissão especial do PRP encarregada de elaborar as bases de um manifesto

em que o partido se pronunciava oficialmente sobre a nova situação. Ao seu lado figuravam Rangel Pestana e Cesário Mota Jr. (HILSDORF, 1986, p. 267). No final de 1885, Francisco Quirino foi eleito deputado provincial pelo 8º distrito, compondo a bancada republicana da 26ª legislatura (1886-7), ao lado de Rangel Pestana, Martinho Prado Jr. e Gabriel de Toledo Piza (*id. ibid.*, p. 271).

Do ponto de vista das relações familiares também podemos notar o estreitamento dos laços de sociabilidade de Francisco Quirino com os demais integrantes do campo republicano; cunhado de Rangel Pestana, estabeleceu com este um escritório de advocacia em Campinas, além de tê-lo recebido como colaborador da GC no tempo em que Pestana residiu nesta cidade do interior da província.

Um ano após a morte de Francisco Quirino, seus traços são reconstituídos pela folha de Pestana:

“Completa-se hoje um anno que baixou ao tumulo aquelle cidadão.

Pezarosos, relembramos esta data, porque ela deve figurar entre as datas nefastas da historia desta província e ainda mais, da historia do partido republicano.

Ha um anno, nesse mesmo dia, extinguiu-se uma das mais brilhantes esperanças do republicanismo paulista e a província e o paiz perdiam um filho illustre. Forte, cheio de vida e de coragem, falleceu o dr. Quirino dos Santos.

É, pois, cheios de sincero pezar, que hoje lembramos aos nossos concidadãos o nome symphatico do pranteado poeta e reverentes, nos curvamos perante a campa que encerra os seus restos mortaes” (PSP, 6/5/1887; apud, CAMPOS SALES, 1887).

De Campinas, dois homens que conviveram próximos a Francisco Quirino – um deles membro do grupo estudado – externam seus pesares através da GC. Vejamos quais qualidades de Francisco Quirino são dadas a ver por Campos Sales no momento em que lhe são prestadas as homenagens fúnebres:

“Foi no dia 6 de maio de 1886 que a sociedade campineira sentiu-se de súbito abalada por uma das suas mais dolorosas surpresas.

(...) Quirino dos Santos, que apenas acabava de encerrar uma campanha de patriotismo, em que puzera o seu privilegiado talento ao serviço da liberdade na tribuna da representação provincial, fora arrebatado pela morte, no momento preciso em que a sociedade nelle encarnava a sua mais alta esperança.

Por maior que seja a ingratidão votada aos bons servidores do povo, por mais frouxos que andem os vinculos da estima reciproca, por mais fraco que possa ser o sentimento de confraternisação política, eu não creio que haja por ahi alguém que, nesta data luctuosa, não experimente a mais pungente saudade por aquelle que foi em vida um lutador emérito, um grande espirito e um grande coração.

Recebe, oh! Bom e leal amigo, por estas mesmas columnas que foram o teu mais glorioso campo de batalha, as francas homenagens de quem hoje venera tanto a tua memória, como já admirou a grande elevação de teus nobres sentimentos” (Campos Sales, “*Quirino dos Santos*”. In: J. SALLES PINTO [editor]. “*Uma homenagem phostuma a F. Quirino dos Santos*”. Campinas, 1887).

Conterrâneos, companheiros de turma na Faculdade de Direito, nascidos no mesmo ano, exercício da atividade jornalística na *Gazeta de Campinas*, ambos maçons, filiados ao mesmo partido político; muitas foram as experiências em comum que entrelaçaram as trajetórias de Campos Sales e Francisco Quirino dos Santos. A opção pela via do evolucionismo na condução da propaganda também encontrou nestes dois bacharéis de direito rijos baluartes do comedimento político. Somente algum tempo após a morte de Quirino dos Santos, quando dos desdobramentos advindos com a promulgação da “*Lei Áurea*” e das moções de algumas câmaras municipais para que se consultasse a “população” sobre o regime de governo a ser adotado após a morte do imperador – afora a pressão praticada por Silva Jardim para que se imprimisse um ritmo mais célere à propaganda, no argumento de que era chegada a hora de se radicalizar a ação – é que Campos Sales cede em parte e acena com a possibilidade “real” de se abrir mão da linha evolucionista, mesmo assim sem a convicção que animava o ex-lente da Escola Normal de São Paulo.

A essa altura, estamos próximos do 15 de novembro, embora fortalecido, se comparado aos anos primevos da década de 1870, o movimento republicano se achava

naquele momento cindido em várias frações: dos que queriam a instalação do regime pela ação pronta e direta e daqueles para os quais a transição deveria se dar de “forma lenta, mas gradual e segura”; dos que se manifestavam convictamente abolicionistas e daqueles que, receosos da perda do apoio da elite agrária, se mostravam titubeantes quanto à postura a ser adotada; dos que, influenciados pela “via americana” do liberalismo descentralizador, se batiam pela autonomia das províncias no jogo do poder nacional e daqueles que, como Silva Jardim, propugnavam por um paradigma político calcado numa simbiose nada ortodoxa, uma espécie de regime “plebiscitário-autocrático”, encarnado na figura do “ditador republicano” que prestava contas direto ao “povo”, sem intermediação parlamentar. Os laços de amizade e de convivência desabrida do período da juventude foram ficando mais distantes no tempo. Divergências que já existiam tomavam vulto maior pela rivalidade que, especialmente após a Proclamação, se verificaria de modo mais amiúde entre os próceres republicanos. As circunstâncias ligadas ao aprendizado do poder viriam minar as estruturas de sociabilidade do grupo republicano paulista na perspectiva de um aglomerado que, para além da pura disciplina política-partidária, tinha como guia fortes laços afetivos construídos na vivência acadêmica, educacional, jornalística e do meio editorial. Nada obstante, o reconhecimento de uma plataforma comum em que se entremeavam a prática política, a formação intelectual e a consciência da relativa marginalização imposta pela estrutura de oportunidades da sociedade imperial – e, precipuamente, pela nítida percepção do alheamento da partilha do poder a que estavam submetidos – foi indispensável para que o *grupo* se enxergasse sob o prisma de uma força política e social dotada de singularidade. E, não menos importante, para que cada um dos integrantes pudesse, à sua maneira, traçar o seu próprio itinerário na perspectiva de experiências cruzadas.

Quisemos, neste capítulo, demonstrar que a maior parte das redes de sociabilidade do *grupo* se manifestou no interior dos microclimas mencionados na introdução do trabalho, isto é, na Academia de Direito de São Paulo, no Partido Republicano Paulista, nos jornais *Gazeta de Campinas* e *Província de São Paulo* e no *Almanaque Literário de São Paulo*. Dentre esses microcosmos, com exceção do último, todos os outros já foram estudados em profundidade por contribuições de outros pesquisadores(as). A Academia de Direito foi, talvez, a mais investigada. Porém, pela ênfase na recuperação de uma dimensão

importante da politização e da formação intelectual do *grupo*, as associações e os periódicos acadêmicos, inspiramo-nos em Adorno (1988); outro estudo que caminha nessa perspectiva e que se detém na atuação política dos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo via seu engajamento na imprensa estudantil é o de Rocha (1995). O jornal *Gazeta de Campinas* recebeu tratamento especial na dissertação de mestrado de Gebara (1975). O porta-voz dos republicanos paulistas a partir do ano de 1875, a folha *Província de São Paulo*, foi outro microclima muito estudado. Na bibliografia constante da parte final de nosso trabalho indicamos a dissertação de mestrado de Paris (1980). O Partido Republicano Paulista também se encaixa no que aludimos à Academia de Direito e à *PSP*, constituindo-se em objeto de estudo de uma quantidade considerável de pesquisas, das quais arrolamos na referida bibliografia os trabalhos de Santos (1942), Casalechi (1987) e Witter (1999). Moraes (1981), em sua dissertação de mestrado, aborda o veículo de divulgação das elites progressistas campineiras que criaram o Colégio *Culto à Ciência*, a *Gazeta de Campinas*. Hilsdorf (1986), na tese de doutorado consagrada ao estudo da trajetória de vida de Francisco Rangel Pestana, explora todos esses quatro microclimas, em especial a Faculdade de Direito, a *Província de São Paulo* e o PRP.

Quanto ao *ALSP*, da mesma forma como acenamos no capítulo introdutório, registramos poucos trabalhos que o exploram enquanto objeto. Nosso trabalho se presta a preencher essa lacuna, estudando-o na perspectiva de um *locus* que se revelava um espaço de manifestações do *grupo* e ao mesmo tempo instância produtora/reprodutora de sua sociabilidade. A originalidade do trabalho se reflete, ainda, pela experimentação de uma categoria teórica pouco explorada nas pesquisas acadêmicas brasileiras em história e historiografia da educação. Nosso foco, voltado para a percepção das estruturas de sociabilidade que davam forma ao *grupo*, primou por fazer uso de uma ferramenta conceitual que nos alargou o olhar para a percepção dos laços sociais, políticos, culturais, ideológicos e intelectuais do *grupo* que constitui nosso objeto de estudo. Assim, acreditamos que a investigação de uma publicação pouco explorada pela historiografia, aliado ao uso de uma categoria de análise alternativa, tenha enriquecido, em alguma medida, o conhecimento sobre aspectos da história e da história da educação do período a que se prende esta dissertação.

Capítulo III – O grupo no *Almanach Litterario de São Paulo: propaganda republicana e visões da educação*

“Há uma característica na vida do moço Rangel Pestana, filho de conservadores, mostra, desde os mais verdes annos, a mais pura dedicação pelas idéas de liberdade em sua maior amplitude, de sorte que aos treze annos descobre a estante do pae, o Libello do Povo, de Timandro, exemplar que ainda conserva com as anotações paternas, e o devora inteiro com verdadeiro prazer. Estava escripto; o moço estava fadado para as lutas da liberdade, e nada o poderá demover do seu caminho.”

(Andrada, Antônio Carlos R. de. “*Francisco Rangel Pestana*”. In: *ALSP*, v. II [1877], p. 61)

“A instrucção é um meio, o fim é - a liberdade”

(Campos Sales, “*Culto a Sciencia*”. In: *ALSP*, v. I [1876], p. 181)

“Será necessário dizer-se que, educar um povo é dar-lhe a liberdade?”

(J. Alberto Sales, “*A instrucção publica nos Estados-Unidos e no Brazil*”. In: *ALSP*, v. IV [1879], p. 152)

O *ALSP* é uma publicação do século XIX, editada pelo tipógrafo português radicado no Brasil, José Maria Lisboa, um dos personagens republicanos que compõem o grupo objeto de nosso interesse. O nome que ficou consagrado, *Almanaque Literário de São Paulo*, só apareceu em seu segundo número, em 1877. É daí que data a exclusividade de José Maria Lisboa na direção do empreendimento, pois no primeiro ano ele se chamava *Almanaque Literário Paulista* e Lisboa tinha a companhia de Abílio Marques e J. Taques. Todas as oito edições do *ALSP* (a periodicidade é de 1876 a 1885, com interrupção nos anos de 1882 e 1883, sem que se apresente justificativa para o fato) foram impressas na tipografia da *Província de São Paulo*, na qual Lisboa ocupava o cargo de gerente.

José Maria Lisboa nasceu em 18 de março de 1838, transferindo-se em 1856 para o Brasil, inicialmente para a capital paulista. Tanto aí como em Campinas, para onde se

mudou no início da década de 1870, foi redator de importantes jornais da época, como o *Correio Paulistano*, a *Gazeta de Campinas* e a *Província de São Paulo*, além de fundar, juntamente com Américo de Campos, o *Diário Popular*, em 1884.

Os dados que colhemos do *ALSP* dizem respeito a uma edição fac-símile de 1982, levada a cabo pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) e pela Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. No prefácio contido no primeiro volume, sugestivamente alcunhado de “*Notícia Prévia*”, o apresentador da obra fac-similar (Carlos Penteado de Rezende, do IHGSP), na tentativa de ambientar o leitor à atmosfera oitocentista em que se deu a publicação do *ALSP*, e no “*afã pressuroso de resgatar do esquecimento ou da destruição todos aqueles valores aos quais se apegaram nossos avoengos*” (REZENDE, Carlos Penteado de. “*Notícia Prévia*”. In: *ALSP*, v. I [1876], s/n.º), qualifica o almanaque de “*contribuição amena, circumspecta, ao desenvolvimento social e ao lazer das famílias estabelecidas em áreas urbanas ou rurais*” (*idem*, s/n.º).

Quanto a José Maria Lisboa, Rezende confere-lhe atributos que visam a ratificar o vulto e a sobriedade da empresa que ora é reeditada, “(...) *não o acometeram pretensões de inculcar doutrinas ou de exercer influências políticas*” (*id. ibid.*, s/n.º).

Malgrado a caracterização imputada pelo membro do IHGSP, não é bem esse o perfil de José Maria Lisboa com o qual nos deparamos nos oito números do *ALSP*. Se bem que praticamente não assinie artigos – identificamos um apenas, presente no volume IV (1879), com o título de “*Do céu á Terra*” (pp. 171-7), no qual ele retrata um colóquio divertido entre Deus e São Pedro, em que Deus se assombra com os rumos tomados pela humanidade – o fato é que, ao lado de realçar as peculiaridades, as tradições e o progresso econômico vivido pela província de São Paulo nas décadas de 1870 e 1880, José Maria Lisboa insere nas páginas do *ALSP* diversas transcrições, notas e informações que guardam relação, ainda que eventualmente indireta, com preceitos ou temas de apreciação dos republicanos. Além do mais, o *ALSP* era impresso na tipografia e comercializado no escritório da *Província de São Paulo*, veículo de imprensa do qual ele era administrador. Por último, embora à primeira vista sobressaia da leitura dos oito volumes do *ALSP* a tentativa de glorificação da província de São Paulo e de seu povo, permeia esse desígnio a intenção de associar o progresso e/ou a “modernidade” aos princípios doutrinários do republicanismo.

Para que se desse por concluída a edição anual do almanaque, José Maria Lisboa enviava correspondências aos homens e mulheres¹¹⁶ que, em tese, formariam a clientela disponível do mundo letrado da província de São Paulo no período, solicitando seu concurso. Como faz ressaltar em várias oportunidades, Lisboa lamentava a pouca receptividade encontrada entre os eventuais colaboradores(as), reputando o fato à “*repugnancia com que uma grande parte dos nossos talentos se exime a figurar em trabalhos de caracter mais ou menos litterarios*” (LISBOA, José Maria. *Duas palavras*. In: *ALSP*, v. II [1877], s/nº) e à “*ausencia do hábito e boa vontade de escrever para a imprensa, excepção feita em favor da polemica política, que tudo avassala*” (*idem*, s/nº). Talvez seja por isso que encontramos um contingente nada desprezível de transcrição de artigos, documentos e poemas de diversos autores já mortos em 1876, como o padre e ex-regente Diogo Antônio Feijó (*ALSP*, v. I a VI e VIII), José Bonifácio [*o Velho*] (*ALSP*, v. III), Martim Francisco [*o Velho*] (*ALSP*, v. I a VI), os cronistas Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques (*ALSP*, v. III), o viajante francês Auguste de Saint-Hillaire (*ALSP*, v. II e IV), os poetas Casimiro de Abreu (*ALSP*, v. I) e Paulo Eiró (*ALSP*, v. I, II, V e VI), sem mencionar os mais longínquos no tempo, como Pero Vaz de Caminha (*ALSP*, v. VIII) e Gregório de Matos (*ALSP*, v. V).

À época da publicação, o universo literário a que nos referimos passava por uma série de transformações, consubstanciada numa notável mudança de “*gostos, sensibilidades e formas de ler*” (FERREIRA, 2002, p. 36). Situando-se fora do contexto romântico predominante na província de São Paulo até início dos anos 1860, a modalidade por ele representada coadunaria com o “*espírito da época*” (*idem*, p. 36). Dono de uma narrativa ligeira, para um público leitor variado, de formação mediana, o *ALSP* atingiu considerável sucesso, verificado, sobretudo, na leitura que dele faziam inúmeros dos passageiros que afluíram às viagens de trem, inauguradas com a conclusão da linha Santos-Jundiaí, em 16/02/1867. Essa rápida indicação nos sugere que José Maria Lisboa “*compreendia muito bem que a modernização pela qual passava a província poderia repercutir favoravelmente*

¹¹⁶ O *ALSP* traduz suficientemente bem a assimetria das relações de gênero e os preconceitos do período, característicos desse campo de sociabilidade, seja na composição do seu quadro de colaboradores(as), seja nos valores apregoados em suas matérias. Dentre os quase duzentos articulistas do *Almanach*, apenas sete eram mulheres: Bertha de Souza (v. I [1876]), Emília Saldanha (v. V [1880]), Júlia Lopes de Almeida (v. VII [1884]), Damiana Rangel Pestana [esposa de Francisco Rangel Pestana] (v. VII [1885]), Ana Maria de Moraes Barros [filha de Manoel de Moraes Barros] (v. VII [1878] e VIII [1885]), Ana de Camargo Mota (v. VIII [1885]) e uma última sob o pseudônimo de Braziliana (v. IV [1879]).

no âmbito das letras e da imprensa, provocando a dilatação do universo de leitores e do próprio mercado editorial, potencialmente suscetíveis ao progresso econômico” (FERREIRA, 2002, p. 37). Essa idéia é percebida com nitidez quando nos damos conta da conotação assumida pelas propagandas estampadas no *ALSP*, em grande medida instrumentos de um “propósito civilizatório maior, revelando a concepção, vigente no período, que associava progresso econômico e civilização”(idem, p. 38).

Aliado ao aludido progresso econômico, ou como desdobramento deste, transparece nas páginas do *Almanach* os primórdios de uma escrita que viria a fluir com toda a intensidade durante a República nas publicações do *IHGSP* (criado em 1894). Seu tom marcante era a exaltação das “coisas de São Paulo”, primando por promover a junção do passado mítico aventureiro e desbravador da província (características do mito bandeirante), com o presente próspero e futuro grandioso (simbologia erigida sob o surto de desenvolvimento econômico ensejado pela exportação de café).

Embora a quantidade e a proveniência dos colaboradores(as) do *Almanach Litterario de São Paulo (ALSP)* tenham se alterado durante o tempo, o formato permaneceu invariável. Com circulação em boa parte da província, ele compreendia tanto expressões das belas-letas (criações artísticas como a poesia), quanto uma rede de textos de conteúdo e estatuto narrativo diversificado, que se sucediam entremeados em sua disposição textual, de difícil classificação tomando como parâmetro critérios da atualidade (FERREIRA, 2002).

De um modo geral, cada número do *ALSP* se dividia em 4 seções: antes de tudo, José Maria Lisboa fazia a apresentação do volume – invariavelmente se queixando da reduzida quantidade de homens e mulheres dispostos a contribuir com seus escritos – e sublinhava, vez ou outra, algumas contribuições que compunham o volume em questão e que, no seu julgamento, eram dignas de distinção; em segundo lugar, vinha o índice de articulistas e a relação dos títulos dos artigos; em seguida, a seção informativa do almanaque, composta pelos cálculos eclesiásticos, pela indicação do calendário anual (seguido das referências às datas dos santos católicos, das estações do ano e eclipses e fases da lua), pelos dados alusivos ao sistema ferroviário (preços das passagens, horários de partida e percurso dos trens) e quadros estatísticos gerais, em que Lisboa publicizava diversos levantamentos estatísticos a respeito de gêneros, produtos e mercadorias,

instituições, veículos de imprensa, entre outros, relativos à província de São Paulo; e, por último, a parte estritamente literária do *ALSP*, em que figuram os textos encaminhados pelos seus colaboradores. Deve-se destacar, contudo, que esta derradeira seção era entremeadada dos anúncios comerciais destinados a custear as despesas da publicação.

Não obstante, é considerável a quantidade de articulistas que Lisboa amealha no decorrer da vida do almanaque, não se restringindo tão somente ao círculo de pessoas mais próximas. Se pudéssemos traçar um painel de seus colaboradores, não era desmedido afirmar que a grande maioria deles provinha das camadas de maior prestígio social, cultural e econômico da província (ainda que eventualmente esses três eixos não sejam coincidentes). Em geral, profissionais liberais, personalidades da política e proprietários de terras, muitos se encaixando em mais de uma dessas classificações. Adicionado a esse aspecto, deve-se sopesar a participação daqueles que se apresentam ou são apresentados como doutores (em quase todos os casos como bacharéis em Direito), totalizando mais da metade do público em questão, o que é indício da proeminência dos cursos jurídicos na preferência dos extratos mais abastados da sociedade e, igualmente, das oportunidades que a posse do diploma de bacharel lhes conferia.

3.1 – As contribuições do grupo ao ALSP

Embora a quantidade de republicanos que militaram na província de São Paulo nas últimas duas décadas que precederam a queda da monarquia tenha sido bem superior ao que apresentamos logo adiante, nosso recorte se justifica em função daqueles que, pela atuação intelectual e política conjunta no que denominamos anteriormente de ‘microclimas’, vieram a formar, em função da constituição de uma identidade coletiva, um *grupo*, cujos componentes serão agora estudados pelas suas contribuições ao *Almanaque Literário de São Paulo*.

Prudente de Moraes

Prudente de Moraes enviou seis artigos ao *ALSP*, que constam dos volumes referentes aos anos de 1877, 1878 (neste volume há 2 artigos), 1879, 1880 e 1881. No primeiro deles, “*Um Poeta*” (*ALSP*, v. II [1877], pp. 115-6), Prudente traça a biografia de Antônio Rodrigues Guimarães Jr., fluminense de Angra dos Reis, poeta e estudante de direito da turma de formandos de 1864¹¹⁷. A alegação usada por Prudente para justificar a escolha do tema se prende, a princípio, ao seu universo subjetivo, uma vez que era seu desígnio ressaltar a intensa relação de amizade que o uniu a Guimarães Jr durante o tempo em que frequentaram a Academia de Direito de São Paulo.

“Assim presto um tributo sincero à memória de um collega de quem fui amigo intimo, e ficarão as paginas do Almanack melhor ocupadas do que com qualquer escripto de minha penna, habituada ha 12 annos a só escrever trabalhos forenses, comprehendidos no circulo limitado de um obscuro advogado da roça” (MORAIS, Prudente de. “*Um Poeta*”. In: *ALSP*, v. II [1877], p. 116).

Todavia, esse interesse “subjetivo”, isto é, derivado de uma relação de amizade estreita, merece ser cotejado mais de perto. As relações de amizade, como vimos em Pontes

¹¹⁷ Prudente de Moraes informa que foi contactado por José Maria Lisboa para que enviasse colaboração para ser publicada no primeiro volume (1876), porém, não conseguiu atender ao pedido de Lisboa de imediato, o que só aconteceu um ano mais tarde (MORAIS, Prudente de. “*Um Poeta*”. In: *ALSP*, v. II [1877], p. 115).

(1998), constituem uma chave analítica importante para entendermos a trajetória de um indivíduo. De acordo com essa autora, o sentimento de amizade equivale a códigos que possibilitam a reconstituição das experiências pessoais. E, por sua vez, tais códigos se explicitam pelas estruturas de sociabilidade vivenciadas no período, reveladas por meio de injunções de ordem profissional, política, ideológica ou intelectual.

Ao mesmo tempo, deve-se registrar que Guimarães Jr., identificado na juventude com as fileiras liberais, destacou-se pela adesão ao republicanismo logo nos anos iniciais da fundação do Partido Republicano.

O segundo e o terceiro trabalhos enviados por Prudente de Moraes ao almanaque de Lisboa constam do terceiro número (1878) e constituem registros históricos a respeito de Piracicaba, cidade do interior da província de São Paulo. Em “*Papéis Velhos*” (ALSP, v. III [1878], p. 76-9), ele fornece ao leitor do ALSP a transcrição de dois documentos concernentes às Atas da Câmara Municipal: um, de 1822, relativo à elevação da freguesia de Piracicaba em vila, com o nome de *Villa Nova da Contituição* - em homenagem à promulgação da carta magna portuguesa (1821) – e o outro, de 1828, referente à uma audiência de provimentos presidida pelo Ouvidor Geral do Império. Já em “*Piracicaba: apontamentos históricos*” (ALSP, v. III [1878], p. 129-35), embora advirta não cuidar da escrita da história da cidade, pois, para isso, “*faltam-nos muitos dos elementos necessarios, entre os quaes a aptidão especial de historiador*” (MORAIS, Prudente de. “*Piracicaba: apontamentos históricos*”. In: ALSP, v. III [1878], p. 129), Prudente relata em minúcias, com o auxílio de farta documentação, aspectos relevantes da vida da cidade.

É óbvio que o interesse de Prudente por Piracicaba diz respeito ao fato de ser a cidade do interior paulista sua base política. Nada obstante, deduzimos que a explicação não se detém apenas aí. Em boa medida, deve ser fruto de uma tentativa de demarcar a história dessa localidade que, naquelas décadas de 1870 e 1880, conheceu respeitável florescimento econômico, graças, na sua maior parte, à produção e comercialização do café.

“(…) o municipio figura entre os mais importantes d'Oeste da provincia, tantos e tão poderosos são os elementos de prosperidade que encerra” (MORAIS, Prudente de. “*Piracicaba: apontamentos históricos*”. In: ALSP, v. III [1878], p. 134).

Recordemos ainda que, durante todo o tempo da *propaganda*, granjear a simpatia dos cafeicultores da província para os propósitos políticos do republicanismo era um dos alvos principais da atuação dos integrantes do *grupo*. Paralelamente, o ataque à forma monárquica de governo também se fez presente no contributo prudentiano, expresso no ataque à centralização do poder pela Coroa. A história de Piracicaba seria, de acordo com Prudente, um capítulo vivo da resistência do poder local frente à opressão praticada pelo poder central.

“(...) não obstante as pês e as innumeras dificuldades oppostas pela centralisação, que em nosso paiz vae ao ponto de extinguir a autonomia municipal, reduzindo-a á verdadeiro simulacro, a povoação tem crescido, suas edificações tem melhorado” (*idem*, p. 134). A ajuda prestada pela então Vila Nova da Constituição quando da eclosão da revolta liberal de 1842, evento da história de São Paulo ao qual os integrantes do *grupo* prestam verdadeiro culto, também é lembrada: *“(...) o municipio de Piracicaba tomou parte activa na revolução de 1842, fornecendo um contingente para a columna revolucionaria da Venda Grande”* (*idem*, p. 134).

Por último, os *“Apontamentos históricos”* de Prudente de Moraes não se despedem sem render preito à pessoa de José Maria Lisboa, a quem nomeia *“incansavel editor d'aquella utilissima publicação”* (*idem*, p. 129).

Para o quarto volume do *ALSP* Prudente de Moraes colabora com o artigo *“Antonio Creoulo”* (*ALSP*, v. IV [1879], pp. 69-74), narrativa baseada em fato real acerca da trajetória de um escravo negro de nome Antônio que, após julgamento pelos vários crimes que cometeu, preferiu o suicídio a ser açoitado em praça pública e permanecer sob cativo. O pano de fundo, obviamente, é a escravidão e as corrupções que ela opera na alma humana. Prudente é tomado de misericórdia pela sina de Antônio, e culpa seu destino pela persistência de uma instituição que tolhe a liberdade individual. O desfecho do episódio é assim narrado pelo autor:

“A sua morte não era natural; mas resultado de uma resolução suprema e desesperada, sustentada com uma tenacidade sem igual através de uma agonia lenta, de muitos dias!

O condenado morria para evitar a execução da pena infamante de 200 açoites!

O escravo morria para não ser restituído ao domínio do seu senhor!

*Morria para demonstrar por essa fôrma a verdade d’aquillo, que tantas vezes repetira diante de seus juizes – **que seu senhor havia comprado o seu corpo, mas não o seu coração***¹¹⁸!

Antonio creoulo morria para separar o seu espírito – livre do corpo – escravo, protestando, por fôrma tão solemne, contra a instituição monstruosa do homem – cousa!” (MORAIS, Prudente de. “Antonio Creoulo”. In: *ALSP*, v. IV [1879], p. 69).

É um registro importante de um dos membros do *grupo* sobre assunto tão melindroso para o movimento republicano, mesmo porque a atitude da grei paulista se caracterizou sempre pela tibieza e uso de ardis retóricos no que se referia à condenação do regime escravocrata. Se atentarmos para que se trata de um artigo escrito em 1878¹¹⁹, é particularmente sintomático o tom que lhe confere Prudente. Tendo de conviver com contradições gritantes no seio do próprio PRP – onde importantes figuras detinham cativos ou se aproveitavam indiretamente dos frutos advindos com o comércio e o trabalho de escravos – Prudente de Moraes, além de incitar os partidos monárquicos para que resolvessem o problema da escravidão, chama à responsabilidade os adeptos do republicanismo para que se insira definitivamente a questão servil na agenda política de seu partido.

“Se Antonio não fosse privado á força de sua liberdade, como elle referia, não é certo que se teria evitado esta serie de crimes, que terminou com o suicidio de seu auctor?”

¹¹⁸ Grifos do autor.

¹¹⁹ Talvez até estimulado, embora não o afirmemos com absoluta certeza, pela insatisfação com a defecção das fileiras republicanas pelos políticos que aderiram à situação liberal, inaugurada nesse mesmo ano com o retorno dessa agremiação ao poder e a consequente formação do gabinete Sinimbu. A esse respeito, confira Hilsdorf (1986).

Se Antonio creoulo fosse livre, não é provavel que fosse um bom homem, em vez de ter sido um assassino, como foi?

E foi elle realmente um assassino perverso, ou antes verdadeira victima martirizada pela escravidão?

*Estes e tantos outros factos, filhos da mesma instituição absurda, hão de constituir a **pagina negra**¹²⁰ da nossa historia, aquella que descrever a historia da escravidão no Brazil e que fará córar os nossos descendentes”* (MORAIS, Prudente de. “Antonio Creoulo”. In: *ALSP*, v. IV [1879], p. 74).

Por intermédio deste artigo é-nos dado inferir que, daquela parte do *grupo* que estava mais próxima da “aristocracia” agrária, Prudente de Moraes se mostrava um dos que mais concediam importância à questão do problema servil e, não apenas do ponto de vista do equacionamento da falta de braços para a lavoura – o que não o distinguiria da maioria dos republicanos – mas, sobretudo, quanto à condenação do escravismo enquanto sistema. Não obstante, seus pronunciamentos na Assembléia Geral não atestam essa inclinação. No discurso que pronuncia a 11 de maio de 1885, minuciosamente calculado para não desagradar setores do Partido Conservador com o qual os republicanos haviam celebrado aliança responsável pela eleição dele próprio e de Campos Sales ao Parlamento Nacional, Prudente revela uma outra disposição. Orientado por Francisco Glicério, que o aconselhara a ser comedido e a expor de maneira peremptória o ponto de vista de seu partido sobre o assunto, Prudente de Moraes minimiza a importância do tema abolição para os habitantes de sua província. Mesmo assim, o conteúdo do pronunciamento de Prudente deixa insatisfeitos os fazendeiros senhores de escravos de São Paulo, exatamente em virtude de abrir mão da indenização estatal pela liberação dos cativos, o que desagradou, desse modo, tanto os que repudiavam sob qualquer pretexto a extinção do trabalho servil, quanto àqueles que eram concordes desde que fossem indenizados. Note-se que o teor do discurso de Prudente transcrito abaixo destoa frontalmente da diretriz contida no Manifesto do Partido Republicano Paulista de 1873, texto que condensa as deliberações tomadas no Congresso do PRP do mesmo ano¹²¹.

¹²⁰ Grifos meus.

¹²¹ O Manifesto do Congresso do Partido Republicano Paulista de 1873, no que respeitava à substituição da mão-de-obra escrava, rezava o seguinte: “1º - *Em respeito ao princípio da união federativa, cada província*

“Posso dizer e creio não ser contestado pelos representantes da minha província; na Província de São Paulo, especialmente no Oeste que é a sua parte mais rica e próspera, a questão principal não é a da liberdade dos escravos. Os paulistas não fazem resistência, não fazem grande questão disto, do que eles fazem questão séria, e com toda razão, é da substituição e permanência do trabalho e desde que o governo cure seriamente de empregar os meios que facilitem a aquisição de braços livres que garantam a permanência do trabalho, a conservação e o desenvolvimento da sua lavoura, os paulistas estarão satisfeitos e **não farão questão de abrir mão dos seus escravos, mesmo sem indenização**¹²², porque para eles a melhor, a verdadeira indenização está na facilidade de obter trabalhadores livres, está na substituição do trabalho...” (Discurso de Prudente de Moraes na sessão de 11 de maio de 1885 da Assembléia Geral do Parlamento Brasileiro; In: SANTOS, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a abolição*. São Paulo, Martins, 1942, p. 225).

No número de 1880, Prudente de Moraes retorna ao mote de seu primeiro artigo, isto é, rende preito novamente à figura de seu colega do tempo de curso jurídico, Antônio Rodrigues Guimarães Jr.¹²³. Para este volume, Prudente envia duas poesias de Guimarães Jr., escritas ambas quando este cursava o primeiro ano da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1860.

No ano seguinte, Prudente de Moraes comparece de novo às páginas do *Almanach*, desta feita com o artigo “*Thomazinho*” (*ALSP*, v. VI [1881], pp. 24-36). Na introdução, diz se tratar de um caso de “*erro judiciário*”, de uma “*condenação por crime de homicídio que não commetteu*” (MORAIS, Prudente de. “*Thomazinho*”. In: *ALSP*, v. VI [1881], p.

*realizará a reforma de acordo com seus interesses peculiares mais ou menos lentamente, conforme a maior ou menor facilidade na substituição do trabalho escravo pelo livre; 2º - Em respeito aos direitos adquiridos e para conciliar a propriedade de fato com o princípio da liberdade, a reforma se fará tendo por base a indenização e o resgate.” (Manifesto do Congresso do Partido Republicano Paulista. Publicado a 6 de julho de 1873 no *Correio Paulistano*, nº 5047, p. 1; apud, DEBES, 1978, p. 121). A data original da divulgação do Manifesto pela Comissão Permanente do Partido é 3/7/1873.*

¹²² Grifos meus.

¹²³ MORAIS, Prudente de. “*Duas Poesias*”. In: *ALSP*, v. V, pp. 94-7.

24). O crime, afirma Prudente, data de 1851, e ao sentenciado Thomazinho (apelido de Thomaz Pires de Almeida, comerciante e proprietário de escravos da cidade de Porto Feliz), fôra imputada a pena de 12 anos de trabalhos forçados, comutada posteriormente por 7 anos a serem cumpridos no degredo. A verdade dos fatos, de acordo com Prudente, viria à tona (com a confissão de culpa pelo real assassino) somente quando a pena estava preste a expirar, momento em que Thomazinho já havia perdido a sanidade mental. Prudente não informa como soube dessa história – parece até que obteve acesso aos autos do processo, uma vez que ilustra seu texto com detalhes referentes aos depoimentos das testemunhas e pareceres do juiz – e supomos que, malgrado uma crítica velada a alguns dos procedimentos da magistratura da província (que teria punido o acusado açodadamente e sem provas que embasasse a prisão), o fato é que este artigo assemelha-se a um relato sobre um episódio pitoresco, o que, por sua vez, faz-nos crer que nem todas as colaborações dos membros do *grupo* versem sobre aspectos relacionados direta ou indiretamente à propaganda republicana, ainda que essa situação fosse menos freqüente.

Algo que também nos chamou a atenção se refere a que, malgrado os vínculos não tão estreitos que ligavam Prudente de Moraes a José Maria Lisboa, Rangel Pestana e ao núcleo de Campinas (ele não figura na *Gazeta de Campinas* e também se recusou a tomar parte na comandita que constituiu o capital para a criação do jornal *Província de São Paulo*), ele contribui com seis artigos ao *ALSP*, número inferior apenas às contribuições de Francisco Quirino dos Santos. Nossa hipótese é a de que, embora menos próximo de Lisboa do que outros membros do grupo, como Pestana, Campos Sales, Francisco Quirino, Américo Brasiliense e Américo de Campos, o teor dos relatos de Prudente de Moraes se encaixavam perfeitamente na categoria de textos que Lisboa ansiava ver contemplada no *ALSP* (todos ilustravam assuntos dos quais Lisboa se queixava constantemente de escassearem nas páginas de seu almanaque: “*De todos os trabalhos preciosos para a confecção de um livrinho de igual plano o mais difícil, o quase irrealisavel é o conseguimento de artigos originaes. (...)O editor entende que a sua publicação só poderá ter real merecimento dando á luz producções elaboradas especialmente para o livro trazendo á publicidade documentos historicos pouco conhecidos*”¹²⁴), o que, todavia, não anula o que afirmamos anteriormente, de que direta ou de maneira enviesada, o *ALSP* se

¹²⁴ LISBOA, José Maria. “*Ao leitor*”. In: *ALSP*, v. III (1878), s/nº.

constituiu num espaço de socialização do *grupo* e, ao mesmo tempo, um canal de divulgação de sua plataforma política.

Campos Sales

Campo Sales enviou ao editor do *ALSP* quatro artigos, que figuram nas páginas do *Almanach* nos anos de 1876, 1878, 1879 e 1880. Em essência, versam sobre o atraso que representa a perpetuação do regime monárquico, obstáculo à libertação das peias que impedem o país de trilhar seu rumo em direção ao progresso. Nesse aspecto, é digno de nota a elaboração de um texto exclusivamente produzido para enumerar e exaltar a diligência dos moradores de Campinas, seu berço político, em especial no que toca à instrução, vide as benemerências com que é retratado o colégio *Culto à Ciência*.

O artigo que é impresso no primeiro volume do *ALSP* (1876, pp. 177-81), e que leva o nome do célebre estabelecimento de ensino secundário campineiro *Culto à Ciência*, realiza a fusão das características principais que habitam os textos de Campos Sales: combate à monarquia, defesa da república, enaltecimento da cidade de Campinas e destaque à função a ser cumprida pela instrução.

Campos Sales passa praticamente todo o texto a sublinhar o “*espírito de iniciativa*” da cidade de Campinas, o que, de uma determinada maneira, é mais uma forma de ataque à monarquia, na medida que a valorização da iniciativa particular (disposição genuinamente norte-americana, conforme fazem sempre questão de ressaltar os integrantes do *grupo*) configurava a contrapartida das acusações pouco elogiosas endereçadas à administração imperial pelos membros do *grupo*.

“(…) sob tão valioso e symphatico patrocínio, este pensamento (o da criação do Colégio Culto à Ciência), já de si recommendavel ao mais franco acolhimento, não podia de certo deixar de germinar e produzir seus beneficos frutos no seio de uma população como a de Campinas, onde os espiritos estão affeitos a supprir por esforços proprios as lacunas que vão ficando abertas pela inercia official” (CAMPOS SALES, “*O Collegio Culto á Sciencia*”. In: ALSP, v. I [1876], p. 177).

Semelhante a seu irmão Alberto, que após experiência escolar nos Estados Unidos voltou fascinado com o modelo de organização social daquele país, Campos Sales também foi influenciado pelo ideário político norte-americano e pelas realizações no campo da instrução empreendidas por aquele povo. No caso de Campos Sales, isso talvez seja acentuado pelo contato com as escolas de confissão protestante que se estabeleceram no interior da província de São Paulo na segunda metade do século XIX¹²⁵.

“Os cidadãos d’aquelle maravilhoso paiz, cujo extraordinario progresso em todos os ramos da actividade humana enche de justa admiração o mundo civilizado, quando querem para si um titulo de nobreza perduravel e capaz de perpetuar o seu nome na memoria das gerações futuras, em vez dos brazões de uma fidalguia ridicula e absurda, têm o bom senso de procurar antes graval-o na fachada de um templo, que possa recolher o povo para ensinal-o a meditar e a raciocinar” (CAMPOS SALES, “*Culto a Sciencia*”. In: ALSP, v. I [1876], p. 179).

Ao lado da educação, há também outro tema que merece a atenção de Campos Sales nesse artigo, e que se manifesta amiúde nas demais colaborações dos membros do *grupo*: o da supervalorização das “coisas de São Paulo”. A ereção da simbologia que viria a justificar a superioridade paulista dentre as demais províncias, tão cara ao movimento republicano – e demasiadamente explorada após a vitória do 15 de novembro – já se esboçava no *ALSP*. É com uma “profissão de fé” paulista que Campos Sales encerra sua narrativa:

¹²⁵ Para um estudo aprofundado do tema, consultar Barbanti (1977).

“(...) de há muito não se contestava a nossa superioridade na ordem dos progressos materiaes, e agora, depois de tantos commetimentos de um alcance tão significativo para a civilização dos povos, já se reconhece com justiça que aqui, na provincia de S. Paulo, a iniciativa particular, supprindo a acção governamental, opéra grandes resultados na ordem moral tambem, utilizando os mais proficuos esforços no generoso intuito de espalhar a instrucção e levar a luz a todas as almas” (CAMPOS SALES, “*Culto a Sciencia*”. In: *ALSP*, v. I [1876], p. 177).

Campos Sales reaparece no *Almanach* dois anos mais tarde com o artigo “*A republica e a monarchia*” (*ALSP*, v. III, pp. 126-7). Como nos artigos que publicava na *Gazeta de Campinas*, Campos Sales estrutura seu texto esquematicamente em duas dimensões: o ataque à monarquia e a defesa da república. Como o próprio título do ensaio anuncia, seu corpo literário é perpassado por polarizações entre as vantagens de um regime e as deficiências do outro. A comparação é o artifício escolhido para fazer valer a primazia de um sobre seu par antagônico.

“A monarchia repousa sobre o principio da sucessão.

A republica tem por assento a electividade.

(...) O eleito do povo é uma esperança.

O herdeiro da coroa é o acaso.

(...) Para vencer o déspota é necessário a revolução.

Para remover o presidente da republica basta a eleição.”

(CAMPOS SALES, “*A republica e a monarchia*”. In: *ALSP*, v. III [1878], pp. 126-7).

Esse modelo, como afirmamos, era empregado por Campos Sales em seus artigos no jornal *Gazeta de Campinas*, desde 1873. Neste periódico, toda a sua propaganda política se desenvolvia articulada em dois eixos: o das críticas à situação vigente no país e o das proposições para alterar o estado de coisas. Essa característica da produção jornalística de Campos Sales foi observada já se contam mais de trinta anos pelas historiadoras Heloísa Archero de Araújo e Maria Stella Bresciani no artigo “*Campos Sales: a prática política de um propagandista republicano através da ‘Gazeta de Campinas’ (1873-1883)*”.

“O roteiro de sua argumentação teórica tem como ponto de partida invariante um erro cometido pela administração pública ou pelas atitudes incoerentes e vacilantes dos componentes dos dois partidos políticos monárquicos quando no poder ou aspirando a ele. Esse é o esquema que define a estrutura dos textos analisados. Porém, paralelamente a ele define-se outro esquema, o da prática política do autor, sendo ele (este esquema) que permite a compreensão desta prática. Neste esquema o objetivo último permanece a Democracia, mas o objetivo a mais curto prazo e necessário para alcançar o primeiro define-se como a modificação no regime de governo, de monárquico para republicano” (Araújo & Bresciani. “Campos Sales: a prática política de um propagandista republicano através da ‘Gazeta de Campinas’ [1873-1883]”. In: WITTER, José S. (1974). *O ideal republicano*. Anais do II Encontro do Núcleo Regional de São Paulo (Itu, 26 a 28 de julho de 1973), *Revista de História*, LII, p. 79).

Em 1879, Campos Sales envia o escrito “*O espírito de iniciativa em Campinas*” (ALSP, v. IV [1879], pp. 1-12). Nele, o bacharel campineiro reproduz basicamente as palavras já enunciadas no texto de 1876, despejando lamúrias sobre a injustiça praticada contra os paulistas pelo poder central, que muito amealha com as indústrias da província e pouco ou nada retribui, restando àqueles contar tão somente com seus esforços próprios.

Quanto à forma, o texto segue organização similar à apontada no artigo publicado no terceiro volume, e já demonstrada por Araújo & Bresciani (1974): enumeração das deficiências e erros da administração imperial ou dos dois partidos monárquicos e, logo após, exercício da propaganda política republicana. Do ponto de vista do conteúdo, verificam-se também os mesmos temas já visitados em artigos anteriores: idealização do poder regenerador da instrução, discurso laudatório da província de São Paulo - e da cidade de Campinas em particular - ênfase na iniciativa privada e no federalismo, ataques à monarquia e divulgação dos princípios republicanos.

“Eis porque a provincia de S. Paulo chegou a constituir-se no vasto imperio americano uma exceção verdadeiramente surpreendente, que a todos pasma e admira.

A sua riquissima lavoura e o seu importante commercio servidos por uma extensa rêde de estradas de ferro já em trafego, medindo um desenvolvimento superior a mil quilômetros, além de outras em constucção ou exploradas; as empresas de navegação fluvial que se organisam, abrindo novas vias de communicação, a introdução de colonos europeus em substituição ao elemento servil no trabalho agricola; em geral o desenvolvimento mais ou menos vigoroso das suas industrias; tudo isto, como producto directo da iniciativa particular, bem demonstra que na realidade há aqui uma excepção, que abre-se como um phenomeno social, a despeito das pêas e dos embaraços creados pela lei.

(...) E de entre os municipios da provincia seja-nos permittido, não obstante a nossa suspeição, destacar o de Campinas para colloca-lo no logar proeminente que lhe compete como aquelle que mais se tem avantajado nos commetimentos da iniciativa particular” (CAMPOS SALES. “O espirito de iniciativa em Campinas”. ALSP, v. IV [1879], p. 4).

“(...) E agora nos seja licito perguntar: há por ahi algum município que mais tenha feito?

Precisamos da resposta para ressalvar nossa suspeição.

Entretanto sempre diremos que, exaltando a índole um tanto excepcional dos habitantes de Campinas, e appresentando-os á publica apreciação por esta face característica, não o fazemos por mera jactância, como a muitos possa parecer. Leva-nos a isto um único intuito: – appresentar o exemplo para que outros o sigam. É deste modo que o MUNICIPIO poderá achar-se um dia preparado para vencer a CENTRALIZAÇÃO.

Pela educação e pelo trabalho chega-se á liberdade” (idem, pp. 11-2).

Corroborando para ressaltar o progresso material e moral de Campinas, Campos Sales elenca as ações positivas encetadas pela maçonaria. Grão-mestre da Loja Regeneração 3 dessa cidade e, portanto, portador do grau máximo (33) na hierarquia maçônica, Campos

Sales dá publicidade, neste artigo, às ações em prol da instrução desenvolvidas pelas lojas maçônicas de Campinas.

“A 30 de Janeiro do mesmo anno (1874) inaugurou-se o templo maçônico, que a Loj.: cap.: Independencia fez construir. A edificação importou em 18;500\$000 obtidos por acções entre os socios.

A Loj.: mantém, em uma das salas do seu edificio, uma aula nocturna de ensino primario, que é actualmente frequentada por 125 discipulos.

Além do professor que é bem remunerado, a Loj.: toma a seu cargo fornecer gratuitamente livros, papel, etc.. tudo quanto se torna necessario para o ensino.

O quadro compõe-se de 225 irmãos. Na mesma casa funciona tambem a Loj.: Regeneração 3º com 75 irmãos” (CAMPOS SALES. “O espirito de iniciativa em Campinas”. ALSP, v. IV [1879], p. 8).

Na última colaboração que endereça ao ALSP (*A política da monarchia*, v. V [1880], pp. 15-9), Campos Sales bisca o mote exercitado nos artigos passados, isto é, volta à ofensiva contra a Coroa. Nesse texto, ele procura desacreditar a máxima disseminada no meio político e social brasileiro de que o país, “pelo reduzido desenvolvimento da capacidade intelectual de sua população”, não estaria preparado para experimentar uma forma de governo como a república. Imputa como causa da internalização dessa idéia o comportamento “aviltante” de determinados extratos da “classe” política nacional.

“Convem trazer o povo de sobreaviso contra certos preconceitos, que a má fé de alguns políticos tem arditosamente engendrado em proveito exclusivo do despotismo e em pura perda da soberania popular, a unica legitima nas sociedades modernas” (CAMPOS SALES. “A política da monarchia”. In: ALSP, v. V [1880], p. 15).

“(…) Para elles, o povo brasileiro, além de não ser apto para o gozo da liberdade, direitos e deveres peculiares a cada cidadão na communhão social, é ainda indigno dos beneficios da emancipação política, porque a corrupção dos costumes, a fraqueza do character e a ausencia da dignidade pessoal tem feito da despotica tutela governamental uma condição de sua existência” (idem, p. 16).

“(...) Assim, evitando astuciosamente confessar que a fonte dos abusos reside na própria lei e que a corrupção procede das instituições e não do carácter nacional, os políticos ideólogos virão ainda uma vez dizer nesse mesmo tom de fingida convicção: – ‘A liberdade é, sim, o nosso ideal político; mas como quere-la realisada no momento, se a corrupção do povo é um obstáculo permanente á pratica de todas as boas instituições?... É cedo ainda: esperemos a oportunidade’” (idem, p. 18).

O carácter acerbo das críticas de Campos Sales atinge em cheio a lisura da prática parlamentar dos deputados e senadores do Império. Para o autor, estes se reduziram a meros delegados da vontade do monarca. Ainda que não nomeie explicitamente, percebe-se que para ele o grande vilão é a permanência do poder moderador, instância que “achincalha” o *status* das duas casas parlamentares (bem verdade que Campos Sales tem em vista a Câmara dos Deputados, porquanto o Senado, em virtude da estreita dependência que mantinha em relação às deliberações do trono, constituiu-se, durante todo o período imperial, em uma espécie de reserva de poder para o imperador).

“Desta extraordinaria anomalia (refere-se à organização judiciária e ao sistema eleitoral), que aliás reside na propria natureza do systema monarchico, resulta que as leis votadas por um parlamento, que antes de ser a genuina representação nacional é simplesmente uma chancellaria imperial...” (CAMPOS SALES. “A política da monarchia”. In: *ALSP*, v. V, p. 17).

Curioso é observar que quando de seu mandato à frente do executivo nacional (1898-1902), Campos Sales se notabilizou pela redução do peso do legislativo na condução da política nacional e pela negação dos princípios liberais consagrados em sua prática propagandística. De acordo com Lessa (1998):

“(A leitura feita por Campos Sales do processo político) provou que a institucionalização da República não poderia comportar a existência de um parlamento com substância liberal, formado a partir de escolhas individuais dos

*cidadãos e segmentado segundo as clássicas divisões político-partidárias. A existência de um Executivo irresponsável em termos políticos, e para cuja definição não concorre o Legislativo, e a precedência da distribuição natural do poder, fragmentando a comunidade política nacional em várias polis¹²⁶ regionais, serão no governo Campos Sales os referenciais absolutos que definirão o lugar e os limites da soberania do Congresso” (Lessa, Renato. “Campos Sales e o paradigma oligárquico brasileiro”. In: CAMPOS SALES, Manoel F. do. *Da propaganda à presidência*. Brasília, Ed. do Senado Federal, 1998. Edição fac-similar, pp. V-VI).*

Há ainda um relato biográfico dedicado a Campos Sales, publicado no volume IV (1879) do *ALSP* sob o título “*Dr. Manoel Ferraz de Campos Sales*” (pp. 51-7). Foi escrito por Lúcio de Mendonça, bacharel pela Academia de Direito de São Paulo e prócer republicano, irmão de Salvador de Mendonça (jornalista, diplomata e apontado como um dos elaboradores do *Manifesto Republicano* de 3 de dezembro de 1870). Neste artigo, se atentarmos para o modo como Lúcio de Mendonça desenha a concentração das forças republicanas na cidade de Campinas, temos uma demonstração quase explícita por parte do autor do reconhecimento da existência de um grupo com fortes laços de coesão a empunhar a bandeira dos valores “democráticos”.

“O nome que corôa esta pagina, e que há de brilhar gloriosamente na historia politica de nossa pátria, não é somente o de um jornalista vigoroso, de um distincto advogado, de um contemporaneo que honra a nossa geração, pois não é somente o nome de um individuo, - é o nome de um typo, do mais caracterisado representante dessa altiva democracia paulista que, pelo seu elevado character, pela sua energia cívica, pelo trabalho constante e convicto, é a melhor porção da raça brasileira, os eleitos deste povo de israelitas curvados em adoração indecente ao bezerro... não, á vacca de ouro da monarchia.

A cabeça do mais rico municipio da provincia de S. Paulo, a formosa cidade de Campinas, tornou-se ha alguns anos, o fóco mais animado e brilhante do espírito livre naquella terra que parece destinada para ser o oriente da liberdade política,

¹²⁶ Grifo do autor.

que para nós, retardados americanos, agora apenas amanhece” (MENDONÇA, Lúcio de. “*Dr. Manoel Ferraz de Campos Sales*”. In: *ALSP*, v. IV [1879], p. 51).

As relações estabelecidas com os antigos amigos de infância – que mais tarde também seriam colegas de Academia, “irmãos” nas comunidades maçônicas e correligionários políticos – são retratadas por Lúcio de Mendonça por conta da fundação do jornal *Gazeta de Campinas*.

“Em 1869, um esforçado grupo de moços democratas levantou alli a Gazeta de Campinas, uma das melhores folhas da imprensa nacional. O dr. Francisco Quirino dos Santos, poeta encantador, os drs. Campos Salles, Jorge de Miranda e Francisco Glycerio, todos elles advogados¹²⁷ de nota, ha nove annos desde então, têm prestado ás idéas novas, pela Gazeta de Campinas, a luminosa contribuição de grandes espíritos valorosos e scintillantes¹²⁸” (MENDONÇA, Lúcio de. “*Dr. Manoel Ferraz de Campos Sales*”. In: *ALSP*, v. IV [1879], p. 51).

Ao longo do texto, Lúcio de Mendonça descortina o desenrolar da vida política nacional e a inserção que nela toma parte a trajetória de Campos Sales, vista aí como parte integrante da evolução do ideais republicanos no país. Transitando pela firmeza de caráter que o caracterizaria, pela ação implacável na promoção dos ideais em que acreditava, o autor delinea a personalidade do “biografado” de maneira a corroborar para o reforço da imagem de Campos Sales como um dos mais importantes, senão o principal, líder republicano da província de São Paulo.

“(...) membro de uma das mais importantes famílias de Campinas e largamente relacionado na província, que póde orgulhar-se de o ter por filho, aguarda-o, ainda mesmo como representante das idéas adeantadas, um futuro dos mais vastos na política de sua pátria. Se, como tudo auctorisa a crêr, a Republica instituir-se ainda em seus dias, teremos em Campos Salles, republicano austéro, pensador

¹²⁷ Francisco Glicério não frequentou a Faculdade de Direito, portanto, não era bacharel. Conseguiu, outrossim, a carta de advogado provisionado, comumente conhecido como rábula.

¹²⁸ Grifos meus.

illuminado, político sensato, calmo e resoluto, o Gambetta brasileiro” (MENDONÇA, Lúcio de. “*Dr. Manoel Ferraz de Campos Sales*”. In: *ALSP*, v. IV [1879], p. 57).

De um modo geral, os artigos que Campos Sales enviou ao *ALSP* espelham, talvez de maneira mais explícita que os demais membros do *grupo*, a plataforma política dos republicanos e sua rejeição à monarquia. Se acompanharmos o conteúdo de seus escritos, veremos que todos eles estão engajados no ataque à Coroa e na valorização do sistema republicano e dos empreendimentos de seus adeptos e daqueles que compartilham de seus princípios. Essa característica, como já havia sido apontada por Araújo & Bresciani (1974), permeou também sua atividade jornalística na *Gazeta de Campinas* de 1873 a 1883. A menção à maçonaria (ele era grão-mestre da loja Regeneração 3, de Campinas), a americanofilia, sua defesa da “educação moderna”, a exaltação das virtudes da religião protestante, compõem um quadro comum dos aspectos que ligam as experiências dos demais integrantes do *grupo* e seu corolário político-ideológico. Outra marca distintiva remete ao enaltecimento de sua terra natal, Campinas. Berço de destacadas lideranças republicanas, Campinas era um dos municípios mais prósperos da província de São Paulo na segunda metade do século XIX e, em que pese a concentração de importantes chefes políticos dos partidos monárquicos, a bibliografia terminou por consagrá-la, parafraseando Quintino Bocaiúva, como a “Meca” da República brasileira. Antes disso, porém, Campos Sales já se ocupava dessa tarefa de consagração de sua cidade natal como ponta de lança da modernidade na província de São Paulo, modernidade que era pressentida sobretudo pela internalização cada vez mais acelerada das relações capitalistas e do corolário de valores burgueses.

Américo Brasiliense

Américo Brasiliense colabora com quatro artigos para o *ALSP*, publicados todos nos primeiros volumes do *Almanach*, de 1876 a 1879. Em “*Um bilhete de Feijó*” (*ALSP*, v. I [1876], p. 144), Brasiliense envia cópia de um bilhete que, supostamente, teria sido escrito pelo Pe. Diogo Antônio Feijó e destinado a um membro do Partido Liberal, na época em que o ex-regente se achava aprisionado em Sorocaba após o fracasso do levante liberal de 1842. Este tema aparece em boa parte dos relatos dos membros do *grupo*, uma vez que o núcleo republicano paulista reclama para si o espólio político dos liberais da geração de 1831 e de 1842, negando que haja continuidade ideológica entre os liberais de outrora e os de seu tempo (2ª metade da década de 1870). Abaixo, reproduzimos o bilhete:

“O Escravo Inacio vai buscar na casa do sr. Alferes João Nepomuceno e Sousa 1 colxão pequeno, e travesseiro grande que me pertencem.

Sorocaba 22 de junho de 1842.

Diogo Antônio Feijó”

(BRASILIANSE, Américo. “*Um bilhete de Feijó*”. In: *ALSP*, v. I [1876], p. 144)

O segundo artigo, intitulado “*O Paulista: jornal do governo instalado em Sorocaba em 1842*” (*ALSP*, v. II [1877], pp. 145-7), versa sobre o mesmo assunto da matéria anterior, a insurreição liberal de 1842 na província de São Paulo. O tema lhe é muito atraente, não só pela herança que mencionamos há pouco, como pelo fato do palco em que se aquartelou grande parcela dos insurretos: Sorocaba, sua cidade natal. Todavia, Américo Brasiliense não se diz propenso a reescrever – no artigo em questão – a história do movimento, mas, sim, retirar das sombras do esquecimento o percurso do veículo oficial de imprensa dos revoltosos, a folha “*O Paulista*”.

*“Neste artigo, que destino ao Almanak do **inteligente e laborioso sr. Lisboa**¹²⁹, não trato de narrar todos os acontecimentos, que então se deram. Limito-me a dar*

¹²⁹ Grifos meus.

*esclarecimentos ácerca da fôlha oficial O Paulista*¹³⁰ – pouco conhecida nesta Província e talvez nunca vista em outras” (BRASILIENSE, Américo. “O Paulista: jornal do governo installado em Sorocaba em 1842” (ALSP, v. II [1877], p. 145).

O tema retratado ilustra também o interesse que Brasiliense sempre cultivou pela História, e, se recordarmos suas principais publicações, pela História do Brasil.

Do trecho que selecionamos, nota-se, à primeira vista, o apreço de Brasiliense pelo editor do ALSP. Obviamente que é esperado esse tipo de tratamento, numa relação cordial que se imagina imperar entre colaborador e editor. Mas a ligação de ambos não se resume somente a isso. Como asseveramos, não era pequeno o interesse despertado em Brasiliense por aspectos vinculados à história do Brasil. Nesse mesmo volume de 1877, notamos o anúncio do livro de Américo Brasiliense “*Lições de História Pátria*”¹³¹ na página que precede imediatamente a inclusão de seu artigo referente ao periódico dos liberais paulistas de 1842. Aliado a isso, segundo consta o anúncio, o livro de Brasiliense era editado pelo próprio Lisboa. Percebemos a publicação do anúncio nos volume relativos aos anos de 1877, 78, 79 e 1880. A seguir, reproduzimos a apresentação de Lisboa ao livro de Américo Brasiliense “*Lições de História Pátria*”, constante do segundo número do ALSP:

*“Estas lições abrangem o periodo historico desde o descobrimento do Brazil até a criação da relação de São Paulo, isto é, 1873. Além das lições traz ainda um appendice dos factos mais importantes succedidos de 1873 até hoje. O livro que é assás interessante, pela clareza e cópia de factos não mencionados em outras obras elementares de Historia Pátria, torna-se mais curioso na parte em que tracta de acontecimentos desde a Minoridade (note que Lisboa não usa o termo Maioridade) em diante (1840). Nesse período em que o reinado entrou em nova phase refere o author dessas ‘Lições’ os successos mais importantes da historia geral do paiz e os que mais de perto prendem-se á província de S. Paulo, taes como: **a revolução de 1842, a organização das forças paulistas para a guerra do Paraguay, combates***

¹³⁰ Grifos do autor.

¹³¹ Este livro seria utilizado em inúmeros colégios de ensino primário e secundário da província de São Paulo, como o Colégio Pestana – de propriedade de Rangel Pestana, aberto em 1876 – e a escola Neutralidade, criada por João Köpke e Silva Jardim em 1884; ambos localizados na capital.

*em que ellas entraram, esclarecimentos sobre os officiaes de Voluntarios da Patria, criação de companhias de linhas férreas, etc., etc*¹³² (Anúncio do livro de Américo Brasiliense, “Lições de História Pátria”, in: *ALSP*, v. II [1877], p. 144).

Lisboa ainda dá conta ao leitor de que, do mencionado livro, “*tem-se occupado com muito encomio, entre outros jornaes: o Globo, a Reforma, o Jornal do Commercio, a Província de S. Paulo, etc., etc*”¹³³. (*idem*, p. 144).

Em 1878, José Maria Lisboa informa que as “*Lições*” de Brasiliense já receberam uma 2ª edição “*augmentadas de notas e documentos*” (Anúncio do livro de Américo Brasiliense, “*Lições de História Pátria*”, in: *ALSP*, v. III [1878], p. 156). Lisboa acrescenta que o exemplar relativo à 2ª edição se encontra disponível para a venda no escritório do jornal *Província de S. Paulo*, folha da qual ele, Lisboa, era tipógrafo e administrador. Nota-se uma majoração dos preços: em 1877 custava 3\$000, no ano seguinte o valor passou a 4\$500, aumento de 50%. Se no volume anterior (v. II) Lisboa enfatizava os elogios que o livro recebeu de importantes jornais do país, na apresentação contida no terceiro número o destaque vai para sua adoção em alguns estabelecimentos de ensino da província, como o colégio *Culto à Ciência*, de Campinas; o *Colégio Pestana*, a Escola Normal de São Paulo, “*e outras casas de educação*” (*idem*, p. 156). Ainda conforme Lisboa, a 1ª edição das “*Lições de História Pátria*” valeu a Américo Brasiliense “*uma significativa demonstração de apreço por parte do Instituto Histórico Brasileiro* (Lisboa se refere ao IHGB), *que o galardoou com o titulo de um dos seus membros correspondentes, além dos pareceres altamente lisongeiros que para isso foram dados no meio daquela corporação*” (Anúncio do livro de Américo Brasiliense, “*Lições de História Pátria*”. In: *ALSP*, v. III [1878], p. 156). No anúncio inserto no quarto volume, o teor da apresentação de José Maria Lisboa é idêntico ao do volume anterior, salvo por duas alterações: a primeira, relativa ao preço do exemplar, reduzido de 4\$500 para 4\$000; e a segunda, por conta do título com que ele distingue Américo Brasiliense, apresentado neste volume como “*Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*” (Anúncio do livro de Américo Brasiliense, “*Lições de História Pátria*”, in: *ALSP*, v. IV [1879], p. 108). Continuam as referências às

¹³² Grifos do autor.

¹³³ Grifos do autor.

mesmas instituições de ensino mencionado no número anterior, com a inclusão, aqui, do *Colégio Internacional* de Campinas. No quinto volume há tão somente uma nota a respeito da venda do livro, comercializado pelo mesmo preço do ano anterior, 4\$000. Essa nota aparece ao lado de todas as obras escritas ou editadas por José Maria Lisboa até aquele momento¹³⁴. Lisboa frisa que ainda há exemplares disponíveis destas obras e que os mesmos poderiam ser encontrados no escritório do jornal *Província de São Paulo* (*ALSP*, v. V [1880], p. xxvii).

A associação de Américo Brasiliense a José Maria Lisboa, se trazia consigo os rasgos de origem comercial, espelhava igualmente os laços de sociabilidade que os uniam – lembrando-nos ainda que Lisboa, afora suas convicções políticas e ideológicas, mas sobretudo em função de sua capacidade profissional, durante boa parte das décadas de 1870 e 1880 foi personagem fundamental para a concretização dos empreendimentos de propaganda do núcleo republicano paulista (vide os jornais *Gazeta de Campinas* e *Província de São Paulo*).

Para o número referente ao ano de 1878, Américo Brasiliense envia um longo artigo, intitulado “*O conselheiro Paula Souza*” (pp. 97-114). Trata-se de um relato biográfico acerca de Antônio Francisco de Paula Souza, filho do eminente líder do Partido Liberal, o senador Francisco de Paula Souza e Mello. Brasiliense reitera novamente seu apreço pela história das idéias liberais no Brasil e a de seus protagonistas. É o terceiro texto que remete ao *ALSP*, e todos a versar sobre pessoas ou episódios ligados ao “passado liberal da província”. A intenção de Brasiliense em historiar a evolução das idéias liberais em São Paulo encontra sua fundamentação na necessidade da propaganda republicana em erigir os pilares de sua gênese histórica. Os republicanos paulistas souberam muito bem aproveitar o imaginário coletivo – que ainda estava em fase de consolidação no último quartel do século XIX, e que atingiria seu amadurecimento após a implantação do novo regime político – que atribuía ao habitante do planalto piratiningano características relacionadas à autonomia e altivez frente à dominação metropolitana. A reabilitação do

¹³⁴ Essas obras são as seguintes: *Cousas e Lousas* (*escriptos humorísticos*), assinada por Lisboa sob o pseudônimo de Julio de Albergaria; *Almanach de Campinas para 1871, 1872 e 1873*, sendo que no número de 1872 consta um apêndice relativo à cidade de Amparo, e no de 1873 outro relativo a Rio Claro; os três primeiros números do *ALSP*, referentes aos anos de 1876, 77 e 78; e, finalmente, *As Lições de História Pátria*, de Américo Brasiliense (*Livros publicados por José Maria Lisboa*, in: *ALSP*, v. V [1880], p. xxvii).

passado da província, desde os fastos do bandeirismo¹³⁵ até a insurreição de 1842, cumpriram função de modo a confirmar o caráter altaneiro de seu povo, irredutível aos desmandos do absolutismo opressor.

“No primeiro imperio esteve (o senador Francisco de Paula Souza e Mello) ao lado desses patriotas, que com mais denodo combatiam os abusos do poder imperial: - queria que o governo representativo fosse uma verdade no Brazil.

*No período regencial a causa democrática teve nelle, como antes, firme adepto: pronunciou-se pela reforma da carta, e depois contra a **bandeira do regresso** desfraldada por Vasconcellos, na segunda fase da regência iniciada em 1837.*

Em 1847, quando o senhor d. Pedro II já tinha 7 annos de exercício directo das funções de imperante, exerceu o cargo de ministro do império, e a pasta da fazenda em 1848, no ultimo ministerio, que houve no paiz, representante do partido liberal.

(...) Veterano das luctas parlamentares, perfeito conhecedor de homens e cousas do Brazil, habilitado por longa experiência para comprehender as legitimas aspirações do paiz, deixou o poder, apenas convenceu-se da impossibilidade de realisá-las.

Essa resolução não se originou da timidez de sua índole, do receio de renhidas luctas. Podia, se tal juízo fosse enunciado, invocar como um protesto o seu passado nas épochas de agitação publica, quando nunca faltou-lhe a coragem de cidadão. Foram, sim, a voz de sua consciência e a sinceridade de suas crenças, que o levaram a abandonar a direcção dos negócios do estado.

(...) Nos exemplos e nas lições de seu pae soube sempre inspirar-se Antonio Francisco de Paula Souza, de quem escrevo estes apontamentos biographicos destinados á publicação no Almanach Litterario de S. Paulo” (BRASILIENSE, Américo. “O conselheiro Paula Souza”. In: ALSP v. III [1878], pp. 98-9).

¹³⁵ A recuperação da imagem do isolamento em relação ao restante da colônia foi largamente utilizada pelos fautores do mito bandeirante a fim de comprovar a independência do povo paulista e sua superioridade moral. A esse respeito consultar, Abud (1986), entre outros.

A esse passado ao qual Brasiliense se reporta, filiar-se-iam os republicanos de São Paulo. Na prática, o intento dos integrantes do *grupo* tinha por escopo dois objetivos: imputar a degenerescência em que se achavam os correligionários do Partido Liberal de então – indignos de invocar as legítimas tradições liberais da província – ao seu afastamento das bandeiras de luta dos liberais históricos; e, ao mesmo passo, reagir aos conservadores, que os taxavam de “*planta exótica em solo no qual não teriam a mínima condição de medrar*”.

Entretanto, Brasiliense deixa transparecer ao longo do artigo que a rijeza de caráter e os brios de seu biografado recebem alguns adornos não muito compatíveis com o modelo idealizado do paulista de outrora. Em resposta a uma carta que lhe foi endereçada pelo *nosso* José Maria Lisboa – “*um moço estranho à politica brasileira, mas admirador de Paula Souza*” (BRASILIANSE, Américo. “*O conselheiro Paula Souza*”. In: *ALSP* v. III [1878], p. 107) – Antônio Francisco de Paula Souza desenvolve uma retórica que, se houve por bem se distanciar do exemplo encarnado pelo bandeirante *irredutível* em suas convicções, pelo menos do ponto de vista do estilo guarda não raras semelhanças (embora no trecho que reproduzimos abaixo não aluda à escravidão) com a tergiversação própria do discurso do evolucionismo político republicano, especialmente no que tangia à abolição. Seria mais um artifício de Brasiliense para justificar a ambivalência do PRP quanto ao encaminhamento do problema servil, valendo-se para tal de um exemplo do passado liberal paulista?

“Mais cedo do que eu queria fui obrigado a subir ao poder, e o que é peor, quando circunstancias aterradoras obrigam-me a dar de mão ao emprego leal e franco dos princípios, que sempre pautaram minha conducta politica. Si por ventura, que não é provável neste paiz, tiver mais tarde de converter nosso programa actual em programa político terei de applicar mais vastamente os princípios fecundos da eschola liberal á parte de administração, que me foi confiada, aliás, a mais própria para dar o cunho e a phisioomia a uma epocha.

Por emquanto terei de fazer bancarota de promessas políticas pois que como os afogados ou moribundos temos por primeira obrigação salvar-nos.

(...) Os patriotas da França, que fizeram o 89, ao verem a Europa colligada no intento de invadi-la, também diziam ‘a liberdade para depois da guerra’” (Carta do Ministro da Agricultura do Império, Antônio Francisco de Paula Souza, a José Maria Lisboa, 25/5/1866; apud, BRASILIENSE, Américo. “O conselheiro Paula Souza”. In: ALSP v. III [1878], p. 107).

Na quarta e última matéria de Américo Brasiliense constante das páginas do *ALSP*, o intelectual republicano e futuro lente da Faculdade de Direito de São Paulo contribui com o artigo “*Governo absoluto*” (*ALSP*, v. IV [1879], pp. 221-6). Após uma breve explanação a propósito da notícia de um suposto referendo de três municipalidades da província de São Paulo (São Luís do Paraitinga, Taubaté e Pindamonhangaba) em favor da instauração de um governo absoluto no Brasil logo depois da outorga da carta constitucional de 1824, Américo Brasiliense reproduz as atas (das câmaras municipais das referidas localidades) que registraram os capítulos desse episódio.

No caso da vila de São Luís do Paraitinga, o documento reproduzido no artigo de Brasiliense dá conta de que o presidente da província teria enviado um despacho a vários municípios paulistas com o intuito de sondar a opinião das autoridades locais quanto ao consentimento destas em se manifestar a favor da aclamação de D. Pedro I como imperador absoluto do Brasil.

“Aos 28 dias do mez de Abril de 1825 annos, nesta villa de S. Luiz do Pirahytinga em casas da residencia do illm. sr. commendador dr. juiz de fóra Manoel da Cunha Azeredo Coitinho Souza Chichorro, como presidente e os mais officiaes actuaes da camara e... todos juntos em sessão para effeito de se deliberar sobre um despacho do excm. sr. presidente da província, proferido em um requerimento...

Outrossim expôz o mesmo sr. juiz de fóra que sendo constante que os povos da cidade de S. Paulo pretendem aclamar Sua Magestade Imperial por imperador absoluto do Brazil, e sendo, talvez este o voto geral da nação, queria o dito commendador ouvir esta câmara a semelhante respeito por estar certo de sua grande fidelidade e amor a Sua Magestade Imperial, e unanimemente assentaram que executariam promptamente tudo quanto fosse mandado por Sua Magestade

Imperial ou pelo governo da provincia, sendo-lhe participado pelo dito seu presidente...” (São Luís do Paraitinga, *Termo de vereança de 28 de abril de 1825; apud, BRASILIENSE, Américo. “Governo absoluto”. In: ALSP, v. IV [1879], p. 222).*

Documento do mesmo teor é, de acordo com Américo Brasiliense, expedido pela câmara das vilas de Taubaté e Pindamonhangaba, dando a entender que corroboravam com o que havia sido ajustado pelas autoridades de São Luís do Paraitinga, isto é, *“que está prompta esta camara a acclamar a Sua Magestade Imperial por imperador absoluto, logo que assim lhe seja ordenado pelo mesmo augusto senhor, ou pelo excellentissimo governo desta provincia”* (Taubaté, *Termo de vereança extraordinaria em 1º de Maio de 1825; apud, BRASILIENSE, Américo. “Governo absoluto”. In: ALSP, v. IV [1879], p. 223).*

Procede da mesma forma a comarca de Pindamonhangaba, reiterando *“que portanto está prompta a dita camara a reconhecer e acclamar por tal imperador absoluto em seu nome e no do povo que representa – ao muito alto e poderoso sr. D. Pedro I, e isto logo que reconheça a vontade do mesmo augusto senhor, ou lhe seja determinado pelo excellentissimo governo desta provincia”* (Pindamonhangaba, *Acta da vereança de 2 de Maio de 1825; apud, BRASILIENSE, Américo. “Governo absoluto”. In: ALSP, v. IV [1879], p. 224).*

Brasiliense fornece também o pronunciamento oficial da Coroa, na qual esta se manifesta a respeito do posicionamento das municipalidades paulistas:

“Constando a S. M. I. que algumas câmaras da provincia de S. Paulo têm manifestado desejos de vêr substituído ao governo constitucional o da monarchia absoluta, e não querendo, nem devendo o mesmo A. S. desviar-se da firme resolução de manter a observância da constituição por elle solemnemente jurada, e por todos os povos do Brazil: ha por bem declarar como ordenou, que se fizese na data desta ao juiz de fóra de Taubaté, que só quer e ha de governar com aquelle sagrado Codigo, procurando, de conformidade com o que se acha nelle determinado, a felicidade Geral de seus súbditos, e o alto gráo de prosperidade e força, a que póde chegar a nação por seus poderosos meios, e que em breve a

constituirão uma das mais respeitáveis da terra” (Rio de Janeiro, Palácio Real, *Portaria de 13 de Maio de 1825 – Estevam Ribeiro de Rezende; apud, BRASILIENSE, Américo. “Governo absoluto”. In: ALSP, v. IV [1879], pp. 225-6).*

Em linhas gerais, Américo Brasiliense deposita toda a “culpa” de se haver ventilado a idéia do governo absoluto à intervenção inoportuna do juiz de fora citado no termo da vereança de São Luís do Paraitinga, Manoel da Cunha Azeredo Coutinho Souza Chichorro. Além disso, usa da ironia para se referir à intenção que animou os habitantes das três municipalidades a se reportar favoravelmente à instalação do governo absoluto.

*“Apesar de ser muito conhecida a portaria que foi motivada pelos **patrioticos** sentimentos das tres camaras, e pela notavel **fidelidade e amor do sr d. Pedro I á Carta Constitucional, que elle deu ao Brazil**, e que por este foi mui **livremente aceita**¹³⁶, julgo conveniente reproduzir aquelle documento em seguida ás actas, unicamente para completar este ligeiro artigo historico”* (BRASILIENSE, Américo. “Governo absoluto”. In: *ALSP*, v. IV [1879], pp. 221).

O matiz histórico, como vimos, perpassa todos os artigos de Américo Brasiliense. A pretensão de reclamar os direitos sobre a herança liberal – marca distintiva da província de São Paulo – em prol do grupo republicano faz parte de um projeto de conferir a ancestralidade de que carecia a nova agremiação. Os vínculos com José Maria Lisboa são igualmente explicitados, revigorando a hipótese que levantamos a propósito do papel de suma importância que o tipógrafo português cumpria em proveito da concretização dos intentos do movimento republicano na província. A envergadura intelectual e a destacada capacidade de articulação política de Brasiliense o transformaram talvez no principal promotor do avanço da corrente republicana em São Paulo. Mais velho que o restante dos componentes do *grupo* e dono de um comportamento moderado se cotejado com estes, profundamente influenciado pelo liberalismo federativo, Brasiliense foi elemento decisivo para ordenar e ditar o ritmo da propaganda. Figura de grande prestígio inclusive entre os adversários políticos, ele primou (Rangel Pestana talvez possa ser equiparado a Brasiliense

¹³⁶ Grifos do autor.

nesse quesito) por levar adiante o plano de realizar a fusão entre o republicanismo de extração urbana e os setores agrários, principalmente aqueles representados pelos fazendeiros do oeste histórico paulista. Mesmo do ponto de vista de seu contributo para a educação, ele se fez presente, não só pela produção intelectual como pela participação em inúmeros empreendimentos associados à “educação moderna”, exponenciada, conforme Hilsdorf (1986), pela “*iniciativa privada, ensino prático, científico e comum para todos, cuidado com os aspectos materiais do ensino, aulas regulares diurnas e conferências públicas noturnas, atividades extra-classe e suporte financeiro do capital associado*” (HILSDORF, 1986, p. 188).

Américo de Campos

Américo de Campos remete ao *ALSP* apenas um artigo, denominado “*A cidade de São Paulo em 1877*” (*ALSP*, v. III [1878], pp. 1-9). O texto, marcadamente de cunho positivista, esmera-se em escrever a história da capital paulista de acordo com a “lei dos três estados” de Comte. Para Américo de Campos, “*tres grandes phases, tres edades bem distinctas estão desenhadas na lenta evolução de sua historia, superpostas umas ás outras como camadas geologicas*” (CAMPOS, Américo de. “*A cidade de São Paulo em 1877*”. In: *ALSP*, v. III [1878], p. 1). Essas três fases corresponderiam, segundo o autor, às mesmas com que Auguste Comte classifica a historia da humanidade: a etapa fetichista, a metafísica e a positiva. Não nos esqueçamos, vale a advertência, de que o autor ainda vê, na fase atual, a positiva (1877), resquícios das outras eras. Esse dado será retomado adiante, quando Américo de Campos abordar a realidade vivida pela instrução pública no período.

A primeira fase é representada pela cidade dos jesuítas e capitães-mores. Nela, que Américo de Campos qualifica de “*atrazada e mesquinha*” (ALSP, v. III [1878], p. 1), vive ainda o espírito “*colonial e fradesco*” (*idem*, p. 1). A segunda é a São Paulo “*burgo dos estudantes*”, que para Américo de Campos começa a florescer somente depois de 1830. Para ele, “*a era acadêmica de São Paulo era cheia de encantos. Conserva-se viva na reminiscência dos representantes das gerações escolásticas daquelles tempos, sobredoirando a mocidade de muitos vultos illustres que occupam no paiz as mais elevadas posições*” (*idem*, p. 2). A terceira etapa “*é de recentíssima data. Assim como a Academia foi o Vesúvio que sepultou sob as cinzas e sob as lavas irrompidas de seu seio a velha Pompéia dos frades e dos governadores coloniaes, assim a estrada de ferro, a telegraphia, o desenvolvimento agrícola da província, a imprensa os estabelecimentos industriaes, a navegação a vapor, o grande commercio e outros elementos do progresso moderno accumularam-se um dia, e absorveram um dia a cidade escolástica, a cidade dos empregados públicos, litteraria, palreira, poética, mas vadia, pobre, paralisada, transformando-a em um grande centro, renovando-lhe a população, dando-lhe a vida enérgica e multipla de uma grande cidade, trazendo-lhe o gaz, os larápios de profissão, a imprensa regular, os telegrammas, os Almanachs, as operas lyricas, as prima-donnas, o sorvete, os *touristes* marquezes e não marquezes, os *bonds*, os *patins*¹³⁷ e os patinadores e até as borboletas cosmopolitas que em abundantes partidas nos estão enviando o Rio da Prata e outros pontos longínquos do globo*” (*idem*, pp. 2-3).

Dessa forma, a terceira etapa em que Américo de Campos classifica a história da cidade é assinalada pelos avanços técnico-científicos, econômicos, e das oportunidades nas esferas do lazer e dos equipamentos culturais. Porém, como notamos antes, o velho e novo convivem, mesclados, na atmosfera paulistana.

“*O monstruoso embroglio das tres edades é o traço característico do S. Paulo atual, e mostra-se bem visível nos costumes do povo, nos hábitos domésticos, nos typos da população, nos edifícios, nos divertimentos públicos, em tudo e por tudo*” (*id. ibid.*, p. 3).

¹³⁷ Grifos dos autor.

Todavia, para Américo de Campos esse matiz inconveniente será anulado pela marcha natural da humanidade, que levaria à superação das formas primitivas da evolução. Tal processo já começava a se verificar em São Paulo na razão da proporção entre as igrejas e as escolas.

“Emquanto as numerosas egrejas da cidade são as velhas egrejas de outros tempos, as mesmas, sem renovação architectonica, recebendo apenas a pobre esmola de um pouco de cal nas paredes e algumas telhas novas no dorso apodrecido, o que preoccupa as atenções do povo e do próprio governo é a edificação de palacetes para escolas” (id., ibidem, p. 3).

Américo de Campos continua sua narrativa estabelecendo comparações entre o número de igrejas e de escolas existentes àquela altura na capital. Antes, trata de inserir um ingrediente novo, o estabelecimento de templos protestantes em São Paulo. É nítido o contraste, visualizado através do discurso de A. de Campos, das condições físicas, de higiene e até morais, que separam as igrejas protestantes das católicas.

“O numero das egrejas há muito está immobilizado, e tende a diminuir pela acção natural dos desmoronamentos. O que há de mais recente n’essa relação é um escândalo do século: um templo anglicano, pequeno, mas limpo, decente, elegante. A egreja presbyteriana também possui, em edificio próprio, uma sala especial para suas predicas religiosas” (id., ibidem, p. 4).

A esperança depositada no incremento das escolas como instrumento indispensável para alçar a sociedade nacional ao “tempo do século”, arrebatando à Igreja Católica o exclusivo do sagrado, transparece em A. de Campos do mesmo modo como na totalidade do grupo.

*“Há na cidade e subúrbios 35 ou 36 escolas primarias.
Collegios e Externatos de instrução secundaria há: 5 para o sexo feminino, sendo o mais notável e um estabelecimento modelo o **Collegio Pestana**; 3 ou 4 para o sexo*

masculino; e 1 mixto, a **Escola Americana**¹³⁸, instituto digno de menção fundado sob o regimen seguido nos Estados Unidos” (idem, p. 4).

Em seguida Américo de Campos volta sua atenção para o estado da imprensa na cidade, apresentando-nos o total de periódicos existentes no ano de 1877.

“O jornalismo no Brazil não é ainda grande cousa, como se sabe, principalmente nas províncias, o que explica-se pela immediata dependência em que está do nível intellectual do paiz. A província de S. Paulo entretanto não é das mais atrasadas nessa relação.

A capital conta com os seguinte diários:

Correio Paulistano, com 24 annos de existência; **Diário de São Paulo**, 12 annos; **A Província de S. Paulo**, 3 annos.

Há mais ainda:

A Sentinella, 2 annos, periódico ultramontano; e 4 ou 5 periodicos litterarios e políticos, publicados por acadêmicos” (idem, p. 5).

Na condição de educador e jornalista, A. de Campos ressaltou em seu artigo o grau de desenvolvimento da instrução e da imprensa em São Paulo. Talvez de maneira semelhante ao que Hilsdorf (1986) escrevera a respeito de seu companheiro de redação da *Província de São Paulo*, o ex-editor de *O Cabrião* também se notabilizou por se inserir nos três campos de atuação – a política partidária, o jornalismo e a educação – que marcaram a trajetória de Pestana (Hilsdorf, 1986).

Percebemos, portanto, que as estruturas de sociabilidade que apontamos como as que forneceram o amálgama em que se constituiu o *grupo* estiveram presentes na trajetória de A. de Campos, ou, antes, deram o tom de toda sua vida pública, como podemos divisar também através do manifesto com o qual inaugura o *Diário Popular*, em 1884 (vide Capítulo 2).

¹³⁸ Grifos meus.

Por fim, Américo de Campos encerra seu artigo demonstrando confiança no destino venturoso que aguarda a cidade de São Paulo, similar à crença que Campos Sales depositava no desenvolvimento de Campinas.

“É preciso concluir. Omitto muita minudencia, acreditando que basta o exposto para dar clara idéa do que foi, do que é, do que será a bella capital dos paulistas.

Conta a cidade e município cerca de 30 mil almas, avultando em escala ascendente a população estrangeira, principalmente portuezes, allemães, italianos, francezes e inglezes.

*Possue amenissimo clima, natureza esplendidamente illuminada pelos mais ridentes horizontes. Conta as melhores condições para ser um grande centro industrial, um notável empório de commercio, de luz, de actividade e civilisação. Será em breve a chave e o entreposto da grande rede de estradas de ferro que deve ligar ao Rio de Janeiro as províncias dos sertões interiores. É desde já o grande e nobre coração da mais enérgica e mais **americana**¹³⁹ das províncias brazileiras.*

Com taes elementos não exagera quem disser que a cidade de S. Paulo destina-se a exercer na província e em todo o sul do império larga e civilisadora preponderância, nas relações da industria, lettras, sciencias e política, representando saliente e nobilíssimo papel nos fastos nacionaes de amanhã” (CAMPOS, Américo de. “A cidade de São Paulo em 1877”. In: *ALSP*, v. III [1878], pp. 8-9).

Afora esse artigo de sua autoria, há ainda um relato biográfico a seu respeito, e que também consta do terceiro volume do *ALSP*. De título homônimo ao do biografado, foi escrito por José Felizardo Jr.

Quanto à compleição intelectual de Américo de Campos, Felizardo Jr relata o seguinte:

¹³⁹ Grifo do autor.

“Nas aulas passou sempre por um estudante vadio e isso porque aos compêndios de Direito Romano preferia livros de philosophia e mathematicas” (FELIZARDO Jr., José. “Américo de Campos”, in: *ALSP*, v. III [1878], p. 148).

Por essa época, conforme seu “biógrafo”, já sobressaía a inclinação de Américo de Campos para as ciências naturais e matemáticas, haja vista o autor do artigo chamar a atenção constantemente para o fato, deixando transparecer uma sombra de maledicência quanto ao distanciamento da fé católica empreendido por A. de Campos.

“Como era natural e inevitavel, se a Razão ganhou em desenvolvimento e raciocinios, a fé religiosa, a pureza daquella crença que o animava quando na igreja de Campinas entoava louvores ao Creador, desmaiou e desapareceu para dar lugar ao feio e argucioso sarcasmo do sceptismo, esse incredulo teimoso que nega tudo o que não palpa ou não vê” (*idem*, p. 148).

A maçonaria, instituição da qual Américo de Campos ocupava posição destacada em uma de suas lojas, praticamente não é citada por Felizardo Jr., restando apenas uma referência à sua saída da Loja Amizade e à participação na fundação na Loja América. A bibliografia nos informa que esta última foi fundada com o concurso de pelo menos dois dos membros do *grupo*, Américo Brasiliense e o próprio A. de Campos. Além deles, é mencionado o concurso de Luís Gama¹⁴⁰.

*“Foi durante esse lapso de tempo que elle deixou a loja **Amisade** de que fazia parte, para ser um dos fundadores da loja **America** em cujas deliberações pesa sempre a sua palavra auctorisada”* (*idem*, p. 154).

Quanto ao lugar que Américo de Campos ocupou no contexto da transição do jornalismo literário para o político, Felizardo Jr., em que se desconta o caráter apologético de seu enunciado, expõe com nitidez a visão que os republicanos paulistas de então tinham do antagonismo que os diferenciava dos representantes da “política monárquica”. Além

¹⁴⁰ A esse respeito, consultar, entre outros, Moraes (1998) e Hilsdorf (1986).

disso, lança luz sobre a discrepância quanto à natureza dos meios utilizados para o exercício do jornalismo havida entre os republicanos e os adeptos da monarquia, meios estes prenes de significados moralizantes.

“Há duas espécies de jornalistas.

Os que fazem do jornal um balcão e os que constituem-no em escola onde expõem doutrina; os que ahi só apparecem para encher a barriga e os que transpõem os seus additos consideram-se em sanctuario para meditar; os que diariamente recebem delle vida e gozo e os que hora a hora sacrificam a existência e o prazer luctando exforçadamente pelo principio que julgam ser o da justiça e da felicidade social.

E assim como para os primeiros não ha estigma condigno do aviltante delicto, para os segundos não ha pedestal que os mostre na altura de sua sacrosanta missão.

Américo de Campos pertence a estes últimos e ahi está porque eu, que vejo num abismo entre as minhas e as suas idéas, rendo preito á firmeza e sinceridade com que elle defende isso que pensa ser a verdade, sinceridade e firmeza que o tornam digno da veneração a que têm direito todos os cidadãos illustres” (FELIZARDO Jr. “Américo de Campos”, in: ALSP, v. III [1878], p. 155).

José Maria Lisboa

Optamos por dividir em dois blocos o “curso literário” de José Maria Lisboa ao almanaque que ele próprio edita. Um primeiro bloco diz respeito aos prefácios de cada volume do ALSP. Todos eles têm a assinatura de Lisboa, em alguns números recebem o nome de “Ao leitor”, em outros, “Duas Palavras”, no entanto, a diferença fica por conta apenas da terminologia, a função que cumprem é a mesma. O bloco restante se refere ao único artigo escrito por Lisboa a figurar na seção propriamente literária do ALSP, “Do céu á terra” (pp. 171-7), inserto no quarto volume. Trataremos deste artigo em primeiro lugar.

O texto compõe-se de um extenso diálogo entre Deus e São Pedro, despertado durante uma “visita” que ambos fazem a terra. Lisboa esbanja do recurso à ironia, fazendo troça de uma série de atitudes e costumes dos habitantes terrenos. Contudo, essa ironia não

é gratuita, ela não atinge a todos sem distinção, serve, isso sim, para auxiliar Lisboa na tarefa de legitimar determinadas práticas e comportamentos que melhor coadunam com sua orientação política e ideológica. O que dá azo a que Deus e São Pedro desçam a terra é uma espécie de “vozeria” ouvida pelos dois ainda em plagas celestes.

“Ao longe avistava-se uma massa enorme de homens e mulheres, cobertos de pó, descalços, rosário ao pescoço, e ‘ladainhando’.

– Eis os auctores da vozeria que ouvíamos, disse o Padre Eterno. Vae saber quem são.

Pedro foi e voltou logo.

– Estou envergonhado, meu Padre. Aquelles coitados são peregrinos que vêm visitar o ‘Papa’ ou o ‘padre santo’, como elles o chamam!

– Ora essa! Não te enganaste? redargüiu o Padre Eterno.

*– Não me enganei. O que estou é desapontado. Quando exercia **este emprego** nunca tive taes visitas, nem **recebia presentes**¹⁴¹. Vivia na ‘onça’. Cá o collega ‘Pio’ tem uma abundancia de tudo, que até aborrece.*

– Mas que logro! disse o Padre Eterno. Não tem duvida. Havemos de desferrar-nos. Quando chegar a casa vou pensar no meio de acabar com esta fabrica de fanáticos. Retiremo-nos” (LISBOA, José M. “Do céu á terra”. In: ALSP, v. IV [1879], p. 172).

No entanto, quando São Pedro começa a mostrar ao Criador algumas invenções do gênio humano, o tom da ironia muda. A esta altura, interessava a Lisboa sobrelevar o progresso científico e tecnológico da humanidade, bem ao gosto do “culto à ciência” praticado pelos membros do *grupo*. Como expus anteriormente, em seus artigos os integrantes do grupo reproduziam à exaustão a chave que combinava progresso material científico ao republicanismo; e atraso e inércia ao par formado pelo catolicismo e o regime monárquico.

¹⁴¹ Grifos meus.

“O Padre Eterno extasiava-se ante a paciência e habilidades humanas, que taes objectos faziam e asseverava a Pedro que nunca lhe passara pela mente um progresso semelhante.

– Pois tudo isso é mesquinho em face do telegrapho electrico, dos caminhos de ferro, dos barcos a vapor...

– O que é isso? o que é isso? estou logrado, disse o Eterno, admirado.

– O meu Padre logrado? Porque? Falta-lhe a carteira ou algum lenço?

– Não; coisa de mais vulto. Roubaram-me as distancias; confundiram-me as raças; inutilisaram-me o oceano. Distanciei-os por todas as formas imagináveis e elles uniram-se por todos os meios inconcebíveis. Estou logrado! Que finórios!” (idem, pp. 173-4).

“(...) – Então saiba que temos coisa mais fina!

– Pedro, tu me assustas. Terei um rival? O que há então de maior que isto? Avia-te...

– Maior, não digo, mas é pasmoso. O telescópio: um óculo enorme com que observam o que vae lá por nossa casa.

– Nisso não acredito eu.

– Pois vamos ao observatório astronômico que está perto” (id. *ibid.*, p. 174).

Em alguns trechos percebemos o intento de Lisboa em associar o santo e o Criador àqueles setores da sociedade brasileira que encarnavam o segundo pólo da chave exposta acima, isto é, os partidários da monarquia e ultramontanos. No diálogo que reproduzimos há pouco essa suspeita já se evidencia; porém, nas páginas que lhe sucedem, a ligação se faz mais nítida, tanto pela contraposição entre as criaturas divinas e o livre-pensamento, quanto pelo repúdio e asco demonstrado por Deus e São Pedro quando em contato com as pessoas do povo. Tal artifício usado por Lisboa lembra bem a estratégia republicana de indispor cabalmente a família imperial e a burocracia estatal com o conjunto da população.

“Um quarto de hora depois, passavam em frente a uma academia de sábios e philosophos, onde se discutia, entre outras theses, a immortalidade da alma. Pedro parou á porta a escutar, e contou angustiado ao Eterno o que ouvira.

Mais adeante fazia-se uma sessão spirita.

N’outra casa um grupo de livres pensadores discutia a não existência de Deus.

Pedro cada vez mais confundido, contava ao Eterno o que ouvia.

– Deixa esses tolos, replicou-lhe afinal o Eterno. Dos palradores não tenho eu receio; os que me amedrontam são os homens dos fios e dos canudos.

Ao terminar esta phrase, caminhavam em frente a um humilde casebre, de onde partiam vozes abafadas. A porta estava aberta, os dous espiaram e viram um velho deitado numa enxerga e gemendo, duas creanças choramingando e uma mulher com a cabeça entre as mãos.

– Adeante, disse Pedro, esta casa cheira mal!

– É verdade, accrescentou o Padre, e está tão desordenada!” (LISBOA, op. cit., pp. 175-6).

No final do artigo, a associação a que aludimos perde a força de dantes, e o tom volta a ser o do início, em que Lisboa fazia escárnio, aos olhos de Deus e de São Pedro, de algumas práticas e comportamentos de facções ou grupos não simpáticos ao núcleo republicano.

“Ao sahirem do theatro, os vendedores de jornaes correram a offerecer-lh’os.

*Pedro comprou o **Apostolo**¹⁴² por lhe parecer que seria o representante de suas velhas doutrinas.*

Approximou-se para junto de um lampeão de gaz e leu em voz alta algumas linhas.

– Basta, disse o Eterno; essa linguagem não é a dos filhos da minha Igreja.

Lê os annuncios.

– <<Água milagrosa de Nossa Senhora de Lourdes...>>

¹⁴² Grifo do autor.

- *O que?! está isso ahi!*
- *O Padre Eterno veja.*
- *Patifes! Como se abusa da credulidade publica, e como se especula com a minha casa.*
- *No meu tempo, Senhor, não era assim!*
- *Ao chegar a casa , Pedro, vou fulminar o teu Pio successor e a sua cohorte” (idem, pp. 176-7).*

O outro bloco, exatamente como mencionamos, refere-se aos prefácios escritos por Lisboa na apresentação de cada volume do *ALSP*.

Já no primeiro número (1876) os editores apresentam ao público leitor a finalidade a que o *ALSP* ansiava cumprir, traduzida pelo interesse em produzir um conjunto de fontes e informações que sobrelevasse os feitos dos paulistas e de sua terra natal. Já se antevê, neste primeiro número, as dificuldades enfrentadas por José Maria Lisboa em conseguir articulistas para preencher as páginas de seu almanaque, o que, sem que se refute a função desempenhada pela estreiteza dos laços que une a publicação aos republicanos do círculo de seu editor, não seria descabido aventar que tal dificuldade bem poderia haver estimulado Lisboa a se ater em maior medida à órbita de seus companheiros de lide política. Ou, inversamente, talvez devido à natureza dos indivíduos que comparecem ao *ALSP*, os eventuais candidatos a articulistas, temerosos de verem seus nomes associados a uma publicação em que o concurso republicano se fazia numeroso, tornaram-se mais arredios. Em texto em que se pronunciam os três editores do almanaque, assim eles se dirigem aos leitores:

“DUAS PALAVRAS

A crença de que poderia realisar-se um livro curioso e interessante, escripto simplesmente por Paulistas e sobre assumptos da provincia levou-nos a commeter o intento da presente publicação.

Para a consecução de similhante fim dirigimos circulares a quase todos os Paulistas que em diversas epocas têm illustrado a imprensa com seus escriptos. Muitos d’estes receberam com applausos e mesmo enthusiasmo o nosso convite, e o

leitor encontrará, nas paginas d'este modesto livro, importantíssimos artigos sobre variados assumptos com que esses distinctos cavalheiros acudiram ao nosso appêlo. Muitos se escusaram por diversos motivos e alguns não responderam, o que póde ser attribuido a descaminho das circulares.

Sem duvida muitos cavalheiros a quem sobra talento para trabalhos litterarios deixaram de ser por nós convidados, por ignorancia do fato.

(...) O nosso desejo, porem, não é completo pela lacuna que ha n'elle de muitos nomes illustres que sem duvida viriam trazer-lhe uma incontestavel valia. Entretanto o que já é alguma coisa, e fica lançada a semente para publicações d'esta natureza, e esta idéa como que nos consola do pezar que nos assoberba por não darmos á luz um livro tal como imaginamos... ”(Os editores, “Duas palavras”. In: ALSP, v. I [1876], s/nº).

Os acentos colocados no primeiro volume quanto aos problemas de receptividade às sondagens que fizera com o fito de angariar maior quantidade de colaboradores, Lisboa os reedita no segundo número, em 1877. Nele podemos divisar as preocupações do editor quanto à recalctrância de alguns “homens de letras” contra a sua empresa.

“Como no ano passado foram enviadas circulares aos diversos cavalheiros que cultivam ou cultivaram as bellas letras, havendo muitos delles correspondido ao nosso appelo, escusando-se outros, e não poucos deixando de responder-nos, talvez por descaminho das circulares.

Embora a melhor vontade para fazer um livrinho interessante e essencialmente paulista, nosso constante alvo, entretanto é difficil a realização de tal desejo, attenta a incrível repugnancia com que uma grande parte dos melhores talentos se exime a figurar em trabalhos de character mais ou menos litterario.

Felizmente o contagio não é geral, e orgulhamo-nos de enfeixar no presente Almanak não poucos artigos de notavel merecimento, devidos a penna primorosa de muitas illustrações paulistas e de alguns honrados cidadãos de outras províncias” (LISBOA, José Maria. “Duas palavras”. In: ALSP, v. II [1877], s/nº).

Tais queixas de Lisboa, longe de se findarem pela consolidação de seu almanaque no contexto das publicações literárias da província, acentuam-se mais no terceiro número, relativo ao ano de 1878. O tipógrafo português vê a concretização de seu projeto original se desfigurar diante de uma rejeição que, para ele, não havia razão para existir.

“Pela terceira vez aparece o Almanach Litterario de S. Paulo, tal tem sido a aceitação que há recebido por parte dos leitores.

Como em outros annos não attingiu ainda a mira do editor, pela difficuldade na obtenção de escriptos de muitos distinctos cavalheiros, que deviam nelle figurar.

De todos os trabalhos preciosos para a confecção de um livrinho de igual plano, o maior, o mais difficil, o quase irrealisavel é o conseguimento de artigos originaes.

O editor entende que a sua publicação só poderá ter real merecimento dando á luz producções elaboradas especialmente para o livro, ou trazendo á publicidade documentos historicos pouco conhecidos.

Ser-lhe-ia facil encher o volume extrahindo d’aqui e d’ali noticias de mais ou menos interesse, mas não teriam por certo a importancia da novidade, nem o cunho provinciano que deseja imprimir em seu modesto livrinho.

Assim, difficil se lhe torna a realização de seu pensamento, que, entretanto, vae vencendo a pouco e pouco, habituando uns ao sabor de escrever sobre cousas desta bella provincia, a outros abrindo o gosto para conhece-las por miúdo” (LISBOA, José Maria. “Ao leitor”. In: *ALSP*, v. III [1878], s/nº).

No quarto volume, referente ao ano de 1879, tem-se a nítida impressão de que as queixas de Lisboa quanto aos insucessos na acolhida de suas petições para o envio de artigos atinge ares de resignação em face da intransponibilidade do obstáculo.

“Ainda desta vez temos a lamentar a ausencia de grande numero de escriptores paulistas, que aqui deviam figurar, mas de quem infelizmente cousa alguma se póde conseguir, apesar de todas as solicitações.

O traçado que nos impozemos de fazer um livro paulista, publicando somente artigos originaes e documentos historicos valiosos, é de quase impossivel realisação, embora a melhor boa vontade e os maiores esforços” (LISBOA, José Maria. “Ao leitor”. In: *ALSP*, v. IV [1879], s/nº).

Mas, logo em seguida, recobra a esperança no êxito que reserva o destino ao seu almanaque.

“Em quanto podermos continuaremos nesta tarefa e acreditamos que a repugnancia até hoje hade ir pouco a pouco desvanecendo-se e, em breve, as difficuldades serão menores, senão para nós, para outros que emprehendam trabalhos desta ordem” (LISBOA, José Maria. “Ao leitor”. In: *ALSP*, v. IV [1879], s/nº).

Animando-se, José Maria Lisboa encontra até respostas para as reservas de que se cercam os “homens de letras” da província.

*“Parece-nos que na província não só abundam os talentos, como os assumptos, que poderão encher livros ricos de curiosidades e interesse para todos; o que falta sim, é o habito e boa vontade de escrever para a imprensa, excepção feita em favor da polemica politica, que tudo **avassala**¹⁴³”* (LISBOA, José Maria. “Ao leitor”. In: *ALSP*, v. IV [1879], s/nº).

Por fim, Lisboa agradece ao médico positivista Luiz Pereira Barreto¹⁴⁴ – que “obsequiou-nos com o interessante *Guia Medico*” (*idem*, s/nº), e ao maestro Sant’Anna Gomes (irmão de Carlos Gomes), “que, acudindo ao nosso appelo, enviou-nos excellente melodia para piano” (*idem*, s/nº).

¹⁴³ Grifo meu.

¹⁴⁴ Nascido na província do Rio de Janeiro, Pereira Barreto amealhou elevado prestígio entre o grupo de republicanos de São Paulo. Veio para a província de São Paulo ainda cedo e aqui se estabeleceu, onde, depois de formado, também exerceu a profissão de médico, transitando entre os representantes do republicanismo paulista.

Em 1880, as reclamações quanto ao insucesso de suas investidas em busca de “*artigos originais e documentos históricos relativos à província de São Paulo*” seguem sua monótona ladainha. Porém, da mesma forma como no volume do ano anterior, são destacadas pelo editor duas contribuições que, no seu entender, “*honram as paginas do Almanach util e brilhantemente*” (LISBOA, José Maria. “*Ao leitor*”. In: *ALSP*, v. V [1880], s/nº). Nota-se que, tanto no volume anterior quanto neste, entre os colaboradores agraciados com a distinção de Lisboa encontramos pelo menos um representante do campo republicano. Em 1879, Lisboa ilustrara o contributo de Pereira Barreto, agora (1880), trata-se do advogado e antigo companheiro de redação da *Gazeta de Campinas*, Francisco Quirino dos Santos. De Quirino dos Santos, Lisboa recebe uma poesia, ao passo que neste mesmo volume consta ainda uma fotografia da colônia Nova-Louzã, pertencente ao “comendador” Monte-Negro, formada com a introdução de imigrantes portugueses. Esta mesma colônia é visitada por Francisco Quirino dos Santos, que a cobre de elogios, vislumbrando em experiências como essa o futuro da lavoura da província, exatamente como, na sua maioria, pensava o grupo do qual fazia parte.

Há ainda a promessa de Lisboa de reproduzir no volume seguinte (1881), fotografia da fazenda Ibicaba, que Lisboa aponta como de propriedade do “comendador” José Vergueiro, figura identificada com a moderna casta dos agricultores do oeste paulista, incentivador das propostas imigrantistas, além de herdeiro das antigas tradições liberais da província, característica que, como vimos, era supervalorizada pelos novos atores republicanos¹⁴⁵. Empiricamente, constatamos a proximidade de José Vergueiro com os integrantes do *grupo* por conta de um episódio de 1885. Nessa data, o proprietário da fazenda Ibicaba oferece um banquete em homenagem a vitoriosa campanha do partido republicano paulista nas eleições gerais daquele ano, em que seus dois candidatos, Campos Sales e Prudente de Moraes, foram eleitos para o Parlamento Nacional. O banquete, segundo Hilsdorf, ocorre “*pouco antes da ida dos deputados republicanos para a Corte, ao qual compareceram todos os líderes republicanos da Província*” (HILSDORF, 1986, pp. 270-1).

No sexto volume (1881), Lisboa é breve, não retomando as repetitivas queixas contra a dificuldade de se contar com mais articulistas. A promessa feita no ano anterior

¹⁴⁵ A propósito da colônia Ibicaba, consultar Witter (196?).

não é cumprida, oferecendo o editor como justificativa não lhe ter chegado em mãos a fotografia.

Em 1884, José Maria Lisboa inicia a apresentação do almanaque apenas informando aos leitores sobre a paralisação de dois anos que afetara o periódico em questão. Não presta maiores esclarecimentos acerca dos motivos que levaram a tal interrupção. Porém, sem perder o costume, volta a reclamar da *“falta de artigos originaes relativos á provincia”* e da *“difficuldade de obtel-os”* (LISBOA, José Maria. “Ao leitor”. In: *ALSP*, v. VII [1877], s/nº). Faz menção, neste volume, a Abílio Marques, o mesmo que o acompanhou na edição do primeiro volume. Relata Lisboa que os artigos enviados por Marques ao *ALSP* do ano de 1884 se destinam a completar um *“Almanach Positivista, que o mesmo senhor teve em mente publicar”* (*idem*, s/nº). Embora desde o primeiro número se pudessem contar mulheres entre as articulistas do *ALSP*¹⁴⁶, em 1884 Lisboa se enche de júbilo *“por haverem entrado na collaboração do presente algumas distinctissimas senhoras da sociedade paulista”* (*idem*, s/nº).

No último ano, 1885, como não poderia deixar de ser, mais uma vez Lisboa se ressentia da pouca acolhida dispensada a seus pedidos de colaboração com o *ALSP*. Carlos Penteado de Rezende, na apresentação que faz do almanaque quando da edição fac-similar de 1982, havia apontado que nos derradeiros volumes, aqueles dados à estampa depois do período de interrupção (1882 e 1883), mudanças significativas se processaram tanto na qualidade dos textos quanto na composição dos articulistas.

“Quando dois anos após, veio à luz o Almanaque Literário para 1884, correspondente ao VII ano, já se notava diferença no conteúdo: menos artigos originais sobre a Província e a Capital, e o preenchimento desse vazio com trabalhos variados, transcrições de autores europeus, páginas avulsas com ditados, sentenças morais, poemas, pequenas informações... Tudo já despersonalizado em relação às legítimas tradições paulistas. A discrepância se acentuou com o tomo de 1885, VIII Ano, que veio a ser o último. Os próprios poetas escolhidos para esses dois derradeiros volumes já são outros, de uma nova geração posterior aos

¹⁴⁶ Bertha de Souza é a primeira mulher a colaborar com o *ALSP*, na edição de 1876 ela envia o artigo: “Charada IV”, p. 113.

*românticos, como Vicente de Carvalho, Wenceslau de Queiroz, Fontoura Xavier, Teófilo Dias. A obra ia perdendo a sua autenticidade paulista e brasileira, para se tornar descolorida colcha de retalhos cultural, até com pitadas positivistas. Em boa hora parou, era o destino*¹⁴⁷” (REZENDE, Carlos Penteado de. “Notícia Prévia”. In: *ALSP*, v. I [1876], s/nº).

Obviamente que a decisão de solicitar colaboração ao *ALSP* seguia critérios escolhidos por José Maria Lisboa, e não faz sentido pensar que suas queixas constantes são expressão fiel de que as portas de seu almanaque estavam abertas “a quem quer que fosse”, o que justifica os termos usados por Rezende: “*poetas escolhidos*” (vide citação acima). Contudo, do ponto de vista do escopo deste trabalho, e particularmente no que se refere à composição do corpo de articulistas, os dois últimos tomos do *ALSP* permanecem privilegiando a participação de colaboradores identificados com o campo político-ideológico republicano. Nomes como os de Francisco Quirino dos Santos, Rangel Pestana, Lúcio de Mendonça, João Quirino dos Santos (não seria João Quirino do Nascimento, irmão de Francisco Quirino dos Santos?), João Köpke, Ribeiro de Mendonça, Miranda Azevedo, Aristides Lobo (“correspondente da Corte”), Carlos Ferreira, Cesário Motta, continuam a figurar nas edições de 1884 e 1885. O conteúdo – e o propósito almejado – dos artigos não difere em praticamente nada do que era nos anos iniciais da publicação. Mesmo considerando que houve um aumento da quantidade de novos “frequentadores” das páginas do *ALSP* nos dois últimos volumes, o fato é que as reservas do membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo são motivadas mais pela escassez dos textos versados sobre a tarefa de recomposição do passado mítico paulista (talvez a maior preocupação do IHGSP), que por qualquer outra marca que tenha caracterizado a fase final do *ALSP*. No que tange “às *pitadas positivistas*”, mesmo que o conteúdo dos textos de alguns dos “novos” articulistas não deixe dúvida quanto à sua filiação a alguma das correntes científicas em voga no período (décadas de 1870 e 1880), a penetração de tais correntes se dava especialmente no seio dos defensores do regime republicano e, ainda que sua feição não fosse tão perceptível nos artigos de um Prudente de Moraes ou de um Francisco Quirino dos Santos, é fora de questão negar sua influência na formação intelectual dos integrantes

¹⁴⁷ Grifos do autor.

do “*nosso grupo*”, dado que tais teorias compunham o repertório privilegiado do qual estes últimos retiravam suas armas para o combate contra a monarquia brasileira e as instituições que lhes são associadas. Entretanto, é lícito acrescentar que, “desencarnadas”, as teorias científicas por si só não respondem aos encaminhamentos pelos quais seguem a ação na arena política, elas só adquirem algum sentido quando experimentadas de acordo com as contingências do grupo ou fração social que as invoca.

De qualquer maneira, o *ALSP* contou com extensa lista de colaboradores durante sua existência, gente de origem a mais variada, oriunda de distintos extratos sociais, condição econômica e, inclusive, afinidades políticas e ideológicas. É verdade que o coeficiente maior é representado por homens brancos, da elite social e cultural da província de São Paulo, geralmente advogados, fazendeiros, médicos, jornalistas, educadores, estudiosos do passado “bandeirante”. Poucas são as mulheres, ao total apenas sete. Parte considerável das contribuições enviadas ao *ALSP* era destinada meramente ao entretenimento, como charadas, piadas, logogrifos, enigmas; além das de caráter eminentemente informativo, tais como cálculos eclesiásticos, estações do ano, eclipses e fases da lua, calendário anual (seguido das referências às datas dos santos católicos), dados alusivos ao sistema ferroviário (preços das passagens, horários de partida e percurso dos trens, etc.); além das relacionadas à publicidade responsável pelo custeio da publicação.

Porém, deixando-as de fora, em que pese a multifacetada abrangência dos articulistas, onde podemos encontrar, inclusive, representantes do ultramontanismo católico, como é o caso de Estevão Leão Bourroul (sem falar da intenção amplamente propalada de se produzir um almanaque que se debruce sobre as “coisas” de São Paulo), para, corroborado pelos profusivos textos sem assinatura (“curiosidades históricas, trechos de documentos antigos, estatísticas, aforismos etc.), selecionados por Lisboa, uma tentativa de valorização das antigas tradições liberais da província paulista, recuperadas, naquele instante, pelos republicanos, legítimos herdeiros da linhagem liberal dos “revolucionários” do Sete de Abril e da revolução de 1842. Registra-se aqui um paralelo entre essa característica do *ALSP* e aquela concernente aos artigos publicados desde o início da década de 1870 na grande imprensa (*Correio Paulistano*, *Gazeta de Campinas* e *Província de São Paulo*) por alguns dos propagandistas do republicanismo, quando se procurava, além da crítica às instituições monárquicas, alvejar os próceres do Partido Liberal de então,

uma vez que tal artimanha tinha como escopo erigir a identidade específica dos republicanos no âmbito do processo político. Exemplo disso são os artigos enviados por Campos Sales e publicados pela *Gazeta de Campinas*. De acordo com Araújo & Bresciani (1974):

“Os artigos de Campos Sales freqüentemente afirmam a difícil delimitação de campos dos partidos políticos do regime monárquico. Os princípios, as idéias, as opiniões haviam sido postas de lado e o ódio e as paixões aram seus substitutos. Nessa crítica o Partido Republicano é ausente, comparecendo unicamente para responder às críticas feitas a ele pelos liberais. (...) Campos Sales reconhece três partidos: o conservador (reacionário), o liberal (cada vez mais afastado de seus princípios) e o republicano (democrata). Apesar do caráter generalizante das críticas que faz aos partidos monárquicos, sua atenção tem como núcleo o Partido Liberal. (...) A prática política de seus representantes [Partido Liberal], [seria] anulada pelas sucessivas capitulações em favor do poder pessoal de D. Pedro II.” Estes [os políticos liberais], chegariam a *“trair os princípios por eles mesmos defendidos na revolução liberal de 1842, criticando a revolta do povo frente a pressões do poder central”* (Araújo & Bresciani, 1974, pp. 84-5).

Entendemos, desse modo, que embora de uma maneira sutil se comparado a outros veículos utilizados para se fazer a propaganda republicana (jornais, circulares, opúsculos etc.) – até porque a natureza desse periódico exigia que assim o fosse – o *ALSP* cumpriu um papel de divulgação do ideário do grupo a que pertencia o seu organizador e também, porque não, de aglutinação das forças republicanas esparsas na província de São Paulo.

A última edição do *ALSP* data de 1885, no entanto, ele já estava pronto em 1884. Nesse ano, Lisboa e Américo de Campos se afastam da *Província de São Paulo*. Se rememorarmos o modo como se dá a despedida deles deste jornal, é compreensível que se estabeleça uma relação de dependência entre os dois fatos (fim do *ALSP* e evasão de Américo de Campos e José Maria Lisboa da *PSP*), não nos esquecendo que o *Almanach* era impresso na tipografia da *Província* – no interior da qual Lisboa e Américo de Campos exerceram seu tirocínio por nove anos.

Como já apontamos atrás, depois de deixarem a *Província de São Paulo* os dois fundam o *Diário Popular*. Mas por que, mesmo possuindo este jornal tipografia própria, José Maria Lisboa não dá seqüência ao *ALSP*? Ferreira (2002) não acena com nenhuma explicação. Contudo, em função do acompanhamento que fizemos das ‘redes’ de sociabilidade do *grupo*, é provável que não apenas questões de ordem material tenham sido responsáveis pelo seu término. Essas ‘redes’ já apresentavam outra faceta em meados da década de 1880. Os conflitos se acentuavam entre as alas do partido, o problema da servidão estava na ordem do dia com os debates parlamentares acerca da liberação dos sexagenários. Reclamava-se uma posição menos dúbia dos republicanos de São Paulo. Por seu turno, a Comissão Permanente do partido temia desagradar a base escravocrata dos republicanos na província. O *ALSP* se extingue, pois, num momento em que as disputas se acirram no interior do *grupo*.

Francisco Quirino dos Santos

Francisco Quirino dos Santos foi figura das mais assíduas no almanaque de José Maria Lisboa, com quem, aliás, havia trabalhado no *Correio Paulistano* e na *Gazeta de Campinas*. É antes como autor de composições literárias que sua colaboração no *ALSP* se caracterizou. Ao todo colabora com onze artigos, aparecendo em todos os volumes, exceto nos referentes aos anos de 1879 e 1885.

No primeiro número (1876), Francisco Quirino envia o soneto “*A esperança*” (*ALSP*, v. I, p. 15). Já no segundo volume é mais “generoso”, contribuindo com 3 textos: os sonetos “*O olhar*” (*ALSP*, v. II [1877], p. 59) e “*Soli et semper*” (*ALSP*, v. II, p. 90), e um

artigo de título homônimo ao nome de seu irmão falecido, “*João Quirino do Nascimento*” (ALSP, v. II, pp. 152-3). Logo depois de rememorar algumas passagens da efêmera vida de Quirino do Nascimento, Francisco anexa cópia de soneto escrito pelo irmão, de nome “*À Barroso*”. As ligações entre os componentes do grupo, do mesmo modo como já alertamos anteriormente, além de serem orientadas por ditames político-ideológicos, respondem também por condicionantes associadas às “estruturas de sentimento” (Sirinelli, 2003). Neste último artigo, na parte introdutória, Francisco Quirino recorda os tempos de convívio na GC, possivelmente saudoso da companhia de Lisboa que deixara o periódico campineiro para se juntar a Rangel Pestana e Américo de Campos na gestão da *Província de São Paulo*. O apreço pelo tipógrafo lusitano é incontestável.

“Meu Lisboa – Queres que eu te mande algum escripto do finado meu irmão João Quirino do Nascimento, de saudosisima memoria para o teu Almanak Litterario. Sei quanto prezavas aquelle espirito de primeira ordem (...) Deixou elle pouca cousa de sua penna. Entretanto fazia versos cheios de sentimento e contos tão graciosos e tocados de tanta naturalidade como aquelle da Sinhara em que sempre me fallas. Guardo com verdadeiro ciume as pequenas peças litterarias que ficaram de meu chorado irmão. O meu desejo é reunil-as em um volumesinho, precedido da sua biographia, a qual supponho ser eu a pessoa mais habilitada para traçar com precisão e verdade, e dal-as a o publico, ou, ao menos, aos amigos em quem, me parece, conserva-se a maior saudade por um homem cuja existencia vimos amanhecer nas mais esplendidas galas para anoitecer repentinamente entre as paredes humidas do tumulo. Não quero, porém, deixar de corresponder ao apreço que votas á sua lembrança. Ahi te envio um dos sonetos que elle fez quando se terminou a guerra do Paraguay, dedicado a um dos nossos mais valetes soldados” (QUIRINO DOS SANTOS, Francisco. “*João Quirino do Nascimento*”. In: ALSP, v. II [1877], p. 152).

Em 1878, Quirino dos Santos envia mais um poema para o ALSP, intitulado “*Soneto*” (ALSP, v. III [1878], p. 192). No volume de 1879 não há nenhuma composição de Francisco Quirino, contudo, no número seguinte encontramos logo duas. E a tônica também

se altera, ao invés de versos, neste volume domina a “prosa” de Quirino dos Santos. Em “*Os velhos brazões*” (ALSP, v. V, pp. 74-7), o autor discorre sobre a genealogia da idéia de implantação da estrada de ferro na província de São Paulo. Para a fundamentação de seu argumento recorre à investigação das leis e disposições jurídicas promulgadas na província desde a década de 1830.

“Parece-me que, exceptuada a Resolução geral nº 100 de 31 de outubro de 1835, nada precedeu á Lei provincial de nº 51 (antigo nº 32) de 18 de Março de 1836” (QUIRINO DOS SANTOS, Francisco. “*Os velhos brazões*”. In: ALSP, v. V [1880], p. 74).

A partir da valorização das virtudes empreendedoras dos paulistas e, em especial, dos campineiros e de sua cidade, quando chega a retomar Saint-Hillaire – “*C’est (Campinas), de toute la province de S. Paul, le termo que produit le plus de sucre*”¹⁴⁸ (*idem*, p. 75) – Francisco Quirino faz, sub-repticiamente, propaganda republicana, haja vista que era muito comum na transição do decênio de 1870 para os anos 1880 os partidários do republicanismo associarem o desenvolvimento material da província ao espírito republicano, contraposto à imagem de superação, quando não atraso, imputada, muito mais ao Partido Conservador é verdade, mas, no fim das contas, a toda agremiação que tivesse sua imagem relacionada com a monarquia. Recuperando os gloriosos feitos liberais dos paulistas da primeira metade do século – recurso corriqueiro entre os representantes do núcleo de republicanos da província, e igualmente comum nos seus textos no ALSP – Quirino dos Santos dá mais um exemplo da utilização do *almanaque* para a difusão do ideário comum do *grupo*, agregando ao seu discurso a primazia dos republicanos na defesa da colonização via correntes imigratórias européias. Afora esse aspecto, se levarmos em consideração que o período em que Francisco Quirino escreve o artigo marca a expansão da linha férrea por importantes áreas agrícolas do oeste histórico paulista, que, por sua vez, abrigavam influentes lideranças do movimento republicano, seu texto toma ares de profissão de fé quanto ao destino, “já manifesto”, do porvir que aguardava os habitantes da província.

¹⁴⁸ Francisco Quirino não menciona a fonte da qual extraiu a passagem relativa a Saint-Hillaire.

“Ainda um traço significativo da lei de 18 de Março de 1836: no artigo 3º estabelece a condição de a companhia privilegiada (a que se encarregasse da construção e exploração da ferrovia) conduzir á sua custa para as nossas terras, tres mil colonos trabalhadores morigerados; e no art. 18 impõe-lhe a condição de não possuir escravos e de nem servir-se com os próprios africanos livres.

Foi isto nas boas horas, quando este povo de instinctos mansos e commedidos acreditava no seu esplendido futuro e até sabia ir á mão aos reis, se elles attentavam contra os seus brios e a sua nascente liberdade” (QUIRINO DOS SANTOS, Francisco. “Os velhos braços”. In: ALSP, v. V [1880], p. 77).

Embora o mote seja diferente, o tema desenvolvido por Francisco Quirino em seu segundo artigo no quinto volume do *ALSP* apresenta muitas semelhanças com o primeiro. Intitulado “*A Nova Louzã*” (*ALSP*, v. V [1880], pp. 142-56), remonta a uma colônia agrícola do interior da província, de propriedade do “*velho amigo commendador João Elisario de Carvalho Mote-Negro*” (QUIRINO DOS SANTOS, Francisco. “*A Nova Louzã*”. In: *ALSP*, v. V [1880], p. 142). Em praticamente todo o texto, Quirino dos Santos se prende a relatar os episódios de sua viagem a este estabelecimento agrícola. Nessa propriedade, Monte-Negro havia introduzido trabalhadores oriundos de Portugal, extirpado o trabalho escravo e adotado o assalariamento como base das relações de trabalho. Como era de se esperar, esses aspectos são assaz explorado por Francisco Quirino. Tal qual os artigos de Campos Sales na *Gazeta de Campinas*, e no próprio *ALSP*¹⁴⁹, o antigo redator do *CP* e da *GC* exprime sua verve política na condenação do passado retrógrado (monarquia e escravidão) e no alerta aos fazendeiros que ainda não se convenceram da necessidade peremptória da adoção de saídas para enfrentar o colapso da escravidão que estava por vir.

“A Nova Louzã, apesar de ter sido sempre tão desajudado o seu proprietário, progride, progride sempre.

São para maravilhar os prodigios que nella se têm realizado.

¹⁴⁹ Nos artigos em questão, Campos Sales (companheiro de bancos escolares, de partido e de jornalismo de Quirino dos Santos), atacava a suposta inércia do governo central d propunha como solução a esse mal a instalação do regime republicano de governo.

O sr. Monte-Negro é de uma tenacidade incrível; é preciso ver, é preciso verificar de perto o seu trabalho para poder-se aquilatar a sua força de vontade e o assombroso resultado dos seus esforços inauditos.

*Tudo hoje alli está formado para um grande **futuro**. Assim venha elle – ha de vir – coroar tanta dedicação, tanta paciencia, tantos sacrificios.*

*A Nova Louzã não é mais uma tentativa ou uma aspiração: é – em verdade lhes digo – é um exemplo, e, é mais ainda – é uma **escóla***¹⁵⁰.

Os nossos patrícios têm muito lá a aprender; têm quasi tudo.

*A rotina deve sahir de nossos hábitos. Os braços fornecidos pelo elemento servil vão escasseando e, todos sabem, todos o dizem, é mister prevenir-se a crise antes que ella nos assoberbe” (QUIRINO DOS SANTOS, Francisco. “A Nova Louzã”. In: *ALSP*, v. V [1880], pp. 155-6).*

No sexto volume Francisco Quirino escreve longo texto biográfico a respeito do maestro campineiro Carlos Gomes. Carlos Gomes era amigo de infância de Quirino dos Santos, sendo mais velho que este dois anos. A propósito da ligação antiga, podemos considerar sem titubeios que escrever sobre Carlos Gomes cumpria igualmente uma função prática, isto é, capitalizava o prestígio adquirido pelo grande maestro e compositor brasileiro do século XIX em proveito do grupo republicano e, em especial, do núcleo de Campinas. Há tempos que Quirino dos Santos já escrevia sobre Carlos Gomes, como atesta o famoso artigo publicado na *Gazeta de Campinas* destinado a dar boas-vindas ao maestro quando de uma visita à Campinas, também cidade natal de Carlos Gomes, em agosto de 1870. Assim descreve Francisco Quirino a amizade que os unia nos idos da infância:

“Carlos Gomes viu a luz neste abençoado torrão da provincia de São Paulo em que estou agora eu, um dos seus patrícios, a garatujar-lhe esta noticia biographica, aos 14 do mez de junho do anno da graça de 1839.

Conheci-o, em pequeno, quando tocava triangulo ou flautim na banda de musica aqui por estas nossas ruas, então escabrosas e ouriçadas de fragoedos como um deserto.

¹⁵⁰ Grifo meu.

(...) *A nossa boa terra formava então como que uma só família, mau grado a divergência profunda que a revolução de 1842 abriera como um sulco de lagrimas e de sangue entre as duas partes da população; que eram ambas pela carta constitucional, todavia*” (QUIRINO DOS SANTOS, Francisco. “A. Carlos Gomes”. In: *ALSP*, v. VI [1881], p. xxxvi).

Na investigação que encetamos acerca de todas as composições dos integrantes do *grupo* enviadas ao *ALSP*, e também daquelas que resgatamos de outras fontes, o artigo de Quirino dos Santos em homenagem a Carlos Gomes se mostra uma rara exceção, no que tange às idéias e valores aí expressos, talvez em virtude da veia poética que sempre caracterizou Francisco Quirino. É preciso destacar, todavia, que nos referimos aos textos escritos em “prosa”, haja vista que as contribuições em “verso” de Francisco Quirino ao *ALSP* (a maioria), constituem-se de poesias que pouco ou nada apresentam de propaganda republicana.

Nesse artigo, o autor, seja por desconhecer ou tentar preservar a imagem de Carlos Gomes, não esclarece que o libreto de sua composição mais célebre – “*O Guarani*” – foi produzido sem que o maestro campineiro comunicasse ou pedisse autorização a José de Alencar, autor da obra homônima em que Carlos Gomes se baseara. Consta que o escritor cearense, num gesto altivo, teria resumido desse modo a questão: “*reconheço que assim (na forma de ópera) ‘O Guarani’ terá sua longevidade mais facilmente alcançada*”.

Após o panegírico sobre seu ilustre conterrâneo, Francisco Quirino volta ao verso metrificado, ainda no mesmo volume, com o poema “*Dar*” (*ALSP*, v. VI [1881], pp. 218-9). Abandonando a forma do soneto, em versos alexandrinos discorre a propósito da benemerência, virtude que, no seu entender, deve orientar o agir de cada indivíduo. Novamente o tema não se coaduna perfeitamente com os de interesse do *grupo*, em que pese que a virtude mencionada não se prenda somente à conotação que lhe empresta o léxico católico e, de alguma forma, a benemerência já tinha sido invocada – associada à missão regeneradora a que se auto-atribuíam – pelos difusores da idéia republicana nas aulas e cursos noturnos ministrados por eles a ex-escravos e trabalhadores pobres com a participação e o apoio de várias lojas maçônicas da província de São Paulo e instituições de

ensino alinhadas com o pensamento do *grupo* (sobretudo escolas protestantes e leigas de orientação positivista) (HILSDORF, 1986).

As últimas contribuições de Francisco Quirino ao *ALSP* estão no volume VII, no qual vemos republicado o soneto de seu irmão, João Quirino do Nascimento, dedicado ao almirante Barroso, e outro poema, intitulado “*Os dous Espelhos*” (*ALSP*, v. VII [1884], p. 151), uma alusão à passagem do tempo e suas implicações na dimensão física e mental do corpo humano. Quirino dos Santos o escreve no dia de seu aniversário de quarenta anos, 14 de julho de 1841.

Depois de sua morte, a necessidade de consagração da trajetória de Quirino dos Santos foi sentida por seus correligionários. Os representantes republicanos de Campinas logo se movem e lançam “*Uma homenagem phostuma a F. Quirino dos Santos*” (SALLES PINTO J. [editor], 1887), impressa no ano de 1887 na tipografia do “*Correio de Campinas*”. Essa homenagem recebeu o prefácio de Campos Sales, o que nos leva a admitir que alguma ascendência obteve o líder republicano sobre Francisco Quirino. Essa tarefa bem que poderia ser disputada por outros membros do *grupo*: Rangel Pestana era seu cunhado; José Maria Lisboa, conviveu com Francisco Quirino por muitos anos no *Correio Paulistano* e na *Gazeta de Campinas*; e Américo de Campos, devia ao “homenageado” o convite para a entrada na redação do jornal paulistano mencionado acima. De qualquer forma, em seu depoimento Campos Sales revela dados proveitosos para se recriar mentalmente a feição eventualmente assumida pelos laços de sociabilidade que cingiram o *grupo* e, afora isso, aproveita para fazer proselitismo republicano, ao transformar o antigo colega em mártir do projeto comum dos que ficaram.

“Este livro era uma necessidade. Publical-o é mais do que cumprir um dever, é saldar um compromisso de honra.

As paixões são mais energicas do que as reminiscências, as aspirações que as saudades, disse-o A. Herculano, o opulento escriptor de Quirino dos Santos.

É por isso que tenho como um serviço de maior valia todo o esforço como este, destinado a perpetuar na memória dos concidadãos as glórias da pátria.

O brasileiro illustre, de quem se vae contar a historia nas paginas que se seguem, offerece na multipla atividade desenvolvida durante a sua existência curta, mas

*fecunda, os mais bellos exemplos que possam exaltar os grandes sentimentos, a virtude e o patriotismo*¹⁵¹.

Levantalo em toda a sua estatura na presença dos contemporâneos para transmittil-o tal qual é á posteridade, é pois obra de elevado merito, como lição profícua ás gerações que vão succeder-nos” (Campos Sales, *Duas palavras*. In: SALLES PINTO, J. [editor]. “*Uma homenagem phostuma a F. Quirino dos Santos*”. Campinas, 1887, pp. 3-4).

O delineamento dos contornos e das personagens que comporiam um núcleo combativo de propagadores das idéias republicanas na província de São Paulo é sugerido por Campos Sales nessa celebração da memória de Francisco Quirino. Mais do que os aspectos de identidade ideológica e partidária, traços das ligações de cunho afetivo podem ser vislumbradas nas entrelinhas de seu discurso. A nítida impressão de pertencimento a uma “classe comum de indivíduos”, que envolveria o homenageador e o homenageado, é sugerida por Campos Sales. A concatenação desse mecanismo faz que o autor do prefácio se valha das qualidades atribuídas a Quirino dos Santos e, por extensão, a si e ao *grupo*, para referendar a supremacia moral do campo político que defende.

*“Luctador corajoso e perseverante, imaginação ardente e impressionavel, Quirino dos Santos, não pôde resignar-se a sujeitar seu poderoso espirito á attitude inerte de mera observação do meio do movimento das **idéas modernas**, que agitavam a sociedade, justamente no momento em que elle veio para a vida publica.*

*Bem ao contrario, affeito ás controversias e ás contendias politicas **desde os bancos escolares**, sentio desde logo a necessidade imperiosa de collaborar, como cidadão ativo, para destruir os obstaculos e abrir livre curso á corrente das aspirações democraticas, que inflammaram sobretudo o patriotismo da mocidade.*

¹⁵¹ Vale acrescentar que o termo patriótico é sempre associado pelos republicanos a uma espécie de valor daqueles que pelejam pela supressão da monarquia. Monarquia que, além de representar aos olhos daqueles a expressão da sobrevivência da dominação de uma forma de governo atrelada ao “*Anciën Regime*”, no Brasil ela estava na iminência – em função do estado debilitado da saúde do imperador – de passar a ser controlada, via casamento, por “*um nobre francês de casa dinástica decadente, dotado de impulsos absolutistas*” (PESSOA, 1983).

*Fundador da imprensa democrática em sua terra*¹⁵², foi ahi, nesse elevado posto cheio de glorias e sacrificios, que soube conquistar com ardor e galhardia as insignias do chefe politico nas mais acirradas pelejas. Os proprios adversarios admiravam-lhe a attitude cavalheirosa nos combates.

A historia hade tomar o seu nome para registrar-o na pagina de honra em que foram mencionados os benemeritos da democracia, como Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva, Rangel Pestana e Americo de Campos¹⁵³.

Quando destes tempos já não restarem senão as tradições, e se quizer contar quaes foram os bons patriotas, a quem não faltou firmeza nem audácia, para se alistarem entre os primeiros combatentes da Republica, ahi será elle encontrado entre os mais proeminentes.

Não se me argua de suspeito por ter tido a fortuna de gosar da sua fraternal convivencia desde a infancia.

Foi ahi que conheci suas grandes aptidões, a sublime generosidade de sua alma e os grandes feitos de seu nobre coração” (idem, pp. 4-5).

¹⁵² Francisco Quirino foi um dos fundadores da *Gazeta de Campinas* e o seu primeiro redator-chefe.

¹⁵³ Curioso que dentre os nomes citados por Campos Sales não se mencione o de Américo Brasiliense, talvez o seu principal interlocutor na cúpula republicana durante toda a década de setenta.

João Alberto Sales

João Alberto Sales contribuiu com 2 artigos ao *ALSP*. O primeiro deles, “*A instrução pública nos Estados-Unidos e no Brazil*” (*ALSP*, v. IV [1879], pp. 152-69), em grande medida resultado das observações de Alberto Sales durante sua estada nos Eua, propõe-se a cotejar o estado de desenvolvimento da instrução pública no império brasileiro com os avanços alcançados nesta área pela “*grande união americana do norte*” (sic). Logo à primeira vista salta aos olhos a associação imediata feita por Alberto Sales entre a forma de governo e a importância atribuída à edificação de unidades escolares.

“Fazendo a apologia da forma democratica como a mais consentânea com as nobres e elevadas aspirações dos povos modernos, proferiu o grande orador do século, da tribuna hespanhola, estas memoráveis palavras: - Vi frente a frente um povo monarchico e um povo republicano; vi a Suissa e a Saboya: a Suissa rica e a Saboya pobre; a Suissa com uma eschola, uma bibliotheca a cada passo; e a Saboya a cada passo um convento: a Suissa, onde todos as cidadãos sabem ler e escrever – e a Saboya sumida na ignorância.

É que, sem duvida, na educação popular encontra o grandioso edificio da republica seus mais sólidos fundamentos, assim como na organização systematica do intellecto nacional reside por certo sua força, sua vida e seu futuro” (SALES, J. Alberto. “*A instrução pública nos Estados-Unidos e no Brazil*”. In: *ALSP*, v. IV [1879], p. 152).

A par da propaganda republicana, o texto de Alberto Sales revela a leitura evolucionista do processo histórico, próprio de sua filiação ao cientificismo de Spencer. Como nos demais escritos dos integrantes do *grupo* que tentam explicar o grau de desenvolvimento de um país ou sociedade através do sistema de governo adotado, esse artigo ignora as condicionantes ligadas ao regime de acumulação capitalista que presidiram tal desenvolvimento, ou, antes, subordinam-nas ao regime político.

O ataque à forma monárquica toma corpo quando o autor trata de realçar o destemor com que os primeiros colonos que aportaram na América Inglesa, na região das treze

colônias “originais”, enfrentaram as condições adversas de um ambiente hostil e “incivilizado”.

“Perseguidos em sua pátria por uma família odiosa e cheia de ambições condenáveis (a família real britânica), não pôde esse pequeno grupo de homens livres tolerar a imposição absurda de uma auctoridade despótica na manifestação espontânea de seus pensamentos, e preferiu aos encantos da terra natal as durezas do exílio, pára tão somente possuir o direito de adorar a seu Deus segundo os dictames de sua razão” (idem, p. 155).

Ateu, Alberto Sales reconhece, no entanto, a prerrogativa de cada povo ou indivíduo de professar sua própria religião, e a conseqüente liberdade para exercer o culto à sua respectiva divindade. Tal como Campos Sales, ele qualifica o protestantismo como superior ao catolicismo, em larga medida mais consentâneo com o quadro de valores burgueses, do que é exemplo a maior ênfase protestante no espírito de iniciativa individual, o que, é óbvio, não indisponibiliza o desenvolvimento econômico de um determinado povo ou país de crença católica sob o regime de acumulação capitalista.

“O puritanismo não era, porem, única e exclusivamente uma seita religiosa: era também a personificação viva de um credo político, pautado nos mais elevados princípios de direito e de justiça, e perfeitamente de acordo com as largas vistas da democracia” (id., ibid., p. 156).

Seja por convicção ou não, tal posição coaduna perfeitamente com a orientação seguida pelos componentes do *grupo*, a de reivindicar o fim dos privilégios da Igreja Católica e seu caráter de religião de Estado.

Para Alberto Sales, a chave para o êxito dos colonizadores das treze colônias inglesas foi sua autonomia em relação ao poder metropolitano e, quando essa autonomia foi ameaçada, a coragem de *“hastear aos ventos livres da terra de Colombo a bandeira sympathica e protectora da pura e immaculada democracia” (idem, p. 155).*

Curioso é que o tema da escravidão é olvidado na análise de Alberto Sales. Embora à época em que foi escrito o artigo os Estados Unidos já a tivessem abolido, o irmão mais novo de Campos Sales não menciona que a escravatura perdurou por aproximadamente noventa anos desde que o país alcançara a independência em relação ao Reino Unido.

*“Está bem vivo na memória de todos o magno centenário americano de 76. Foi o convite de uma nação aos povos da terra para verem, face a face, os triumphos incontestáveis da liberdade, **durante um século de pura e completa democracia**”*¹⁵⁴(idem, p. 154).

Talvez reflexo da postura dos republicanos brasileiros quando o assunto era a escravidão, o fato é que o comportamento de Alberto Sales guarda semelhança com a estratégia do núcleo paulista do partido, isto é, deixar para os partidos conservador e liberal a tarefa de resolver o problema servil.

Mas ao lado dos efeitos benéficos propiciados pela adoção do regime republicano, ou derivado diretamente deste, coube à escola, em conformidade com Alberto Sales, o papel de guiar o país ao estágio de desenvolvimento que era vivenciado no último quartel do século XIX.

“Mas, quem diz democracia, diz liberdade; e quem diz liberdade, diz instrução, diz escola, luz: porque tão impossível é comprehender-se um povo livre sem escolas, como é impossível comprehender-se o sol sem luz, o firmamento sem estrellas, o effeito sem a causa.

(...) A escola, a principio no município e depois no Estado, veio finalmente a constituir esse maravilhoso systema que hoje faz o assombro do mundo inteiro, tão simples quão grandioso” (idem, p. 157).

Alberto Sales expõe, por meio de um painel, alguns dados a respeito do sistema escolar norte-americano. A tabela mostra o total dos estabelecimentos de ensino, o número de professores, a frequência e a população escolares e o que cada estado da federação gasta,

¹⁵⁴ Grifos meus.

anualmente, com a manutenção das escolas¹⁵⁵. Os dados são relativos ao biênio 1874-5. O que o autor tem em mente é demonstrar que a consciência dos norte-americanos a respeito do papel da educação se mede pelos investimentos nessa área.

“Vê-se claramente (...) que de uma população escolar de 14.077.522, inscreveram-se durante o anno e freqüentaram as aulas o subido numero de 8.756.659 alumnos, debaixo das vistas de 249.262 professores de ambos os sexos; e que funcionaram durante o mesmo anno 161.467 escólas, para cuja manutenção foi empregada a elevadíssima somma de 81.932.954 dollars ou, em moeda brasileira, a fabulosa quantia de 163.865:908\$000!

(...) Entretanto, teve o egregio monarcha brasileiro a coragem de dizer, em frente de tão estupendos resultados e tão bem organizado systema de escólas publicas, que não chegaria a grande republica Norte-Americana a festejar seu segundo centenário; porque repousava sobre bases falsas e não passava de um grande edificio construído sobre areia movediça!” (idem, ibidem, pp. 161-2).

Finalmente, Alberto Sales explora a realidade do sistema de instrução pública brasileiro. A comparação com os Eua se revela extremamente desfavorável ao Brasil.

“Não é necessário analysarmos com cuidado o estado de nossas escólas publicas, a maneira porque se acham organisadas e a disciplina adoptada em cada uma dellas, para chegar-se á conclusão de que nada representam na economia do paiz, quer como propagadoras da instrucção, quer como forças propulsoras do Estado” (id., ibid., p. 162).

As estatísticas referentes ao sistema de ensino brasileiro confirmariam a tese de Alberto Sales. Dividida por cada província do império, os dados abrangem, entretanto, somente o número de escolas, a frequência escolar e as despesas anuais com a manutenção do sistema.

¹⁵⁵ Alberto Sales não informa a quais níveis de ensino os dados se referem e tampouco a fonte de onde os retira. Tal vale para as estatísticas do sistema de instrução pública norte-americano e brasileiro.

“Existiam, portanto, até a data que alcançam estes dados estatísticos (1877), em todo o império, apenas 4.430 escolas publicas, freqüentadas por 138.615 alumnos, tendo sido empregada para a manutenção dellas a somma de 4.472:779\$105” (idem, p. 165).

Em virtude, pois, de tão desalentadora situação, é sumamente indispensável, para Alberto Sales *“arrancar a mascara da hypocrisia e romper de uma vez o véo da mystificação e do embuste, para que conheça o paiz o estado calamitoso a que tem chegado seus mais altos interesses, nas mãos d’aquelles a quem fôra confiado seu destino, e saiba um dia erguer-se á altura de sua dignidade, para com força e energia afirmar o seu direito e a sua usurpada soberania”* (SALES, J. Alberto. *“A instrucção publica nos Estados-Unidos e no Brazil”*. In: *ALSP*, v. IV [1879], pp. 165-6).

A conclusão, haja vista as considerações expostas ao longo do artigo, caminham na direção da incontinenti necessidade de câmbio da forma de governo.

“Nossa intenção foi tão sómente collocar em frente um do outro os dois mais poderosos povos do continente americano, como representantes de duas fórmulas de governo inteiramente oppostas e antagônicas, e examinar o gráo de adiantamento moral de um e de outro em relação ao desinvolvimento da educação popular, para tornar bem patentes estas verdades.

(...) Que os norte-americanos de há muito conhecem o goso da liberdade e vivem felizes debaixo de um regimen puramente democrático, enquanto que nós os brasileiros succumbimos ao peso de um regimen oppressor, que tudo aniquila, esterilisa e mata: porque consideram elles a instrucção do povo como um dogma sagrado e quasi divino, ampliando e desinvolvendo continuamente á custa de suas escolas, ao passo que entre nós tudo definha e morre aos golpes tremendos de uma centralisação funesta” (idem, pp. 166-7).

Porém, se no trecho inicial do artigo Alberto Sales coloca acento nos efeitos benéficos produzidos pela profissão de fé protestante, no final do texto ele relativiza a

parcela de contribuição representada pela religião no estágio de desenvolvimento do povo norte-americano. Aliás, não só a religião como também o clima e a “raça”. Tais elementos, ainda que Alberto Sales reconheça “*que os caracteres puramente physiologicos de um povo combinados intimamente com os elementos aproveitáveis de uma religião livre e apurada, devem de algum modo influir na marcha da civilização nacional*” (*idem*, p. 167), são superados por fatores de outra ordem, que habitam o terreno da formação social dos agrupamentos humanos e, sobretudo, o do regime político abraçado. Nada obstante, para que tal progresso fosse atingido, não bastaria apenas a mudança política. Ela seria fundamental, porém só seria eficaz se complementada pelo investimento em educação.

“É que a nação americana visa a liberdade desde o berço, enquanto que pesavam em nossos pulsos as algemas do absolutismo portuguez; é que a América sentiu logo a consciência de sua personalidade, ao passo que o Brazil foi sempre tratado como escravo.

E as causas de nosso atrazo geral devem ser procuradas talvez no absurdo systhema de colonisação adoptado por Portugal, cujas conseqüências ainda perduram e que só á custa de muitos esforços poderão desaparecer.

É por isso que queremos a escola, porque é ella que hade fazer a revolução” (*idem*, p. 169).

O segundo artigo de João Alberto Sales, intitulado “*Como o clima da província de S. Paulo influe sobre o character de seus habitantes*” (*ALSP*, v. V [1880], pp. 173-87), é uma demonstração cabal do uso do léxico cientificista para explicar a hipotética superioridade dos paulistas frente ao restante dos brasileiros. Em um longo preâmbulo, Alberto Sales procurou provar, segundo as ferramentas científicas que estavam à sua disposição, a proeminência do clima sobre a determinação do tipo de flora e fauna que cada parte do globo terrestre apresenta. Esse prelúdio cumpre a função de “preparar” o terreno para inserir as considerações que realmente deseja ver disseminadas e ganhar um público maior através do *ALSP*.

“Assim reconhecida a influencia do clima sobre a distribuição dos vegetaes e animaes na superficie da terra, bem como as causas que podem modifica-lo, cumpre-nos estudar o valor que tem essas causas (...), para determinarmos até certo ponto a acção que sobre o character do povo paulista tem exercido o clima de nossa província” (SALES, J. Alberto. “Como o clima da província de S. Paulo influe sobre o character de seus habitantes”. In: ALSP, v. V [1880], p. 177).

A superioridade a que aludimos é dada como ponto pacífico por Alberto Sales, reconhecida e comprovada por dados empíricos hauridos no progresso material experimentado pela província de São Paulo na segunda metade do século XIX. Para legitimar esse “senso comum”, o autor sente a necessidade de fundamentar a superioridade dos paulistas em termos científicos.

“É uma tentativa que fazemos no sentido de dar ao facto, tão estranho e por todos notado da indole emprehendedora dos paulistas, uma explicação mais positiva e mais scientifica do que tem-se dado até aqui” (idem, p. 177).

Tal superioridade decorre, fundamentalmente, da diferença que se pode observar na relação Homem/Natureza no planalto paulista e no restante do território brasileiro. O grau de desenvolvimento atingido por uma civilização estaria diretamente ligado a esta relação, na medida em que quanto maior a preponderância dos fatores naturais, menor o “desenvolvimento do intellecto humano” (idem, p. 180).

“Antes de tudo é evidente que, em toda a parte onde as forças da natureza forem superiores ás do homem e não poderem ser por elle subjugadas, será impossível o desdobramento progressivo de sua actividade e portanto o melhoramento das condições sociais” (id., ibid., p. 179).

No que se refere ao Brasil, o autor argumenta que a balança pende favoravelmente para as forças da Natureza, ficando o Homem impotente frente “à sua pujança” (sic).

“Ora, no Brasil, a exuberancia de vegetação que ostentam nossas florestas e o vastissimo systema hydrographico que como uma immensa rede corta a superficie de nosso territorio, indicam sufficientemente que a superioridade está na natureza e a inferioridade na energia humana” (id., ibid., p. 181).

Embora faça parte do Brasil (talvez a contragosto de Alberto Sales), a situação dos habitantes da província de São Paulo é inversa. Chamamos a atenção, quando analisávamos a contribuição de Américo Brasiliense ao *ALSP*, para o processo de mitificação do homem paulista, derivado, sobretudo, da remodelação da figura do bandeirante. Aspectos associados à índole da população e ao isolamento do restante da colônia são sobrelevados, o que teria sido responsável por realçar a autonomia e a “independência” da província em relação à coroa portuguesa e ao poder dos vice-reis. Neste artigo de Alberto Sales, a ênfase não está no isolamento e na autonomia, e, sim, nas influências benéficas do clima na população da província. Tal conceituação não deve ser encarada como mero resultado de um diagnóstico “científico” de seu mentor. Ela encerra, sub-repticiamente, manifestações ideológicas que resvalam no plano político. Se recordarmos que uma das tentativas dos componentes do *grupo*, expressa nos artigos que enviam ao *ALSP*, era associar progresso material à forma de governo republicana, não nos é vedado concluir que, embora o conteúdo do artigo de Alberto Sales seja produto de lavra individual, resultante de estudos anteriores, ele também faz parte de um propósito comum do *grupo*, integrando a plataforma de sua ação política. De alguma maneira, Alberto Sales contribuía para “naturalizar” o que no seu entender já se traduzia, no último quartel do século XIX, por uma supremacia de São Paulo sobre o restante das províncias do império. Por dedução, mais ou menos automática, percebe-se que uma das intenções desse texto é a de garantir a dianteira na condução da vida pública nacional à província de São Paulo.

“Em S. Paulo não há como no Amazonas e no Pará, superioridade das forças physicas sobre a energia humana; aqui o clima é regulado de modo a incutir vigor no animo do homem e não desalento; os agentes physicos são inferiores aos estímulos da intelligencia.

*D’ahi a proverbial energia dos paulistas, revelada desde os tempos coloniaes. Homens de temperamento enérgico – como diz o dr. Américo Braziliense em suas Lições de Historia Pátria¹⁵⁶ – incapazes de viverem em ociosidade, tinham necessidade de dar expansão a seu espírito empreendedor...” (SALES, J. Alberto. “Como o clima da província de S. Paulo influe sobre o character de seus habitantes”. In: *ALSP*, v. V [1880], pp. 184-5).*

Conquanto no artigo que Alberto Sales escreve para o volume IV do *ALSP* o grifo recaia no regime de governo e no modelo de colonização do Brasil posto em prática pelos portugueses, em “*Como o clima da província de S. Paulo influe sobre o character de seus habitantes*”, a explicação calcada na preponderância dos aspectos climáticos (auxiliada pelos traços gerais da composição étnica da população) ganha aqui fôlego renovado.

“D’onde vem essa energia? Qual a razão de não encontrarem exemplos semelhantes nas outras províncias?

Parece-nos que a explicação desse phenomeno encontra-se em parte na influencia benéfica que sobre o desenvolvimento da actividade humana exerce sobre o clima desta província.

Sem duvida que não é este o único factor do problema; há também o elemento ethnico que deve ser tomado em consideração. Há mais sangue europeu nesta província do que em outra qualquer.

A essas duas causas devem certamente os paulistas a energia que têm mostrado em todos os tempos. E se antigamente distinguiam-se como audazes exploradores dos mais remotos sertões, hoje sobresaem pelo espírito empreendedor que principalmente os caracteriza.

(...) Ora, já vimos como o clima de nossa provincia differe do das outras irmãs, e bem assim como se acham aqui subordinadas á vontade humana os agentes physicos; é justo, portanto, concluirmos que a índole eminentemente emprehededora dos paulistas é devida em parte á influencia que sobre o

¹⁵⁶ Note a imbricação dos dois julgamentos, o de Alberto Sales e o de Américo Brasiliense. Esta passagem ainda é reveladora da influência intelectual exercida por Brasiliense sobre outros membros do grupo. Grifos meus.

desenvolvimento de sua actividade exerce o clima de nossa provincia” (idem, pp. 185-6).

João Köpke

Há dois artigos de João Köpke dentre os oito volumes do *ALSP*. O primeiro consta do quarto volume (1879), tendo recebido o título de “*De São Paulo a Faxina*” (pp. 109-17). O texto versa sobre a ida de Köpke e sua família para a cidade de Faxina (atualmente Itapeva, no interior do estado de São Paulo), localidade para a qual ele fôra nomeado promotor público. O ano era 1875 e Köpke acabava de concluir o curso jurídico. A quase totalidade da narrativa consiste no relato das peripécias que se sucederam durante a viagem. Em duas passagens, Köpke faz menção a aspectos e/ou personagens que se vinculam ao partido liberal. Na primeira, sublinha a coloração partidária de um proprietário de terras do interior da província que oferece abrigo a ele e a sua família.

*“Alto, magro, olhos vivos, querendo esconder-se sob uns óculos, que os trahem, o distincto paranaense, liberal ‘quand mème’, e partidista extremado, acolheu-nos de braços abertos, e, no seu lar, passamos dous dias, que nos arrastaram a procura-lo sempre que, em viagem, houvermos de passar na direcção de seu sitio” (KÖPKE, João. “De São Paulo a Faxina”. In: *ALSP*, v. IV [1879], p. 113).*

Na segunda, recupera um famoso líder liberal da província de São Paulo, figura importante da revolta de 1842.

“Uma hora depois, avistamos, ao longe, as paredes brancas e o telhado pardo escuro do Paranapitanga. A aparição da casa enorme, que, pelo seu vulto e posição, faz-nos crêr próxima quando remota está, despertou-nos no espírito recordações historicas, e, figurou-se-nos vêr, com a avishinação, recostada ao parapeito de uma das janellas, a effigie veneranda do velho Raphael Tobias” (idem, p. 114).

Ao término do relato, Köpke informa aos leitores do *Almanach* que sua estada na comarca de Faxina durou dois anos.

“Mal collocada, silenciosa e tristonha, não tem a graça selvagem das bellezas do sertão, nem os affectados encantos das formosuras cortezãs. É uma burgueza chata, insípida e macambusia, sem passado e sem futuro, com que, entretanto, passei dous annos, dos quaes conservo muitas e muitas saudades” (idem, p. 117).

O segundo artigo que Köpke expede ao *ALSP* figura no volume VII (1884) e se intitula “*A directoria do ‘Culto à Sciencia’ no biennio de 1880-82*” (p. 209-11). O colégio a que se refere Köpke é a mesma instituição de ensino campineira do qual já se ocupara Campos Sales em artigo publicado também *ALSP* no volume de 1876. Naquele artigo, Campos Sales escrevera sobre o processo de constituição do *Culto à Ciência*, já Köpke se detém sobre a realidade desta instituição escolar nos primeiros anos da década de 1880. Exatamente neste período, Köpke havia se mudado para Campinas e lecionado tanto no *Culto à Ciência* quanto no *Colégio Florence*. No trabalho em que investiga a trajetória de vida de Rangel Pestana, Hilsdorf (1986) demonstra o respeito e a admiração deste líder republicano pela atuação educacional de João Köpke. Conquanto Pestana fosse a voz autorizada do *grupo* sobre matéria ligada à educação, era em Köpke que muitas vezes o redator da *Província de São Paulo* se espelhava. Desse modo, o pensamento educacional de Köpke funcionou como uma espécie de bússola a indicar o rumo a ser seguido pelo *grupo* quando o assunto se referia à educação.

Especificamente no artigo em questão, Köpke exalta o nível de avanço alcançado pelo *Culto à Ciência*, elogiando a conduta do seu quadro diretivo. Este quadro era formado, no biênio de 1882/3, por Cândido Ferreira da Silva Camargo, Jorge Miranda, Carlos Norberto de Souza Aranha, Francisco Augusto Pereira Lima e Álvaro Xavier de Camargo Andrade. Essa instituição de ensino, além de bandeira e instrumento político do núcleo republicano campineiro, serviu também tanto como um dos em que os partidários do republicanismo paulista se espelharam para formular sua plataforma educacional, quanto como uma expressão concreta dos saberes e postulados educacionais acumulados desde a década de 1860. Tais considerações acerca do *Culto à Ciência* são fundamentadas pelo modo como Köpke descreve esse estabelecimento de ensino.

“No deserto de esperanças, em que vive o educador brasileiro quando, mais que o seu interesse pecuniário, considera o interesse geral do paiz, há rochedos abençoados, a cujo pico ascende elle por vezes, a fim de estender a vista pelos horisontes e adivinhar os clarões da aurora que deseja, mas sabe não há de surgir tão cedo – a reforma da educação.

Eu já topei com um d’elles, e, sempre que o desalento me afunda no seio, galgo-lhe a encosta inclinada para deliciar-me do alto, vendo desfilarem na bruma azulada de um futuro afastado, como toda a vida de uma realidade pujante, essas instituições de ensino que, actualmente não são sinão reputadas como do domínio das utopias” (KÖPKE, João. “A directoria do ‘Culto à Sciencia’ no biennio de 1880-82”. In: *ALSP*, v. VII [1884], p. 209-11).

No texto, João Köpke concede especial importância ao espírito do ensino que era ministrado no *Culto à Ciência*. A intenção de contrapô-lo à instrução oferecida pelo poder público subjaz ao tom entusiástico com que enumera as principais realizações da direção do colégio.

“Proscrever ao estabelecimento o ensino pelos pontos; ampliar o programma das matérias de ensino para iniciar o espírito dos alumnos em uma educação capaz de os habilitar para as lutas da vida; munir o Collegio dos meios materiaes

necessários á ministration dos conhecimentos scientificos e ao bem-estar aconselhado pelos preceitos da hygiene; estabelecer conferencias, que fossem como que pontos de reunião, destinados a activar o movimento da reforma pela demonstração de sua necessidade e vantagens; manter a mais completa neutralidade na educação moral pela exclusão de todo ensino religioso; e, finalmente, em exames públicos, chamar a opinião publica para ajuizar de que, tudo quanto alli se fazia, não era simples e puro ‘réclame’, mas conscienciosa e salutar obra; - eis, em synthese, pelo que se esforçou a directoria do biennio de 1880-82” (idem, p. 210).

Tal espírito se vincula à apropriação, feita pelos responsáveis pelo colégio, dos “novos” princípios educacionais engendrados no exterior. A virtude da direção do colégio reside na contínua atualização em respeito ao passos dados pelos países mais “adiantados” no que se refere à educação. No entender de Köpke, a reforma do ensino, qualificada por ele de indispensável, passaria necessariamente pela adequação desses princípios à realidade brasileira. Tal, já estaria sendo posto em prática no *Culto à Ciência*.

*“O que, porém, é indubitavelmente certo é que o Collegio nada soffreu com os **novos princípios**¹⁵⁷ de educação alli introduzidos, e que os membros da directoria tão convencidamente os consideram indispensáveis que, homens formados em maioria, no relatório apresentado em 1882 declaram por um modo formal haverem por elles se esforçado por entenderem ser tempo de reformar uma educação falsa, improficua em bons resultados e que põe as habilitações dos graduados muito inferiores á presumpção, que estabelecem os pergaminhos.*

O futuro historiador do movimento educacional no Brazil, ao folhear os documentos do Collegio Culto á Sciencia, há de confirmar as palavras, que aqui deixamos; e, si algum dia este paiz chegar á reforma de que carece, entre os nomes dos gloriosos precursores da sua emancipação mental, hão de occupar logar honroso aquelles a quem estas linhas dão o que lhes pertence: - a justiça desinteressada a actos de benemerência” (idem, p. 211).

¹⁵⁷ Grifos do autor.

A ida de Köpke para o *Culto à Ciência* representou mais um elo da vinculação entre o núcleo de republicanos da capital e o de Campinas. Além de deixar explícito o uso da instrução escolar para a propagação de idéias e, concomitantemente, para proselitismo político, essa espécie de “intercâmbio” que caracteriza a atuação educacional de diversos integrantes do *grupo* contribuiu não só para modelar os contornos das trajetórias individuais de seus componentes, como, inclusive, para subsidiar a elaboração de um programa educacional por parte do partido republicano paulista.

Embora não afirme categoricamente, a reforma defendida por Köpke nesse artigo é uma expressão da ação conjunta dos membros do *grupo*, ação essa que se fez no bojo das experiências vividas diretamente no magistério, na atuação parlamentar e na imprensa. O conjunto dessas experiências revela ainda outra faceta, que se traduz por uma adaptação das modernas idéias pedagógicas advindas da Europa – em especial hauridas no pensamento educacional cientificista – aos propósitos políticos do *grupo*. A consecução, pois, dos propósitos do *grupo* – cuja finalidade maior era a substituição da forma de governo – passava necessariamente (a se conferir crédito à retórica republicana, prolixa no levantamento de questões educacionais) pela educação das mentes da população residente no país naquele período, o que, de acordo com Hilsdorf, não pressupunha uma formação igual para todos. Para essa autora, havia uma dualidade no tipo de instrução disponibilizada pelos próceres do republicanismo paulista de então: técnico-científica para determinados extratos privilegiados da sociedade, e de cunho profissionalizante para homens e mulheres livres pobres (HILSDORF, 1986). E o colégio *Culto à Ciência*, seguramente, integrava o rol de estabelecimentos de ensino voltados para atender aos interesses e à demanda educacional das elites progressistas da província.

Francisco Rangel Pestana

Ao todo, Rangel Pestana escreve sete artigos para o *ALSP*. O primeiro deles, publicado no volume referente ao ano de 1877, intitula-se “*O Dr. Américo Brasiliense*” (*ALSP*, v. II [1877], pp. 81-9), e se trata, afinal, de um relato biográfico sobre esse republicano histórico.

Neste artigo, Pestana reconstrói parte da trajetória de Américo Brasiliense, cobrindo um período de pouco mais de vinte anos, desde 1855, quando se bacharelou na Faculdade de Direito, até 1876, quando o encontramos a ministrar as aulas de História do Brasil no *Colégio Pestana*.

Como já destacamos no segundo capítulo, Pestana “naturaliza” as inclinações políticas de seus “biografados”. Nos artigos que são publicados nos volumes seguintes do *ALSP*, e que se destinam a recompor traços dos itinerários de personalidades de seu tempo, essa característica também é patente. Por ora, podemos constatar que Rangel Pestana, talvez em sintonia com o conteúdo dos textos de Brasiliense que igualmente figuram nas páginas do *ALSP* (textos nos quais este último contribui para a “invenção” de uma tradição para o recém criado Partido Republicano Paulista, “legítimo representante da linhagem liberal da província”, cuja ancestralidade remonta às agitações do período da Regência e ao levante de 1842), apresenta a postura ideológica assumida por Brasiliense nos idos da segunda metade do decênio de 1870 como dada desde muito antes do contexto histórico em que se originou o movimento republicano. Sem receio de cair em engodo, é justo asseverar que, de acordo com o retrato de Américo Brasiliense pintado por Pestana, a orientação liberal daquele se definiu exatamente quando toma consciência do mundo: quando, “*bafejado ainda na juventude pelos ventos do liberalismo autêntico, pavimenta seu caminho sob os auspícios das idéias democráticas*” (sic).

É proveitoso recordar, outrossim, que a difícil tarefa de engendrar uma legitimidade ao incipiente Partido Republicano passava pela diferenciação com os demais partidos do sistema político do império. Tanto quanto se distanciar do Partido Conservador – facção que, a princípio, deveria encarnar as mazelas do regime monárquico – era importante se afastar do Partido Liberal, propagando que essa agremiação já estava destituída de suas autênticas convicções políticas e soçobrada no jazigo da corruptela partidária. Tal postura

dos republicanos visava mais do que nunca ganhar o espaço político que, tradicionalmente, era ocupado pelos liberais.

A erudição e a capacidade intelectual de Américo Brasiliense são insistentemente realçadas por Rangel Pestana em vários trechos do artigo.

“Em 1855 quem penetrasse as arcadas da Academia de Direito de S. Paulo, em horas de aulas, encontraria um moço alto, sympathico, trajando com esmero mas sem pretensão a figurino, e usando muitas vezes casaca azul de botões amarelos.

Seus passos firmes e pausados, seu porte esbelto e altivo, e suas maneiras polidas indicavam logo á primeira vista um estudante de anno superior, e intelligente” (PESTANA, F. Rangel. “O Dr. Américo Brasiliense”. In: *ALSP*, v. II [1877], p. 81).

“(...) Sua palavra grave e sincera se fazia ouvir em todas as discussões com uma certa simplicidade que não destoava da energia das convicções democráticas.

Em pouco tempo chegou a influir com auctoridade nos trabalhos da assembléa e pezar nas deliberações do partido. Por vezes, as galerias e ante-salas encheram-se ao constar que o sympathico orador occupava a tribuna” (*idem*, pp. 83-4).

As ligações de Brasiliense com a maçonaria também são sublinhadas por Pestana. Ele afirma que por volta de 1867 a Loja América fez de Brasiliense seu venerável. Além disso, essa loja maçônica gozaria de algum prestígio entre o executivo provincial. Conforme Rangel Pestana:

“Sendo presidente da provincia o sr. dr. Costa Pereira, foi dirigido ao venerável da Loja América um officio consultando-o em nome do governo se ella queria tomar a si a criação e educação dos ingênuos afim de gozar dos favores concedidos por lei.

A resposta foi digna de um homem de talento e verdadeiros sentimentos humanitários.

A loja América subiu assim officialmente e desde então documentos públicos lhe tem sido tributados em signal de attenção por parte do governo” (*id. ibib.*, p. 87).

Notamos na escrita de Pestana os indícios da moderação política que matizaram a vida pública de Américo Brasiliense. Idiossincrasia de Brasiliense ou, ao mesmo tempo, parte talvez de um projeto republicano de manter um canal de comunicação com outros setores do leque político da sociedade paulista, esse rótulo se impregnou de tal modo no venerável da Loja América que nos suscita a hipótese da existência de uma certa divisão de funções ou papéis no interior do *grupo*, ainda que tal divisão não fosse deliberadamente explicitada. É inegável que, para o crescimento da propaganda republicana, seria necessário a ação de homens que contassem com um trânsito privilegiado entre outras forças políticas. A rede de relações de Brasiliense, até mesmo as de natureza familiar, favoreceram a expansão do republicanismo na província de São Paulo. De acordo com Rangel Pestana, essa rede era múltipla, e congregava várias denominações políticas e ideológicas. Além do mais, sua fala sugere que ele mesmo foi espectador dos colóquios e reuniões em que se podia constatar a amplitude das relações de Brasiliense.

“Em 1874 o advogado voltou a fixar residência na capital, e aqui encontramol-o sempre rodeado de um grupo de amigos.

(...) Nessa casa do canto do Largo da Sé reúnem-se habitualmente conservadores, liberaes, republicanos, ultramontanos e catholicos livres. Todos se estimam, conversam e discutem vindo á baila as questões da época. Ninguém se insulta e a harmonia reina sempre entre os frequentadores da ‘sala vermelha’ do chefe republicano.

É admirável a concórdia que existe n’aquella assembléa, na qual as maiorias e minorias se formam com summa rapidez ás vezes dentro de meia hora! Entretanto não há trânsfugas: as transformações rápidas dependem dos membros que comparecem.

*Ninguém preside as reuniões. Ali formam-se novas relações, estreitam-se outras e todos enfim se estimam porque todos desejam agradar ao sympathico ‘petroleiro’, que é um dos corações mais generosos que **Deus**¹⁵⁸ formou.*

Vêde: Liberaes, conservadores, republicanos e catholicos estão em larga palestra...”
(idem, pp. 88-9).

¹⁵⁸ Grifo meu.

O segundo artigo que Rangel Pestana escreveu para o *ALSP* se intitulava “*Um soldado da Independência*” (v. III [1878], pp. 19-21). Trata-se da retificação de uma notícia que havia sido veiculada por um jornal da Corte (Pestana não diz qual é), e reproduzida por outras folhas, de que morrera o último soldado que acompanhava a comitiva de D. Pedro I em 7 de setembro de 1822 na subida da Serra do Mar, de Santos a São Paulo, e, portanto, o último homem que presenciou o “Grito do Ipiranga”¹⁵⁹. Tal informação era errônea, pois, conforme Pestana, restava ainda um desses soldados, habitante de Mogi das Cruzes, na província de São Paulo.

Porém, não é fora de propósito o interesse de Rangel Pestana pelo fato. Embora esse texto discrepe dos de Américo Brasiliense quanto ao episódio retratado e os atores em cena, o enfoque é semelhante. Nele, Pestana recorre ao tema da independência para buscar no passado paulista elementos que comprovem a vocação liberal da província e, por conseguinte, demonstrar aos contendores de seu tempo que a luta republicana está arraigada no seio dos paulistas desde o surgimento do Estado nacional brasileiro, “*num momento em que o pendão liberal tremulava altaneiro e insubmisso aos desmandos do absolutismo*” (sic).

“Um jornal da Corte noticiou há dias e os outros repetiram em côro que havia morrido o ultimo soldado da Independência.

Não é exacto. Quando menos temos conhecimento da existência de mais um que mora em Mogy das Cruzes: chama-se Rodrigo Gomes Vieira de Almeida.

Tendo o jornalismo do paiz ligado tanta importância ao facto trazido a publico pela referida folha da capital do Império, é justo que façamos figurar aqui nas paginas deste livro destinado a archivar as glorias, as tradições, os usos e as riquezas da província de S. Paulo, o nome já agora histórico do soldado do batalhão do primeiro imperador, o qual assistiu nas campinas do Ypiranga ao grito da Independência” (PESTANA. F. Rangel. “*Um soldado da Independência*”. In: *ALSP*, v. III [1878], pp. 19).

¹⁵⁹ O artigo de Pestana foi escrito em 1877.

A razão de Pestana se ocupar desse tema vai ficando mais nítida à medida que discorre sobre a vida do soldado em questão. A certa altura, revela que Rodrigo Gomes Vieira de Almeida cerrava fileiras no Partido Liberal, e trazia em seu íntimo virtudes que bem faziam dele mais um homem republicano.

“Em política há militado nas fileiras do partido liberal com distincção e patriotismo.

Discute com calor os negócios públicos e diz muitas vezes que foge dos seus amigos na cidade para não ter o desgosto de condemnar no meio delles com a rabugice do velho tantas vergonhas e tão grande abatimento do character nacional.

Informam-nos que suas opiniões adiantadas accusam uma alma verdadeiramente democrática e que no peito do antigo soldado da Guarda de Honra do primeiro imperador bate hoje um coração republicano¹⁶⁰.

Salve, velha relíquia daquelles tempos de civismo!

És a tradição viva de um facto histórico que, si não tem o mérito real de lembrar a data verdadeira da nossa emancipação política, afigura-se-nos entretanto como a manifestação do enthusiasmo, como o esboço de um quadro em que a democracia começara a traçar as primeiras linhas quando o cesarismo se encarregou de completa-lo representando a grandeza e a felicidade da pátria por inspiração própria e ao invéz da do povo” (idem, p. 21).

O próximo artigo de Rangel Pestana figura no quarto volume do *ALSP*, e dispõe sobre a vida de Francisco Glicério (“*Francisco Glicério*”, *ALSP*, v. IV [1879], pp. 211-5). Esse texto parece confirmar a hipótese que levantamos anteriormente a respeito de uma determinada divisão de funções/papéis no interior do *grupo*. Se no relato biográfico acerca de Américo Brasiliense, Pestana realça a erudição e a capacidade intelectual desse respeitado chefe político republicano, no que respeita a Francisco Glicério o redator da *Província de São Paulo* exalta a diligência e o pragmatismo do rábula campineiro.

¹⁶⁰ Grifos meus.

“F. Glycerio agita, activa, delibera e executa. O movimento alegre-o. attrahe e fascina. Fez-se notável por isso.

Nenhum homem de trabalho ao chegar á orgulhosa cidade de Carlos Gomes deixa de procurar esse moço de 32 annos que representa alli a hospitalidade intelligente, activa e propagadora dos desejos alheios” (PESTANA, F. Rangel. “Francisco Glicério”. In: ALSP, v. IV [1879], p. 211).

Conforme Rangel Pestana, os atributos pessoais de Glicério estavam diretamente voltados à causa de seus ideais políticos, o que significava, por extensão, que eram os mesmos do movimento republicano e, portanto, encontravam paralelo nos ideais dele próprio, Pestana e do grupo.

“F. Glycerio é um dos homens que mais trabalham em Campinas.

No fôro, na política, na instrução publica, nas obras de caridade, no commercio, na lavoura e na imprensa encontra-se sempre o cunho de sua individualidade infatigável.

*Em tudo que interessa o progresso de Campinas anda ligado o nome popular deste modesto cidadão. Folheai as actas dos ‘clubs’ de política e recreio, das irmandades, das sociedades de socorros, da Santa Casa de Misericórdia, da sociedade **Culto á Sciencia**, do Club da Lavoura, das lojas maçônicas, da sociedade e do theatro, e em todas ellas apparece um acto attestando seu patriotismo, sua caridade e o seu amor ao trabalho”¹⁶¹ (idem, p. 212).*

Ao discorrer sobre as etapas de formação intelectual e engendramento de uma consciência política por parte de Francisco Glicério, Pestana termina por estampar os pródromos da constituição do grupo, ainda no tempo em que seus futuros membros eram estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. No excerto que transcrevemos a seguir, pode-se notar a aproximação entre Rangel Pestana, vindo do Rio de Janeiro, e o conjunto de rapazes oriundos da região de Campinas. Esse encontro, propiciado pela vivência nas repúblicas estudantis paulistanas, foi determinante para a organização das hostes

¹⁶¹ Grifos meus.

republicanas na década de 1870. Como observamos anteriormente, no início dessa década Rangel Pestana se casa com a irmã de Francisco Quirino, muda-se para Campinas, leciona em colégios da região alinhados com a “pedagogia moderna” e, por fim, colabora com a *Gazeta de Campinas*, porta-voz do grupo republicano desta cidade. Tais desdobramentos, afinal, vinculam-se ao processo de aproximação ocorrido ainda na virada dos anos cinquenta.

*“Houve em S. Paulo de 1859 a 1862 uma **republica** a que pertenciam Francisco Quirino, Campos Sales, João Quirino, Jorge de Miranda e o escriptor destas linhas: dous poetas e três políticos.*

João Quirino era um talento dócil á influencia da arte; a pintura, a musica e a poesia mereciam-lhe attenção.

Por esses tempos Campos Sales, Francisco Quirino, Jorge de Miranda e Belfort Duarte redigiam a ‘Razão’, e formavam a redação do ‘Futuro’: Theophilo Ottoni, Cesário Alvim, João Carlos Moreira e o auctor desta noticia.

*Ottoni e Belfort eram quase cidadãos daquela **republica**, onde as discussões litterarias travavam-se mais entre os Quirinos e Belfort, correndo as políticas de preferênciã entre os outros.*

*Foi ahi que F. Glycerio adquiriu as suas primeiras idéias políticas, aos domingos, nas folgas do collegio¹⁶². O que apprendia, depois ia ensinar com enthusiasmo aos companheiros, e por isso conquistou no meio delles a fama de conhecedor da política do paiz” (PESTANA, *op. cit.*, pp. 212-3).*

Percebemos que Pestana contrapõe Glicério aos seus demais companheiros de infância, muitos deles políticos republicanos na vida adulta (entre eles Campos Sales, Bernardino de Campos, os irmãos Quirino dos Santos e seu irmão mais velho, Jorge de Miranda). Entretanto, tal contraposição não se exprime do ponto de vista de uma origem social distinta da dos demais, nem em relação à profissão de fé republicana: o que está implícito no discurso de Pestana é que, malgrado Glicério não tenha se bacharelado como

¹⁶² Glicério era mais novo que os moradores da república estudantil. Nessa época ainda fazia o curso preparatório para os exames na Faculdade de Direito. Para mais informações, consultar WITTER & BARBOSA (1982).

os demais, nem seja um “doutrinador” por excelência, sua predisposição para a ação e seu tino político foram responsáveis por superar eventuais deficiências e lhe granjearam o respeito e a admiração de seus correligionários.

“No trabalho eleitoral Francisco Glycerio é um grande!

Ninguém tem alli mais geito para fallar ao povo, para convence-lo e chamar a si que esse moço de 32 annos, alegre, chão, dedicado e generoso.

Dez homens como F. Glycerio, espalhados por differnetes partes da província, dariam ao partido republicano muita força. (Será que se trata de um reconhecimento por parte de Pestana da pouca extensão do PRP na província?)

Esse não é um soldado valente e entusiasta, é também uma propaganda viva.

Recommandavel por merecimento próprio, com serviços incontestáveis ao seu partido, aparece em toda a parte onde precisam delle e nada pede, nada allega, nada deseja para si: sua única ambição em política é ver a Republica bem defendida pelos melhores talentos e caracteres do paiz e particularmente de sua província” (idem, pp. 214-5).

Mais adiante, fica ainda mais evidente a distinção efetuada por Pestana a respeito de Francisco Glicério e da função que este cumpria dentro do grupo.

“Archivando aqui esta noticia sobre um moço, verdadeiro typo popular e fallando delle com verdade e sem lisonja, lembramos a muitos a resposta de um publicista que traçara a biographia dos plebeus que se distinguiram na revolução democrática em Portugal. (Estaria se referindo à Revolução Liberal do Porto de 1820/1?)

Um fidalgo de alta estyrpe censurara a esse escriptor por trazer tantos nomes ‘obscuros’ á tona da publicidade, deixando á margem muitos fidalgos. O escriptor responde-lhe: Faço meu dever. Sirvo a verdade estabelecendo a egualdade perante a historia. É tempo de fazer justiça aos homens úteis” (PESTANA, op. cit., p. 215).

Francisco Rangel Pestana era mesmo aficionado em produzir relatos biográficos, no quinto volume do *ALSP* há dois desses relatos: e, novamente, retratando personagens republicanos ou que merecessem a simpatia de seus adeptos, no caso, geralmente indivíduos do campo liberal, mas que se diferenciavam da corrente majoritária deste partido pela adoção de um programa que coadunava mais com alguns dos princípios republicanos.

O primeiro relato, “*O barão de Souza Queiroz*”, (*ALSP*, v. V [1880], p. 133-40), é um exemplo do disposto na última sentença da frase acima. A justificativa de Pestana quanto à escolha do personagem “biografado” abre o artigo. Aqui, ganha destaque o tema da educação.

“Concorrer por qualquer meio que seja para a educação nacional é prestar um serviço valioso á humanidade. Aquelle que traz o seu concurso á grande obra do desenvolvimento intellectual de um povo e da formação do character nacional, é incontestavelmente digno do respeito e da estima publica. Neste caso está o honrado paulista que fundou nesta cidade, um asylo para meninos pobres: o sr. Barão de Souza Queiroz.

Quantas vezes ao vermos o respeitável ancião dirigir os passos pausados para essa casa feia e sem nenhuma architectura, mas onde se aninha uma idéa generosa e esplendida, não temos repetido esta sentença: ‘alli vae um illustre paulista que sem barulho trabalha nobre e efficaamente na regeneração deste paiz’” (PESTANA, F. Rangel. “*O barão de Souza Queiroz*”. In: *ALSP*, v. V [1880], p. 133).

Nesse artigo, a alusão à educação demonstra bem a importância que esta matéria assumiu entre os componentes do *grupo*. Entretanto, percebe-se que outro tema caro a ele, e que já compareceu em artigos de outros de seus integrantes, novamente se faz presente: além da educação, mais uma vez um dos membros do *grupo* se debruça sobre um evento ou personalidade ligada ao antigo Partido Liberal; no caso, um velho líder deste partido, que marcaria sua própria trajetória por procedimentos que bem se enquadrariam com o programa republicano. Além disso, Souza Queiroz também era um grande fazendeiro da província, o que provavelmente contribuiu para que estivesse na mira dos republicanos. A redação dada por Pestana para estabelecer o vínculo entre o barão e o núcleo republicano é

dotada de bastante inventividade. Quase que transforma o venerando chefe liberal num “moderno” sacerdote do positivismo.

“De facto, o velho cidadão, o discípulo da antiga Coimbra julgando, segundo os preceitos de sua religião, praticar um acto de caridade (Pestana se refere à criação do Instituto Ana Rosa), se nos afigura entretanto o esforçado representante da nova philosophia que ensina que a humanidade progride na medida do aperfeiçoamento do estado mental de uma geração” (idem, p. 133).

O intento de Rangel Pestana em estreitar (ou encampar) o domínio que separa a tradição a que se liga o barão de Souza Queiroz e o contexto a que estão associados os propagandistas republicanos do meio urbano, fá-lo até tergiversar em relação às suas convicções espirituais. Novamente salta aos olhos o malabarismo da retórica de Pestana.

“Penetrar esse lar, ver paes, filhos e netos reunidos é um dos mais bellos quadros da familia brasileira em suas tradições religiosas, com os antigos costumes que relembram a simplicidade dos nossos antepassados.

Ainda que se não professem as mesmas tradições, ainda que se tenha tido uma educação mais livre, sente-se alli a gente feliz e insensivelmente segue aquelles exemplos de virtudes domesticas.

Vem dessa educação o facto louvável de ser a família Souza Queiroz muito unida e guardarem seus membros certa solidariedade nas affeições e nos interesses” (id. ibid., p. 136).

Há outro aspecto da trajetória do barão de Souza Queiroz sobre o qual Pestana se detém longamente em seu artigo. Trata-se da organização da mão-de-obra nas propriedades agrícolas do respeitado líder liberal. Dando prosseguimento à iniciativa de seu sogro, o senador Vergueiro, o barão de Souza Queiroz introduz o braço livre em suas fazendas. Esse fato, por si só, já seria o suficiente para compreendermos a benemerência com que Pestana exalta os feitos de seu “biografado”. Entretanto, a questão não se detém aí, Souza Queiroz representava a “velha guarda” do Partido Liberal na província de São Paulo, aquela mesmo

que encarnava o autêntico espírito do liberalismo ao qual se diziam legítimos herdeiros os republicanos do *grupo*. Assim, abundavam os motivos que justificavam uma identificação por parte destes últimos em relação aos liberais “históricos” da província. E Rangel Pestana usou o canal representado pelo almanaque de José Maria Lisboa para expressá-los entusiasticamente.

“Há ainda na vida deste paulista, que tem-se enobrecido tanto pelo trabalho como lavrador, um justo período que estudado com reflexão e animo justo, mostra-o digno de ser apontado como um dos homens mais notáveis da província de S. Paulo depois dos acontecimentos de 1831: é aquelle em que o sr. Souza Queiroz, secundando os nobres esforços de seu illustre sogro, o senador Vergueiro, começou a introduzir em seus estabelecimentos os braços livres por meio de contractos com os estrangeiros.

*Nesta **propaganda prática** em favor do trabalhador livre, o sr. Souza Queiroz revelou sempre muito bom senso, muita coragem e tenacidade.*

*Nessa *lucta contra os preconceitos criados pela educação e pelas próprias instituições sociaes, **provou ser paulista**, e pode-se dizer que sahiu victorioso.**

*Até hoje o sr. Souza Queiroz mantém-se firme no posto de **propagandista** do trabalho livre, agitando os interesses dos seus conterrâneos por meio do exemplo e dos conselhos da experiência”¹⁶³ (PESTANA, *op. cit.*, pp. 136-7).*

Ao fim do relato, Pestana nos entrega de “bandeja” os pontos principais que dão causa à reverencia com que se dirige ao respeitável chefe liberal. Em poucas linhas, resume as ações e empreendimentos aos quais se prendeu Souza Queiroz, o que propicia ao leitor do *ALSP* compreender o quanto os feitos do barão o aproximam do núcleo republicano paulista.

“Eis ahi a traços largos apresentado um venerando paulista, que respeitamos pelo papel que representou na política, pelos esforços em prol do trabalho livre e pela sinceridade com que zela a educação dos meninos pobres.

¹⁶³ Grifos meus.

Como introductor de milhares de imigrantes e um dos mais perseverantes iniciadores do trabalho livre, ligou seu nome ao progresso da província pondo de tal arte em realce a sua individualidade.

Há, pois, na sua vida dous factos de muito valor sociológico: a organização das colônias com trabalhadores livres e a fundação do Instituto de D. Anna Roza.

A geração actual pode, portanto, saudá-lo respeitosamente” (idem, pp. 139-40).

Por fim, caso a produção deste artigo em homenagem ao barão de Souza Queiroz fosse escrito seis anos mais tarde, ele teria mais um motivo para saudar a disposição do barão em contribuir para o incremento do “*estágio educacional do país*” (sic). É que o vemos, em 1886, a dar ajuda substancial para que João Köpke – “*em agradecimento ao que este educador fizera por seus filhos*” (MORTATTI, 2002, p. 547) – conseguisse instalar seu colégio de ensino primário para meninos localizado no bairro do Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro.

O segundo relato biográfico de Rangel Pestana que figura no quinto volume do *ALSP* se refere a uma personalidade que tinha suas raízes presas à grei conservadora. O artigo “*O dr. Martinho Prado Junior*” (*ALSP*, v. V [1880], pp. 189-93), narra a “conversão” de um representante de tradicional família conservadora paulista às idéias republicanas.

Martinho da Silva Prado Jr., neto e filho de tradicionais chefes conservadores da província de São Paulo, então aluno da Academia de Direito, surpreendeu seus correligionários ao romper com a tradição política de sua família e aderir ao republicanismo.

“Nos annos de 1860 a 1863 frequentava as aulas do primeiro anno do curso juridico um mocinho franzino, um tanto estouvado e que chamava a attenção dos contemporâneos pelo exaltamento com que discutia as questões sociaes, manifestando-se republicano.

Referindo-se ás suas opiniões, alguns collegas e outras pessoas de fora da academia diziam sentenciosamente:

- Ora, aquillo é fogo que passa; toda a família é conservadora...

Entretanto aquella figurinha débil, pallida e irritante completava os seus estudos e tomara enfim o grau de bacharel em sciencias sociaes e jurídicas.

*Neto e filho de chefes conservadores, tendo na política militante um outro irmão já bem conceituado entre os correligionários, o jovem bacharel continuou a sustentar as mesmas opiniões e a ser considerado – uma creança exagerada e quase sem critério político” (PESTANA, F. Rangel. “O dr. Martinho Prado Junior”. In: *ALSP*, v. V [1880], p. 189).*

Pouco tempo depois de se formar na Faculdade de Direito, Martinho Prado Jr. partiu para a Guerra do Paraguai. Voltou da campanha sem ter tomado parte ativa nas batalhas, todavia, conforme Rangel Pestana, a experiência militar teria aguçado ainda mais a vocação republicana que ele já trazia consigo. Semelhante ao modo como se reportou a Américo Brasiliense, quando minimizou as circunstâncias que o levaram a não dar prosseguimento à tradição político-partidária da família, localizando a causa numa hipotética aura democrática que o teria acompanhado desde sempre, Pestana retrata Martinho Prado como um indivíduo em que habitara – em contraposição a determinações que tinham razão de ser em sua ancestralidade familiar – um postulado de idéias que nem mesmo estava sistematizado quando de sua “revelação”. Ao leitor do artigo, assemelha que Pestana abona a interpretação de que teria atuado em Martinho Prado Jr. uma espécie de “Providência”, que embora não pareça ser a divina, cuidou para que ele se “desgarrasse” de seu caminho “natural” e aderisse a uma orientação ideológica e político-partidária que já estava “previsto” para que fosse a sua.

“Se voltou com mais experiência do mundo e mais conhecimento dos homens, trouxe também mais firmes, mais accentuadas as suas crenças políticas: o republicanismo philosophico se transformou em homem pratico” (idem, p. 190).

*“(...) Este facto (o da filiação republicana), deu-se naturalmente; a tendência de seu espírito, a sua índole pouco disposta ás fórmulas do regimen auctoritario contra o qual se rebelára constantemente deviam mesmo leva-lo a occupar logar nas filas dos adeptos da republica” (id. *ibid.*, p. 191).*

Mesmo com as loas com que cobre Martinho Prado Jr., Rangel Pestana aponta alguns senões na conduta de seu “biografado”. Ele deixa transparecer que Martinho talvez não detenha a disciplina partidária necessária para bem servir aos propósitos da agremiação que escolheu. Elegantemente e em tom professoral, Pestana recomenda a Martinho que contenha mais convenientemente seus arroubos e aprenda a se portar consoante a lógica do partido.

“Ainda assim elle deixou seus contrários completamente convencidos de que os ímpetos de sua índole fogosa hão de ser moderados pelos nobres intuitos do partido a que tão dignamente pertence” (PESTANA, *op. cit.*, pp. 192-3).

“(...) Quando elle reunir á sua coragem e independencia uma somma de conhecimentos positivos adquiridos na experiência e no estudo dos mestres da philosophia moderna, será chamado a exercer uma acção directa e gloriosa nos destinos de sua pátria.

Para chegar a essa posição basta-lhe ter vontade e saber estudar” (*idem*, p. 193).

O sexto artigo de Rangel Pestana é outro relato biográfico. Quem recebe as honras desta vez é ninguém menos que João Köpke (“*O Dr. João Köpke*”. In: *ALSP*, v. VII [1884], pp. 225-9), a quem considerava um dos mais avançados educadores brasileiros de sua época. Pestana passa praticamente todo o texto a exaltar as virtudes e a desmedida capacidade de Köpke em matéria de educação. Na medida em que, para os republicanos, a educação constituía ferramenta poderosa para preparar o terreno para a mudança do regime político – e ainda mais para Rangel Pestana, que usou boa parcela de sua energia no exercício do magistério, na direção de colégios, no estudo de métodos de ensino e no apoio às iniciativas educacionais que comungavam dos princípios defendidos por ele (HILSDORF, 1986) – a recuperação de parte da trajetória de João Köpke assume um significado especial: ela é, ao mesmo tempo, propaganda republicana e auto-identificação por parte de Rangel Pestana, que via no educador filho de imigrantes portugueses a representação viva daquilo que considerava o ideal em educação¹⁶⁴.

¹⁶⁴ Para mais detalhes acerca do papel desempenhado por João Köpke no pensamento educacional de Rangel Pestana, consultar Hilsdorf (1986).

Ao contrário da linha que adotara nos relatos biográficos anteriores, Pestana não postula que o fascínio de Köpke pelo magistério lhe seja inato, espécie de essência que o acompanha desde que veio ao mundo. O ponto de inflexão, de acordo com o autor, ligava-se ao *Collegio de Petrópolis*, instituição de ensino aberta pelo seu pai, Henrique Köpke, na cidade que emprestava o nome a este estabelecimento de ensino. Foi neste colégio e pela observação da conduta diligente e irreparável de seu pai, de acordo com Pestana, que Köpke teria aquilatado a grandeza do ofício de mestre.

“Pouco tempo depois exerceu as funções de professor publico. Dentro do regime do ensino official, adstrito aos pontos, o discípulo do velho Köpke de Petrópolis¹⁶⁵ não comprehendia a grandeza do magistério.

Teve oportunidade então para conhecer quanto são tolas e absurdas as pretenções de muitos pais que só querem ver os filhos em exames. Viu mais que isso – a ousadia com que se propõe a compra do voto para aprovação de um ignorante, e como oficialmente se viola a lei e se abaixa o nível moral em julgamentos, que envergonham mais os que aprovam do que os que passam ignorando a matéria em que foram examinados.

Tudo isso o enojou, e elle pediu demissão do cargo de professor substituto do Curso Annexo” (PESTANA, F. Rangel. “O Dr. João Köpke”. In: *ALSP*, v. VII [1884], pp. 226).

O fascínio pela figura do pai foi confirmado quando Köpke deixou a *Escola Neutralidade*, em 1886, para retornar à província do Rio de Janeiro, onde abriu um colégio de ensino primário para meninos, o *Instituto Henrique Köpke*, cujo nome era uma aberta homenagem a seu progenitor.

A admiração de Pestana por Köpke deriva em larga escala do fato de Köpke estar em contato permanente com “o que há de mais moderno” (sic) em matéria de educação no exterior. Na medida em que Pestana nutriu-se amplamente em sua formação intelectual das idéias associadas às correntes científicas então em voga na Europa, é plausível o quanto essa característica de Köpke era avalizada por Pestana.

¹⁶⁵ Grifo meu.

“Era afanosa a sua tarefa. Não obstante punha-se em dia com os progressos da pedagogia e á sua custa mandava vir da Europa aparelhos, mappas, quadros e colleções de objectos necessários ao ensino intuitivo.

Em pouco tempo a sua sala transformou-se em pequeno museu pedagogico. Só elle na província possuía o que há de mais moderno para o ensino practico” (PESTANA, *op. cit.*, p. 227).

“(…) Para exercer o magistério, segundo a pedagogia moderna, o Dr. J. Köpke tem estudado muito.

É hoje um professor distincto e capaz de leccionar, com brilhantismo e excellent resultado, quase todas as matérias que constituem preparatórios de nossos cursos superiores” (*idem*, p. 227).

“(…) Só quem estuda a marcha do ensino nos paizes mais adeantados em civilisação e conhece as difficuldades de adaptação dos methodos apperfeçoados ao estudo de nossa mentalidade, comprehende o que há de grandioso e paciente no individuo que consegue instruir assim as creanças” (*idem*, p. 228).

Hilsdorf afirmara em sua tese de doutorado que o primeiro nome que Rangel Pestana tinha em mente para implementar a reforma da Escola Normal de São Paulo era o de João Köpke. Pestana acreditava que para se reformar o ensino era preciso antes de tudo preparar o professor, daí a importância assumida por este estabelecimento de formação docente no projeto republicano de reforma da instrução pública. A preferência por Köpke aparece estampada já neste artigo de Pestana, escrito, como sabemos, em 1883, um ano antes de sua publicação por José Maria Lisboa.

“Já dissemos e repetimos hoje: um professor como o Dr. João Köpke tem um logar fatalmente determinado pelas necessidades do paiz: a Escola Normal” (*id. ibid.*, p. 229).

A última contribuição de Rangel Pestana ao *ALSP*, “*Uma pagina subjetiva*” (*ALSP*, v. VIII [1885], pp. 113-5), para fugir à regra, não é voltada para a reconstituição da

biografia de nenhuma personalidade ilustre de seu tempo. O texto, como o título indica, visa a um desagravo do redator da *Província de São Paulo* contra indivíduos que, segundo o autor, entrincheirados na imprensa, ou dela se servindo, atacam-no de maneira grosseira e leviana. Grosso modo, parece que Pestana se dirige a adversários políticos, inclusive na acepção partidária, o que autoriza o raciocínio de que não tem em mira correligionários republicanos.

A estratégia é a de deixar a impressão de que sua longa experiência no jornalismo o põe acima das querelas de fundo rasteiro e ignominioso e, por conseqüência, igualmente acima de quem se envolve nelas.

“Mais de uma vez victima forçada dos debates políticos em que me agridem valorosamente, guardo ressentimentos, mas não conservo ódios.

Hoje deixo passar muita cousa para não rolar na refrega conjunctamente com outros que não examinaram bem o terreno onde se collocam” (PESTANA, F. Rangel. *“Uma pagina subjetiva”*. In: *ALSP*, v. VIII [1885], p. 113).

A impressão de que sua artilharia está voltada para adversários políticos é alimentada por uma passagem em que se esmera por demarcar bem a distância que o separa de seus contendores. Entretanto, e se estiver correta a hipótese de que não polemiza com seus correligionários, é possível distinguir também um reconhecimento por parte do autor de que o republicanismo estava muitíssimo pouco difundido no país, pelo menos o republicanismo em que ele, Pestana, acreditava.

“Noto na orientação de meu espírito, determinada pela compreensão dos novos processos da crítica, pelo conhecimento mais exacto do movimento social e pela verificação dos factos através da historia, real antagonismo com a opinião da maioria dos leitores ou dos assignantes de jornaes” (*idem*, p. 114).

Nada obstante, há outro trecho que coloca em xeque a hipótese que aventamos atrás, quanto ao alvo das investidas de Pestana, exatamente quando ele principia por enunciar de que natureza são as diferenças que o separa de seus “opositores”.

“Os que se deixam dominar pela influencia dos princípios absolutos, que querem a sociedade ao molde dos seus desejos e julgam melhor reconstruir uma nação, começando por arrasar tudo, na suposição de poderem constitui-la segundo a imaginação de ousados artistas, tomam a tolerância por fraqueza de convicção e a pratica de uma política scientifica pela extravagância de inopportunas experiências” (idem, p. 114).

Essa fala nos sugere que Pestana cuida de enviar um recado àqueles republicanos que, descurados da observância da “boa norma” do evolucionismo político adotado pelo partido – e que deriva da aplicação coerente daquelas teorias científicistas que se distinguem pela interpretação da história segundo uma concepção evolucionista – põem em risco a marcha segura e já estabelecida desde o primeiro congresso republicano. Seria uma mensagem de censura, então, a alguns adeptos que, naquele momento, alçavam os ditames do partido ao segundo plano para imprimirem sua marca pessoal ao trabalho de “disseminação” das idéias republicanas? Torna-se indispensável a consulta a um maior número de documentos para explorar mais exaustivamente essa suspeita.

No parágrafo seguinte, Pestana lança luz sobre os efeitos perversos produzidos pela primazia que se concedia aos imperativos de nascimento ou tradição, em detrimento do mérito individual.

“Nada mais natural. No empirismo que anima uma política toda pessoal vale mais um nome de família que lembra uma tradição qualquer de força, que o talento superior, capaz de resolver os mais difficeis e complicados problemas da política moderna” (id. ibid., p. 114).

Essa argumentação novamente nos suscita que Pestana usa o espaço no *ALSP* para combater as instituições e o quadro de valores que compõem o sistema monárquico. E, embora o diagnóstico que faz do momento vivido pelo jornalismo entre os brasileiros do final do século XIX seja para ele desalentador, levando-o até a cogitar a desistir da faina, *“...observo tudo isso, quase me dou por vencido, e tenho ímpetos de traçar em torno de*

mim mesmo o ‘Circulo de Popilius’” (idem, p. 114-5), Pestana, em consonância com o princípio evolucionista que invoca neste artigo, sacramenta:

“Entretanto, por honra do officio, como o demônio, interrogado por um santo personagem, devo responder ao publico sem hesitar:

*‘Discite justitiam moniti, et non temnere divos’”¹⁶⁶ (PESTANA, *op. cit.*, p. 115).*

¹⁶⁶ Grifos do autor.

3.2 – A educação e a disputa pelo controle espiritual da sociedade: adversários do grupo no ALSP

Quanto às “visões de educação do grupo”, pode-se dizer que o ALSP é rico em manifestações desse gênero, aí expressas tanto por meio de seus pontos de vista educacionais, hauridos no contato com o ideário cientificista e com a “moderna pedagogia”, quanto a partir dos relatos de experiência que apresentam seus integrantes nos mais variados empreendimentos de ensino, desde aqueles que foram responsáveis pela criação, direção e patrocínio ou, tão somente, neles tomaram parte exercendo o magistério.

O tema educação se constituiu, ao que parece, num dos pontos nevrálgicos em que se deu o embate entre as correntes político-ideológicas da província pelo controle espiritual da sociedade. O ALSP funcionou, nesse sentido, como um “campo de batalha”, um *locus* em que as díspares concepções educacionais e, complementarmente, político-ideológicas, buscavam a afirmação de suas idéias. Veremos, a seguir, que não foram apenas os sectários da causa republicana que utilizaram o ALSP para a difusão de suas idéias a respeito da educação. Encontramos no almanaque de Lisboa textos que permitem ao leitor apreciar a extensão do enfrentamento entre as distintas correntes mencionadas. Dentre eles, pelo explicitamento dos antagonismos e a clareza de seu posicionamento político-ideológico, sobressaem-se os de autoria de Estevão Leão Bourroul, natural da cidade francesa de Nice, católico e monarquista, formado em direito na academia de São Paulo em 1881, representante do ultramontanismo católico e ferrenho adversário das idéias oriundas das teorias cientificistas.

“Neste abençoado torrão dos paulistas, tão bellamente fadado pela mão bemfazeja do Creador, poderam erguer-se, apesar da invasão dos principios revolucionários, os monumentos mais edificantes da fé e da caridade.

Com effeito, ao lado das innumeradas instituições do erro; ao lado de muitas e muitas lojas maçônicas, officinas de impiedade, abrigadas sobre o manto de uma philantropia pagan, ao lado das famigeradas escolas nocturnas, propagadoras do vírus anti-científico da irreligião e da indiferença, contemplamos os templos erguidos pelo sopro católico.

Nesta capital, o Seminario das Educandas, berço de futuras esposas e mães de família, confiado aos cuidados das zelosas irmãs de S. José.

Em Ytú, o Collegio S. Luiz de Gonzaga, ostentando uma pujança nunca vista, dirigido pelos jesuitas, para cujo gremio afflue a mocidade, ávida de haurir nos ensinios de mestres sabios e venerandos as lições da sciencia antiga e moderna, alliada á fé e á rasão;

Na mesma fidelissima cidade, o Collegio do Patrocinio, sob a direção tambem das exemplares irmãs de S. José.

Á testa do novo Collegio do Bom Conselho em Taubaté, estão as mesmas boas irmãs, aperfeiçoando a obra devida á iniciativa possante do immortal capuchinho frei Caetano de Messina, e concluida pelos esforços do illustrado e virtuoso monsenhor José Pereira da Silva Barros, secundado de modo efficaz pelo nosso amado bispo diocesano.

(...) O Seminario Episcopal, vasto edificio, podendo accomodar com facilidade muitas centenas de alumnos; aformoseado por um jardim, o mais bello talvez de nossa cidade, está situado em excellente posição, bem arejado, em bairro salubre, e é digno de uma capital que prima entre suas irmãs por já adiantada civilisação.

*(...) A baba pestilenta da inveja e da calunnia não o tem poupado, e eu estive no caso de presenciar, nas localidades do nosso interior, a campanha contra elle urdida, por espiritos mesquinhos e por **pensadores-livres, inimigos da liberdade de pensamento.***

*(...) Quem não se lembra da louca exclamação de um **republicano tido como austero, levantando a voz para abençoar, em nome do futuro, a mão que primeiro lançasse fogo áquella bastilha do erro?!...***

Bem entendida tolerância!

*(...) Será causa de tamanho odio o porque o ensino do Seminário é muitissimo superior ao das casas de instrucção leigas, as quaes, curando mais do corpo que da alma, e collocando os interesses materiaes acima dos espirituaes, acima dos que tendem á nossa eterna salvação, são mais compativeis com o **positivismo brutal da nossa epoca?***

Si fôssemos estabelecer um paralelo entre o ensino civil e o ensino religioso, entre o ensino leigo e o denominado congreganista, é certo que não lucrariam muito com tal comparação os estabelecimentos que repellem de si o elemento religioso.

(...) Não quero deprimir a nobre classe dos professores públicos nem a dos de nossas faculdades, mas quem poderá negar a enorme superioridade moral e intelectual dos estudantes saídos dos Seminários?

(...) – Missionários da divina palavra! Heróis do catholicismo! embora de longe, eu beijo a fimbria de vosso burel, eu beijo o pó de vossas sandálias!”
(BOURROUL, Estevão Leão. *O Seminário Episcopal de São Paulo*. In: *ALSP*, v. V [1880], pp. 55-61).

Além de servir para que tenhamos uma noção do discurso educacional de representantes do clero conservador, a transcrição dos excertos do artigo de Bourroul se prestam bem assim para que façamos justiça a José Maria Lisboa no que respeita à seleção dos escritores que compunham o rol de colaboradores do *ALSP*. Consideramos que continua válida a afirmação de que há uma predominância dos escritos provenientes de “penas republicanas”, ou que exponham conceitos ou realizações de agentes ou instituições associadas ao republicanismo, porém, não era tão raro nos depararmos com textos que faziam a defesa ou proselitismo de idéias contrárias ao *corpus* doutrinário daqueles iconoclastas da ordem monárquica. Para ficarmos apenas em um exemplo, somente da lavra de Estevão Leão Bourroul, são provenientes três artigos.

Um deles, o que figura no sétimo volume (1884) do *ALSP*, intitulado “*Origens da Franca do Imperador*” (pp. 59-67), não mantém conexão direta com temas vinculados à educação. Prende-se mais àquela categoria dos “*escriptos originaes*” (sic) tão apreciados por José Maria Lisboa. Nesse texto, Bourroul recompõe a história da localidade de Franca, no interior da província de São Paulo, a partir de seus aspectos jurídico-políticos e religiosos. Certamente Lisboa deve lhe ter ficado grato com o obséquo.

Com relação aos demais, embora haja desequilíbrio gritante no que se refere à contemplação de assuntos educacionais em favor do artigo constante do quinto volume,

dedicado especialmente à recomposição de traços associados ao Seminário Episcopal de São Paulo, decidimos analisar os dois contributos.

O artigo “*O Exm. e Revm. Sr. Bispo Diocesano*” (ALSP, v. IV [1879], pp. 101-7), constitui-se de rabiscos biográficos a respeito do bispo da diocese de São Paulo, D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho. A justificativa para a escolha do tema traz consigo a notícia de que Lisboa teria feito convite a Bourroul já há algum tempo para que colaborasse com o almanaque enviando algum escrito e, por razões não esclarecidas pelo convidado, este se escusou da tarefa. Tal informação se encaixa perfeitamente com as seguidas queixas do tipógrafo português quanto à escassez de colaboradores.

“Estranha-se-me n’alma verdadeiro gáudio ao travar da penna para, em traços largos, descrever a biographia do nosso mui amado bispo diocesano, satisfazendo dest’arte o pedido que me formulara há tempos o honrado editor deste Almanach¹⁶⁷” (BOURROUL, Estevão L. “*O Exm. e Revm. Sr. Bispo Diocesano*”. In: ALSP, v. IV [1879], p. 101).

O personagem retratado por Bourroul liga-se, como ele, ao núcleo ultramontano do clero nacional. No texto, a artilharia do francês se volta insistentemente contra os representantes do livre-pensamento no Brasil e no mundo, figurando nessa qualificação todos os defensores do laicismo e da separação Igreja/Estado, inclusive os maçons.

“O illustre prelado Olindense (refere-se ao bispo de Olinda, D. Frei Vital), não mais deveria ver as plagas americanas (ele falece durante viagem que fizera à França). E a grande vítima da maçonaria imperial¹⁶⁸ exhalou seu derradeiro suspiro longe da pátria que elle tanto estremecera...” (idem, p. 104).

A menção a aspectos relacionados à educação transparece nesse artigo quando Bourroul relembra um episódio que antecede sua passagem pela Faculdade de Direito. Trata-se de uma associação estudantil composta pelos alunos católicos dessa escola

¹⁶⁷ Grifo meu.

¹⁶⁸ Grifos meus.

superior. De acordo com Bourroul, D. Lino Deodato foi o patrono dessa associação, e teria envidado todos os esforços, juntamente com os associados, para fazer recuar as fileiras dos livres-pensadores que ganhavam cada vez mais a simpatia do alunado.

“Quando, a 16 de Abril de 1876, fundaram os acadêmicos de S. Paulo uma associação reaccionaria foi o sr. Lino escolhido, naturalmente, presidente honorário do Circulo dos Estudantes Catholicos” (id. ibid., p. 106).

A solução encontrada por Bourroul para fazer frear o avanço das idéias científicas e injetar ânimo nos setores católicos brasileiros para que ocupem o lugar que lhes cabe por direito natural e divino é estimulá-los a entrar para a disputa política, isto é, tomar em suas próprias mãos as rédeas da reação.

*“Emquanto os nossos estadistas não tomarem a Bélgica como ideal, deixando de uma vez para sempre as tão perigosas utopias de bastardo parlamentarismo; enquanto não se compenetrarem da necessidade imprescindível da formação de um **partido catholico**, que lucte para arrancar o poder ás garras do **partido revolucionario**, devemos olhar com pungente tristeza para o aviltamento dos caracteres, para a decadência dos homens e das cousas, porquanto, não destruída a causa, perduram os efeitos. E cumpre aniquilar o **constitucionalismo**.*

*No dia em que o **partido catholico**¹⁶⁹ se erguer pujante nesta província, como em todo paiz, nesse dia não procuraremos os nossos chefes nem nos arraiaes conservadores, nem nos arraiaes liberaes, e sim nas fileira do clero, e sim nos solios episcopaes.*

O episcopado, - eis a cabeça da lucta! Os padres, - eis os nossos chefes!” (idem, p. 106).

O outro artigo é o mesmo do qual retiramos o excerto transcrito no começo deste item. Artigo primordialmente voltado para apresentar o Seminário Episcopal de São Paulo, seu autor, todavia, concede a si próprio a permissão para retratar outras instituições

¹⁶⁹ Grifos do autor.

religiosas da província que mantêm estabelecimentos de ensino. Dando mostras do quão numerosas são essas instituições na província, Bourroul chega a fazer piada das dimensões reduzidas do almanaque de José Maria Lisboa.

“Si fosse meu intento enumerar os benefícios derramados por todos estes estabelecimentos catholicos; si quizesse analizar as disposições, os regulamentos, os methodos de ensino que nelles estão vigorando, e fazer resaltar a immensa vantagem que encerram, mui longa seria a minha tarefa, nem quadraria com as dimensões do Almanach Litterario” (BOURROUL, Estevão Leão. *O Seminário Episcopal de São Paulo*. In: *ALSP*, v. V [1880], p. 56).

Dando continuidade, portanto, aos ataques desferidos no volume de 1879, Bourroul, mais do que curar para que se mantenha a união Estado/Igreja, prega que esta encampe aquele; mais que do que se dar por satisfeito com a formação escolar fornecida pelos institutos oficiais de ensino, propõe que se acentue a o espírito religioso que move as unidades escolares do império. Agindo dessa maneira, Bourroul não apenas faz proselitismo em relação aos pontos programáticos do grupo ao qual pertence, mas, sobretudo, torna-se um de seus principais expoentes na província de São Paulo, especialmente por fazer uso de veículos de imprensa em suas “pregações”. Até um dos reformadores preferidos dos integrantes do grupo republicano, Jules Ferry, ministro da instrução da França, é alvo de suas invectivas.

“Jorros de luz sobre a decantada questão do ensino congreganista veio derramar a renhidissima discussão sobre os projectos de lei do cidadão¹⁷⁰ Julio Ferry, ministro da instrucção publica em França. E os legisladores de Versalhes pensaram matar o ensino das ordens religiosas, desfechando golpe mortífero nas universidades catholicas” (*idem*, p. 58).

A finalização de seu artigo confirma nossas considerações. É uma profissão de fé no poder regenerador da educação, só que não da educação de que falam nossos personagens

¹⁷⁰ Grifo meu.

do grupo, e sim de seu oposto. Contrastando com a crença inabalável no progresso, própria do cientificismo dos prosélitos do republicanismo, o mundo de Bourroul é o da decadência, da perda dos valores católicos, cujo resgate depende da ação enérgica dos remanescentes da verdadeira religião, a de Deus, e não a representada pelo deus Ciência. A arena está a fervilhar, os contendores escolhem suas armas; a educação, sem dúvida, é uma das de maior poder de fogo, e a direção a lhe ser dada é disputada com unhas e dentes. Nesse contexto, o *ALSP* se revela uma pequena arena de combate, microcosmo que espelha a dimensão maior dos conflitos no tecido social. Pequeno, mas nem por isso desprezível aos olhos dos antagonistas, aliás, longe disso.

“O nosso refugio está no ensino religioso, porquanto a religião catholica é a grande eschola do respeito.

Auxiliemos os que tanto trabalham por nós. E nisto não vae tanto do interesse delles como do nosso próprio.

O mundo esta perdido, si as gerações que devem governar não se christianisam. A questão é de defesa social. E não devem admirar-se de procurarmos organisar-nos, aquelles que, por toda a parte, invadem a nossa esphera de acção” (BOURROUL, *op. cit.*, p. 61).

Portanto, se, como afirmamos até aqui, o recurso à educação enquanto instrumento privilegiado para a consecução do câmbio social e político era uma das marcas características do núcleo republicano paulista, tal não era exclusividade desses detratores da monarquia. Evidentemente que através de expedientes, da estrutura organizacional, de métodos de ensino e, igualmente, de um *savoir-faire* distintos, setores representativos de outras orientações sociais, políticas e ideológicas investiram seus esforços na criação e manutenção de estabelecimentos de ensino que visassem a fazer o proselitismo da concepção que alimentavam¹⁷¹. Adotando como parâmetro as agremiações e forças ideológico-políticas representativas do espectro político do Segundo Reinado, o exame da bibliografia consultada nos sugere que, além das iniciativas dos republicanos, foram, da mesma forma, freqüentes os empreendimentos educacionais associados à Igreja Católica e

¹⁷¹ Ainda que a esse proselitismo fossem combinados interesses mercantis.

suas ordens religiosas e às instituições ligadas a correligionários do Partido Liberal. Quanto a estes, é necessário abriremos um parêntesis.

Muitas das iniciativas dos liberais guardavam similitudes com as empreendidas pelos republicanos, em que pese o caráter acerbo das críticas que estes lhes dirigiam – uma parte das quais foram demonstradas no capítulo anterior. Paralelamente, pelo menos na província de São Paulo, algumas das instituições voltadas à instrução erigidas por liberais eram da lavra daqueles mesmos ícones do velho liberalismo da primeira metade do século, gozando, portanto, da simpatia dos republicanos. Em contrapartida, os cometimentos encetados pela Igreja e suas ordens religiosas, principalmente aqueles que contavam com o envolvimento direto ou patrocínio dos ultramontanos se situavam em pólo oposto aos que tinham a direção tanto dos adeptos do republicanismo quanto, até mesmo dos ditos “liberais avançados”. Ademais, percebe-se, pela troca das farpas entre um e outro pólo, que o antagonismo se fez presente em maior medida entre “católicos”/ultramontanos *versus* lideranças progressistas republicanas e liberais adiantadas (HILSDORF, 1986).

Assim, recordando que o *ALSP* foi a fonte principal em que investigamos as manifestações das estruturas de sociabilidade do *grupo* e, em função disso, foi nele que exploramos a ascendência do tema educação na plataforma de ação deste último, podemos inferir que o pronunciado “peso” das questões educacionais na conformação do *grupo* tenha sido motivado também em função das alterações (vislumbradas por meio da tribuna parlamentar, da imprensa, de instituições de ensino como a Academia de Direito e a Escola Normal de São Paulo e, como viemos defendendo, de empresas editoriais como o *ALSP* etc.) e enfrentamentos com os setores da sociedade alinhados com catolicismo oficial.

Considerações Finais

*“Tudo o que diz respeito a esses homens superiores interessa-me;
uma página de sua vida, um episódio, a certidão de idade, uma anedocta,
a descrição dos hábitos de sua existência, tudo isto, finalmente tem um
atractivo a que se não pode resistir com facilidade.*

Como foi a vida d’elles?

Soffrem ou gosam mais que os outros homens?

*Porque não naufragaram nas ondas do desalento em que tantos succumbiram,
e vencendo todos os tédios e todas as misérias da terra, todas as contrariedades
e indifferenças, saíram vencedores da cruenta batalha da vida?*

Porque?”

(Ferreira, Carlos. “O Dr. F. Quirino dos Santos”. In: ALSP, v. IV, p. 120)

Tentamos demonstrar, ao longo desse trabalho, que o início do processo de formação do *grupo* que chega ao poder em 15 de novembro de 1889 em São Paulo, e que tempos depois dá início ao processo de reformulação do sistema de instrução pública do estado, antecede em alguns anos a constituição formal de seu braço político, o Partido Republicano Paulista.

A chave que usamos para recompor o ambiente em que se deu tal processo obviamente não é derivada apenas dos desdobramentos relacionados à evolução do instrumento partidário do grupo republicano. No que se refere a ele, começa a se organizar mais ou menos por volta de 1873 e elege seu primeiro representante a nível provincial somente em 1877. Além do mais, não nos interessava acompanhar a trajetória desses militantes republicanos tendo como parâmetro exclusivamente sua organização político-partidária. Nossa hipótese – que se vincula ao consenso de que a composição política que se conseguiu na década de 1870 está diretamente associada ao fato de alguns dos componentes do futuro núcleo republicano paulista encetarem uma aproximação quando ainda freqüentavam os bancos escolares da Faculdade de Direito, na transição dos anos cinquenta para os anos sessenta – é a de que tal *grupo*, que obviamente não correspondia à totalidade dos propagandistas republicanos, mas cujos integrantes faziam parte de sua cúpula, constituiu-se por meio de uma série de experiências comuns, hauridas em diversos *loci* sócio-culturais e políticos. Para a operacionalização desse intento, servimo-nos do conceito

de estruturas de sociabilidade. Habitando o cruzamento entre distintas disciplinas (história política, social, cultural, dos intelectuais e sociologia da cultura), essa noção foi mais largamente explorada nos trabalhos acadêmicos no Brasil a partir da década de 1990, especialmente, no que respeita ao campo historiográfico, em virtude da influência exercida pelo historiador francês Jean-François Sirinelli. Este autor divide o conceito em duas vertentes que se complementam: a noção de redes de sociabilidade, responsável por informar a respeito da natureza e dos laços que unem os itinerários dos componentes de um determinado grupamento sócio-cultural; e a de microclima, basicamente os lugares de verificação da dinâmica dessas redes.

No decorrer da exposição, exploramos mais detidamente um desses lugares, o *Almanaque Literário de São Paulo*. Pudemos constatar que nele estava presente uma pequena amostra dos conflitos e disputas nos quais se envolveram os republicanos integrantes do *grupo* estudado. Além de representar um “microclima” da atuação destes últimos, o *ALSP* nos possibilitou acessar o universo de suas redes de sociabilidade, em especial os empreendimentos educacionais nos quais se envolveram ou em que tiveram participação indireta, sem falar dos indícios que apontavam para a magnitude do papel exercido pela educação no projeto republicano de transformação da sociedade e de substituição da forma de governo.

Como vimos, o *grupo* era composto em grande parte por profissionais liberais, a maioria formada em direito. Dos nomes selecionados, apenas José Maria Lisboa e Francisco Glicério não lograram obter o diploma de bacharel na Faculdade de Direito de São Paulo e, ainda assim, Glicério consegue obter sua carta de advogado provisionado. Dentre estes, alguns exerceram, exclusivamente ou concomitante à magistratura e ao tirocínio advocatício, o jornalismo (tendo participado da redação de veículos de grande circulação e de periódicos da imprensa acadêmica) e o magistério (em níveis de ensino que se estendem do elementar ao superior). Exceção feita a Francisco Rangel Pestana e João Köpke, fluminenses de nascimento, além de José Maria Lisboa, vindo de Portugal, os demais eram oriundos da capital e de importantes localidades do interior da província, grosso modo aquelas situadas no pólo dinâmico da agricultura paulista – no derradeiro quartel do século XIX destacadas áreas produtoras de café, como as cidades de Campinas, Piracicaba, Rio Claro e Itu. Vários de seus membros, entretanto, provinham de famílias sem

tradição agrária e aderiram aos negócios relativos à economia cafeeira via casamento, exemplo de Américo Brasiliense, Prudente de Moraes e Rangel Pestana. Outros, como Américo de Campos e João Köpke, não realizaram, na mesma medida e intensidade que os três citados há pouco, a interlocução com os segmentos agrários do republicanismo, seguindo “eminente urbanos”, do que constituem prova os rumos de suas atividades profissionais. Embora alguns dos elementos do *grupo* fossem proprietários rurais (Campos Sales, Francisco Quirino dos Santos, Alberto Sales e Francisco Glicério), e até proprietários de escravos, como Campos Sales, que só liberta seus cativos em 1887, eles se distinguiam dos tradicionais terratenentes das regiões produtoras de açúcar decadentes do Vale do Paraíba, dos Campos dos Goitacazes e demais províncias “nordestinas”. Suas unidades produtoras registravam uma organização empresarial que não encontravam paralelo nas regiões descritas acima, exatamente de onde provinham os alicerces sociais e políticos do Partido Conservador.

A propósito, as relações familiares se revelaram importantíssimas para a estruturação do *grupo*. Afora os laços de sangue que uniam os irmãos Alberto e Campos Sales¹⁷², percebemos uma espécie de estratégia endogenista de casamento entre as famílias de seus membros: Rangel Pestana se casara com a irmã de Francisco Quirino dos Santos; uma irmã de Alberto e Campos Sales era casada com outro político republicano, Cerqueira César; o próprio Campos Sales se casou com uma prima. Tais relações se completavam ainda, como anotamos anteriormente, pela contemporaneidade da socialização escolar da maioria do grupo (apenas a turma de 1859 dos estudantes de direito da academia paulistana contava com nada menos que quatro dos integrantes do *grupo*: Francisco Quirino dos Santos, Prudente de Moraes, Campos Sales e Rangel Pestana). Ainda no que tange à formação intelectual, outro traço também os caracterizou: a filiação às correntes de pensamento cientificistas de matriz européia, repertório ideológico do qual extraíram as diretrizes que, ajustadas ao contexto interno do país, forneceram o norte de sua ação

¹⁷² Acrescentaríamos até mesmo os irmãos Francisco Glicério e Jorge de Miranda, pois, embora não incluamos o segundo no grupo, Jorge de Miranda participou de algumas empresas e partilhou de experiências conjuntas com seus componentes, dentre as quais: dividiu república estudantil com Campos Sales, Rangel Pestana e Francisco Quirino em São Paulo na época em que cursavam a Academia de Direito; foi vereador pelo Partido Republicano em Campinas; participou da diretoria do *Colégio Culto à Ciência*; ministrou palestras nos estabelecimentos educacionais montados pelos integrantes do *grupo* ou naqueles em que estes emprestavam seu concurso e prestígio, como foi o caso daquelas iniciativas patrocinadas pelas lojas maçônicas de Campinas etc.

política. Sob esta inspiração “científica”, de “pitadas positivistas”, experimentada no interior dos microclimas de sua atuação e balizadas pelas redes de sociabilidade que demarcaram os itinerários de seus componentes, o *grupo* gerou uma estrutura de propaganda. A organização formal dessa estrutura apresentou marcos institucionais que se traduziram no lançamento de diversas publicações editoriais, na criação de jornais e na fundação de sociedades que tinham por escopo a divulgação de suas idéias e propósitos. Ainda em 1869, representantes do *grupo* lançam a *Gazeta de Campinas*, na qual testam sua verve antimonárquica e fazem defesa do federalismo e da república. Em 4 de janeiro de 1875, muitos dos que escreviam para o jornal campineiro e a ele permaneciam ligados, organizam-se em comandita e abrem a *Província de São Paulo*, empresa jornalística “moderna” que, ao lado de se constituir no maior porta-voz do *grupo*, primou por “*oferecer ao público informações variadas e concernentes às questões da atualidade, propondo-se como uma leitura – literal e metaforicamente – da realidade*” (HILSDORF, 1986, pp. 87-8).

À exceção de Lisboa e Köpke, o restante do *grupo* se envolveu diretamente com o Partido Republicano Paulista, cabendo a muitos deles a tarefa de sua fundação e a posterior organização de suas bases na província. Igualmente, registra-se o concurso de alguns de seus membros na criação, em São Paulo, do Clube da Lavoura (1876). Nesse mesmo ano, seu representante mais desenraizado, o tipógrafo português José Maria Lisboa (figura indispensável para a concretização dos empreendimentos editoriais do *grupo*), dá ao público o primeiro número do *Almanach Litterario Paulista* (denominado posteriormente de *Almanach Litterario de São Paulo*), para o qual colaboraram praticamente todos os integrantes (o único que não envia contribuição, Francisco Glicério, é retratado em um relato biográfico escrito por Rangel Pestana e publicado no quarto volume, relativo ao ano de 1879).

Em linhas gerais, a participação nestes empreendimentos era de duas ordens: seus integrantes eram tanto, ao mesmo passo, os “executores” (redatores de jornal, tipógrafos, professores e diretores de escola, propagandistas, militantes etc.), e os injetores de capital, em que pese que a aproximação com a casta de cafeicultores do oeste paulista visou à consecução do apoio financeiro que essas empresas e as suas correlatas atividades partidárias careciam.

Compuseram também a “irmandade” de várias lojas maçônicas da capital e do interior da província (Campinas, Piracicaba, Rio Claro, Itu), muitos deles ocupando altos postos na hierarquia dessas sociedades secretas, o que certamente contribuiu para que as colocassem ao serviço de seus projetos. Ao mesmo tempo, estabeleceram aliança com os missionários protestantes norte-americanos que se instalaram na província de São Paulo a partir da década de 1860¹⁷³, com eles enriquecendo e atualizando seu instrumental educacional e pedagógico. Tal foi possível graças ao modelo de organização das instituições de ensino inauguradas pelas igrejas protestantes, que concretizavam aspectos do sistema educacional norte-americano vistos pelos membros do *grupo* como o ideal a ser seguido. Complementarmente, tomaram parte nas escolas abertas por esses missionários, na condição de professores e também nelas matriculando seus filhos(as). O próprio paradigma de organização administrativa perfilhado pelo *grupo* era o norte-americano, o qual, segundo seus expoentes, consagrava as duas máximas indispensáveis ao progresso de uma sociedade: o sistema federativo e o investimento em educação.

Por fim, desde meados da década de sessenta até o fim do Segundo Reinado, também abriram, individualmente, em grupo ou através da criação de sociedades, uma série de escolas particulares, em variados níveis e abrangendo diferentes “clientelas”. Eram colégios técnicos de educação popular, cursos noturnos para trabalhadores – em que se verificou a presença, inclusive, de escravos e libertos – estabelecimentos de ensino primário e secundário para meninos e meninas, aulas avulsas, cursos preparatórios para os exames nas escolas superiores do Império e “centros educacionais” de excelência para os filhos e filhas dos extratos sociais emergentes da província, cujo maior ícone foi o Colégio *Culto à Ciência* de Campinas. Foi precisamente nestes estabelecimentos de ensino que o *grupo* testou suas teorias e conhecimentos científicos, alcançando neles o aprendizado que mais

¹⁷³ Parte desses missionários contou, inclusive, com a ajuda dos integrantes do *grupo* para o êxito de seu estabelecimento na província de São Paulo, auxílio que se expressou através de apoio legal (para o contorno dos embaraços jurídicos interpostos pela legislação brasileira) e logístico. De acordo com Hilsdorf, “*tal apoio se justificava porque as escolas americanas de fé protestante representaram para as elites progressistas a possibilidade de um novo Locus para a manifestação e experimentação de seus ideários*” (HILSDORF, 1986, p. 186). Aliado a este fato, se rememorarmos que uma das bandeiras políticas dos republicanos era o incentivo estatal à importação de mão-de-obra para a lavoura, as escolas de confissão protestante cumpriam um papel de suma importância, pois nelas “*seus filhos* (das elites progressistas, incluso dos republicanos) *não seriam discriminados e os imigrantes estrangeiros acatólicos também poderiam ser acolhidos mais favoravelmente que nas instituições públicas ou católicas*” (*idem*, p. 187). Estas considerações foram desenvolvidas mais pormenorizadamente em sua dissertação de mestrado (BARBANTI, 1977).

tarde contribuiria de maneira substancial para municiar seu projeto de reforma da instrução pública paulista.

Feitas todas essas considerações, minha avaliação é a de que este trabalho cumpriu uma função de alguma relevância para o estado atual do conhecimento em história da educação no Brasil. Assentado na tradição de estudos como a tese de doutorado de Hilsdorf, minha preocupação foi a de recompor o quadro das trajetórias dos integrantes de um *grupo* que se constituiu pelo entrecruzamento de complexas redes de sociabilidade estruturadas no interior de diversos microclimas que abrigaram sua atuação na vida pública. Tarefa operacionalizada a partir da recuperação de seus itinerários individuais – englobando, assim, a dimensão de suas representações e práticas – e de sua presença, em especial, dentro de um desses microclimas, o *Almanaque Literário de São Paulo*, ela foi propiciada, teoricamente, pela experimentação do conceito de estruturas de sociabilidade, haurida da produção intelectual do historiador francês Jean-François Sirinelli. O recorte alternativo, a investigação de uma fonte pouco conhecida e/ou aproveitada e a utilização de um conceito escassamente explorado pelo conjunto das pesquisas acadêmicas no país são, em realidade, os dois principais fatores que concorreram para o resultado a que menciono acima.

ANEXO

Nomes e “filiação” ideológica de alguns dos componentes do grupo (alguns nomes figuram em mais de uma classificação):

Federalistas científicos	
Américo Brasiliense	João Tibiriçá Piratininga
Américo de Campos	Jorge de Miranda
Bernardino de Campos	José Maria Lisboa
Cerqueira César	Luís Pereira Barreto
Francisco Glicério	Manoel de Moraes Barros
Francisco Rangel Pestana	Manoel Ferraz de Campos Sales
Francisco Quirino dos Santos	Martinho Prado Jr.
João Alberto Sales	Prudente de Moraes Barros
João Quirino do Nascimento	
Positivistas republicanos	
<i>Américo de Campos</i>	<i>João Köpke</i>
Antônio da Silva Jardim	Luís Pereira Barreto
Augusto César de Miranda Azevedo	Ubaldo do Amaral
Francisco Rangel Pestana	

Liberais republicanos	
Américo Brasiliense	Salvador de Mendonça

FONTES

I - Periódicos

Almanach Litterario de São Paulo. Publicado por José Maria Lisboa. Anos 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1884 e 1885. São Paulo, Tipografia d' "A *Província de São Paulo*". (Edição fac-símile: São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, IMESP/IHGSP, 1982).

Campinas. *Gazeta de Campinas - 1869 a 1875*

São Paulo. *Província de São Paulo 1875 a 1885*.

II - Obras e Publicações do período estudado

BRASILIENSE, Américo (1979). *Os programas dos Partidos e o Segundo Império*.

Brasília/Rio de Janeiro, Senado Federal/Fundação Casa de Rui Barbosa/MEC.

NOGUEIRA, Almeida (1956). *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências*. São

Paulo, Centro Acadêmico, 4 (vols.). A primeira edição é de 1904.

SALLES PINTO, J. [editor] (1887). *Uma homenagem phostuma a F. Quirino dos Santos*.

Campinas, Typographia a vapor do *Correio de Campinas*.

III - Discografia

MUGGIATI, Roberto. “Texto de apresentação”. In: **GOTTSCHALK**, Louis Moreau. *Grande Fantasia Triunfal sobre o Hino Nacional Brasileiro*. Orquestra Sinfônica de Berlim; Piano: Eugene List; Regência: Samuel Adler. Rio de Janeiro, Cid Entertainment, 1985.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ABUD, Kátia Maria (1986). *Sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a contribuição de um símbolo paulista: o bandeirante*. São Paulo, FEUSP, tese de doutorado.

ADORNO, Sérgio (1988). *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

ALONSO, Ângela (2002). *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil- Império*. São Paulo, Ed. Paz e Terra.

ARAÚJO, Heloísa Archero & **BRESCIANI**, Maria Stella M. (1974). “Campos Sales: a prática política de um propagandista republicano através da *Gazeta de Campinas* (1873-1883)”. In: WITTER, José S. *O ideal republicano*. Anais do II Encontro do Núcleo Regional de São Paulo (Itu, 26 a 28 de julho de 1973), *Revista de História*, LII, pp. 75-95.

BARBANTI, Maria Lúcia S. Hilsdorf (1977). *Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo: um estudo de suas origens*. São Paulo, FEUSP, dissertação de mestrado.

BARROS, Roque S. Maciel de. (1972) *A evolução do pensamento de Pereira Barreto*. São Paulo, Edusp/Grijalbo.

_____. (1974) “A questão religiosa”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo II, *O Brasil monárquico*; vol. 4, *Declínio e queda do Império*. São Paulo, Difel.

_____. *A Ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo, Convívio/Edusp, 1986.

BAUAB, Maria Ap. Rocha (1972). *O Ensino Normal na província de São Paulo*. 2 vol. São José do Rio Preto, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tese de doutorado.

BOEHRER, George. C. A. (1954). *Da Monarquia à República: história do Partido Republicano do Brasil*. Rio de Janeiro, MEC.

BONTEMPI Jr., Bruno (2001). *A cadeira de História e Filosofia da Educação da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa*. São Paulo, PUC/SP, tese de doutorado.

BRESCIANI, Maria Stella M. (1976). *Liberalismo: ideologia e controle social (um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910)*. São Paulo, FFLCH-USP, tese de doutorado.

CAMPOS SALES, Manoel F. do. (1998) *Da propaganda à presidência*. Brasília, Ed. do Senado Federal. Edição fac-similar.

CANO, Wilson (1977). *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro, Difel.

CARVALHO, José Murilo de (1980). *A construção da ordem; a elite política imperial*. Brasília, Ed. Unb.

_____. (1990). *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras.

CARVALHO, Marta M. Chagas de (1989). “O novo, o velho, o perigoso: relendo *A Cultura Brasileira*”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nov., nº 71, pp. 29-35.

CASALECHI, José Ênio (1987). *O Partido Republicano Paulista [1889-1926]*. São Paulo, Brasiliense.

CATANI, Denice Bárbara (1989). *Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Benfícete do Professorado Público de São Paulo (1902-1919)*. São Paulo, FEUSP, tese de doutorado, [mimeo].

_____. (1995). *Memória e biografia: o poder do relato e o relato do poder na história da educação*. In: GONDRA, José Gonçalves (org.). “Pesquisa histórica: retratos da educação no Brasil”. Rio de Janeiro, UERJ, p. 73-80.

DEBES, Célio S. (1978). *Campos Sales: perfil de um estadista*. 2 vols. Rio de Janeiro/Brasília, Livraria Francisco Alves/MEC-INEP.

DIAS, Márcia Hilsdorf (2002). *Professores da Escola Normal de São Paulo (1846-1890): a história não escrita*. São Paulo, FEUSP, dissertação de mestrado.

ELIAS, Norbert (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

FERNANDES, Florestan (1975). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

_____. (1977). *Circuito fechado*. São Paulo, Hucitec.

FERNANDES, Maria F. Lombardi (2004). *A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República*. São Paulo, FFLCH-USP, tese de doutorado.

FERREIRA, Antônio Celso (2002). *O pequeno mundo letrado da província: identidade regional em fins do século XIX*. In: “A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)”. São Paulo, EDUNESP, pp. 29-92.

FLORY, Thomas (1986). *El juez de paz y el jurado en el brasil imperial, 1808-1871: control social y estabilidad politica en el nuevo estado*. Cidade do México, Fónodo de Cultura Economica.

GEBARA, Ademir (1975). *Campinas, 1869-1875: republicanismo, imprensa e sociedade*. São Paulo, FFLCH-USP, dissertação de mestrado.

GOMES, Ângela M. de Castro (1999). *Essa gente do Rio: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora.

GRAHAM, Richard (1997). *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.

H AidAR, Maria de Lourdes M. (1972). *O ensino secundário no Império Brasileiro*. São Paulo, Grijalbo/EDUSP.

HILSDORF, Maria Lúcia S. (1986). *Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador*. São Paulo, FEUSP, tese de doutorado.

_____. (1995) “Os anjos vão ao colégio”. In: *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, n.º 53, pp. 47-56.

_____. (2002) “Francisco Rangel Pestana”. In: *Dicionário de educadores do Brasil: da Colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/MEC/INEP, 2ª edição, pp. 388-99.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. (1986). *Os subversivos da República*. São Paulo, Brasiliense.

LESSA, Renato (1998). “Campos Sales e o paradigma oligárquico brasileiro”. In: CAMPOS SALES, Manoel F. do. *Da propaganda à presidência*. Brasília, Ed. do Senado Federal. Edição fac-similar, pp. III-XLI.

LINS, Ivan (1967). “História do Positivismo no Brasil”. *Coleção Brasileira*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.

MATOS, Ilmar R. (1987). *O tempo saquarema*. São Paulo, Hucitec/INL.

MONARCHA, Carlos (1999). *A Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas, Edunicamp.

MORAES, Carmem S. Vidigal (1981). *O ideário republicano e a educação. O colégio culto à ciência de Campinas (1869-1892)*. São Paulo, FEUSP, dissertação de mestrado.

_____. (1998). “A maçonaria republicana e a educação: um projeto para a conformação da cidadania”. In: SOUSA, Cynthia P. de (org.). *História da educação: processos, práticas e saberes*. São Paulo, Escrituras.

MORSE, Richard (1954). *De comunidade à metrópole: biografia de São Paulo*. Trad. M. A. M. Kerberg. São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

MORTATTI, Maria do Rosário L. (2002). “João Köpke”. In: *Dicionário de educadores do Brasil: da Colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/MEC/INEP, 2ª edição, pp. 546-54.

MOURA, S. L. & **ALMEIDA**, J. M. G. (1985). “A Igreja na Primeira República”. In: FAUSTO, Boris (org.) *História geral da civilização brasileira*. Tomo III, *O Brasil republicano*, vol. 2, *Sociedade e instituições (1889-1930)*. São Paulo, Difel.

OLIVEIRA, José Feliciano de (1932). *O Ensino Normal em São Paulo: algumas reminiscências*. São Paulo, Tipografia Siqueira.

PARIS, Mary Lou (1980). *A educação no Império: o jornal “A Província de São Paulo, 1875-1889”*. São Paulo, FEUSP, dissertação de mestrado.

PESSOA, Reynaldo X. Carneiro; **MARTINS**, Maria Cecília; **BENTO**, Maria Lúcia de O. & **BASILE**, Maria R. (1974). “A imprensa republicana na cidade de São Paulo (1870-1889)”. In: WITTER, José S. *O ideal republicano*. Anais do II Encontro do Núcleo Regional de São Paulo (Itu, 26 a 28 de julho de 1973), *Revista de História*, LII, pp. 109-66.

- PESSOA**, Reynaldo X. Carneiro (1983). *O ideal republicano e seu papel histórico no segundo reinado: 1870-1889*. São Paulo, Edições Arquivo do Estado.
- REIS FILHO**, Casemiro dos (1981). *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo, Cortez/Autores Associados.
- ROCHA**, Maria Ap. dos Santos (1995). *Os rapazes do triângulo: a participação política do estudante de direito de São Paulo no Império*. Marília, UNESP.
- RODRIGUES**, João Lourenço (1930). *Um retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo*. São Paulo, Instituto D. Anna Rosa.
- SALES Jr.** Antônio Carlos de (1944). *O idealismo republicano de Campos Sales*. Rio de Janeiro, Livraria Editora Zelio Valverde.
- SANTOS**, José Maria dos (1942). *Os republicanos paulistas e a abolição*. São Paulo, Martins.
- SIRINELLI**, Jean-François (1996). “A geração”, in: FERREIRA & AMADO, *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, pp. 131-7.
- _____. (2003). *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René. “Por uma história política”. Trad. Dora Rocha, 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. FGV, pp. 231-69.
- TANURI**, Leonor Maria (1979). “O Ensino Normal no Estado de São Paulo, 1890-1930”. São Paulo, USP/FEUSP, *Série Estudos e Documentos*, v. 16.
- VAMPRÉ**, Spencer (1924). *Memórias para a História da Academia de São Paulo*. (2 vols.) São Paulo, Livraria Acadêmica/Saraiva e Cia. Editores
- VENÂNCIO FILHO**, Alberto (1977). *Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino no Brasil*. São Paulo, Perspectiva.
- VIOTTI da COSTA**, Emília (1982). *Da senzala a colônia*. São Paulo, Difel.

_____. (1986). *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo, Grijalbo.

VITA, Luís Washington (1965). *Alberto Sales, ideólogo da República*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.

WARDE, Mirian J. (2003). “O itinerário de formação de Lourenço Filho por descomparação”. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 5, jan./jul., pp. 125-67.

WILLIAMS, Raymond (1999). “A fração Bloomsbury”. In: *Revista Plural*, revista do curso de pós-graduação em sociologia do Depto. de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Trad. de Rubens de Oliveira Martins e Marta Cavalcante de Barros. São Paulo, nº 6, pp. 139- 168.

WITTER, José Sebastião (1982). *Ibicaba: uma experiência pioneira*. São Paulo, Ed. Arquivo do Estado, 2ª ed.

WITTER, José Sebastião & **BARBOSA**, Francisco de Assis (1982). “Francisco Glicério, um republicano pragmático”. In: WITTER, J. S. (org.). *Idéias políticas de Francisco Glicério*. Brasília, MEC/Senado Federal – Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, pp. 21-63.